

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC- SP**

CAMILA SILVEIRA ALMENDRO

**A dimensão subjetiva do processo de desacolhimento por maioria civil no Serviço de
Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2020**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC- SP**

Camila Silveira Almendro

A dimensão subjetiva do processo de desacolhimento por maioria civil no Serviço de
Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente

Mestrado em Psicologia Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria da Graça Marchina Gonçalves.

São Paulo
2020

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que define a concretização desse trabalho. Foram meses de implicação, imersão, ressignificação de sentidos na minha vida pessoal e profissional.

Uma das maiores inspirações que me moveu até aqui foi (é) acreditar na potência do ser humano e nas possibilidades de transformação a partir da conscientização e libertação da condição de sujeito oprimido, que muitas vezes somos “jogados” em uma sociedade tão desigual e injusta. O processo de libertação, como Paulo Freire nos ensina, é um parto. “Um parto doloroso. O homem que nasce deste parto, é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos”. A pesquisa, a reflexão, a implicação, possibilitam processos de produção de sentidos e, de certo modo, libertação. Assim como no processo de parir, reconheço a importância da “rede de apoio” e sem ela este trabalho não teria o mesmo valor.

Agradeço à gestão da Secretaria de Assistência Social de Guarulhos, que possibilitou a realização do curso, em especial às colegas que compartilharam (e compartilham) comigo descobertas, reflexões e angústias do dia a dia desafiador na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Adriana, Giselle, Lourdes, Marcia e Silvana, vocês são um pedaço disso tudo. À Maria Luiza que no início de tudo, acolheu a ideia, motivando e dando apoio...

Agradeço às equipes técnicas dos Serviços de Acolhimento de Criança e Adolescente, com quem trabalho cotidianamente, buscando aprender e contribuir nesse universo, muitas vezes desconhecido, mas cheio de possibilidades. E nesse contexto, agradeço aos (às) adolescentes pela oportunidade de ter contato com suas histórias...

Agradeço à querida professora e orientadora Graça, pelo acolhimento, escuta e paciência em todos os espaços de discussão e reflexão da pesquisa. Afirmo e reafirmo, cresci demais, como pessoa, como profissional e pesquisadora!

Agradeço a todos os (as) professores (as), Elisa, Odair, Bader, Mary Jane, Mazzeo, Carla Cristina, Cristina Vicentin que contribuíram com processos profundos de reflexão, aprendizagem, “libertação” ...

Agradeço aos colegas do mestrado, pelos cafés, desabafos, angústias compartilhadas e descobertas...

Agradeço aos meus pais pela força, pelo acolhimento, pelo exemplo de coragem e perseverança. À Marina e Marcus, irmãos que sempre estão ao meu lado, motivando e me

acolhendo... À Marília, prima que é irmã, pelas escutas e acolhimento, pois apesar da distância física, sempre estamos juntas...

Agradeço ao companheiro e amigo Fabio, com quem sempre posso contar, quem me sustenta afetivamente, dando coragem e motivação para seguir em frente, me fazendo lembrar da potência, a qual, em alguns momentos, só ele enxerga. Gratidão por fazer parte disso tudo e da minha vida.

RESUMO

O desacolhimento por maioria se expressa como fenômeno complexo e desafiador no contexto do acolhimento institucional, uma vez que esse momento de saída dos serviços destinados a adolescentes até completarem 18 anos, expressa, em alguma medida, de que maneira o atendimento concretiza, ou não, a proteção integral. Dentre outros aspectos, o tempo de permanência no serviço de acolhimento já revela parte da questão. Apesar de a medida de acolhimento ter como princípios a excepcionalidade, provisoriedade e brevidade, de acordo com os dados levantados, o tempo médio de permanência de criança e adolescente no acolhimento institucional é 24,2 meses, ultrapassando o tempo previsto no ECA (18 meses). Segundo dados estatísticos, o progressivo aumento do tempo de permanência no serviço de acolhimento está relacionado ao recorte de raça, idade ou se o acolhido possui alguma deficiência. A presente pesquisa buscou compreender as múltiplas determinações que estão presentes no fenômeno de desacolhimento por maioria civil, buscando a dimensão subjetiva como categoria de análise. A dimensão subjetiva busca compreender o fenômeno social em sua gênese, a partir da relação dialética, histórica e social entre indivíduo e sociedade. Utilizou-se como aporte teórico e metodológico a Psicologia Sócio-histórica. A pesquisa se propôs analisar três conjuntos de informações concernentes ao processo vivido por adolescentes acolhidos que chegam à maioria: a) significações presentes no contexto, dentre elas concepções de adolescência e concepções e características das políticas sociais de atendimento à criança e adolescente e políticas públicas para juventude; b) dados estatísticos sobre adolescentes que completaram a maioria em SAICA, na cidade de Guarulhos; c) experiência vivida por uma adolescente que completou os 18 anos, nesse contexto. Através da Psicologia Sócio-histórica buscou-se desvendar processos contraditórios escamoteados na política de assistência à infância e juventude, utilizando a dimensão subjetiva da realidade como categoria de análise, bem como as categorias historicidade, totalidade e mediação como pilares para desnaturalização do fenômeno, muitas vezes, representado na lógica dicotômica do indivíduo ou da sociedade. Observou-se que as políticas sociais da infância e adolescência se afirmam em processo contraditório na realidade social, à medida que representam avanços na conquista de direitos sociais, quer seja no âmbito da família, da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, ao mesmo tempo permanecem atravessadas por valores ideológicos que produzem e reproduzem formas de opressão.

Palavras-chave: desacolhimento por maioria civil, serviço de acolhimento institucional, dimensão subjetiva, Psicologia Sócio-histórica.

ABSTRACT

Estrangement due to majority is expressed as a complex and challenging phenomenon in the context of institutional sheltering, since this moment of leaving services designated to adolescents until they reach 18 years, expresses, to some extent, how the service achieve, or not, full protection. Among other aspects, the length of stay in the shelter care already reveals part of the issue. Despite the fact that the shelter measure is based on exceptionality, temporariness and brevity principles, according to the data collected, the average length of stay of children and adolescents in institutional shelter is 24.2 months, exceeding the term provided for it in ECA (18 months). According to statistical data, the progressive increase in the length of stay in the shelter care is related to the race, age or whether the hosted has any disability. This research sought to understand the multiple determinations that are present in the phenomenon of the estrangement due to majority, seeking the subjective dimension as a category of analysis. The subjective dimension seeks to understand the social phenomenon in its genesis, based on the historical-dialectical and social relationship between the individual and society. Socio-historical Psychology was used as theoretical and methodological support. The research set out to analyse three sets of information concerning the process experienced by sheltered adolescents who reach majority: a) meanings present in the context, among them conceptions of adolescence and conceptions and characteristics of social policies for child and adolescent care and public policies for youth; b) statistical data on adolescents who have reached the majority in SAICA, in the city of Guarulhos; c) experience lived by a teenager who turned 18, in this context. Through Socio-historical Psychology, we sought to unveil contradictory processes hidden in the policy of child and youth care, using the subjective dimension of reality as a category of analysis, as well as the historicity, totality and mediation categories as pillars for denaturalizing of this phenomenon, which are sometimes represented in the dichotomous logic of the individual or society. It was observed that the childhood and adolescence social policies assert themselves in a contradictory process in the social reality, as they represent advances in conquering social rights, whether within the family, the children and the adolescent as subjects of rights, at the same time, they remain crossed by ideological values that produce and reproduce forms of oppression.

Keywords: estrangement due majority, institutional sheltering, subjective dimension, Sociohistorical Psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SAICA – Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SAM – Serviço Nacional de Assistência a Menores

SDAS – Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I. A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA COMO PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA: TEORIA E PRÁXIS NO CONTEXTO DO DESACOLHIMENTO POR MAIORIDADE.....	24
II. O LUGAR HISTÓRICO E SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL	36
a. Infância negada: percurso histórico social da constituição de criança e adolescente enquanto sujeito de direitos	36
b. Diferentes concepções de Adolescência: construindo sua historicidade	50
III. O DESAFIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: DESVENDANDO SUA HISTÓRIA	60
a. Breve percurso histórico da constituição do Brasil enquanto Estado Nacional independente	62
b. Contextualização das políticas sociais no Brasil e nos países latino-americanos..	66
c. Políticas Públicas para Juventude no cenário brasileiro	75
d. Um recorte sobre as Políticas Públicas de Juventude no Brasil	78
e. Considerações acerca da juventude e o atravessamento da desigualdade social ..	82
IV. SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA	85
a. A postura do(a) pesquisador(a) alinhada ao método e procedimento metodológico.....	88
b. Sobre o SAICA em Guarulhos	92
V. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RECORTE ESTATÍSTICO ENVOLVENDO ADOLESCENTES QUE ATINGEM A MAIORIDADE NOS SAICAS EM GUARULHOS	94
a. Apresentação dos dados estatísticos nos últimos dois anos	94
b. Perfil geral de adolescente nos SAICA em Guarulhos nos últimos dois anos	106
c. Perfil de adolescentes que atingiram a maioria no SAICA em Guarulhos nos últimos dois anos	107
d. Considerações sobre dimensões não abordadas no levantamento estatístico	107
e. Discussão do perfil de adolescentes que atingiram a maioria no SAICA em Guarulhos nos últimos dois anos	112
VI. SIGNIFICADOS E SENTIDOS DO PROCESSO DE DESACOLHIMENTO POR MAIORIDADE	138
CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO SUBJETIVA DO PROCESSO DE DESACOLHIMENTO POR MAIORIDADE	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
ANEXOS	174

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxeram mudanças essenciais em direção à ruptura da cultura de institucionalização de crianças e adolescentes, conservada por décadas ao longo da história do país. Pelo paradigma de Proteção Integral, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direito e gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (Art. 3º - ECA). No tocante ao direito à convivência familiar e comunitária, diante das dificuldades enfrentadas desde a consolidação do ECA, em 2006 foi lançado o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)* que visa fortalecer a política de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária de forma a dar visibilidade para a prioridade na formulação e implementação de políticas públicas de atenção à família. O atendimento integral compreende a articulação entre as políticas públicas e intersetoriais visando, assim, evitar ao máximo o rompimento de vínculos familiares. Além disso, o Plano (PNCFC) valoriza a necessidade de desmistificar a idealização de “estrutura familiar” tida como “natural” e caminha para o reconhecimento da diversidade das configurações familiares no contexto histórico, social e cultural.

O ECA (1990) pressupõe que toda criança ou adolescente tem como garantia o direito a ser criado e educado no seio de uma família, quer seja sua família natural¹ (pais ou familiares), quer seja em família adotiva, desde que inserido em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (Art. 19 – ECA). Nesse sentido, o conceito de família adotado aqui independe do tipo de arranjo familiar, da relação de parentalidade e filiação, *ou seja, “não se trata mais de conceber um modelo ideal de família, devendo-se ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em uma diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes”*. (PNCFC, 2006, p. 23). O referido Plano destaca a necessidade de se ampliar a definição de família com base socioantropológica, podendo então ser pensada como um grupo de pessoas

¹ Segundo o ECA (1990), no Art. 25. “entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.”

unidas por laços consanguíneos, de aliança e de afinidade². Nesse sentido, passa-se a valorizar as variadas formas de viver em família, próprias da cultura familiar brasileira.

Em casos em que houver ameaça de violação de direitos à criança e adolescente, ou de fato estes forem violados³, haverá aplicação de medidas de proteção, conforme preconizadas no Art. 101 do ECA⁴ (1990), sendo aplicada a medida extraordinária de acolhimento institucional e familiar, quando todas as anteriores tiverem sido esgotadas. O acolhimento tem como princípio a provisoriedade, e objetiva a transição para retorno à família natural, ou inserção em família substituta (adoção).

Mais adiante, em 2009, o *Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, até então previsto no referido Plano (PNCFC), foi lançado pelo Governo Federal, Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, com a finalidade de regulamentar em território nacional a organização e oferta dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009) contribuindo para a qualidade na oferta desses serviços. Tais serviços também estão descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), lançado no mesmo ano das Orientações Técnicas e integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, o qual possui interface com o Sistema de Garantia de Direitos com foco nas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, bem como em situação de violação de direitos. A Proteção Social Especial compreende dois níveis de complexidade, média e alta. Os serviços de média complexidade, organizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde há oferta de atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados, mas quando os vínculos familiares estão mantidos. Tais serviços são:

² As relações consanguíneas de quem é “parente” variam entre as sociedades podendo ou não incluir tios, tias, primos de variados graus, etc. Isto faz com que a relação de consanguinidade, em vez de “natural”, tenha sempre de ser interpretada em um referencial simbólico e cultural. A segunda definição, de aliança, refere-se aos vínculos contraídos a partir de contratos, como a união conjugal. A terceira definição, de afinidade, refere-se aos vínculos “adquiridos” com os parentes do cônjuge a partir das relações de aliança. (PNCFC, 2006, p. 24 – nota de rodapé)

³ Art. 98. I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta. (ECA, 1990)

⁴ Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar.

orientação e apoio sociofamiliar; plantão social; abordagem de rua; cuidado no domicílio; habilitação e reabilitação na comunidade; medidas socioeducativas em meio-aberto e liberdade assistida. Já os serviços da alta complexidade garantem proteção social integral, tendo em vista as situações de violação de direitos e rompimento de vínculos dos indivíduos com suas famílias; sendo assim, o atendimento visa à reconstrução do vínculo familiar e à autonomia do indivíduo. Nos casos envolvendo crianças e adolescentes, os serviços são oferecidos nas seguintes modalidades: Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Casa Lar e República⁵. Também fazem parte da Proteção Social Especial os Serviços de Acolhimento para idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, entre outros de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Os principais princípios mencionados no referido caderno de Orientações Técnica retomam o ECA, ao refletir sobre o caráter provisório do acolhimento considerando os efeitos do afastamento do convívio familiar. Portanto, deve ter caráter excepcional, sendo que a atenção deve estar voltada para a família, potencializando o seu acesso aos direitos fundamentais por meio das políticas públicas. A provisoriedade da medida compreende o período de no máximo um ano e meio⁶, isso significa que a partir do acolhimento todos os esforços devem ser direcionados para o desligamento, quer seja para família natural, extensa ou substituta. O documento ainda orienta a respeito de situações de difícil reintegração familiar:

por exemplo, no caso encaminhamento para adoção de crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação em família substituta (crianças que já passaram da primeira infância e adolescentes, crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades específicas de saúde, pertencentes a minorias étnicas, que façam parte de grupos grandes de irmãos, dentre outros), faz-se especialmente necessário o esforço conjunto dos atores envolvidos no sentido de buscar o fortalecimento da autonomia e das redes sociais de apoio das crianças e adolescentes que aguardam adoção, e perseverar no desenvolvimento de estratégias para a busca ativa de famílias para seu acolhimento. Em nenhuma hipótese a perspectiva de um acolhimento de longa permanência deve acarretar a desistência pela busca de alternativas para se garantir à criança e ao adolescente seu direito ao convívio familiar, prioritariamente com a família de origem e, excepcionalmente, a substituta. (BRASIL, 2009, p. 25)

De acordo com o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, lançado em 2013, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Conselho Nacional de

⁵ Descrição dos Serviços, a partir da página 68 (BRASIL, 2009)

⁶ Art. 19 § 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (ECA, 1990)

Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)⁷, o tempo médio de permanência de criança e adolescente no acolhimento institucional em todo o país é de 24,2 meses, sendo maior entre crianças e adolescentes da cor preta (27 meses), com deficiência (40 meses) e que estão em entidades não governamentais (28 meses, contra 15 meses para as governamentais). O levantamento mostrou que quanto maior o tempo de existência da instituição, progressivamente o tempo de permanência eleva-se, refletindo a cultura de institucionalização ainda presente. Outro item importante levantado é que a idade influencia no aumento progressivo do tempo de permanência para crianças e adolescentes mais velhos, tornando-se ainda mais complexo quando atrelados à compulsoriedade da saída por maioridade. (ASSIS; FARIAS, 2013).

Esse dado encontra consonância com recente documento publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2020) sobre os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) coletados entre outubro de 2019 e maio de 2020, também considerando a última versão publicada em maio de 2015, tendo em vista que os processos de adoção nos SAICA's iniciaram naquele ano. O diagnóstico relaciona as remotas possibilidades de adoção à medida que a idade, no SAICA, se eleva. Do total de adoções realizadas (10.120), 51% foram de crianças de até 3 anos completos, 27% de crianças entre 4 e 7 anos, 15% de crianças entre 8 até 11 anos e apenas 6% de adolescentes (maiores de 12 anos) (CNJ, 2020, p. 14). Do ponto de vista dos pretendentes à adoção e crianças/adolescentes não vinculados a eles (ou seja, quando a criança/adolescente não está vinculada ao pretendente a adotar, a vinculação se inicia na aproximação através da adoção), a maioria deseja crianças com menos de 4 anos de idade, apenas 0,3% desejam adotar adolescentes. Contraditoriamente, 77% do público à espera de uma família adotiva são compostos por adolescentes.

Ainda segundo esse levantamento pelo CNJ, do total de crianças e adolescentes com registro no período mencionado (52.902), 4.742 crianças e adolescentes foram reintegrados aos genitores, enquanto 2.991 atingiram a maioridade no acolhimento, sendo a maior parte no Estado de São Paulo (1.403 adolescentes), seguido do Espírito Santo (240) e Rio Grande do Sul (227) (CNJ, 2020, p. 49). Em comparação com o quantitativo de crianças e adolescentes adotados no Sistema Nacional de Adoção, o número de adolescentes que atingiu a maioridade equivale a 30% em relação aos adotados, sendo 51% do sexo masculino, 58% da etnia parda e 6% apresentavam algum problema de saúde.

⁷ Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento / organizado por Simone Gonçalves de Assis, Luís Otávio Pires Farias. São Paulo: Hucitec, 2013.

Com relação às atividades desenvolvidas ao público adolescente que atinge a maioria no SAICA, o Levantamento Nacional (2013) aponta que os serviços utilizam ações voltadas para “avaliação das condições sociais e psicológicas do desligamento” (63,0%); “a promoção de vínculos com parentes e amigos que possam apoiar o adolescente” (60,5%); “a qualificação profissional” (56,2%); e “a colocação em trabalho remunerado” (53,0%). No geral, 43,3% dos serviços relataram a realização de algum tipo de ação para o desligamento por maioria, efetuada pela própria unidade, por serviços externos ou por ambos, como por exemplo, acompanhamento social (79,0%); visitas domiciliares (73,6%); encaminhamentos para emprego (71,8%); apoio material (60,8%); apoio psicológico (60,6%); e qualificação profissional (56,9%) (p. 148). Ações pós-desligamento por maioria não ocorrem em quase metade dos serviços (49,1%).

Ainda segundo essa pesquisa, o trabalho de desligamento parece estar restrito às equipes técnicas dos serviços. Apenas dois grupos, em uma cidade do Nordeste e uma do Sudeste, relataram que educadores discutem com os adolescentes formas de preparação para a sua saída. Em relação às ações pós-desligamento, a maior dificuldade mencionada refere-se à falta de profissionais para um acompanhamento mais próximo das famílias, como por exemplo, para realização de visitas domiciliares da equipe técnica. A receptividade da família foi apontada como elemento facilitador no acompanhamento pós-desligamento, em função da formação do vínculo com o serviço. Alguns Serviços entendem que a atribuição por esse acompanhamento deva se dar pelo Judiciário em articulação com outros serviços da rede, como o Conselho Tutelar, entendendo não ser função exclusiva do SAICA. (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 149).

Na última década, pesquisas relacionadas ao campo do desacolhimento por maioria têm ganhado maior visibilidade e investimento, especialmente nos últimos cinco anos. Desse universo de pesquisas levantadas, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de graduação têm se debruçado em analisar o desligamento institucional por maioria na perspectiva de adolescentes ou jovens que vivenciam ou vivenciaram esse processo, evidenciando uma correlação do sentido desse fenômeno com a produção de subjetividade(s)⁸. Esses trabalhos

⁸ Referências dissertações, teses e trabalho de conclusão de curso:

RUBIO, N. A.; CERIONI, R. A. N.; HERZBERG, E. O adeus ao Abrigo: no curso da maioria, a reedição do desamparo. In: 15ª Jornada Apoiar o Procedimento de Desenhos-Estórias na Clínica e na Pesquisa: 45 Anos De Percurso. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2017. p. 632-643.

circulam por diversos campos de saber como Psicologia Social e Institucional, Educação, Serviço Social, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Clínica etc. Alguns estudos tendem a analisar os efeitos dessa vivência relacionando-a a uma perspectiva mais individualizada, destacando aspectos psicológicos como centrais na superação do conflito, convocando, assim, estratégias terapêuticas para tal (RUBIO et al., 2017; BONFATTI, 2017; JACINTO, 2018); outros, atrelam os desdobramentos do fenômeno à perspectiva social, a partir da crítica à ineficácia das políticas públicas, ausência do Estado na garantia dos direitos, bem como os prejuízos de longos períodos de institucionalização na vida de jovens, tendo em vista a escassez de políticas públicas e programas desenvolvidos nesse contexto (CAPPELLARI, 2019; GARCIA, 2019; ALMEIDA, 2019; FIGUEIRÓ E CAMPOS, 2013; OLIVEIRA & MILNITSKY-SAPIRO, 2007; SIQUEIRA, 2010; TUMA, 2016; FERREIRA, 2017).

As pesquisas denunciam a invisibilidade a que adolescentes nessa condição estão submetidos, bem como as contradições e antagonismos entre o disposto em lei e as ações de fato praticadas. Figueiró e Campos (2013) evidenciam a inexistência de trabalho em rede e políticas públicas voltadas para o jovem, sobretudo a inconsistência na preparação do adolescente para a vida adulta quanto à responsabilização e autonomia, ressoando uma completa ausência de trabalho com a família e comunidade, fatores que podem gerar no adolescente sentimento de insegurança, isolamento social e envolvimento com o meio ilícito. Corroborando essa visão, Benetti e Brino (2016), ao estudarem o processo de desligamento

BONFATTI, S.; C. (2017). Narrativas Interativas de adolescente institucionalizados sobre o (des) abrigo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

JACINTO, P. M. S. (2019). *Adolescências e Acolhimento Institucional: A Construção Narrativa de Identidade Diante da Possibilidade de Desligamento Compulsório por Maioridade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CAPPELLARI, A. (2019). *Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioridade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.

GARCIA, N. L. (2019). *Acolhimento Institucional e o desligamento obrigatório: trajetórias, significados e perspectivas futuras para as adolescentes*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ALMEIDA, T. L. (2019). *História Oral de Vida de “ex-abrigadxs”*: narrativas de vidas possíveis. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TUMA, T. B. (2016). *Acolhimento Institucional e Maioridade: Trajetórias institucionais de jovens e o momento da saída*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, M. B. (2017). *Impasses do desacolhimento institucional por maioridade: psicanálise e articulação de rede territorial*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

institucional de seis adolescentes que permaneceram acolhidos por dois anos ou mais nessa condição, também compartilham que o momento da saída é permeado por sentimentos negativos, como de tristeza, medo, insegurança, pelo fato dos adolescentes não se julgarem preparados emocionalmente, financeiramente, socialmente, culturalmente para vivenciar a nova realidade. Segundo os autores, há falta de embasamento teórico, prático das políticas públicas na execução de ações nesse âmbito. Ferreira (2017) também destaca que a ausência do trabalho em rede territorial e a dificuldade da política socioassistencial ofertar lugar à desinstitucionalização podem trazer prejuízos ao adolescente. A autora aponta a importância de problematizar os saberes instituídos sobre o processo de desligamento, a fim de se evitar discursos que individualizam a questão como sendo exclusivamente do adolescente, quando são utilizados jargões como “imaturo”; “irresponsável”; “preguiçoso” etc. Tal mecanismo contribui para a exposição e repetição de situações de desproteção e violência contra o adolescente.

Embora o ECA opere em direção ao rompimento de práticas de institucionalização, lógica, por sinal, perpetuada por anos ao longo da história, sob discursos discriminatórios em torno da pobreza e incapacidade de famílias cumprirem seu papel de proteção aos filhos, observa-se ainda a presença dessa ideologia no imaginário social. Passados dez anos em que três jovens vivenciaram o acolhimento em abrigo entre os anos de 1992 e 2001, Santos e Boucinha (2011) analisaram, a partir de narrativas, quais os efeitos dessa experiência de institucionalização na vida das participantes, considerando o período histórico de transição do Código de Menores para o Estatuto da Criança e Adolescente. As autoras identificaram a presença de marcas do antigo modelo do Código de Menores, evidenciadas em uma política pública fragmentada, expressa por estratégias sofisticadas de governamentalidade, de gestão da vida por meio de técnicas de controle e disciplina. Além disso, identificaram correlação entre o longo tempo de permanência no acolhimento com o desligamento por maioridade.

A partir da perspectiva teórica do construcionismo social, cujo conhecimento é compreendido como socialmente construído, Ferreira e Moreira (2017), ao pesquisarem sobre o acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção, concluíram que há um hiato entre o disposto pela legislação da política de atendimento a criança e adolescente, e o vivido, através da sua execução junto ao público atendido. Toda complexidade do sistema de atendimento a criança e adolescente, suas normativas e princípios no campo de proteção são apreendidos, processados e transformados em ações no cotidiano, pelas instituições e profissionais. Isso quer dizer que a compreensão da política de

atendimento prescrita nas variadas legislações passa pela dimensão de compreensão do trabalhador-operador do direito (como gestores públicos, coordenadores, técnicos, educadores das casas de acolhimento), “*a apreensão é mediada pela filosofia e pelos princípios institucionais e também por valores e crenças subjetivas dos profissionais*” (FERREIRA; MOREIRA, 2017, p. 261). Consequentemente, as ações de atendimento se constroem em um cenário complexo e dinâmico, em que os sentidos produzidos no cotidiano – pelos trabalhadores – se cruzam com as histórias trazidas das crianças, adolescentes e suas famílias. Os sentidos expressos nas narrativas dos atores carregam marcas históricas do atendimento à criança e ao adolescente de outro tempo, e apontam dissonância entre a imagem da família idealizada e das condições concretas de vida dessas famílias.

Outro ponto identificado nas pesquisas relaciona-se à necessidade de investimento na educação contínua dos trabalhadores nesse contexto. Ao longo da história da infância no Brasil, conforme veremos mais adiante, os serviços de acolhimento foram administrados por entidades religiosas, pessoas leigas ou voluntárias, em que havia supremacia de práticas caritativas e assistencialistas no atendimento a crianças, adolescentes e famílias. Conforme as Orientações Técnicas (2009), a capacitação e formação continuada são indispensáveis para qualidade do serviço e estão em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Além disso, outro ponto de relevância para o fortalecimento do cuidado com esse público diz respeito à articulação em rede com os diversos atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), os quais operam na garantia do atendimento, controle e defesa dos direitos da criança, de forma a assegurar o cumprimento do ECA. A articulação em rede é condição indispensável para a prevenção do acolhimento, bem como para a reintegração familiar daqueles acolhidos. Requer planejamento, compromisso, participação democrática e horizontal entre os atores e implica um processo de construção contínua (OLIVEIRA, 2007). Ações fragmentadas e isoladas podem denunciar a ausência de política eficiente no que tange à prevenção dos riscos que motivaram o acolhimento, bem como dificultar o acesso das famílias às garantias necessárias para a reintegração familiar.

Pensar o contexto do acolhimento institucional nos faz refletir sobre os diversos desafios que atravessam o cotidiano de crianças e adolescentes que vivenciam essa realidade. As contradições apresentadas nas pesquisas revelam um movimento adverso à efetivação das políticas públicas de atendimento ao adolescente. O tempo de permanência prolongado no

acolhimento, por exemplo, conforme mencionado no Levantamento Nacional (de 24 meses), transborda o disposto no ECA, que deveria ser de no máximo 18 meses⁹. Somado a isso, fatores como raça, idade avançada e longo período de institucionalização encontram barreiras quando o assunto é inclusão social, igualdade ou autonomia. As dificuldades encontradas na Rede socioassistencial, sobretudo sua ausência, refletem o retrato da precariedade do Estado, o acirramento das desigualdades sociais, conseqüentemente, das diversas violações de direito contra adolescentes e famílias.

Por essa razão, o desacolhimento por maioria chama atenção. A própria etimologia da palavra “desacolher” nos convida à reflexão. Des(acolher), deixar de acolher, negar abrigo, receber com indiferença¹⁰. O termo carrega a negação do que de fato se pretende buscar – garantia, direito, segurança. Como se pretende manter o “acolhimento” fora do serviço? Qual espaço de pertencimento está disponível a(o) jovem que deixa o serviço?

A conquista de direitos, especialmente na esfera da infância e adolescência, reassegura a proteção integral e absoluta, porém a política de atendimento carrega consigo diversas contradições como, por exemplo: o que está disposto em lei x o que é praticado, concepção de sujeito de direito x sujeito tutelado pelo Estado, adolescente x menor.

Por meio da psicologia sócio-histórica em sua perspectiva crítica, entendemos que esse fenômeno não foi superado. Ainda que tenhamos dados para afirmar que a política de assistência à adolescência ocupa outro lugar histórico na sociedade (e sim, ocupa), esse outro lugar parece não se efetivar, ou será que a política social carrega a sua negação? Principalmente quando nos referimos à adolescência marcada por características de raça, gênero ou classe social historicamente marginalizadas.

Reconhecemos os avanços nas políticas sociais e na concepção de adolescência, conforme serão discutidas ao longo deste trabalho, porém consideramos que múltiplos atravessamentos ideológicos e conservadores tendem a manter a ordem dos fatos, naturalizando-os, quer seja referenciando o fenômeno de forma absoluta a fatores sociais, sendo assim o sujeito está submetido à realidade dada e externa a ele (inexistência de políticas públicas e/ou programas sociais para juventude influenciam determinados comportamentos do(a) adolescente, por exemplo); quer seja atrelando-o a um sujeito autônomo e individual, ilusoriamente descolado de sua realidade material (por exemplo, os aspectos psicológicos

⁹ Art. 19 § 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (ECA, 1990).

¹⁰ Fonte: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em 17/09/2019.

do(a) adolescente não contribuem para seu processo de emancipação na saída do serviço, é preciso investigá-los, e ajustá-los na sociedade).

Esses atravessamentos que podemos chamar de múltiplas determinações é que buscamos desvendar no curso da pesquisa, a partir da apreensão dos sentidos e significados que expressam a dimensão subjetiva do fenômeno. Sendo assim, o objetivo principal é compreender a dimensão subjetiva do processo de desacolhimento por maioria civil.

A partir da discussão dessa categoria, dimensão subjetiva do fenômeno social, buscaremos especificamente:

- 1 - Apreender os sentidos e significados do fenômeno do desacolhimento por maioria por meio de elementos como: A) Apresentação histórica da concepção de adolescência; das políticas sociais de atendimento à criança e adolescente e políticas públicas para juventude; B) Apresentação e discussão do levantamento estatístico dos dados¹¹ fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social (SDAS) de Guarulhos, nos últimos dois anos, identificando as especificidades do desacolhimento por maioria como: motivação do acolhimento, tempo de permanência no serviço, destino do desacolhimento (família de origem, família extensa, vida autônoma), entre outros; C) Apresentação e discussão da conversação realizada com adolescente que está passando pelo processo de desacolhimento;
- 2 – Identificar como se dá a produção de significados e sentidos do processo de desacolhimento por maioria, possibilitando analisar as repercussões desse processo para a constituição da subjetividade dos adolescentes;
- 3 - Identificar as significações e contradições postas no processo estatístico, que permeiam a política social, compreendendo como o conjunto geral pode produzir expressões de sentido de quem vivencia o processo;
- 4 - Levantar aspectos importantes para a promoção de práticas junto aos adolescentes no contexto do SAICA na direção da garantia de direitos.

Considerando os diversos questionamentos apresentados até aqui, seguimos buscando o entendimento do que move a engrenagem. Ora, de qual realidade social estamos falando? Qual contexto social, cultural e político vivemos? Com essas indagações recorreremos à noção histórica e dialética como possibilidade de dialogar com o fenômeno.

Para tanto, o trabalho está dividido em seis capítulos, além da introdução e considerações finais. Iniciamos o primeiro capítulo contextualizando o lugar da pesquisa e seu

¹¹ Após consentimento do gestor da SDAS para utilização dos dados, embora estejam disponíveis de forma transparente.

sujeito, ou seja, o (a) adolescente no contexto de acolhimento institucional, situando os principais elementos e categorias que fundamentam o aporte epistemológico da Psicologia Sócio-histórica em sua relação com o fenômeno estudado. Partimos para o segundo capítulo, discutindo o percurso histórico da infância e adolescência no Brasil, bem como os seus constitutivos que conceberam a categoria de criança e adolescente enquanto sujeitos de direito. Ainda nesse capítulo são abordadas algumas concepções de adolescência da Psicologia, e posteriormente, a defendida pela Psicologia Sócio-histórica, ao considerar adolescência como categoria construída no social e na história. No terceiro capítulo tratamos de trabalhar sucintamente as políticas públicas no Brasil, sem perder de vista o conteúdo histórico que as forjaram no Brasil. No quarto capítulo, apresentamos e discutimos as categorias do método cuja perspectiva histórico-dialética sustentam o aporte teórico da Psicologia Sócio-histórica. O quinto capítulo destinou-se a apresentar e discutir o recorte estatístico envolvendo adolescentes que atingem a maioria no Serviço de Acolhimento Institucional em Guarulhos, nos últimos dois anos. Por fim, o sexto capítulo buscou apresentar a conversa realizada com uma adolescente inserida no contexto de SAICA, a qual estava em processo de transição para a maioria; no mesmo capítulo apresentamos e discutimos os núcleos de significação dessa conversação.

O PORQUÊ DA PESQUISA

É importante situar o lugar da pesquisadora na pesquisa, considerando o princípio de não neutralidade na pesquisa. Diversos atravessamentos contribuíram para minha imersão nessa pesquisa. O tema adolescência/juventude acompanhou minha trajetória desde minha formação em Psicologia, em 2010, especialmente, a partir da experiência com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. O Serviço, que dentro da estrutura do SUAS, localiza-se na proteção social especial de média complexidade, era executado por uma ONG, em São Paulo. Lá, por dois anos, como “técnica social”¹² entrei em contato com histórias, vidas marcadas por irremediáveis situações de violações a que famílias, crianças, adolescentes estavam submetidos. Bastante desafiador era buscar sentido para a prática profissional, tomada muitas vezes, pela frustração e impotência, frente à precariedade das políticas sociais em garantir o que nunca foi garantido. Havia bastante nexos entre as histórias, escolhas e rumos vivenciados por adolescentes com seu contexto social. A partir dos encontros compulsórios semanais o/a adolescente no Serviço, os quais eram critérios para medida de liberdade assistida, procurava junto com o/a adolescente sentidos para esse encontro. Por meio da escuta, buscávamos ressignificar (sobre)vivências, narrativas, o “ato infracional”. De um lado o judiciário cobrava “ressocialização”, do outro, eu e as demais colegas, questionávamos o que seria essa ressocialização? Não seria a representação social do adolescente “sem problema”, imagem idealizada social e ideologicamente? Um ressocializar sem lugar na sociedade, já que muitos(as) estão marcados(as) pela vulnerabilidade, pela cor da pele, pela passagem do ato infracional, por baixa escolaridade, dentre tantos fatores marcantes na pobreza e miséria.

Em 2014, ao ser chamada no concurso público em Guarulhos, como “educadora social”, passei a trabalhar no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Equipamento da Secretaria de Assistência Social (também da proteção social especial de média complexidade) e passei a atender casos marcados por violações de direitos (idosos, pessoas com deficiência, famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa). A violação do direito se fazia presente nos diferentes segmentos da vida, não só em relação aos adolescentes, com os quais tivera experiência anterior. Ao ser convidada a compor equipe técnica da proteção social especial de alta complexidade, na Secretaria de

¹² A denominação da nomenclatura de cargo “técnico social” engloba as áreas de formação em Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais.

Assistência Social, iniciei um trabalho de supervisão e apoio aos SAICAS em Guarulhos (2017), em que seria responsável pela mediação do Serviço com a rede socioassistencial e intersetorial, entre outras funções conforme preveem as Orientações Técnicas (2009)¹³. Paulatinamente, o tema adolescência ressurgiu com destaque nas discussões de caso, especialmente acerca da iminência da maioridade civil e dificuldade de o jovem acessar os diversos outros serviços da rede. Qual caminho tomar? O trabalho do SAICA, diferente do serviço de medida socioeducativa (em que os vínculos familiares são mantidos), é ainda mais desafiador, haja vista o rompimento de vínculos com familiares, entre outros fatores que dificultam a inclusão social do adolescente como trabalho, moradia, renda, educação etc.

Os efeitos desse fenômeno atravessam o cotidiano de todos nós – sociedade, profissional, família, pesquisador, humano – que participamos diretamente ou não do processo de desacolhimento por maioridade. Porém, as inquietações sobre esse tema me afetaram (e afetam) a partir da minha inserção profissional no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, especificamente na Secretaria de Assistência Social, em Guarulhos. Esse trabalho tem como perspectiva o estudo dos casos em conjunto com as equipes dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA's)¹⁴, compostas por psicólogo e assistente social. Muitas vezes, os desafios nesse campo expressam sentimento de impotência frente às histórias que chegam ao acolhimento, histórias essas marcadas pelo contexto de violência, vulnerabilidade, precariedade das políticas públicas na garantia do acesso aos direitos fundamentais – contradição mais evidente expressa pela negação desse processo, mostrando que se por um lado as políticas de atendimento e todo acúmulo histórico reúnem medidas e legislações em prol da proteção à infância e adolescência, por outro, essa proteção não se concretiza.

¹³ “Em municípios de médio e grande porte e nas metrópoles - e nos demais quando a demanda justificar – o órgão gestor da Assistência Social deverá manter equipe profissional especializada de referência, para supervisão e apoio aos Serviços de Acolhimento. As atribuições mínimas são: i. mapear a rede existente e fortalecer a articulação dos serviços de acolhimento com os demais serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e do SGD; ii. monitorar as vagas na rede de acolhimento, indicando o serviço que melhor atenda às necessidades específicas de cada caso encaminhado; iii. prestar supervisão e suporte técnico aos serviços de acolhimento; iv. apoiar as equipes técnicas dos serviços de acolhimento no acompanhamento psicossocial das famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos; v. efetivar os encaminhamentos necessários, em articulação com os demais serviços da Rede Socioassistencial, das demais Políticas Públicas e do SGD, monitorando, posteriormente, seus desdobramentos; vi. Monitorar a situação de todas as crianças e adolescentes que estejam em serviços de acolhimento no município, e de suas famílias, organizando, inclusive, cadastro permanentemente atualizado contendo o registro de todas as crianças e adolescentes atendidos nesses serviços”. (Orientações Técnica, 2009, p. 39-40)

¹⁴ Em Guarulhos, os Serviços de Acolhimento são conveniados com a Prefeitura e executados por Organização da Sociedade Civil.

I

A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA COMO PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA: TEORIA E PRÁXIS NO CONTEXTO DO DESACOLHIMENTO POR MAIORIDADE

A prática profissional muitas vezes mobiliza a busca de respostas para os desafios no cotidiano, que dificilmente conseguiríamos superá-los por si só, quer seja pela complexidade dos casos e histórias com que nos deparamos, sem saber muito por onde caminhar, considerando a realidade social, quer seja por também estarmos envolvidos em contextos carregados de construções sociais naturalizadas e legitimadas pelo próprio saber técnico (a Psicologia, o Serviço Social, o Direito etc.), dificultando, portanto, o avanço de uma perspectiva crítica em como superar esses desafios.

Em certo sentido, pesquisar possibilita ampliar a lente para os fenômenos, complexidades, situações que nos afetam ou pelo menos nos afetaram em algum momento dessa prática. A apreensão do fenômeno na pesquisa também atravessa a compreensão de sentido do porquê estamos estudando este tema e não outro. Sendo assim, o objetivo trata-se não só de considerar o objeto de análise, mas também nossa implicação, enquanto sujeito-pesquisador(a), uma vez que somos parte desse processo. Sobre a cientificidade do processo de pesquisa, em *Manuscritos: Economia y Filosofía*¹⁵, Marx diz

Mesmo quando eu atuo cientificamente etc. em uma atividade que eu mesmo não posso levar a cabo em comunidade imediata com outros, também sou social, porque atuo enquanto homem. Não apenas o material de minha atividade (como a língua, por meio da qual opera o pensador) me é dado como produto social, mas minha própria existência é atividade social, porque o que eu faço, faço-o para a sociedade e com consciência de ser um ente social. (...) (MARX, 1984, p. 146 citado por ANDERY; SÉRIO, 2004, p.406)

Nesse sentido, a pesquisa é atividade social, à medida que pode contribuir como ponto de reflexão e discussão sobre fenômenos sociais, sobre seus efeitos na esfera do indivíduo, sobretudo como a subjetividade se expressa e se produz na dialética com o social. A pesquisa, portanto, assume um compromisso com a transformação social, uma vez pensada no contexto

¹⁵ MARX, K. *Manuscritos: economia y filosofia*. Madri, Alianza Editorial, 1984.

acadêmico, ela retorna à sociedade, materializando-se no social. Ainda segundo Marx (2005)¹⁶,

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se ad hominem, e demonstra-se ad hominem logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem. (citado por FILHO, 2015, p. 40)

A pesquisa enquanto instrumento político pode e deve contribuir para reflexões e transformações sociais, modificando o curso da história e das relações que a constituem. O sujeito se constitui na relação com o outro e isso só se dá pela relação histórica e social. Na produção de conhecimento, o pesquisador não assume uma postura contemplativa do mundo real – fenômeno – ou seja, ele é sujeito ativo, produtor que, também, está em relação com o mundo, com esse determinado fenômeno. Assim, o conhecimento não é um simples reflexo de uma realidade dada, mas envolve sempre um fazer e atuar do homem no mundo (ANDERY; SÉRIO, 2004, p. 419).

Caminhando nessa perspectiva, a experiência apresentada aqui, compreende o sujeito-adolescente¹⁷ inserido no contexto de acolhimento institucional, em iminência de completar a maioridade e precisa deixar o serviço de acolhimento¹⁸, tendo em vista a especificidade do serviço em acolher crianças e adolescentes até os 18 anos de idade, segundo o ECA (1990).

Pensar o/a adolescente nos remete ao seu lugar de fala. Quem é ele, ou ela? Onde nasceu? Onde viveu? Quem o/a criou? Com quem vive? etc. Tais questionamentos apoiam-se em histórias carregadas de sentidos e significados de um tempo e espaço. Como ponto de partida para compreensão do fenômeno usaremos a noção de sujeito-adolescente como sujeito ativo, social e histórico, noção alicerçada nos fundamentos da Psicologia Sócio-Histórica cujo aporte teórico se faz a partir do materialismo histórico e dialético.

¹⁶ MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus, São Paulo, Boitempo, 2005, p. 151.

¹⁷ O termo adolescente aqui é compreendido para além do conceito difundido na Psicologia que o categoriza em uma etapa do desenvolvimento naturalizado, no viés biológico, desconsiderando o contexto social e histórico em que está inserido. Consideramos como aporte teórico, a psicologia sócio-histórica, a qual é abordada mais adiante.

¹⁸ O encaminhamento de crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento se justifica, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente, quando os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade forem esgotados.

A noção de adolescência compreendida aqui vai além da categoria pautada no ciclo de desenvolvimento biológico. Veremos mais à frente, o quanto cada período da história da humanidade provocou, e continua a provocar, mudanças na forma de ver a adolescência. Cada sociedade e cultura entendem de forma diferenciada o processo de existência do homem, e que difere da noção universal dada, muitas vezes, pela ciência *psi*, constituída por etapas onde a adolescência estaria localizada entre a infância e fase adulta. A Psicologia Sócio-Histórica compreende a adolescência não como uma única via de expressão de uma etapa do desenvolvimento, condicionada à realidade biopsicossocial, mas compreende as variadas adolescências, pensando no contexto histórico, social e cultural em que vivemos. Nesse sentido, Ozella e Aguiar (2008) defendem que devemos conhecer o jovem para além da aparência e dos discursos ideológicos, uma vez que ele está inserido na relação dialética com o social e a história, sendo único, singular e histórico.

Esse homem, constituído na e pela atividade, ao produzir sua forma humana de existência, revela – em todas as suas expressões – a historicidade social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção vigente. Entendemos dessa forma que indivíduo e sociedade não mantêm uma relação isomórfica entre si, mas uma relação de mediação, na qual um constitui o outro, sem que com isto cada um dos elementos perca sua identidade (AGUIAR, 2001 citada por OZELLA; AGUIAR, 2008, p. 98).

A partir desse ponto, a adolescência não é negada, mas entendida dentro de um contexto histórico, sendo significada na cultura e na linguagem que permeiam as relações sociais. Ainda segundo os autores, quando definimos a adolescência, de certa forma, estamos atribuindo significados, ou seja, interpretações da realidade, com base em “marcas” e realidades sociais, estabelecendo referências para a constituição do sujeito (OZELLA; AGUIAR, op. cit.). Essa compreensão é importante, uma vez que no acolhimento institucional, alguns discursos tendem a reforçar concepções naturalizantes, contribuindo para a segregação e classificação de adolescentes nesse contexto. A partir da pergunta: “Como, na história, esse período de desenvolvimento – adolescência – se constituiu?”, destacamos que a resposta para essa questão se insere na totalidade em que esse conceito foi produzido, sendo este um dos elementos centrais para a Psicologia Sócio-Histórica, a qual veremos a seguir.

A Psicologia, em sua história, carrega consigo concepções naturalizadoras e dominantes na compreensão do sujeito/subjetividade, e acumula elementos de contradição que perpassam as diversas correntes que dela emergiram desde a sua existência enquanto ciência. Kahhale e Rosa (2009) apontam a ausência ou negação da dimensão histórica nas construções

teóricas da Psicologia, evidenciando a naturalização e a-historicidade presentes na produção de conhecimento sobre o homem e sobre a gênese da subjetividade e fenômeno psicológico. Isso se dá porque a análise do fenômeno psicológico restringe-se a uma análise individual e natural. Deixa-se de reconhecer que as leis sociais não são naturais, bem como não se considera que o processo histórico e suas mediações constituem a subjetividade. Com isso, sustenta-se uma lógica conservadora, a qual impede ou nega a constituição do sujeito da transformação social (KAHHALE; ROSA, 2009, p. 20). Segundo Morin (1999 citado por Ibid.), a Psicologia está atravessada por paradigmas de caráter universal, anti-históricos, deterministas, reducionistas e de produção de respostas às questões da objetividade. Isso significa que a busca por respostas se dá de maneira imediata e simplista, reduzindo as diversas complexidades sociais do homem, como sendo de sua natureza.

No campo da Psicologia Social, esta nasce da contradição entre duas filosofias opostas como “fenomenologia” e “positivismo” e encerra debates em torno de qual seria, de fato, sua epistemologia¹⁹. Um movimento em torno das incertezas epistemológicas eclode entre as décadas de 1940 e 1960, ocasião em que a Psicologia Social salta em direção à quebra de paradigma do saber hegemônico, até então²⁰. A crise paradigmática que se convencionou chamar de “crise de identidade da Psicologia Social” contribuiu para questionar o positivismo. Segundo Silvia Lane (1989), a crise do conhecimento psicossocial ocorreu com diversos movimentos

Na França, a tradição psicanalítica é retomada com toda a veemência após o movimento de 68, e sob sua ótica é feita uma crítica à psicologia social norte-americana como uma ciência ideológica, reprodutora dos interesses da classe dominante, e produto de condições históricas específicas, o que invalida a transposição tal e qual deste conhecimento para outros países, em outras condições histórico-sociais. Esse movimento também tem suas repercussões na Inglaterra,

¹⁹ Boechat discute sobre a heterogeneidade epistemológica da Psicologia Social fazendo uma descrição das principais inspirações filosóficas responsáveis pelo perfil de cada corrente dentro da Psicologia Social, bem como apresenta sua historiografia. Menciona que: “ora encontramos a Psicologia Social definida como uma ciência do comportamento (ZAJONC, 1969), ora como uma ciência histórica (GERGEN, 1973), ora como uma ciência hermenêutica (MOSCOVICI, 2004; IÑIGUEZ, 2004), ora uma ciência da ideologia (MOSCOVICI, 2004; LANE, 1984). Ora, ainda, mais recentemente, ela é apresentada como um setor da ciência biológica, reivindicando para si todos os fenômenos neuronais subjacentes aos comportamentos sociais – aí incluídos, não sem alguma dificuldade, os comportamentos verbais ou linguísticos (CACIOPPO & BERNTSON, 2000)” (BOECHAT, 2009, p. 42).

²⁰ O positivismo, enquanto doutrina político-filosófica, nasce em meados do século XIX com o francês Augusto Comte (1798-1857). É inspirada pelas ciências empíricas da natureza, de Newton, Lavosier, Bichat. Influencia a Psicologia Social Experimental, por meio do método da manipulação e observação das variações do comportamento social do organismo. A epistemologia positivista tem como postulado três elementos fundamentais: “1) ele postula a superioridade da ciência quanto aos demais saberes ou quanto às demais formas simbólicas (mito, religião etc.); 2) à ciência é destinada a tarefa de enunciar as leis imanentes à realidade empírica, à apreensão de sua ordem; 3) o progresso social decorre do conhecimento dessa ordem imanente aos próprios fenômenos” ((BOECHAT, 2009, p. 47).

onde Israel e Tajfel analisam a “crise” sob o ponto de vista epistemológico com os diferentes pressupostos que embasam o conhecimento científico — e a crítica ao positivismo, que em nome da objetividade perde o ser humano (p. 11 – grifo meu).

Portanto, a crise da Psicologia Social revela a necessidade urgente de superar a dicotomia indivíduo-sociedade, por meio da compreensão de como esse indivíduo apreende a realidade, ou seja, como a objetividade (realidade) interfere na constituição da subjetividade, não de forma imediata e linear, mas mediada por elementos que influem nessa constituição. Por exemplo, a linguagem pode ser entendida como mediação para a internalização da objetividade, o que permite a construção de sentidos pessoais, subjetivos (BOCK, 2007). Sendo assim, a superação da crise tenciona romper com, e questionar, a tradição biologicista da concepção de homem, em que os processos psicológicos são usados de forma exclusiva para explicar comportamentos do indivíduo.

Enquanto campo crítico do conhecimento, a perspectiva sócio-histórica se propõe questionar pensamentos hegemônicos pautados nessa visão de homem naturalizante, buscando a historicidade dos fenômenos para responder a essa visão e romper com processos alienantes, tanto singulares como coletivos (KAHHALE; ROSA, op. cit.).

Se o propósito que se tem, com a produção de conhecimento, é produzir um saber crítico, desalienante, que possibilite intervenções psicológicas na direção da construção do sujeito de direitos e da transformação social, é preciso construções teóricas que contribuam para isso. Daí a necessidade de desnaturalizar os fenômenos e teorias psicológicas, pois a compreensão crítica da realidade requer a identificação da gênese e do curso dos fenômenos que a constituem (ibid., p. 24)

Assim, pautada nos princípios do materialismo histórico e dialético, essa perspectiva crítica visa recuperar a condição histórica e social do sujeito em sociedade, incidindo nas relações construídas socialmente, sobretudo mediadas por instituições que reproduzem a ideologia dominante. O processo histórico humano relaciona-se com determinações fundamentais de base material sobre a superestrutura²¹ e está inserido num processo dialético (Ibid., p. 25). É na base material da sociedade que a subjetividade se forma; portanto, a análise desse processo implica considerar a sociedade capitalista que a forja.

²¹ Sobre superestrutura Marx se refere aos “preconceitos, as ilusões, as convicções, os princípios, ou seja, a visão de mundo de uma classe social, o seu modo de pensar, criado por suas condições materiais de vida [...] é através dessas representações, no âmbito “superestrutural”, que os indivíduos assumem seus interesses, expressam a maneira de enxergar a sua existência na sociedade, a consciência que eles têm das condições reais da sua existência, não ocultando, pois, os seus interesses, as suas reais motivações”. (CHAGAS, E.F., 2013, p. 70)

A base da sua formação, das instituições e regras de seu funcionamento, bem como suas ideias e valores têm como condição a materialidade, sendo nela onde a sociedade se forma, porém não de forma linear ou espontânea, mas repleta de contradições. Portanto, a ideia de que exista uma base material significa que ela existe independente da consciência do homem e constitui toda a diversidade infinita do mundo de que fazemos parte. “*A matéria é uma categoria filosófica para designar a realidade objetiva, que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, reflectida pelas nossas sensações, existindo independente delas*” (LENIN, 1982, p. 150 citado por Ibid., p. 27). Tudo o que existe na matéria é movimento, a sociedade se desenvolve a partir desse movimento, os fenômenos sociais surgem e se transformam em outros, todo esse processo é regido pela dialética. Em outras palavras:

(...) Assim, os movimentos dos fenômenos, da sociedade e do próprio homem são a sua história, história constituída pelas contradições que são inerentes a e operam em todos os fenômenos de forma a levar à sua constante transformação e, por que não dizer, à sua constante formação.

Qualquer fenômeno, qualquer objeto de conhecimento é constituído de elementos que encerram movimentos contraditórios, elementos e movimentos que levam necessariamente a uma solução, um novo fenômeno, uma síntese. No entanto, essa síntese não é solução definitiva, não significa que cessam as contradições, mas é apenas a solução de uma contradição, solução que já contém nova contradição. (ANDERY; SÉRIO, 2004, p. 410)

Nesse sentido, podemos associar a ideia de movimento como um espiral, sendo que o surgimento de algo novo se dá a partir de algo velho, que já existia antes, o novo não destrói o que existe, mas o transforma, e nessa transformação surge o novo. Nesse movimento da negação e superação dessa negação, “o vir a ser” nunca termina, porque o que o ser é, necessariamente, deixa de ser. Essa ideia de movimento foi inaugurada por Hegel em contraponto à visão tradicional²², a qual fundamenta toda lógica formal (como orientadora do pensamento), pelo princípio da identidade; tal lógica compreendia o movimento como linear, estável, denotando a ideia do novo em oposição à destruição do velho (KAHHALE, PEIXOTO E GONÇALVES, 2002).

Como num movimento em espiral, Marx retoma a dialética hegeliana, que apontava a gênese do movimento no Espírito, aplicando-a à matéria e reconhecendo aí a gênese do

²² Podemos entender o surgimento dessa concepção, não como evento isolado, mas sobretudo inserida na própria dialética e movimento histórico do conhecimento e da ciência que vinha se apresentando até então.

movimento. A partir disso, a categoria trabalho é condição para explicar o homem, a natureza, a realidade. Assim,

Marx e Engels ao aplicarem a concepção materialista e dialética não só aos fenômenos naturais, mas, a todos os domínios da vida social, reformularam radicalmente a visão de matéria, de homem e sociedade assumidas até então. Não é a razão ou a ideia que se revela no real, mas foi a evolução e complexificação da matéria que produziu uma espécie animal, no caso o homem, capaz de produzir linguagem, pensamento, consciência e sua própria existência. (KAHHALE, PEIXOTO E GONÇALVES, op. cit. p. 62-63)

Dessa forma, as condições materiais produzem o homem e este, dialeticamente, transforma o mundo material. Na concepção materialista, sujeito e objeto têm existência objetiva e real. O sujeito é sujeito da ação sobre o objeto, e esta ação é de transformação do objeto, como também do sujeito. Nessa perspectiva, a contradição é o seu princípio básico. A percepção de que o “ser é e não é ao mesmo tempo”, expressa que esse ser está em transformação constante, explicitando o movimento.

A característica principal do homem é o trabalho, é a partir dele que o homem se faz homem, construindo sua história e também a sociedade. Segundo Andery e Sérgio (2004), quando Marx aborda a produção de vida pelo homem está se referindo a uma atividade produtiva concreta, a uma atividade produtora de bens materiais, sobretudo a uma atividade que produz a maneira de viver dos homens. Nesse sentido, é pelo trabalho que o homem se faz histórico e social. Isso quer dizer que o sujeito é histórico porque é sujeito da práxis, uma vez que quando transforma a natureza, também é transformado. “*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado*”. (MARX, em O dezoito brumário de Luís Bonaparte, p. 1 citado por ANDERY; SÉRIO, 2004, p. 402). Em um dos trechos de “Para a Crítica da Economia Política”, Marx (1983 citado por CHAGAS, E.F., 2013, p. 69) menciona:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor nos meus estudos, pode ser formulado resumidamente assim: na produção social da sua vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas de consciência determinadas socialmente. O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo de vida social, político e espiritual. [...] Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com

maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material, que se pode constatar fielmente na ciência natural, das condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se pode julgar tão pouco uma época tal de transformação pela sua consciência, mas, pelo contrário, deve-se explicar a esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças sociais produtivas e as relações de produção.

Esse trecho evidencia que a noção de subjetividade, para Marx, não está reduzida a determinações materiais economicistas (objetivistas), pois o sujeito se constitui na relação dialética entre objetividade e subjetividade, entre o material (econômico) e o espiritual, entre a base e a superestrutura (CHAGAS, E.F., 2013). Estes dois polos – material e espiritual – não são estáticos, cristalizados, ambos são partes integrantes da totalidade social, se constituem nas relações, formando uma unidade. O pano de fundo para as relações sociais e formação de consciência do homem é a produção material que condiz com um determinado grau de desenvolvimento de força produtiva; na contemporaneidade, o capitalismo. A subjetividade, nesse ponto, não é instância própria, independente, abstrata, naturalmente dada pelo indivíduo, mas construída socialmente num determinado tempo histórico (Ibid., p. 65).

A referência sobre “base econômica” e “superestrutura” apontada por Marx diz respeito a questões de método, oposto ao método empirista da economia política, o qual apontava para um nível aparente e imediato de análise (Ibid.). O método materialista dialético e histórico proposto por Marx e Engels permite avançar na compreensão da realidade e seu movimento de transformação, possibilitando ir para além da aparência. A chave para compreender o fenômeno é desvelar o seu movimento através da dialética e das contradições contidas nele; para tanto, além da *contradição*, outras categorias são fundamentais para essa análise. Conforme Kahhale e Rosa (2009) “*categorias são abstrações que se constituem a partir da realidade e que orientam a investigação de processos, procurando apreender as múltiplas determinações dos fenômenos e seus nexos, relações contraditórias, que não se manifestam diretamente*” (p. 26).

O desacolhimento por maioria no contexto dos serviços de acolhimento coloca desafios visivelmente postos, como apontado no início deste capítulo. Tais desafios são partes de um fenômeno inserido em uma conjuntura maior de sociedade, onde as determinações históricas se misturam e se afirmam no contexto das relações sociais, sustentadas pela lógica do capitalismo, atualmente dentro da perspectiva neoliberal, contribuindo para a manutenção

da concepção de sujeito universal e natural, dificultando, portanto, a conscientização para uma possível transformação. Evidenciar o que está por detrás da prática, a partir da ideologia que a orienta é um caminho para desconstruir o que está posto, *o imediato*. No entanto, a apreensão parte do empírico, da realidade sensível dos indivíduos, do imediato.

Algumas categorias importantes para apreensão dessa realidade referem-se a *totalidade, mediação e historicidade*. A realidade se constitui e se transforma a partir de múltiplas determinações. Os fenômenos em si, nunca estão isolados, pois fazem parte de uma totalidade que os contém, sendo essa totalidade multideterminada e constituída de relações, as quais se sustentam na sociedade – aí está o princípio dialético. Portanto, esses fenômenos não são a soma de determinantes, assim como a totalidade não é a soma de fenômenos, o que ocorre é uma síntese das múltiplas determinações, em “unidade”²³. A relação e inter-relação das coisas com os fenômenos estão imersas em contradições, forças antagônicas e constantes transformações, o que torna difícil conhecer sua verdadeira essência, que está no movimento constante dentro de múltiplas relações. Nessa perspectiva, nada está isolado, caso estivesse, seria como privá-lo de sentido ou de explicação (GADOTTI, 1998, p. 104).

A noção de totalidade como categoria da dialética entende que o sentido das coisas não está na consideração de sua individualidade, mas na sua totalidade.

A categoria totalidade implica uma articulação dialética em que a parte e o todo, o singular e o plural estão imbricados dialeticamente um no outro; não se confundem, mas não existem isoladamente, por isso, não são apreendidos separadamente. Isso significa que o singular expressa dimensões do plural ou do todo que o constitui, assim como o todo articula dialeticamente todas as possibilidades da singularidade a partir das quais se produz. (KAHHALE; ROSA, 2009, p. 30-31)

Esse processo só é capaz de ser captado por meio da categoria *mediação*, a qual relaciona mutuamente momentos distintos do todo, nada está isolado, “[...] em todo esse conjunto de fenômenos se trava uma teia de relações contraditórias, que se imbricam mutuamente [...] Implica o afastamento de oposições irreduzíveis e sem síntese superadora” (CURY, 1985, p. 43 citado por Ibid., p. 31). Significa, portanto, que as mediações – o *mediato* – contrapõe-se (dialeticamente) ao *imediato*, como algo do momento que precisa ser desvelado no movimento. O *imediato* precisa ser aprofundado, a fim de não se cair no reducionismo, ou na relação simplista entre *singular* (indivíduo) e *geral* (sociedade). Um

²³ Novamente aqui está o princípio da dialética, o fenômeno contém a “semente” da totalidade, assim como a totalidade está circunscrita na história.

exemplo é conceber a *adolescência* partindo da generalização de uma ou mais expressões subjetivas, tomadas em si mesmas. Ao des-historicizar essas expressões, a concepção de adolescência fica naturalizada, diversas mediações sociais que a compõem ficam de fora. Por isso, considerar a história como componente de análise é fundamental para compreensão do humano.

A categoria que expressa esse sentido é a *historicidade*. É na Modernidade, com a passagem do modo de produção feudal para o capitalista que essa concepção histórica fica mais evidente, a partir da compreensão de como a interação entre os indivíduos interfere na vida das pessoas e dos grupos. Começa-se a se delinear a separação entre natureza, sociedade e história como substratos para a constituição da consciência. Mesmo que essa separação exista desde a “humanização do homem”, ela pôde ser mais claramente percebida a partir de determinada condição material histórica, relacionada aos movimentos revolucionários e sociais, na Europa, no século XIX. (KAHHALE; ROSA, op. cit., p. 35). Portanto, a Modernidade inaugura a concepção de um novo homem, dotado de razão, sedento por produzir novos conhecimentos sobre a realidade e transformá-la. Independente da fé, a ciência vai sendo guiada por novos métodos; por meio do empirismo e racionalismo a razão soberana permite ao homem o alcance da liberdade (GONÇALVES, 2001 citada por Ibid.).

A Psicologia e outras ciências foram se constituindo, tomando por base o princípio da vida social regida por leis da natureza. Dessa forma, a ideia de invariabilidade dos fatos fortalecia a noção da impossibilidade de transformação social, pois os fenômenos sociais assemelhados aos fenômenos naturais não podem sofrer alteração pela vontade humana, de acordo com a ideia positivista. A compreensão de fenômenos sociais desarticulada do contexto histórico e todas as mediações que os constituem corrobora para visão reduzida de mundo e sociedade. Em contraposição a essa perspectiva é que o método materialista histórico e dialético aponta a necessidade de considerar os fenômenos inseridos em uma totalidade histórica e social, em processo, constituídos por determinações e mediações múltiplas.

Desse modo, a dimensão histórico-dialética contemplada pelas categorias *mediação*, *contradição*, *totalidade e historicidade* permitem apreender o fenômeno indo para além do que está posto, das aparências, possibilitando, com isso, compreender a complexa teia de determinações constitutivas do objeto. Fundamentadas nessas categorias de análise, apresentamos outras categorias teóricas da psicologia sócio-histórica como *pensamento*,

sentidos, significados, as quais serão discutidas e melhor trabalhadas no capítulo IV, sobre método.

Destaca-se a dimensão subjetiva como categoria que busca apreender o fenômeno em sua gênese, visando superar a dicotomia indivíduo e sociedade como se fossem entidades separadas e isoladas em si. Busca a relação dialética entre realidade social e sujeito no esforço de desnaturalizar o que está colocado. A ideia aqui é poder recuperar a condição histórica da dimensão subjetiva do processo de “desacolhimento por maioria”, sobretudo a partir da sua inserção na totalidade, bem como destacar as mediações desse fenômeno.

Na perspectiva de dialética subjetividade-objetividade é que podemos discutir a categoria dimensão subjetiva da realidade. A realidade social é constituída pelo sujeito, como também é construída historicamente na vida social. Essa realidade, por outro lado, constitui o sujeito, interferindo no modo como ele irá produzir sentido e significado. A relação entre sujeito e objeto (realidade), assim como os fenômenos sociais, constituem-se de forma complexa e dialética, não havendo, portanto, determinação de um sobre o outro, como em uma relação causal. A síntese entre as condições materiais e a interpretação subjetiva dada a elas (BOCK E GONÇALVES, 2009, p. 143) estabelece a dimensão subjetiva da realidade. Furtado (2001) descreve a realidade como

a expressão do campo de valores que a interpretam (suas bases subjetivas) e ao mesmo tempo o desenvolvimento concreto das forças produtivas (suas bases objetivas). Há uma dinâmica histórica que coloca os planos subjetivo e objetivo em constante interação, sem que necessariamente se possa indicar claramente a fonte de determinação da realidade. Isso nos leva a afirmar que a realidade é um fenômeno multideterminado, o que inclui uma dinâmica objetiva (sua base econômica concreta) e também uma subjetiva (o campo de valores). O indivíduo é o sujeito singular dessa dinâmica e, assim como recebe prontos a base material (dada pela sua inserção de classe) e os valores (o plano da socialização), também é agente ativo da transformação social, independente de ter ou não consciência do fato. (p. 91)

Nesse viés, ao se debruçar na dimensão subjetiva do fenômeno “desacolhimento por maioria” (ou qualquer outro fenômeno social), a partir das categorias historicidade e totalidade, busca-se identificar a gênese que constitui esse fenômeno, sobretudo na perspectiva de superar a dicotomia que separa indivíduo e sociedade como se fossem agentes externos e independentes um do outro. Considera-se, portanto, o fenômeno social na relação dialética entre as múltiplas determinações, entre as bases objetivas e subjetivas.

Identificar o processo de constituição de um fenômeno social começa por identificar sua produção social a partir da materialidade de suas manifestações – identificando de quais lugares concretos surge, qual sua posição na organização social da

produção, na relação com diferentes grupos sociais definidos por essa organização material [...] a análise deve ser das mediações que constituem o fenômeno social em questão. (BOCK E GONÇALVES, op. cit., p. 145)

A mediação assume um papel importante porque possibilita situar o sujeito, no caso, o adolescente ou a adolescente, na relação que tem com o mundo, considerando as suas expressões entre o social e o individual. Portanto, é nesse processo em que a dimensão subjetiva se expressa, em um esforço de desnaturalizar e superar explicações dicotômicas e ahistóricas.

Ao se fazer uso da categoria dimensão subjetiva para analisar o fenômeno social “desacolhimento por maioria” busca-se relacionar os vários elementos que o constituem, por meio da relação dialética entre a realidade social e o sujeito. Considerando que o fenômeno se expressa nas múltiplas determinações, nos próximos capítulos serão discutidos alguns elementos constitutivos do fenômeno. As políticas sociais, as políticas públicas para a juventude, a concepção de adolescência e desigualdade social são elementos que se imbricam no plano individual.

Entende-se dimensão subjetiva da realidade como construções da subjetividade que também são constitutivas dos fenômenos. São construções individuais e coletivas, que se imbricam, em um processo de constituição mútua e que resultam em determinados produtos que podem ser reconhecidos como subjetivos. (ibid., p.143)

Dessa forma, de que maneira a dimensão subjetiva do fenômeno está expressa no discurso do (da) adolescente? Como todos esses elementos estão inscritos na relação do sujeito com a sociedade? A qual(quais) adolescência(s) estamos nos referindo no desacolhimento por maioria nos SAICAS? A compreensão dos componentes constitutivos do todo, em sua dialética, possibilita situar o fenômeno diante da totalidade, permitindo associar as contradições inerentes ao movimento que o determina, discussão essa que nunca se esgota.

Caminhando nessa direção, veremos a seguir o percurso histórico da infância e adolescência no Brasil e como isso influencia a concepção atual de adolescência resvalando no contexto de acolhimento.

II

O LUGAR HISTÓRICO E SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL

a. Infância negada: percurso histórico social da constituição de criança e adolescente enquanto sujeito de direitos

No Brasil, o atendimento de crianças desvalidas foi forjado no período colonial, tendo como principais instituições, ao longo da história, os colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades criadas de acordo com as tendências educacionais e assistenciais de cada época. Filhos de famílias ricas e setores pauperizados da sociedade foram educados longe de suas famílias e comunidades (RIZZINI; RIZZINI, 2004), e os meninos pobres e “livres” nas cidades constituíram alvo da intervenção das políticas de intervenção. Após a segunda metade do século XX, os chamados “internatos” caíram em desuso para os filhos dos ricos, mantendo essa modalidade de intervenção, sob relações desiguais à camada da população pobre, perdurando até os dias atuais (RIZZINI; RIZZINI, op. cit.).

Referência no tema, Marcílio (2019) aponta que ao longo da história brasileira, três fases distintas marcaram a assistência à infância abandonada, as quais, a partir da segunda fase se justapõem. São elas: a) Fase Caritativa, do período colonial até início do século XIX, com predominância do caráter assistencialista, filantrópico; b) Fase da filantropia, com a criação de escola corretiva para pobres, até a década de 1960, evoluindo para um novo caráter filantrópico; e c) Fase em que emergiu o Estado de Bem Estar do Menor, nas últimas décadas do século XX, quando se instala a “Política Nacional de Bem-Estar do Menor”, e posteriormente, instauração do ECA como marco legal na afirmação de criança e adolescente como sujeito de direito.

i. Fase Caritativa

Marcílio (2019) denomina o primeiro período de assistência em favor da criança abandonada como “fase caritativa”, marcada por ideais de cunho paternalista, com intenso sentimento de fraternidade, mas sem muitas intenções por mudanças sociais. Nessa fase

houve três formas para lidar com a criança abandonada, duas consideradas “formais”, por ter relação com ações assumidas pelo governo e uma “informal”, considerando que o destino das crianças abandonadas ficava em função da fraternidade da vizinhança. Portanto, na perspectiva formal, tinham como responsabilidade pela assistência às crianças desvalidas, as Câmaras Municipais e as Assembleias Provinciais possuíam aval da Coroa para delegar serviços especiais a instituições (nesse caso, as Rodas de Expostos e Casas de Recolhimento) e como atribuição subsidiar o atendimento ofertado pelas Misericórdias. No entanto, até que a municipalidade interviesse por essa demanda, de modo informal, famílias e indivíduos assumiam a responsabilidade por recém-nascidos abandonados nas ruas, nas portas de suas casas, nas portas de igrejas etc. Além destas situações, pessoas procuravam a Roda dos Expostos no intuito de “adotar” ou pegar uma criança para criar, os chamados “filhos de criação”. Desde o século XVI esse sistema informal foi o mais universal e abrangente que existiu, estendendo-se por toda história do Brasil, encontrando resquícios até os dias atuais.

Embora os jesuítas tivessem sido enviados ao Brasil, no período colonial, com intuito missionário de civilizar (“educar”) índios, tendo inclusive alcançado a hegemonia educacional da infância brasileira, em nenhum momento preocuparam-se com a infância desvalida e desamparada. Nenhum exposto pôde ser incluído em escolas jesuítas. (MARCÍLIO, op. cit. p. 146). A primeira instituição à criança abandonada foi a Roda dos Expostos e persistiu por quase um século e meio, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. A Roda foi criada na Colônia, perpassou e se multiplicou no período imperial e manteve-se durante a República, ainda que fossem poucas; a última extinção da Roda ocorreu somente em 1951, em São Paulo; na Bahia, por exemplo, perdurou até 1950.

O sistema de Rodas de Expostos foi um método trazido da Europa medieval e tinha por objetivo garantir o anonimato das mães intencionadas a entregar seu filho, evitando que ele fosse abandonado em bosques, ruas, lixo, portas de igreja, casas de famílias, como era costume, bem como que houvesse práticas de aborto e infanticídio. Há registros de que no fim do século XVII, o governador-mor da Bahia procurou investir na criação da instituição para evitar uma desumanidade maior com aquelas crianças abandonadas, muitas encontradas mortas, ao amanhecer, por cães e animais, que segundo a igreja católica por falta do sacramento do batismo ficavam como almas perdidas (Ibid., p. 167)

A entrega da criança muitas vezes era uma forma de resguardar a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento, ou porque a família não tinha condições

necessárias para criá-la, ou até mesmo, como subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, visto que na época não existiam métodos eficazes de controle da natalidade.



24

Modelo de Roda dos Expostos

Outra finalidade da institucionalização dos bebês desamparados, no sistema caritativo das Rodas, era cumprir com o sacramento do batismo, sem o qual não haveria salvação das almas; sendo assim, aqueles encontrados em abandono eram levados à Igreja de Misericórdia para o batismo, e só então, prosseguiam para os cuidados das amas de leite. (MARCÍLIO, op. cit.). A seguir, um modelo de registro de entrada de criança na Roda dos Expostos. Esse registro consta em acervo exposto no Museu da Misericórdia em Salvador (BA).

Entrada de Crianças na Roda dos Expostos²⁵

<i>Anno</i>	<i>Dia</i>	<i>Mez</i>	<i>- Nº 662 Guilherme de Matos</i>	<i>Observações</i>
1872	17	9 bro	A meia noite foi Exposto na Roda do Asylo de N. S. da Miz ^a um Menino branco recém nascido doente trouxe os seguintes objectos: 1 ^o 1 Camisa de CaSsa lisa com bico 2 ^o 1 Cueiro de baietilha debruado de fita	Dado a criar no dia 1 ^o de Dezembro dde 1872 a Snr ^a Maria emilia de Falleceu no dia 8 Fev ^o de 1873 de convulsões.

²⁴ Foto registrada pela pesquisadora no Museu da Misericórdia em Salvador – BA, em fevereiro de 2020.

²⁵ Registro exposto no Museu da Misericórdia em Salvador – BA, observado pela pesquisadora em fevereiro de 2020.

<i>amarella e bord° de soutache cor bonina</i>	<i>S. Pedro parda</i>
<i>3° 1 Cinto de fita verdetodo emmendado</i>	<i>casada</i>
<i>4° 1 Touca de seda branca lavada com fita verde</i>	<i>moradora na rua da vala na Estrada nova de frente do Snr. Barros.</i>
<i>Este menino trouxe consigo uma carta.</i>	
<i>Acompanha esta guia um Menino nascido no dia 16 de 9 bro tendo o mesmo nome de Elpidio recomenda-se Illmo Exm° Provedor que se dgna velar com seos olhos de caridade sobre esta desvalida criança, pois se se vale d´este nobre recolhim.to fie em virtude de sua Mai não ter emios bastantes para fazel-o bom Chistão, bom cidadão, bom amigo pª o futuro e que seja útil a sociedade; amante de seo Deos seos Pais e sua Pátria há de ser vestida esta criança pª que todo tempo q estiver concluida a sua criação posso transportar-se do seio materno.</i>	
<i>Ainda não recebeu o batismo.</i>	

O registro acima faz referência a criança doente, porém a causa do abandono não é revelada. A crença na salvação da alma através do batismo impulsionava famílias pobres, sem condições de cuidar dos filhos doentes a deixá-los na Roda dos Expostos, como um meio de “salvar” a alma da criança, caso ela viesse a óbito. Pela escrita, observa-se o caráter assistencialista e moral como características proeminentes desse período.

Inicialmente, apenas três cidades receberam esse sistema, sendo Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789); posteriormente à Independência, algumas províncias pouco a pouco foram tomando consciência da necessidade do amparo a essas crianças, sendo assim foram criadas em São Paulo (1824); em Porto Alegre (1837); Rio Grande (1839) e Pelotas (1849); Santa Catarina (1828) etc. Nos registros históricos foram encontradas ao todo quinze Rodas dos Enjeitados, no Brasil, de certo, insuficientes para atender o amplo contingente de crianças rejeitadas, além do funcionamento das já existentes ser precário e improvisado (MARCÍLIO, op. cit. p. 183). Para além das Rodas de Expostos, nesse período, havia também os Recolhimentos para as meninas pobres.

O encargo com os expostos era uma tarefa custosa e difícil para as Santas Casas de Misericórdia, e ainda que após um tempo de existência das Rodas os governos provinciais repassassem subsídios à manutenção, a verba dotada era insuficiente diante da demanda existente. As más condições de higiene, alimentação e cuidado contribuíam para o alto índice de mortalidade (RIZZINI, 2004). Além disso, passado o tempo de cuidados feitos pela ama de leite²⁶, que perdurava do nascimento aos três ou sete anos (no máximo doze anos), a criança não tinha para onde ir, acabava retornando às Rodas e sendo colocadas em Casas de Recolhimento, onde lá ficavam até encontrarem uma família, ou se meninas, até o casamento; caso contrário, muitos ficavam em abandono nas ruas, em situação de “prostituição”, vivendo de esmolas ou pequenos furtos, recaindo de todo modo no abandono. O avanço do liberalismo durante o século XIX contribuiu para a redução da assistência infantil de cunho caritativo, sobretudo porque as Misericórdias foram perdendo autonomia face à dependência financeira do governo, o qual passou a impor políticas e controle, iniciando-se assim, ações por uma filantropia cada vez mais pública (MARCÍLIO, op. cit., p. 183).

Outro ponto a considerar, antes de adentrarmos na fase marcada pelo caráter filantrópico, é que até meados do século XIX foram criadas instituições denominadas “Casas de Recolhimento” onde meninas que, ao completarem 7 anos, não tivessem encontrado colocação em casas de famílias, passavam a ser encaminhadas ao “Recolhimento das Órfãs da Misericórdia”. Do nascimento aos três anos permaneciam com uma ama de leite, dos três aos sete anos poderiam permanecer com a ama, ou serem encaminhadas para Casas de Educação, dessa idade em diante ou iam para uma família ou para o Recolhimento. Lá, elas recebiam educação para o casamento e manutenção da virtude; o projeto pedagógico previa a dedicação das “meninas aos úteis trabalhos de seu sexo”, conforme projeto enviado ao rei (Ibid., p. 189). Eram preparadas para serem mães de família e/ou empregadas domésticas. Essa instituição funcionava como um substituto da tutela do pai, um dote era garantido pela instituição, através de doações, legados ou “favor” dos governos provinciais, porém nem todas eram contempladas com o dote. Os Recolhimentos funcionavam em regime claustal e exerciam fortemente o controle sobre a sexualidade feminina, dificultando o contato das internas com o meio exterior. A educação dada não poderia corresponder a uma “cultura de espírito superior à

²⁶ As amas- de -leite eram mulheres extremamente pobres, solteiras e residentes nas cidades. Algumas eram mulheres casadas ou escravas. Recebiam um subsídio para cuidar das crianças expostas (MARCÍLIO, 2019).

sua posição social”; era incutido o hábito para o trabalho e educação moral (Ibid., p. 201). Nem sempre conseguiam sair antes de completar a maioridade e emancipação (20 anos).

Já os meninos, o destino dado após o período com as amas de leite, era demarcado por sua raça. Se negros ou mulatos serviam de escravos pelas próprias amas, passado o tempo de amamentação. Poucas saídas tinham os meninos expostos nas Rodas, além da rua, desamparo ou morte. A partir do século XVIII, surgiram propostas de amparo a essa parcela de desamparados, sendo uma delas, a criação de seminários, como colégios internos. A primeira instituição do gênero denominada “Casa Pia” e “Seminário de São Joaquim” funcionou em Salvador, no final do século XVIII, tinha como projeto pedagógico a profissionalização. Não muitas outras se multiplicaram no período colonial, sendo mais ascendente no século XIX, na fase de filantropia.

Em meados do XIX, ainda inspirados pela ideologia caritativa, ocorreu a criação das Casas de Educandos Artífices que, além do seminário, ofereciam oportunidade de ensino elementar e profissionalização para os meninos desamparados. Eram elas: Companhias de Aprendizes Marinheiros e Companhias de Aprendizes do Arsenal da Guerra. Lá, os meninos poderiam permanecer por nove anos ou até completar a maioridade. As crianças ingressavam como aprendizes e tinham oportunidade de aprender ofícios como “marceneiro, calafete, ferreiro, tanoeiro, cavouqueiro, pedreiro, tecelão entre outros” (MARCÍLIO, op. cit., p. 213). A vida nessas instituições não era nada fácil, por não terem regulamentação (de 1764-1840), havia muitos abusos, maus-tratos e exploração das crianças. Após aprovação de estatutos, diretrizes disciplinares e de pedagogia militar legitimavam práticas de punição correcionais para casos de insubordinação das regras.

ii. Fase da Filantropia

Marcílio (2019) denomina como fase filantrópica um período na história do Brasil entre meados do século XIX e meados do século XX em que houve grandes mudanças nas políticas de atendimento à infância abandonada. Alguns elementos marcantes nessa época foram a abolição da escravidão, a queda da Monarquia, a separação da Igreja e do Estado, a quebra do monopólio religioso da assistência social, avanços na legislação social pró-infância, a construção dos Direitos da Criança, a emergência do denominado “Estado de Bem-Estar Social”.

A conjuntura nacional englobava forte industrialização, crescimento dos centros urbanos, aumento da imigração, êxodo de migrantes das regiões pobres para os centros onde haveria mais chances de trabalho. Fatores como o aumento do contingente populacional, alavancado pelo baixo índice de mortalidade, devido às estratégias da medicina preventiva, somado à pobreza crescente e ineficiência do funcionamento das práticas caritativas, contribuíram com o aumento do abandono de crianças.

Na fase filantrópica, as principais instituições de assistência à infância abandonada, em todo o Brasil, por volta de 1855, eram os denominados “Asilos”. Nesses locais a principal diretriz era o ensino elementar e profissionalizante. A partir de 1870, com a Lei do Ventre Livre e o temor da classe burguesa de perder a mão de obra escrava houve um investimento da elite no segmento filantrópico, prevendo o controle social e manutenção da ordem. A ciência aliada ao projeto de filantropia burguesa incitou a segregação da sociedade a partir do internamento de parcela da população que poderia influenciar negativamente na “harmonia” e ordem social. Sendo assim, grandes estabelecimentos totais foram criados para a criança abandonada, considerada em risco. (MARCÍLIO, op. cit., p. 238-239).

No período republicano, sob o lema “modernidade”, inspirados no saber científico, projetos para o público infantil desvalido começavam a ser delineados sob a ótica da medicina preventiva-higienista em que procuravam atacar a infância abandonada a partir de argumentos e uso de técnicas “científicas”. A Medicina e o Direito, lado a lado, elaboravam propostas de política assistencial pautadas na correção dos “desviantes” (carência, abandono, delinquência), devendo as instituições educacionais promover influências benéficas no meio social (Ibid.). Nesse sentido, a política passou a ser debatida sob os polos assistencial e médico-higienista, transformando direitos sociais em moralidade econômica. No campo jurídico, houve esforços para correção da questão social do “adolescente infrator” que começava a incomodar a sociedade. (GUEDES E SCARCELLI, 2014; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2019). Nesse processo, pouco a pouco a infância deixava de ser objeto de interesse apenas da Igreja ou da família e passava a ser instrumento de intervenção do Estado na família. Conforme apontam Guedes e Scarcelli (2014)

A medicina higienista, aliada ao direito, operou como norteador dessas práticas, avaliando, e julgando, o grau de capacidade e dignidade das famílias em cuidar de seus filhos, de modo a “prevenir” que a infância em perigo se transformasse em

uma infância perigosa (RIZZINI, 2011; SERRA, 2011)²⁷. Nota-se, nesse modelo, a ênfase no controle, na “prevenção”, assim como a fácil transposição do “em perigo” ao “perigoso”.

O Estado começa a intervir fortemente no planejamento e implementação de políticas de atendimento ao *menor*. As primeiras referências sobre o termo “menor” aparecem em 1830, sendo articulado às leis criminais do Brasil Império, que definiam quais sanções deveriam ser aplicadas nos casos onde houvesse o cometimento de crimes por “menores de idade”. Essa definição de menor está atrelada ao caráter penalista e criminal (SANTOS, 2004, p. 212). Segundo Santos (2004), a trajetória referente à expressão *menor* passou da dimensão jurídica à social, pois ao segmentar setores sociais, foram criadas categorias de crianças consideradas “suspeitas” e potencialmente “perigosas”. Posteriormente, no final do século XIX, essa expressão passou a se referir às crianças nascidas nas camadas mais baixas da pirâmide social.

Alvim et al²⁸ (1988 citados por MARCÍLIO, 2019, p. 225) apontam que

do início do século, quando se começou a pensar a infância pobre no Brasil, até hoje, a terminologia mudou. De < santa infância>, <expostos>, <órfãos>, <infância desvalida>, <infância abandonada>, <petizes>, <peraltas>, <menores viciosos>, <infância em perigo moral>, <pobrezinhos sacrificados>, <vadios>, <capoeira> passou-se a categoria dominante – menor. O termo menor aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público.

De um lado o termo *menor* referia-se (e continua a se referir nos dias atuais) à criança da camada pobre da população, abandonada, “delinquente”, desfavorecida; de outro, o termo *criança* remete ao filho das famílias bem-postas.

No início do século XX, pressupostos do liberalismo (econômico, social, político e cultural) foram elementos importantes no debate pela continuidade ou não das Rodas de Expostos, já que traziam em seu bojo o projeto de progresso contínuo, a oposição entre barbárie e civilização, a luta constante por um Estado laico na assistência. Havia uma divisão entre a comunidade médica quanto à extinção da Roda, dúvida marcada principalmente porque estava em discussão a quebra do sigilo no ato do abandono, o que poderia desencadear

²⁷ Rizzini, I. (2011). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (2ª ed. rev.). São Paulo: Cortez.

Serra, L. N. (2011). *Infância perdida: a concepção de "menores anormais" na obra Pacheco e Silva*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁸ M. Alvim, Rosilene Barbosa & Licia do Prado Valladares. *Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura*. BIB – *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, vol. 26, 1988, pp. 3-37 (p.17)

uma onda de infanticídios e abortos²⁹ (MARCÍLIO, 2019). Porém, influências vindas da Europa, que já havia abolido esse sistema há anos, somadas ao aumento da mortalidade infantil dos expostos nas Rodas, atribuído ao despreparo das amas de leite, higienistas e juristas (sob forte influência do positivismo) fizeram campanhas por sua extinção. Começa-se a tomar consciência de que a responsabilidade pela educação e assistência à infância desamparada deveria estar a cargo do Estado.

Crianças até então consideradas em situação de risco, no perigo das ruas, da malandragem, da vadiagem, a partir de ideais filantrópicos de formação educacional, de disciplina e vigilância, passaram a ser encaminhadas para grandes instituições totais. “*A filantropia tinha por escopo preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde), formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado*” (MACÍLIO, op. cit., p. 240). Sendo assim, fazia parte da rotina a eliminação do perigo da insalubridade e indisciplina; era preciso um novo ordenamento no funcionamento dessas instituições. Médicos, educadores, juristas participavam de discussões com vistas a promover e corrigir o menor abandonado, prevenindo-o do ócio, da prostituição, do crime, mendicância, abandono nas ruas. Esta era uma forma de domesticar e controlar o que seria potencialmente perigoso para a sociedade. Surgiram então: escolas de artes e ofícios, institutos correcionais, reformatórios, orfanatos, asilos etc.

Final do século XIX, com a consolidação de ideais cada vez mais disciplinares, higienistas, de controle social, médicos e juristas davam força para a criação de um sistema capaz de disciplinar e corrigir “desvios sociais”. Dessa forma, algumas instituições foram mudando o viés em direção a um projeto de prisão-modelo para menores carentes e infratores. A base seria a educação moral e profissional. Ainda conforme Marcílio (2019), a história da criança abandonada prosseguia fortemente com o foco da filantropia correcional e preventiva sendo tratado como caso de polícia.

A concentração deslocava-se do social para o jurídico. Enquanto o Código Criminal do Império, de 1830, previa minoridade penal aos 14 anos incompletos, em 1890, com o novo Código Criminal, a idade foi reduzida para 09 anos incompletos. A responsabilidade pela infância infracional era reduzida à incapacidade da família educar seus filhos, portanto, a solução seria retirá-los do meio desviante e colocá-los em locais onde pudessem ser

²⁹ Lembrando que a Roda de Expostos garantia o anonimato das mães que lá deixavam os filhos. Caso a Roda fosse extinta, com a mudança do sistema, esse sigilo não mais existiria, fato que causava oscilação de opinião com relação à permanência ou não do funcionamento da Roda.

regenerados e disciplinados. Com a Declaração dos Direitos da Criança, em 1923, o Brasil foi impulsionado a criar o Juízo Preventivo dos Menores Abandonados e Delinquentes, em 1924, sendo nomeado o juiz Dr. Melo Matos, responsável, anos depois, pelo Código de Menores, em que estabelecia inimputabilidade aos menores de 18 anos.

O Código Mello Mattos, conhecido como Código de Menores foi promulgado em 1927 e foi o primeiro; e o segundo em 1979, conhecido como Código Alyrio Cavallieri; ambos, construídos através da concepção da *Doutrina de Situação Irregular*, a qual empoderava o Estado na intervenção direta sobre as famílias, tendo direito a “*suspender o pátrio poder*³⁰ *do pai ou da mãe que ‘por abuso de autoridade, negligência, incapacidade, impossibilidade de exercer o seu poder’, faltasse ‘habitualmente’ ao cumprimento dos deveres paternos*” (RIZZINI, 1985, p. 131 citada por SANTOS, 2004, p.211).

Embora esse primeiro sistema jurídico voltado à criança desamparada estivesse carregado de contradições, timidamente, foi o princípio para se pensar a proteção da infância e adolescência de forma mais organizada, sistematizada e ampla, o que culminaria mais tarde na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas, até que isso acontecesse, muitas águas rolaram até o final do século XX.

iii. Emergência da fase do “Estado de Bem-Estar do Menor”, o Código de Menores e a promulgação do ECA

Apesar de no Brasil, de fato, na prática nunca ter existido o Bem-Estar Social, muito menos na esfera da infância e adolescência, o Estado, como principal responsável na assistência à infância desvalida, agindo de modo controverso aos ideais do Bem-Estar Social implantados nos países europeus, instaurou uma Política Nacional, chamada “Bem-Estar do Menor”, operacionalizada a partir do sistema FUNABEM/FEBEM (descritas abaixo). Contraditoriamente, foram esses ideais sobre o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* que impulsionaram o Brasil a repensar o modelo de assistência à infância. Além disso, outro

³⁰ A expressão "pátrio poder" caiu em desuso, sendo substituída por "poder familiar", onde pai e mãe têm responsabilidades na garantia dos direitos dos filhos menores de 18 anos, diferente daquela em que somente o pai exercia o "poder" sobre os filhos. Conforme preconiza o ECA, em seu Art. 21 "O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência". (ECA, 1990)

ponto de grande influência foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a qual no âmbito internacional acirrava discussões importantes sobre o Direito da criança e adolescente, em uma nova perspectiva, a partir do seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito, sobretudo aplicação de proteção e cuidado especial dada a fase peculiar de desenvolvimento.

Marcílio (2019) refere-se a esse período (meados do século XX) como aquele com intensas práticas governamentais de cunho autoritário, segregacionista e de controle à classe pobre. A distinção entre criança rica e criança pobre se evidenciava pela noção de risco ou periculosidade dada a esta última, com a qual a própria Política Nacional do Bem-Estar do Menor legitimava práticas nessa lógica. Enquanto a política de educação e da família se dirigia à classe de crianças abastadas com objetivo de formação da sociedade burguesa, políticas de controle especial, de educação elementar e de profissionalização se destinavam às crianças pobres.

O cenário político-social foi pano de fundo para a criação do Departamento Nacional da Criança (1919) e do SAM – Serviço Nacional de Assistência a Menores (1941). O primeiro tinha por objetivo controlar toda assistência à infância carente, enquanto o segundo cuidaria tanto do menor carente quanto do infrator. Sob o lema “vigiar e punir”, esses dois Órgãos ligados ao Estado pouco contribuíram para uma fiscalização de fato eficiente e humana.

Em 1964, com a ascensão dos militares, foi criada a FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, cujo objetivo, conforme seu Estatuto, era “formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante o estudo do problema e do planejamento das soluções, e a orientação, a coordenação e a fiscalização das entidades que executam essa política” (Novo Código de Menores, 1979³¹ citado por MARCÍLIO, 2019, p. 262). A FUNABEM visava a reintegração do menor à família e à comunidade, com meta na abordagem preventiva e socioterapêutica (OLIVEIRA; ASSIS, 1999). No entanto, a institucionalização nesse período foi marcada por fortes atos de violência, sem nenhum critério para as internações, com ocorrência de isolamento da comunidade e ênfase na correção e repressão. À época houve uma mistura do Código de Menores com a *Lei de Segurança Nacional*, tendo em vista que o Brasil passava pela ditadura militar, logo, as ideias presentes no primeiro Código não foram modificadas (GUEDES; SCARCELLI, 2014).

³¹ *Novo Código de Menores*. Lei nº 6.697 de 10-10-1979, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1988, p. 9.

A *Doutrina de Segurança Nacional*, conforme Miranda (2016), foi idealizada pela Escola Superior de Guerra e tinha como propósito implantar um sistema de controle e domínio do governo, visando o fortalecimento do Estado e atrelando as estratégias de desenvolvimento político e econômico do país com a questão da segurança. Nesse sentido, a noção de segurança caminhava na direção de práticas autoritárias pelo Estado, perseguindo todo aquele que fosse “suspeito” ou “inimigo” da ideologia hegemônica da época. As intervenções no âmbito do “menor” passaram, então, a trabalhar sob a mesma ótica, utilizando práticas repressoras, violentas e autoritárias, controlando e inibindo as suspeitas “condutas antissociais”. (MIRANDA, op. cit. p. 51)

O segundo Código de Menores, lançado em 1979, chamado Estatuto do Menor, tinha como finalidade oficializar o papel da FUNABEM atendendo não apenas os desvalidos, abandonados e infratores, mas também reunia os meios para prevenir e corrigir as causas dos desajustamentos (MARCÍLIO, 2019). Com base nisso, foram criadas as FEBEM’S – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, em que as instituições passaram à administração dos governos estaduais.

Portanto, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), forjada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, pelo governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), buscou legitimar o sistema de assistência à infância a partir da criação da FUNABEM/FEBEM, no entanto, o exercício de intervenção não se destinava a qualquer criança ou adolescente, mas ao “menor”, aos meninos e às meninas intitulados(as) pobres, com trajetória de vida marcada pelo abandono de pais, mães ou responsáveis, que fossem deficientes ou aqueles em conflito com a lei (MIRANDA, 2016). O Código de Menores, de 1927, foi o dispositivo jurídico que além de sistematizar o trabalho com o “menor”, também definia a emergência do “menor perigoso” como decorrente da situação de pobreza. O Novo Código (1979) reafirmava a concepção da situação irregular como causa para atos “delinquentes” (PASSETI, 1999³², p. 25, citado por Ibid.).

A Doutrina de Situação Irregular, cuja intenção era atuar sobre qualquer conduta antissocial, controlando ou reduzindo-a, trabalhava a questão do “menor” no viés do “bem-estar”, a partir da ampla divulgação na mídia sobre a oferta de um sistema que garantisse o atendimento integral a todas as necessidades do “menor”, como saúde, educação, recreação,

³² PASSETTI, E. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999. p. 25.

afeto, segurança social. Evidentemente o real objetivo e interesse do governo sobre a classe pobre se camuflava no falso discurso de garantia de direitos.

Ainda segundo Miranda (2016), a PNBEM, calcada em princípios assistencialistas, foi construída a partir da perspectiva da Doutrina do Bem-Estar Social. Essa Doutrina, também conhecida como *Welfare State*, nasceu no período da Guerra Fria, momento marcado por disputas econômica e social dos Estados Unidos aos países da Europa, América Latina e outros países do Oriente (como Japão). A lógica do Bem-Estar é situar o Estado como provedor de questões econômicas, de modo a regular as políticas sociais, por meio da ideia de “*responsabilidade estatal na manutenção de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e a implantação de rede de segurança de serviços de assistência*” (MIRANDA, op. cit. p. 54). No Brasil, a disseminação desse ideal aconteceu justamente no período de ditadura militar, porém, de maneira contraditória, sendo vivenciada apenas enquanto prática discursiva.

Apesar do Estado defender a garantia de proteção social, o fazia apenas a determinada classe social, sob a lógica assistencialista e filantrópica. Assim como as famílias pobres, a infância abandonada, em situação de miséria, tida como “antissocial”, permaneceu sendo alvo de práticas do Estado pautadas no controle, repressão e violência disfarçadas em discurso ideal de cuidado e de Bem-Estar. Na prática, a ideologia sustentada pelo Código de Menores servia para criminalizar a pobreza e recrudescer ações corretivas em todo sistema implantado na FUNABEM e FEBEM, perdurando assim por mais de 20 anos (1964- 1990).

No final dos anos 1970, com as lutas pela abertura democrática, movimentos sociais passaram a denunciar a ineficácia e atropelos das políticas e legislações vigentes. Só a partir de 1988, com a Constituição Federal e, 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estado assume sua responsabilidade sobre a assistência à infância e adolescência, afirmando uma nova concepção de infância, criança e adolescente como sujeitos de direitos. Cai por terra o Código de Menores e sua Doutrina de Situação Irregular, inaugurando então, a Doutrina de Proteção Integral. Segundo essa doutrina, os então chamados menores passam ser sujeitos de direito, e não mais, objetos do Estado. Em vez de “menores”, são reconhecidos como criança ou adolescente.

Outrossim, a promulgação do ECA marca a mudança de paradigma reconhecendo o direito a todas as crianças e adolescentes, independente da sua classe social. Conforme Leôncio (2009 citado por GUEDES; SCARCELLI, 2014)

a palavra “sujeito” do termo “sujeito de direitos” traz uma concepção da criança e do adolescente autônomos, íntegros e dotados de personalidade e vontade própria, em contraposição à noção de um indivíduo passivo, subalterno e objeto das ações e decisões. Já o termo “direito” sublinha a existência das ações serem realizadas por direitos sociais, para além da beneficência ou piedade.

O público infanto-juvenil passa a ter seus direitos fundamentais e básicos assegurados, tais como: educação, saúde, profissionalização, alimentação, direito à vida, esporte, lazer, cultura, dignidade, convivência familiar e comunitária etc., independentemente de sua condição socioeconômica, racial e cultural. Além disso, passam a ser responsáveis pela garantia dos direitos: o Estado, família e sociedade. (ECA, 1990)

A compreensão de criança e adolescente no campo dos direitos sociais que se apresenta hoje acompanha todo um percurso histórico da constituição da nação, atravessado por acontecimentos históricos de cunho político, cultural, social, econômico, religioso, influenciando a definição de criança e suas tratativas em cada época na história. Retomar a historicidade dessa categoria nos permite refletir sobre os desafios que ainda temos hoje no cenário das políticas públicas da infância e adolescência, sendo um deles, o acolhimento de crianças e adolescentes e conseqüentemente o desacolhimento por maioria civil, este último como uma das facetas complexas no horizonte de análise das políticas de atendimento à juventude.

Ainda no âmbito histórico, no campo da Psicologia e ciência moderna, a concepção de criança e adolescente é assumida a partir de diversas perspectivas. Veremos a seguir como elas foram concebidas ao longo do tempo. Nesse processo, atentamos especialmente para a adolescência, público-alvo deste trabalho.

b. Diferentes concepções de Adolescência: construindo sua historicidade

“Não é sério” - Charlie Brown Jr.

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
[...]*

*Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já*

*Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo
[...]*

*A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber por que eu me drogo
O que é que eu uso
Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima
Agora tô por conta
Pode crer que eu tô no clima
Eu tô no clima, segue a rima*

*Revolução na sua vida você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
[...]*

*O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A Juventude tem que estar a fim
Tem que se unir
O abuso do trabalho infantil, a ignorância
Só faz destruir a esperança
Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
Deixa ele viver! É o que liga*

Iniciamos esse tópico trazendo a música “Não é sério” de Charlie Brown Jr. visando ilustrar de forma crítica como o jovem é visto na sociedade, um verdadeiro problema social. É visto assim pela sociedade, pela mídia, pela polícia, pelo “sistema”. Ao final da letra, a solução apontada é de que o sistema deve mudar.

Adolescente ou jovem difícil, desinteressado, problema, quem nunca ouviu? A adolescência como um processo conflituoso, de contradições, é ideia construída na história, que atravessa o cotidiano expresso pela música. A seguir apresentaremos diversas concepções de adolescência, reafirmando ao final o referencial de adolescência pela psicologia sócio-histórica cuja compreensão de sujeito acontece na perspectiva social, histórica e ativa.

i. A Adolescência e sua história

Em “História Social da Criança e da Família” (1986), Philippe Ariès, expoente historiador e sociólogo do século XX, através da análise de materiais iconográficos da Idade Média (por volta do século XII, na Europa – especialmente França) ao século XX, descobre que a concepção de infância e família foi construída socialmente ao longo da história e a que conhecemos hoje foi forjada a partir da Modernidade. A ideia de vida era dividida em etapas bem delimitadas, expressas pelo modo do vestir, pelos tipos físicos e modos de atividade. Até o século XVIII, a adolescência era confundida com infância, e por isso não havia lugar, conhecia-se apenas a palavra *enfant* (criança), a qual possuía um amplo significado e também denominava o adolescente – “o menino grande, que às vezes era também um menino mal-educado” (ARIÈS, 1986, p.41). Além disso, a ideia de infância estava ligada à noção de dependência; só se saía da infância ao sair dessa relação de dependência, dessa forma, quando a criança começava a dar seus primeiros ensaios sem a atenção da mãe ou da ama, significava que entrava no mundo adulto, participando, então, de todas as atividades sociais.

O adolescente apareceria no século XVIII assim que se alistasse no exército, e, com mais visibilidade e valor, no século XX, em 1900, primeiro na Alemanha, mais tarde na França, sendo representado por novos valores, espontaneidade, além da força física, característica importante considerando o período de guerras. Nesse momento, começa a haver uma diferenciação com a infância, revelando certo valor social em oposição à velhice. Essa diferença também começa a ser notada, a partir do século XIX, no âmbito da educação, com a

burguesia e o advento do ensino superior (pois nos séculos anteriores não havia separação de idade e classes nas escolas; crianças, adolescentes, idosos tinham o mesmo tipo de ensino e ficavam juntos)³³.

A passagem da Idade Média à Modernidade teve três marcas importantes para a nova concepção de homem e sua relação com a sociedade. A primeira foi o papel do Estado que passou a interferir no controle do espaço social e ordem pública, favorecendo a comunidade com um tempo maior para a dedicação a atividades particulares; a segunda foi o incentivo da alfabetização e livros, contribuindo para a relação do homem com o privado e solidão; a terceira, marca o estabelecimento de novas religiões ao longo dos séculos XVI e XVII, exigindo aos fiéis uma devoção mais íntima. Dessa forma, o espaço privado começava a ser valorizado em detrimento do coletivo, estendendo-se à família, que além de unidade econômica, passou a ser vista como espaço de afetividade entre os integrantes. (GROSSMAN, 2010)

Esse novo sentimento que surgia na relação entre pais e filhos começava a ser olhado com maus olhos por moralistas que denunciavam o exagero de mimos. A fim de combater essa nova configuração, o Estado e Igreja passaram a se responsabilizar pelo sistema educativo, criando colégios, destinados a pessoas entre 10 a 25 anos, porém sem haver preocupação em separar classes por faixa etária. O Iluminismo do século XVIII, fortalecendo a ideia da educação e com isso a adaptação do indivíduo, influenciou a figura do adolescente no século XIX. Nesse momento, a adolescência masculina se definia entre passagens da primeira comunhão e serviço militar, e a feminina, entre a primeira comunhão e o casamento (GROSSMAN, op. cit.).

Ao longo do século XIX, a adolescência ao ser reconhecida como um momento crítico da vida e temido por potenciais riscos para o indivíduo e sociedade, passa a ser estudada pela medicina, resultando na publicação do primeiro livro sobre a temática, em 1904, com G. Stanley Hall (1844-1924), psicólogo americano, considerado o pai da Psicologia da Adolescência, em que propunha o desenvolvimento humano em estágios, correspondente à teoria da evolução da espécie humana, que compreende etapas do primitivismo animal à vida civilizada, esta caracterizando a maturidade. Sua teoria estava pautada em um padrão

³³ Para quem tem interesse em conhecer o curso histórico medieval escolar, a referência consta no Capítulo 2 - “A vida escolástica. Jovens e Velhos Escolares da Idade Média”, p. 165 do livro: ARIÈS. P. História social da criança e da família. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

universal, inevitável e imutável; independentemente do ambiente, essas etapas do desenvolvimento obedeciam exclusivamente ao controle da hereditariedade. (Ibid., p. 48)

A adolescência, portanto, compreendida enquanto etapa do desenvolvimento, passou a assumir um caráter perigoso, de grande instabilidade, o que demandava proteção e prevenção. Diversas instituições de ordem corretiva e jurídica foram criadas – conforme retratado anteriormente – e, pautadas pelo ideário Iluminista, agiam em nome de um aperfeiçoamento do indivíduo através da educação, higiene e ampliação dos direitos sociais. Paralelamente, o ideal de família nuclear foi sendo estabelecido, cuja centralidade de cuidado se dava na educação dos filhos. A configuração de família burguesa se enquadrava na figura do homem, pai, como provedor da família; da mulher, mãe, como cuidadora principal dos filhos, e ambos sendo subordinados à figura masculina. Apesar da relação afetiva entre os membros ser distante, rígida e disciplinar, esta se apresentava como formato ideal burguês de família.

Nesse mesmo período, já nos anos 1920 e 1930, surge uma atmosfera social calcada nos princípios higienistas, a partir da noção de cuidado com corpo. Segundo Grossman (2010), a Biologia e a Física, atingindo o topo hierárquico científico, desenvolviam pesquisas com enfoque no desenvolvimento e nutrição das crianças e adolescentes, sobre a influência de hormônios no crescimento e variações individuais, ganhos de altura, peso e maturação sexual. Estudos como estes, inspirados na perspectiva evolucionista do desenvolvimento humano de Stanley Hall, ganharam força na ciência ao abordar os aspectos físicos e mudanças biológicas nos adolescentes e jovens.

Tomio e Facci (2009) explicam que Hall classificou a adolescência como uma fase de grandes crises e tormentas relacionadas à emergência da sexualidade, e o desenvolvimento humano para esse autor, era como uma passagem de um estágio inferior (relacionado ao animal) a estágios superiores, característicos do ser humano. Essa mesma linha de pensamento, de adolescência como fase conflituosa, se apresenta em muitas obras psicanalíticas as quais a defendem como um momento de crise, confusão, estresse e luto causados por impulsos sexuais que emergem nessa fase do desenvolvimento (Sigmund Freud, Anna Freud, Peter Blos, Aberastury e Knobel). Não só a psicanálise, como também outras abordagens da Psicologia, trazem essa visão (TOMIO; FACCI, 2009).

Retomar a historicidade da adolescência nos ajuda a compreendê-la na contemporaneidade. O conjunto de ideias e formulações construídas ao longo da história da Psicologia contribuíram para embasar concepções e teorias que naturalizam a adolescência, a partir da perspectiva de transformações decorrentes de sua maturação física e amadurecimento

psíquico. Nesse sentido, de certo modo, negam as influências sociais e culturais no desenvolvimento humano, bem como as transformações sociais ao longo da história e sua incidência sobre o que seria a adolescência. Da mesma forma, os efeitos do período pós-moderno e neoliberal têm influenciado a concepção sobre o que é adolescência, sobretudo interferindo nas diferentes expressões de subjetividade dos próprios adolescentes e jovens.

Tomio e Facci (2009) citam quatro aspectos que marcam os estudos sobre a adolescência e definem o fenômeno em uma perspectiva naturalizadora:

1. à instabilidade emocional (período de turbulência e tensão); 2. à compreensão de que os problemas que aparecem são próprios da idade e resolvidos com o amadurecimento do adolescente; 3. à ideia de que a necessidade dos jovens de separar-se de seus pais resulta em conflitos intensos e hostilidades; 4. que existe invariavelmente um abismo entre gerações. (p. 91)

Com o predomínio dessa perspectiva geral, naturalizadora, na Psicologia a adolescência assume diversas formas de compreensão. Para Jean Piaget (1896-1980), o adolescente se encontra em período chamado “operações formais”, a partir dos 11 ou 12 anos, com capacidade de abstrair e generalizar teorias ou conceitos, fazer operações no plano das ideias; também passa por uma fase antissocial, pois consegue interiorizar aspectos das relações sociais, afasta-se da família, porém vive ambivalência da dependência que tem dela. A teoria de Piaget abrange o desenvolvimento humano em estágios ou períodos que variam de acordo com a faixa etária, a depender das características biológica, afetiva, intelectual e social de cada indivíduo, ou seja, o desenvolvimento depende do processo de maturação e de adaptação do indivíduo.³⁴

Para a Psicanálise, na fase da adolescência há o despertar da sexualidade, gerando um momento de “crise”. Sigmund Freud defende a crise no desenvolvimento sendo decorrente de experiências iniciais na infância, porém na adolescência esse conflito se atualiza gerando a crise de identidade, em razão também do luto do corpo infantil e de ter que assumir um novo papel ou identidade perante a sociedade. Essa visão foi bastante difundida e apresentada por Aberastury e Knobell (1981), na década de 1980, na América do Sul, ao introduzirem o conceito de “síndrome normal da adolescência”. Esses autores se referem a uma fase condicionada à realidade biopsicossocial, como um momento de crise, marcada por

³⁴ Para Piaget, o sistema de adaptação acontece na relação indissociável entre os processos de assimilação e acomodação. O indivíduo assimila um dado novo da experiência e ao mesmo tempo “acomoda” esse dado às estruturas mentais preexistentes. Há uma maturação neurofisiológica, cognitiva, mental associada aos estímulos do meio social.

características comuns como instabilidade e desequilíbrios extremos, rebeldia, conflitos, tendência grupal, contradições, flutuações, crise de identidade (ABERASTURY; KNOBEL, 1981), pressupondo, portanto, uma crise preexistente no adolescente. Ainda que compreendam a adolescência circunscrita em um marco cultural-social, consideram-na como um fenômeno específico na linha de desenvolvimento humano com expressão em contexto geográfico e temporal histórico-social (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 24). Ou seja, segundo os autores, “*não há dúvidas de que o elemento sócio-cultural influi com um determinismo específico nas manifestações da adolescência, mas também temos que considerar que atrás dessa expressão sócio-cultural existe um embasamento psicobiológico que lhe dá características universais*” (Ibid., p. 25).

Para Aberastury e Knobel (1981), portanto, uma base própria no processo adolecer “obriga” o adolescente a reformular os conceitos que tem a respeito de si; caracterizado como processo universal será influenciado por características externas de cada cultura. A sintomatologia descrita pelos autores integra o que chamam de “síndrome”, sendo ela:

1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo. (p. 29)

O adolescente “normal” seria “portador” de características como essas, cabendo ao adulto estar capacitado para perceber a conduta juvenil como algo “seminormal” ou “semipatológico”, frente a um estudo objetivo, do ponto de vista da psicologia evolutiva e psicopatologia (ABERASTURY e KNOBEL, op. cit., p. 29).

ii. De adolescência como etapa de crise à perspectiva de adolescência(s) para Psicologia Sócio-histórica

Até aqui podemos ver que a Psicologia universaliza características do adolescente, naturalizando e individualizando questões de ordem social. Bock (2004) compreende que a

concepção de adolescente, pouco a pouco, foi sendo dada como inerente ao desenvolvimento humano, como se todos aguardassem o momento de sua chegada. O caráter universal marca a condição “*semipatológica que se apresenta carregada de conflitos ‘naturais’*” (BOCK, 2004, p.33). A autora identifica essa situação dentro de uma concepção liberal, em que “*o homem é concebido a partir da natureza humana: um homem apriorístico que tem seu desenvolvimento previsto pela sua própria condição de homem, livre e dotado de potencialidades*” (BOCK, 1997, p.64 citada por OZELLA, 2002). Dessa forma, as teorias presentes nas diversas vertentes teóricas da Psicologia, ao conceberem o adolescente como fenômeno psicossocial, e enfatizarem aspectos biológicos, sociais e ambientais permanecem presas na visão dicotômica e fragmentada de homem, ou seja, utilizam elementos da cultura e do social para justificar uma expressão de adolescência natural, sem, contudo, contextualizá-la na totalidade de cada período histórico da sociedade.

A visão de adolescência na perspectiva de “crise” apresenta alguns riscos, o primeiro de rotular o adolescente “não-rebelde” ou que não expressa as características da “síndrome normal” como sendo alguém com patologias; o segundo, não dar importância aos aspectos descritos como saudáveis no “ser anormal”, banalizando ou encobertando questões importantes. (BLASCO, 1997 citado por AGUIAR ET AL., 2001).

Aguiar et al. (2001) citam o quanto essa concepção de adolescente “normal” percorreu o século XX, deixando marcas que legitimam as desigualdades nas relações sociais ao supor uma igualdade de oportunidades entre os adolescentes. Os autores destacam uma ideologização, produto da “dessintonia” entre o campo teórico e a realidade; uma extrema relativização ao referenciar a concepção de adolescência em um único tipo de jovem: “homem-branco-burguês-racional-ocidental”; o adulto como sendo parâmetro, ao que chamam de “adulcentrismo” (p.166).

A concepção de adolescente afirmada nesse trabalho dialoga com a Psicologia Sócio-Histórica defendida por Bock (2004), Ozella (2002), Aguiar et al. (2001), ao considerar a adolescência como construção histórica, inserida na totalidade na qual foi produzida e à qual pertence, sendo assim, ela não é um estado, como reconhece a Psicologia tradicional, é sobretudo condição social. Em uma perspectiva dialética entre indivíduo e sociedade, essa condição social não determina certas características da adolescência, mas constrói adolescentes.

consideramos que a adolescência é criada historicamente pelo homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais. Fatos sociais surgem nas

relações e os homens atribuem significados a esses fatos. Definem, criam conceitos que representam esses fatos. São marcas corporais, são necessidades que surgem, são novas formas de vida decorrentes de condições econômicas, são condições fisiológicas, são descobertas científicas, são instrumentos que trazem novas habilidades e capacidades para o homem. Quando definimos a adolescência como isto ou aquilo, estamos constituindo significações (interpretando a realidade), a partir de realidades sociais e de marcas que serão referências para a constituição dos sujeitos. (OZELLA, 2002, p. 21)

Portanto, a adolescência, em vez da definição de período natural do desenvolvimento, pode ser entendida como uma construção social que repercute na subjetividade e desenvolvimento humano. Além disso, também está associada às marcas corporais que a constituem, porém não naturais de um processo, mas socialmente construídas e significadas (BOCK, 2004).

Ao retomar a concepção de adolescência ao longo da história da humanidade, vimos que em diferentes períodos da história houve modificações dos significados das marcas da adolescência. Na Idade Média europeia não havia delimitação do que seria infância e adolescência, se a criança que adquirisse sinais de independência (como andar) já estava preparada para as atividades sociais. A força muscular dos meninos significava que estariam aptos a guerrear e trabalhar. Hoje, se considerarmos a legislação brasileira, essas mesmas características seriam criticadas, tendo em vista a concepção de proteção integral ao adolescente (e criança) e em processo “peculiar” de desenvolvimento. Conforme Bock (2004)

A adolescência foi criada pelo homem. Fatos sociais vão surgindo nas relações sociais e na vida material dos homens; vai se destacando como um fenômeno social e vai apresentando suas repercussões psicológicas; vai sendo construído um significado social para esses fatos que vão acontecendo e, em um processo histórico, vai surgindo na sociedade moderna, ocidental, a adolescência. Construída como fato social e como significado, a adolescência torna-se uma possibilidade para os jovens (e para os não-jovens), uma forma de identidade social. Para compreender a adolescência é preciso, então, que retomemos seu processo social, para depois compreendê-la na forma como acontece para os jovens. (p. 40)

Nesse sentido, a adolescência deixa de ser analisada no viés abstrato, como algo natural em si, para ser vista como etapa que se desenvolve na sociedade considerando a totalidade histórica da humanidade e as particularidades de cada contexto. Despatologizar o desenvolvimento humano é localizar o sujeito em sua história, o adolescente se constrói enquanto sujeito inserido na história, imprimindo suas características, não tendo nada de “anormal” ou “normal”. Deixamos assim o tom moralista ou prescritivo na análise de uma suposta normalidade. Ao passo que desnaturalizamos o fenômeno, passamos a compreender o

significado dele, expresso em determinado momento histórico. As marcas do corpo exemplificam que para além de fato natural há uma compreensão social. O desenvolvimento dos seios nas adolescentes, possivelmente, não seja entendido por elas como fonte de amamentação futura para os seus filhos; assim como a força muscular nos adolescentes não mais significa estar apto a guerrear ou caçar. Ambos exemplos, no contexto atual, significam marcas de beleza, sensualidade, masculinidade (AGUIAR ET AL., 2001, p. 168).

Clímaco (1991 citada por AGUIAR ET AL., op. cit.) revela que fatores sociais, econômicos e culturais motivaram a concepção de adolescência de hoje. A sociedade moderna com a sofisticada tecnologia passou a exigir um tempo mais prolongado de formação técnica, exigindo ao jovem mais tempo na escola, paralelo ao afastamento do trabalho, o qual agravou-se pelo aumento do desemprego e cobrança de requisitos para o ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, manter as crianças e jovens na escola e por mais tempo sob tutela dos pais foi uma saída para o grupo de pessoas com o mesmo padrão comportamental – o adolescente – que estaria em um período de latência social, gerada, sobretudo, pela sociedade capitalista. (CLÍMACO, op. cit., p. 170). Ainda que os jovens apresentem condições de ingressar no “mundo adulto” – pela maturidade corporal, cognitiva, afetiva, de capacidade para o trabalho e reprodutiva – pouco a pouco, essa possibilidade vai sendo desautorizada pelo próprio adulto, vinculando cada vez mais a situação do adolescente à noção de dependência a ele. Segundo Aguiar et al. (2001), essa relação é a contradição que constitui grande parte das características da adolescência: rebeldia, moratória, instabilidade, busca de identidade e conflitos. Portanto, a contradição “condição/autorização” gera dificuldades e impotência X onipotência, pois não há como testar os limites e impossibilidades.

Nem todo adolescente tem possibilidade de se preparar para o mundo do trabalho; passar por esse período de latência nomeado “adolescência”, ser capaz de estudar, formar-se, escolher a profissão e assim ingressar no mundo adulto não é para todo jovem. Muitos não concluem o ensino básico, abandonam a escola e já começam a trabalhar informalmente, apesar do ECA proibir trabalho a menores de 14 anos. Os efeitos da desigualdade social repercutem no modo como as famílias se organizam para sobreviver, variando, evidentemente, nas diversas classes sociais, sendo, entretanto, uma referência para a concepção hegemônica de adolescência, as classes privilegiadas.

Um adolescente que se case aos 16 anos ou busque trabalhar para sustentar a família é visto como alguém sem maturidade para as responsabilidades da vida adulta, por ser tão jovem, ou que está “pulando” a fase da adolescência. Assim como adolescentes que ao

passarem por situações adversas de violência intrafamiliar ou na sociedade são reconhecidos com características de insubordinação, agressividade, rebeldia, crise etc.

Adolescentes, psicologicamente, vivem a ambivalência colocada pela sociedade; se desejam trabalhar, são muito novos, ou não qualificados para a função, mesmo sendo como jovem aprendiz; se não desejam trabalhar ou fazer qualquer curso técnico profissionalizante, são desinteressados ou desmotivados, sendo assim, vivem as contradições movidas por cada momento histórico e social.

Vivemos ideologicamente valores sociais do individualismo calcados na meritocracia, quando se atribui aos indivíduos as mesmas condições de alcance para realização de algo. Se não conseguem atingir é porque não se esforçaram o suficiente, não se mostraram interessados, não fizeram por merecer. Porém essa (falsa) noção de igualdade encontra raízes históricas na construção da sociedade, a partir das relações de dominação e exploração, processos de violência e desigualdade, discriminação.

Nesse viés, não há como se falar de adolescente de um só modo, como estágio imutável e universal. Dizemos *adolescências* no plural, considerando os diversos contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e como todos esses elementos influenciam dialeticamente, a singularidade de cada um. Isso não quer dizer que a dimensão biológica seja menos importante, pois devemos considerá-la na relação com o todo. Ao passo também que não é determinante na constituição do “ser adolescente”, porquanto atua de modo interdependente com a dimensão sócio-histórica.

No próximo capítulo analisaremos como o Estado brasileiro promove políticas públicas frente à diversidade de adolescências e juventudes que temos hoje. Como as políticas sociais foram forjadas no Brasil desde a democratização.

III

O DESAFIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: DESVENDANDO SUA HISTÓRIA

Antes de iniciarmos a discussão da constituição do Estado Nacional Brasileiro talvez seja importante contextualizar as principais ideias marcantes no período de Revolução Francesa, palco de grandes transformações no século XIX, na Europa. Embora, o Brasil tenha se tornado independente tardiamente, se comparado a outras nações, e apresente diferentes antecedentes na consolidação do capitalismo (CHAGAS, R.P., 2013), entender os movimentos que inauguraram o tempo moderno bem como descrever quais elementos históricos contribuíram para a independência do Brasil, seja interessante para compreensão dos fenômenos sociais na atualidade.

Sem pretensão de discorrer profundamente acerca da história da Modernidade, elencamos algumas referências importantes que repercutem no modo como a sociedade atual se organiza.

As condições para a construção da modernidade datam o século XVI, consolidando-se no século XVIII (Iluminismo), a partir de múltiplas reformas. A partir do Renascimento (séc. XIV ao séc. XVI), período que marca a passagem da Idade Média à Moderna, diversas transformações emergiram instaurando um novo conjunto de valores, temas e interesses na ciência e cultura da época. A partir da discussão realizada por Mancebo (2002), sobre a influência histórica na produção de subjetividade, diversos acontecimentos culminaram para o nascimento do homem moderno.

A reforma protestante de Lutero, no século XVI, trouxe à tona uma nova visão de homem, ao romper com a valores medievais vigentes à época, como a ruptura da ligação entre assuntos políticos e econômicos e a Igreja Católica, e rompimento com a escolástica, possibilitando a ascensão do homem racional e instrumental. A revolução científica, com Bacon e Descartes, expoentes pensadores desse período, estabeleceu novas relações entre sujeito e objeto de conhecimento. Esse cenário foi pano de fundo nas subseqüentes mudanças na sociedade, entre os séculos XVI e XVII, que apareceram com o surgimento da ciência moderna. Ideais do racionalismo e do modelo cartesiano fundavam uma nova forma de conhecer o mundo através da razão pelo conhecimento, marcando a ruptura de conhecimento

“teocêntrico” para o sujeito dotado de razão; pressupunha, além disso, o controle do sujeito motivado por desejos, tendências, movimentos passionais e instintivos (MANCEBO, 2002).

Mudanças na nova ordem social e econômica difundida na Europa Ocidental intensificaram o modo de subjetivação individualizado característico da era moderna. Diversos conflitos³⁵ no Estado Absolutista, tencionavam a estrutura vigente, sobretudo porque a nobreza, em razão da reorganização estatal, reforçava sua dominação sobre a massa camponesa, privilegiando a burguesia em formação. Já no século das Luzes (Iluminismo), século XVIII, profundas mudanças ocorriam frente aos questionamentos dos fundamentos da velha ordem.

Nesse momento, conforme Mancebo (2002), o projeto da modernidade consolida o indivíduo como “centro microscópico do mundo”. Com o liberalismo firma-se um novo homem, livre – livre para pensar e decidir o lugar que deseja ocupar. Os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade são marcas importantes desse novo tempo. O nascimento desse novo homem expressa o surgimento de uma nova ordem que se contrapõe ao sistema feudal até então vigente – o capitalismo. Com ele ocorrem importantes mudanças nas esferas social, econômica e política³⁶.

O liberalismo como ideologia fundamental do capitalismo passa, então, a tentar dar conta das novas necessidades. Dessa forma, uma das marcas principais do capitalismo é a valorização do homem, ou seja, do individualismo, que se relaciona com a necessidade de alcance de direitos como de propriedade, segurança, liberdade, igualdade (BOCK, 2007, p. 18). O homem moderno é este que mergulha em vultosas transformações históricas, sociais,

³⁵ Crise econômica em decorrência dos períodos de guerra, a Guerra dos 100 anos entre França e Inglaterra, por exemplo; queda do feudalismo; enfraquecimento da sociedade estamental; insatisfação da burguesia. Todos esses elementos culminam na Revolução Francesa, em 1789.

³⁶ Importante destacar que o capitalismo passou por três fases. É forjado com a crise do feudalismo, no século XV, perdura como *capitalismo comercial ou mercantilismo* (ou para alguns historiadores *pré-capitalismo*), até o século XVIII, com principais características: controle estatal da economia, protecionismo, metalismo, balança comercial favorável. A segunda fase se deu com o *capitalismo industrial* (para alguns pensadores o capitalismo se consolida nessa fase), entre os séculos XVIII e XIX, a partir da Revolução Industrial. Nesse período, a ascensão da burguesia somada as ideias liberais de Adam Smith permitiram o aumento da produção, acumulação de capital, diminuição dos valores das mercadorias, porém com condições precárias de trabalho, jornadas elevadas de trabalho e baixos salários provocaram o acirramento da desigualdade social. A terceira fase com o *capitalismo financeiro*, a partir do século XX, inicia-se após a Segunda Guerra Mundial, com aspectos de monopólio comercial, globalização, elevadas taxas de urbanização, evolução tecnológica. Uma das piores crises desse período acontece em 1929, com a quebra da bolsa de valores, pelo excedente de produção nos Estados Unidos e a redução da demanda de procura, instala-se nesse período o chamado *Welfare State*. Estados passam a intervir na economia segundo as leis do Keynesianismo, garantindo emprego e controle da inflação e consumo. Em 1980, o *neoliberalismo* aparece com o ideal de Estado Mínimo, retomando ideais liberais e desenvolvimento econômico, mas sem a interferência do Estado na economia. (CARVALHO, T. A origem do sistema capitalista. Disponível em: www.politize.com.br. Acesso em: 27 jun. 2020).

econômicas e políticas, adquirindo atributos fundamentais que o caracterizam como sendo livre, dotado de razão soberana, que independente da fé, capaz de transformar a natureza e produzir conhecimentos sobre a realidade e transformá-la. Pela razão é dada a possibilidade ao homem de decidir e agir por si só. (GONÇALVES, 2007)

À medida que as fases do sistema capitalista e liberal avançam, as variações da noção de indivíduo também ocorrem. O Estado que, a princípio, propunha o respeito à garantia do direito natural do homem livre e autônomo, mais tarde, exercerá o controle como forma de garantir a acumulação do capital adequando-o à sua demanda. Nessa fase do capital dita monopolista, é dada legitimidade ao Estado para exercer certo controle e disciplina ao trabalho e consumo. Dessa forma, veremos na história do capitalismo que o desrespeito a alguns princípios existirá como forma de garantir outros – o que é uma contradição – porque a lógica da defesa do capital sempre será oposta aos direitos sociais/individuais dos homens, e nesse sentido, estes sempre estarão em desvantagem. Portanto, o sistema impõe aos indivíduos a necessidade de adaptação às novas regras de mercado e demandas sociais, de acordo com os interesses do capital. (CHAGAS, R.P., op. cit.).

a. Breve percurso histórico da constituição do Brasil enquanto Estado Nacional independente

O que vem acontecer com relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, não difere quanto à lógica presumida em outros países, ainda que seu percurso tenha se dado em condições históricas, políticas, institucionais e sociais diferentes das observadas no curso europeu. Segundo Florestan Fernandes, eminente sociólogo fundador da “sociologia crítica” e expoente analista do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, há uma hipótese de que houve uma revolução burguesa no país pautada na compreensão da “formação, do desenvolvimento, das lutas de classes e das perspectivas do povo brasileiro” (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2010, p. 138). A revolução burguesa referida por Fernandes não busca simplesmente retomar o passado europeu e aplicá-lo ao Brasil, mas entender as condições e fatores histórico-sociais que contribuíram para o rompimento do imobilismo da ordem tradicionalista rumo à fundação da modernidade no país.

Em artigo em que se discute as principais ideias da transformação capitalista do Brasil, Chagas, R.P., (2013) menciona que as fases históricas de transformação brasileira sugeridas por Fernandes estão divididas em três grandes momentos: *a era colonial*, iniciada na

colonização até a chegada da corte ao Brasil, em 1808; *a era neocolonial*, perpassando de 1808 até aproximadamente 1880; e *a era capitalista dependente ou era burguesa*, inaugurada em meados de 1880, alcançando o ano de 1930 e dividindo-o em “era burguesa competitiva” e “era burguesa monopolista” (CHAGAS, R.P., op. cit., p. 35). O autor segue explicando que com a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, marcando a primeira fase, mudanças econômicas da colônia começam a ocorrer com a abertura dos portos, o que colabora para o acúmulo de recursos que passam a ficar no país, sendo esta característica marcante da segunda era e essencial para as transformações posteriores na *era do capitalismo dependente*.

De uma era a outra, pouco mudava no tocante à estrutura da sociedade, pois determinado estrato social permanecia dominante no poder, quer seja economicamente ou politicamente. Assim, segundo o autor, as mudanças entre eras indicavam “reestruturação de elementos econômicos, ideológicos e utópicos”, porém não suficientes para romper com a concentração de poder das camadas dominadoras (Ibid., p. 37). O reforço dessa lógica de concentração de privilégios e poder continuou a ocorrer, sobretudo na passagem da *era neocolonial* para a *era burguesa*, essencialmente mercantil e urbana.

Corroborando essa compreensão, Oliveira e Vazquez (2010) afirmam que nada mudou com a constituição do Brasil enquanto Estado Nacional independente, uma vez que a elite continuou a gozar dos poderes na lógica dos estamentos senhoriais.

A implantação de um Estado Nacional cumpria a função de estender o patrimonialismo doméstico para a comunidade estamental da sociedade global e do comportamento político, convertendo-o em dominação estamental efetiva e, assim, oferecendo aos estamentos senhoriais a chance “histórica para o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente na estratificação da sociedade”³⁷ (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2010, p. 140)

O lugar marcado na transição do colonialismo para neocolonialismo, chegando ao *capitalismo dependente competitivo*, se deu pela posição das economias centrais, as quais se estabeleceram como formas alternativas de apropriação do excedente econômico gerado internamente, estabelecendo, assim, novos nexos de dependência econômica em relação ao exterior. Foi graças ao café que houve ligação dos negócios internos com o mercado financeiro mundial, transformando as oligarquias em agentes do *capitalismo competitivo dependente* (CHAGAS, R.P. op. cit.). Nesse sentido, os dois principais atores responsáveis pela revolução burguesa no país foram os “fazendeiros de café”, tidos a partir daí, como

³⁷ FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 (p. 57).

peessoas de negócio; e o “imigrante”, enquanto pessoa responsável por propagar toda racionalidade econômica. O fazendeiro porque descolou da forma estamental de acumulação de capital; o imigrante porque trouxe novos estilos de vida possibilitando a consolidação interna da economia de mercado, outrossim, concorria para romper com a ordem social de senhores e escravos de outra era (OLIVEIRA; VAZQUEZ, op. cit.).

A *era capitalista dependente* que se inicia por volta de 1880 e permanece até 1964 leva como marca a profunda aceleração industrial, que para Fernandes (1975)³⁸, é nesse momento que a revolução burguesa atinge seu ápice:

colocada diante das tarefas típicas de sua congênere europeia, a classe burguesa no Brasil não teve condições de cumprir de forma autônoma seu compromisso com a industrialização. A aliança com as classes dominantes retrógradas se mostrou funcional às suas intenções de classe, pois assomado ao suporte do Estado, permitiu realizar a industrialização e manter a estrutura de privilégios da qual desfrutava. A burguesia brasileira se mostrou incapaz, assim, de se libertar da oligarquia e de implementar a social-democracia no país (OLIVEIRA; VAZQUEZ, op. cit., p. 146)

Nesse sentido, apesar das mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e políticas no país, as forças políticas retrógradas permaneceram operando sob a ideologia dominante e conservadora, atingindo o ponto máximo nos anos de 1964. Visivelmente houve um descompasso histórico entre as mudanças internas e as demandas impostas pelo mercado externo mundial que gerou o que se chama de “subdesenvolvimento”. A burguesia se prestou a mediar as relações econômicas com o capital externo por meio do poder político hegemônico, dado pelo Estado, atrelando assim, o desenvolvimento nacional às necessidades do capital externo (CHAGAS, R.P. op. cit.). Sobre isso, Fernandes (1968)³⁹ explica, a partir de Marx e Weber, que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas possuem condições econômicas de dependência as quais são geradas pelo exterior, por conjunturas e estruturas do mercado mundial e possuem, assim, como suporte sociocultural, os recursos de uma civilização de fora. (citado por OLIVEIRA; VAZQUEZ, op. cit., p. 149).

A Revolução Burguesa no Brasil, segundo Florestan Fernandes, por meio da análise que evidencia o capitalismo dependente, sem dúvida nos auxilia a compreender questões sociais contemporâneas do nosso país, pois evidencia características proeminentes de

³⁸ FERNANDES, F. op. cit.

³⁹ _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

fenômenos existentes, como, por exemplo, a disparidade entre classes sociais⁴⁰ que acirra a manutenção da desigualdade social e todos os efeitos que dela emergem no âmbito social, político, cultural, psicossocial etc.

O capitalismo em suas diversas fases e toda a complexidade que permeia a história do Brasil se imbricam nos valores e normas produzidos no campo da infância e adolescência. A história da criança e adolescente é história social, construída desde o descobrimento do Brasil, a partir da relação de dependência externa (àquela época com a metrópole), perdurando nas fases subsequentes, sem que essa lógica fosse alterada. Assim como o desenvolvimento das estruturas sociais, econômicas e políticas se deram de modo tardio no Brasil, se comparado aos países europeus, elas mantiveram seu funcionamento na dinâmica do capitalismo externo, sobretudo sem que houvesse superação das relações de dominação.

No campo das políticas de assistência à infância abandonada, como vimos, desde a era colonial, métodos de fora prevaleceram por décadas sem que fossem pensadas as condições internas do país. A Roda dos Expostos, do século XVI, as Casas de Recolhimento e os colégios internos, no século XVIII, mais tarde, no século XIX, a ideologia médico-higienista legitimada pelo saber científico atacavam a infância e a família pobre, institucionalizando crianças e adolescentes sob a premissa da modernidade. Já no século XX, o Estado de Bem-Estar Social, ideologia importada, impulsionou o caos e a barbárie social.

O projeto liberal-capitalista para o crescimento econômico do país caminhou de modo antagônico ao desenvolvimento social, significando a manutenção e acúmulo de poder e domínio nas mãos de poucos. Essa contradição se soma à história das práticas de profunda exploração e dominação do trabalho escravo que assolou negros, índios, mestiços, mulheres, sobretudo crianças e adolescentes desvalidos.

Com a abertura democrática e o avanço do neoliberalismo, no final do século XX, novos horizontes se abriram no Brasil, porém, sem que houvesse mudanças estruturais no

⁴⁰ “No capitalismo dependente o regime de classes em nada colabora para a homogeneidade e igualdade entre os indivíduos, no processo de valorização do mercado, mas pelo contrário, perpetua a polarização estrutural econômica, em que cabe a elite: “[...] resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida”. (FERNANDES, 1968, p. 83-84 citado por OLIVEIRA; VAZQUEZ, op. cit., p. 153-154).

tocante à concentração de renda, poder das classes dominantes, valores e ideologias conservadoras. Apesar dos avanços no campo das políticas sociais da infância e juventude, a partir do ECA (1990), algumas contradições ainda não foram superadas, é o que veremos a seguir.

b. Contextualização das políticas sociais no Brasil e nos países latino-americanos

As diversas lutas e mobilizações de trabalhadores por melhores condições de vida digna promoveram, ao longo da história, a conquista de direitos sociais e a criação de políticas sociais. Os acontecimentos que marcaram esses avanços estão presentes desde as grandes revoluções burguesas (1ª Revolução Industrial, Revolução Americana, Revolução Francesa), à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em meados do século XIX; na Inglaterra, com Robert Owen, que previa as primeiras Leis Fabris (diminuição da jornada de trabalho e limitação de idade para o trabalho infantil); na Alemanha, com Bismark, com o primeiro modelo de política social; na Grã-Bretanha com conquistas sociais no âmbito da jornada de trabalho, instauração de salário-mínimo; também da Inglaterra, com John M. Keynes, propondo reformulações na concepção econômica em que o Estado deveria garantir o emprego pleno como forma de manter equilíbrio entre a oferta e demanda de emprego, sobretudo porque o desemprego estava associado a alegação moral; visto como “vadiagem” deveria ser combatido (GONÇALVES, 2010).

Ao final das duas guerras mundiais, um novo plano econômico entra em vigor, a partir das ideias postuladas por Keynes, principalmente nas décadas de 50 e 60 do século XX, quando países da Europa Ocidental adotam medidas de reconstrução dos territórios pós-guerra. A saída para crise do capitalismo comportava a intervenção direta do Estado no sistema econômico, buscando a regularização do ciclo, por meio do investimento no campo dos direitos sociais e econômicos, constituindo-se a chamada “cidadania social”. Emergia, assim, a era de ouro, com um salto no crescimento da economia mundial. Esse cenário, de certo modo, subsidiou a expansão dos direitos sociais, ao longo da segunda metade do século XX, pelo considerável aumento de lutas populares (MANCEBO, op. cit).

O chamado Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State*, como ficou conhecido esse período, marcou a implantação e expansão das políticas sociais pelos governos, sobretudo pela oferta e garantia do acesso universal, uma vez que os recursos provinham dos fundos públicos. O respaldo para tal garantia era legal, por meio dos critérios de contribuições e das

necessidades básicas, como educação, saúde, habitação etc. Portanto, as mudanças impulsionadas por essa nova concepção se expressaram em um movimento contraditório entre os limites do sistema capitalista liberal e a luta de classes dos trabalhadores, cenário que serviu de sustentação para o desenvolvimento das políticas públicas (GONÇALVES, op. cit.).

Se é verdade que as políticas sociais se forjam no sistema capitalista liberal, é verdade também que elas só acontecem por meio da luta dos trabalhadores frente às contradições do capitalismo. Ao mesmo tempo que o Estado (liberal) é provedor das necessidades sociais, também representa os interesses hegemônicos da classe dominante, expressando-se de acordo com o jogo de interesses na relação entre Estado, economia e sociedade.

Assim quando as classes dominadas representam uma ameaça à coalizão dominante, a intervenção do Estado é repressiva; quando a pressão das classes dominadas ocorre em um contexto de legalidade liberal, as intervenções do Estado se caracterizam pelo estabelecimento de regras e regularização de conflitos, é o Estado liberal democrático. (GONÇALVES, op. cit., p. 50)

A lógica intrínseca ao sistema capitalista expressa os limites da realização dos direitos sociais pelo Estado, pois guarda em si a estrutura produtora da desigualdade social dada pela divisão de classes. Sendo assim, não há como pensar na superação da desigualdade sem antes repensar o modo de produção capitalista. Uma síntese desse período discutida por Mancebo (1999-a, p. 41-42)⁴¹ é que:

por um lado, assiste-se ao alargamento dos direitos sociais - no domínio das relações de trabalho, da seguridade, da saúde, da educação e da habitação - que torna possível vivências de autonomia, de liberdade e abre novos horizontes ao desenvolvimento dos indivíduos; mas, por outro lado, [...] as instituições estatais desenvolvidas para fazer jus a esse desenvolvimento societal aumentaram o peso burocrático e a vigilância controladora sobre os indivíduos; sujeitaram-nos intensamente ao ciclo da produção e do consumo; aprofundaram o espaço urbano desagregador e atomizado, destruíram muitas redes sociais de interconhecimento, de ajuda mútua e de solidariedade; promoveram uma indústria de tempos livres e uma cultura, que restringiram o lazer a um gozo programado, heterônimo, passivo e individual (citada por MANCEBO, 2002)

A partir de 1970, assiste-se a marca de um novo período econômico, social, político, jurídico, em razão da crise do capitalismo, acentuada pelas críticas da burguesia ao sistema de direitos sociais. A saída possível diante da crise ocorre com o neoliberalismo.

⁴¹ MANCEBO, D. (1999-a). Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. Em D. Mancebo & A. Jacó-Vilela (Orgs.), *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos* (pp. 33-46). Rio de Janeiro: EDUERJ.

Segundo Faleiros⁴² (2000 citado por GONÇALVES op. cit.) o neoliberalismo é a resposta para a crise marcada pela rapidez das mudanças no desenvolvimento tecnológico e crescimento do capital financeiro que geraram sobrecapacidade e superprodução na indústria em escala mundial. A queda do consumo pelo controle dos salários e combate à inflação acompanharam o momento de crise, sendo a máxima “*menos Estado e mais mercado*” (FALEIROS, op. cit. citado por GONÇALVES op. cit., p. 53) a proposta para enfrentamento da crise. Os empregos utilizados antes como forma de garantir certo equilíbrio no mercado, agora não são mais sustentados pelo Estado, portanto, a responsabilidade por essa questão é de inteira responsabilidade do trabalhador, submetendo o trabalho como qualquer outra mercadoria, à livre concorrência no mercado. Nesse sentido, a lógica neoliberal sustenta ideais pela diminuição do papel do Estado na garantia de direitos sociais, sobretudo valorizando as privatizações como meio de acesso aos direitos fundamentais, remetendo, portanto, questões econômicas e sociais também à lógica de mercado. Inevitavelmente essa política tende ao “aumento do desemprego, a perda do patrimônio público; o crescimento dos monopólios; e a diminuição do papel do Estado nas esferas de proteção social” (GONÇALVES op. cit., p. 57).

Mancebo (2002) discute o neoliberalismo como ideia que nasce nos anos de 1940, contra as teses keynesianas do Estado de Bem-Estar Social, porém, à época, sem condições de se realizar, considerando as condições histórica, social e política do pós-guerra. A forma de organização do Estado neoliberal difere do liberalismo pois já não sustenta o mercado como realidade “quase-natural”, a qual é assegurada pela livre escolha dos indivíduos em supervisão do Estado. O mercado só existe a partir do desenvolvimento de modos artificiais e arrançados, impostos à conduta livre, empresarial ou competitiva dos indivíduos econômico-rationais (PETERS, 1995⁴³ citado por MANCEBO, op. cit.). A implantação do neoliberalismo se deu sob afirmação de um “novo homem” capaz de introjetar o valor de mercado nas relações sociais como padrão dominante na visão de mundo, onde naturalmente se desenvolvem. “*A lógica do mercado apresenta-se, então, como a função estruturadora das relações sociais e políticas, comportando um viés de interpretação dos homens marcadamente utilitarista; segundo a qual a motivação dos comportamentos humanos pauta-se por um utilitarismo individual*”. (Ibid.)

⁴² FALEIROS, V. P. A política social do Estado capitalista. 8 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

⁴³ PETERS, M. (1995). Governamentalidade neoliberal e educação. Em T. T. Silva (Org.), *O sujeito da educação: estudos foucaultianos* (pp. 211-224). 2.ed. Petrópolis: Vozes.

A crise econômica é global, mas os países são afetados de diferentes formas. Enquanto nos Estados Unidos mantêm-se a maior oferta de empregos com menos proteção social, na Europa ocorre o inverso, mais desemprego e mais proteção social; já nos países periféricos a pouca proteção social e baixa oferta de emprego sustentam a crise, provocando condições de miséria que parecem nunca ter fim, justamente pela lógica de intervenção mínima do Estado, como pela recessão econômica para o pagamento dos juros da dívida e obtenção de superávits nas exportações (FALEIROS op. cit., 191 citado por GONÇALVES, op. cit., p. 57).

A partir de uma leitura marxista, Boschetti (2019) aponta a crise do capital como intrínseca ao capitalismo, sendo contradição essencial para manutenção desse modo de produção, não se podendo considerá-la como crise tópica, conjuntural, passível de ser resolvida na esfera capitalista. Para a autora, a crise do capital é crise estrutural, é a crise do sistema capitalista, pois alcança todos os setores e dimensões da vida, onde a produção de riqueza é social, produzida pela classe trabalhadora e apropriada e acumulada por poucos. Essa lógica é impossível de ser eliminada considerando a manutenção do modo capitalista. Diversas crises surgem daí. Dentre elas, a autora coloca alguns pontos de vista focados em fatores como **econômico, político institucional, das estruturas sociais, cultural, ideológico.**

Do ponto de vista “político institucional”, conforme Boschetti (2019), as políticas sociais possuem certa funcionalidade àqueles que as usufruem ao garantir acesso aos direitos e serviços públicos. No entanto, essa funcionalidade serve, sobretudo, à manutenção da produção e reprodução do capitalismo.

O capitalismo não sobrevive sem as políticas sociais, já que do ponto de vista econômico elas são necessárias para garantir a reprodução da força de trabalho. E do ponto de vista político elas participam de processos para assegurar a hegemonia política da burguesia e a adesão da classe trabalhadora aos sistemas de reprodução do capitalismo. Assim, as políticas sociais podem ser mais ou menos funcionais ao trabalho, e mais ou menos funcionais ao capital, dependendo da forma como se estruturam, do tipo de direitos que garantem, de como são financiadas. Quanto mais focalizados e reduzidos forem os direitos implementados pelas políticas sociais, mais elas serão funcionais ao capital, e menos ao trabalho. (p. 45)

Assumindo essa lógica, o Estado Social⁴⁴, aquele que seria responsável em socializar os custos da produção e implementação das políticas sociais, passa a transferir tal responsabilidade ao setor privado, forçando a classe trabalhadora a comprar serviços básicos, isto é, os direitos sociais como previdência, saúde, educação. Ainda segundo Boschetti (2019), a crise do capital nessa perspectiva, expressa o Estado Social como incapaz de

⁴⁴ O Estado Social a que Boschetti se refere é o Estado de Bem-Estar Social.

ampliar e universalizar direitos no capitalismo e demonstra que seu desmantelamento é requisito para a acumulação. O Estado justifica a crise como resultado dos altos gastos em políticas sociais, e a solução, portanto, seria a redução desses gastos, transferindo a responsabilidade do bem-estar à família e ao mercado (Ibid., p. 46). Essas características fazem parte do conjunto de tendências atribuídas a processos de contrarreforma (BEHRING, 2003⁴⁵ citada por ibid.). Temos vivenciado no Brasil esse movimento desde 1990.

Seja no Brasil, seja em âmbito mundial, as contrarreformas são processos que reduzem ou destroem as conquistas sociais resultantes das reformas sociais alcançadas nos períodos anteriores. As reformas sociais no capitalismo significaram historicamente a conquista de direitos; direitos que tiveram a possibilidade de contribuir para reduzir a desigualdade social. Os processos contrarreformistas são exatamente aqueles contrários a essas reformas e que produzem “reformas” destrutivas. Ao produzir reformas destrutivas contribuem para o agravamento da desigualdade social. (BOSCHETTI, op. cit., p. 48)

Aldaíza Sposati (2011), ao fazer uma análise sobre as configurações da política social na América Latina no século 21, discorre que a trajetória na implantação de políticas sociais nesse continente percorreu caminho diverso da Europa, como França e Inglaterra, já que as políticas sociais foram incorporadas de forma fragmentada, setORIZADA e de acesso limitado ao trabalhador operário, diferente daquelas que propunham o *Welfare State*. Nesse sentido, apresenta o conceito de “regulação social tardia” demonstrando que o desenvolvimento tardio das políticas sociais nos países latino-americanos se deu pelo próprio movimento histórico do país, pelo estágio ocupado com referência ao desenvolvimento econômico mundial, pelo predomínio das forças políticas antidemocráticas, impostas pela força e violência de ditaduras militares (SPOSATI, 2011, p. 106). Para Mancebo (2002), o desenvolvimento econômico e social dos “anos de ouro” funcionou essencialmente para os países desenvolvidos, permanecendo as nações periféricas à margem de uma perspectiva mais otimista da cidadania social, tendo em vista sua contradição com os processos de exclusão e miséria que assolam grande parte da população considerada “não cidadã”. Apesar disso, destaca as significativas conquistas dos direitos sociais por parte da classe trabalhadora.

Nos países periféricos, a implantação das políticas sociais teve início pela regulação social do trabalho e educação, quase até o final do século XX, tendo dois grandes eventos dificultadores para o estabelecimento de outros direitos sociais: o primeiro refere-se à ditadura

⁴⁵ BEHRING, E. *Brasil em contra reforma*. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

militar; o segundo, ao Consenso de Washington que tinha como lógica a subordinação da autonomia de países subdesenvolvidos à regulação internacional, por meio da dívida externa junto ao FMI. Fatores como “*negação de direitos, trabalhistas ou sociais, a agudização do empobrecimento, o crescimento da desigualdade social, e a instalação da nominada ‘dívida social’ foram fortes heranças do período*” (SPOSATI, op. cit., p. 107). Nessa perspectiva, os princípios neoliberais como reguladores nas relações entre economia, Estado e sociedade mantêm fortemente a lógica de intervenção mínima do Estado, a partir de privatizações nos campos da educação, saúde, previdência social, assistência social (filantrópicas ou não) etc.

No Brasil, tendo esse cenário em destaque, nos anos de 1980 e 1990, movimentos sociais contra-hegemônicos inauguraram a luta pela democracia social e política pela conquista dos direitos sociais, tendo a promulgação da Constituição Federal de 1988 como ápice dessa conquista. Um novo formato de política se instalou, por meio da participação popular e controle social, como também sua ampliação a partir da descentralização da gestão, nos municípios.

Ainda que avanços das políticas sociais tenham acontecido, por ora, a superação das desigualdades não é possível. O status de independência no Brasil e países da América Latina carrega vestígios da desigualdade de uma colonização histórica, vista sobretudo no campo das políticas sociais. O maior desafio é enfrentar as desigualdades sem transformar as políticas sociais em paliativos para pobreza:

As políticas sociais por sua restrita cobertura ou pela diferenciação de padrões de acesso e inclusão (entre uma e outra política social) são geradoras de desigualdades entre os cidadãos no alcance de seus direitos de cidadania. [...] Políticas de combate/superação/erradicação da pobreza, da extrema pobreza ou da miséria tenderão a ser focalistas e emergenciais, como propõe o velho rito neoliberal, caso não se articulem com mecanismos redistributivos que alterem a alta acumulação ou concentração de riquezas. Combater a miséria e a pobreza implica em política econômica e não só social. Supõe o enfrentamento de desigualdades sociais que se expressam, inclusive, nos acessos das políticas sociais tradicionais. (SPOSATI op. cit., p. 108-109)

Nessa perspectiva, as políticas sociais dificilmente responderão à superação da pobreza, tendo em vista seu caráter multideterminado. Para José Paulo Netto (2007), a pobreza e desigualdade social não se esgotam ou se reduzem a aspectos socioeconômicos, embora os tenha como condição elementar para análise, porém deve-se ampliar a compreensão para problemáticas pluridimensionais:

Nas sociedades em que vivemos – vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista – pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas. (NETTO, 2007, p. 142)

A maior contradição em uma sociedade capitalista é que quanto mais ela se desenvolve em termos de produção e acúmulo de riqueza, mais acirradas ficam as desigualdades e o pauperismo social, por isso mesmo, a tese de que o crescimento econômico é a única solução para o enfrentamento e combate da pobreza cai por terra⁴⁶. A título de exemplo, o Brasil passou nos anos de 1930 a 1970 por crescente desenvolvimento do capitalismo, com expressivo crescimento econômico industrial e urbano, porém não suficiente para diminuir o padrão de desigualdade, por não ter conseguido “alterar o jogo redistributivo”, pois para que de fato ocorram mudanças nesse cenário, a lógica entre inflação baixa e política redistributiva devem permanecer num *continuum* (NETTO op. cit., p. 144).

Se por um lado há o combate emergencial da pobreza, por outro, as políticas sociais se afirmam e se reduzem à dimensão assistencialista, contribuindo para o distanciamento da autonomia do indivíduo, mantendo-o como prisioneiro de um sistema que se retroalimenta, ao que Sposati chama de “monetarização da política social”⁴⁷. Sendo assim, alguns traços desses programas operam de forma desalinhada a outras políticas públicas (trabalho, emprego, saúde, educação, habitação etc.); como também, reforçam a intervenção mínima do Estado, pelo investimento reduzido, o que provoca a abertura de convênios com o terceiro setor, precarizando, assim, a oferta dos serviços na esfera pública. (SPOSATI, op. cit.; NETTO, op. cit.).

Para Gonçalves, novas contradições permeiam o Brasil e os demais países da América Latina. Entre o reconhecimento por direitos sociais e a implementação na garantia do seu atendimento está o enfrentamento da herança de Estados autoritários comprometidos com a

⁴⁶ Para maiores detalhes dessa análise verificar artigo de José Paulo Netto. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. In: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (19). Rio de Janeiro: revista em Pauta, 2007. (p. 143-144)

⁴⁷ “A redução da política social ao conceito de política de combate à pobreza provocou uma transmutação: a prestação de serviços foi substituída pela monetarização de benefícios. Tem-se aqui uma alteração da materialização das políticas sociais. Ela se torna ao mesmo tempo apoio ao beneficiário e investimento na circulação de mercadorias. A aplicação do benefício se dá no mercado e, pela incidência de impostos regressivos nas mercadorias (quem menos tem, paga mais), uma parte do benefício retorna ao Estado na forma de taxas. Uma das mãos estende e a outra recolhe. Portanto, a monetarização da política social tende a ser mais uma política econômica com efeito social pela ampliação das condições de consumo”. (SPOSATI op. cit., p. 111)

elite econômica e refém de dinâmicas internacionais sustentadas ideologicamente pelo neoliberalismo. No entanto, na primeira década dos anos 2000, essas contradições estão mais explícitas, possivelmente pela representatividade de grupos progressistas no governo e outros setores, com maior apelo popular e com alguma perspectiva de mudança no enfrentamento ao social. (GONÇALVES, 2010). Essa situação tem novos ingredientes a partir de 2015, com o recrudescimento da lógica neoliberal.

O contexto neoliberal sob a lógica da intervenção mínima do Estado tem gerado cada vez mais impacto negativo nas questões sociais. A estratégia do Estado alinhada aos interesses do capital tem se atualizado nos planos de enfrentamento da crise econômica através de acordos, planos e ações cuja premissa pela diminuição dos gastos públicos como forma de recuperar o mercado, o emprego e renda dos trabalhadores, tem repercutido no desmonte acelerado das políticas sociais, historicamente conquistadas pelo movimento contra-hegemônico.

Como resposta à lógica neoliberal capitalista, o Estado em conjunto com setores da economia tem trabalhado pesado pela implantação e fortalecimento da privatização dos direitos sociais e desinvestimento público nas principais áreas de direito social como saúde e educação. Não é preciso ir longe, como exemplo, temos a PEC 241 (Emenda Constitucional n.º 95), aprovada em 2016, a qual visa o congelamento dos gastos públicos em educação e saúde por pelo menos 10 anos, sendo corrigido apenas pelo valor da inflação. Significa que se a economia do país crescer e o teto seguir corrigido apenas de acordo com a inflação, o investimento nessas áreas será menor em termos de porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto, usado para medir a riqueza produzida pelo país). Os efeitos dessa medida abrem espaço para o fortalecimento da privatização dos direitos sociais, com isso o enfraquecimento deles, acirrando processos de desigualdade social e suas expressões como violência, exploração, pobreza, opressão. Consequentemente, esses desdobramentos levam à precarização dos serviços públicos.

O encadeamento de medidas como a PEC 241, mais tarde, a Reforma Trabalhista (2017) e recentemente a Reforma da Previdência (2019), atendem à lógica de mercado, da terceirização de trabalhadores, de medidas que precarizam a relação do trabalhador com seus direitos.

Uma faceta dessa fragilidade no sistema pôde ser acompanhada por todos e todas durante a terrível crise de pandemia provocada pelo Covid-19 em 2020. Vivemos um momento único na história em que o acúmulo das dificuldades na área da saúde (entre outras

áreas), ao longo de décadas, pôde ser visualizado com maior intensidade. A disputa pela ampliação das políticas públicas sociais que ocorre desde a promulgação da Constituição de 1988, seguida da criação dos grandes sistemas como o SUS, SUAS e Sistema de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, revela a contradição que vimos apontando, entre a afirmação e garantia de direitos e a lógica mercantil. Esse processo implicou em grandes dificuldades na implementação de políticas sociais. Mais recentemente, o cenário se agrava pelo recrudescimento dos preceitos mercantis neoliberais, como apontamos. No contexto da pandemia essa situação se evidencia, sobretudo pela precariedade da absorção da demanda pela saúde pública, obrigando à intensificação de ações de contingência pelo Estado e debates sobre a urgência de repensar o sistema público de saúde no Brasil, no entanto, sem que a demanda fosse de fato solucionada.

O fenômeno da pandemia expressa o agravamento do cenário de crise que já vinha acontecendo anteriormente, atingindo as diversas esferas dos direitos como saúde, habitação, educação, segurança social etc., levando à compreensão de que os direitos estão correlacionados, e não há como pensar estratégias em saúde, sem levar em conta as demais políticas públicas. A restrição de mobilidade imposta à população pela pandemia faz ressurgir questões referentes às condições de vida das pessoas das camadas pobres, bem como sobre as reais possibilidades dessa população em atender ao isolamento social. A maior parte da população vive em condições de moradia precária, sem saneamento básico, com infraestrutura domiciliar reduzida, tendo em vista o aglomerado de pessoas compartilhando o mesmo espaço. Diversos são os efeitos da desigualdade acirrados pela pandemia.

O tempo em pandemia atualiza a contradição expressa nas realizações históricas dos direitos sociais em contraposição ao capitalismo. Evidencia, de certo modo, a contradição presente do desmonte do SUS que se apresenta como uma das principais saídas para a superação da pandemia. Assim como a pesquisa científica, ocupando lugar central na busca de estratégias para lidar com os desafios do momento. Intensos debates nas redes sociais com as chamadas “*lives*” deram espaço para discussão e reflexão dos direitos, assim como mobilizações sociais (também no campo político mais progressista) pela reivindicação de direitos sociais, de segurança social com o auxílio emergencial, da educação, direitos do trabalho, da saúde etc.

A forma como todo esse processo vai sendo conduzido em um plano macro, traz repercussões, evidentemente, no campo das políticas sociais para família, infância e

juventude. À medida que as contrarreformas vão sendo deliberadas, todos os direitos sociais garantidos em outrora vão sendo, em certa proporção, atingidos.

No tocante à leitura histórica dos direitos sociais da infância e adolescência, compreende-se que o neoliberalismo como dominante do capitalismo, contraditoriamente, engendrou movimentos de transformação nas relações sociais, culturais, políticas, jurídicas, a partir da luta dos trabalhadores, de estudantes, de grupos, movimentos e associações em prol da garantia dos direitos. E nesse contexto, um dos maiores movimentos na história foi pela derrubada dos pressupostos da Doutrina de Situação Irregular, a qual disfarçava em aparente reconhecimento de direito e assistência, práticas de tutela e controle, repressoras, coercitivas e violentas, voltadas à classe social desvalida, terminando por representar a negação e a violação de direitos desse segmento da população.

Desde o ECA, entretanto, muitas águas rolaram no campo da juventude. A seguir será apresentada uma breve discussão das políticas públicas para juventude no Brasil.

c. Políticas Públicas para Juventude no cenário brasileiro

A pauta da juventude no campo das políticas públicas se apresenta no contexto histórico brasileiro desde 1970, quando o termo juventude utilizado na academia e debate público se expressava fundamentalmente como categoria que problematizava a continuidade ou transformação social. Em meados da década de 1990, questões relacionadas às dificuldades de inserção e integração social dos jovens com mais de 18 anos emergiam, impulsionando o debate a respostas para esse segmento (ABRAMO, 2005). Nessa época, além de o ECA avançar como referencial para ações, programas e políticas em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, também serviu de combustível para se pensar no encaminhamento do público que atingisse a maioria. Porém, as respostas às demandas emergentes não foram suficientes para dar conta dos processos de inserção social dos jovens. Tal cenário impulsionou a necessidade de se fazer reflexões e diferenciações conceituais entre adolescência e juventude, bem como traçar políticas públicas dirigidas à juventude. Essa temática passou a ser mais profundamente explorada no ano de 2003, quando foi criada uma Comissão de Juventude, na Câmara Federal, responsável pela construção do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude.

Sem a pretensão de pormenorizar e esgotar a discussão sobre adolescência e juventude, brevemente abordaremos alguns pontos conceituais dessas categorias, e na

sequência serão apresentados alguns pontos de reflexão acerca da juventude e políticas públicas.

A definição de adolescência e juventude pode ser discutida a partir de diversos pontos de partida como a faixa etária, o período de vida, contingente populacional, categoria social, geração etc., a depender da abordagem epistemológica. De forma geral, os marcos etários centram-se como referenciais para construção de políticas públicas, e no Brasil, a tendência hoje se baseia na franja etária dos 15 aos 29 anos para delimitar juventude, e 12 e 18 anos delimitando adolescência, referência esta preconizada pelo ECA.

A partir de Dina Karuskpof (2003)⁴⁸, Abramo (2005) descreve quatro tipos de abordagens que discutem juventude e que se justapõem nas políticas públicas no Brasil. A primeira se refere a juventude como período de transição entre a infância e fase adulta; sendo assim, consiste em um período marcado pela vivência da moratória, isto é, dedicação à preparação da vida adulta. Nesse caso, as políticas públicas para esse segmento centram-se em programas de educação (programas de qualificação técnica profissional, serviço militar, treinamento para o trabalho, programas de prevenção de riscos). Limita-se a considerar o sujeito em preparação, universalizando-o, o que pode ser considerado um perigo, na medida em que se desconsidera a perspectiva do sujeito social.

A juventude como etapa problemática refere-se à segunda abordagem e centra-se em discutir política pública baseada na ameaça à ordem social, dada a condição de vulnerabilidade, risco ou transgressão presente para esse público. Setores como saúde e segurança, a partir de programas de prevenção para eventos como gravidez precoce, ISTs, violência, narcotráfico, estão ancorados nessa perspectiva. No Brasil, tal enfoque se deu nos anos 1980 e 1990, momento em que a juventude (dos setores populares) era vista como problema para sociedade e Estado.

O jovem como ator estratégico de desenvolvimento localiza a terceira abordagem e consiste no reconhecimento do jovem como agente transformador social, capaz de responder aos desafios colocados por inovações tecnológicas. No Brasil, essa perspectiva de participação dos jovens ganha força principalmente na pauta dos movimentos sociais e partidos políticos.

A quarta abordagem diz respeito à juventude cidadã, jovens são vistos como sujeitos das políticas e se situam em etapa singular do desenvolvimento pessoal e social. Nesse

⁴⁸ Políticas de juventud en centroamerica, Primeira Década, 2003. P. 8 a 25.

sentido, as políticas públicas são pensadas visando à superação da visão negativa dos jovens, propondo a noção de cidadania em articulação com a intersectorialidade das políticas.

Partindo dessa abordagem da juventude cidadã, propõe-se neste trabalho, articulá-la à perspectiva sócio-histórica enquanto condição social, correspondendo à construção social, histórica, cultural e relacional que perpassa as diferentes épocas e processos históricos da sociedade. Portanto, para além de ser compreendida como fase do ciclo vital cujas características universalizam e determinam a juventude, considera-se sua inserção no processo histórico, respondendo a condições sociais específicas frente às mudanças sociais produzidas com a emergência do capitalismo.

Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Por esta razão, não se pode estabelecer um critério de idade universal que seja válido para todos os sectores e todas as épocas: a idade se transforma somente em um referente demográfico. (LEÓN, 2005)

Essa visão permite reconhecer a diversidade juvenil a partir das diversas realidades cotidianas e com isso traçar políticas públicas para juventude. Nesse ponto, Abramo (2005) defende o debate em duas perspectivas, conceitual e política, ambas articuladas entre si, no sentido de levar em conta os processos e elementos da “vivência juvenil”, que devem ser assegurados, sobretudo acompanhando as transformações sociais. Esses processos indicam trajetórias heterogêneas e despadronizadas, ou seja, não são lineares, devem considerar a complexidade da condição juvenil e as múltiplas determinações que compõem a vida. Portanto, a noção de diversidade contribui para a percepção das diversas trajetórias e vivências, assim como seus atravessamentos pela desigualdade, dimensões de raça, classe, gênero, que conduzem à autonomia e processo de independência. Isso significa que não há um padrão único de transição para vida adulta.

No campo das políticas públicas para adolescência e juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui marco legal na representação ético-política que se contrapõe ao contexto da doutrina de situação irregular que legitimava processos de exclusão social da criança e adolescente, tidos como “menor” ou “delinquente”. Representa avanço no marco das políticas públicas, especialmente pela garantia de prioridade na formulação e execução das políticas sociais públicas, com destinação privilegiada entre os entes federativos à proteção nessa esfera.

Nesse sentido, o ECA e a Constituição Federal serviram de base para a discussão do tema juventude, o qual desde 1970 encontrou barreiras na implantação de proteção social dirigida a esse público. A juventude, problematizada na década de 70, encontra confluência no percurso histórico das crianças em situação de abandono. Guiados pelos princípios de moratória e inserção no mundo do trabalho, todos que desviassem dessa noção, não eram identificados como jovens, mas desocupados, desviados, e, portanto, alvo de preocupação pública.

Isto produziu respostas dicotômicas do Estado e das instituições que tinham os jovens como público alvo: para os filhos das classes médias e altas, as políticas de educação e formação geral (incluindo esportes e poucas ações relativas ao tempo livre, intercâmbio cultural etc.), ao lado de medidas preventivas e punitivas no campo das transgressões morais e movimentos políticos. Para os jovens dos setores populares, as políticas se resumiam a algumas medidas de apoio à inserção no mundo do trabalho, mas mais fortemente medidas de prevenção, punição ou resgate das situações de desvio e marginalidade. (ABRAMO, 2005)

Diversos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, organizações da sociedade civil e grupos juvenis atuaram na história recente do Brasil para o reconhecimento da condição juvenil e do seu protagonismo.

A seguir será apresentado um recorte de como se deram algumas discussões, ações e projetos de juventude no campo público.

d. Um recorte sobre as Políticas Públicas de Juventude no Brasil

Fazendo um recorte das políticas públicas no âmbito da juventude, ainda que a legislação se pautar na primazia de investimento de recursos públicos para implantação das políticas, estas nem sempre ocorreram ou ocorrem de forma pacífica e linear haja vista os conflitos em torno do destino desses recursos. Sposito e Carrano (2003) argumentam que em se tratando de ações envolvendo a juventude, dois aspectos são importantes de serem considerados. Ao se pensar em ações destinadas a jovens, primeiramente leva-se em conta a representação normativa que a idade exprime e, segundo a figura do jovem que uma sociedade constrói. Nesse sentido, as ações e programas públicos não apenas sofrem os efeitos de concepções do que é o jovem, mas ao contrário, podem provocar “modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre os seus sujeitos jovens” (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Apesar dos profundos debates em torno da juventude, ao longo da história, algumas exposições têm sido reiteradas como, por exemplo, ver os jovens como problemas ou que precisam ser objeto de atenção, ou controlar a ameaça que esse segmento pode oferecer. Historicamente e socialmente a juventude representa uma fase de instabilidade associada a certos problemas sociais. Segundo Bourdieu (1986)⁴⁹, as representações correntes sobre juventude ora investem em atributos positivos, de potencialidade para transformação social, ora acentuam atributos negativos de problemas sociais ou desvios (citado por SPOSITO; CARRANO, op. cit.).

Apesar do compromisso em debater sobre juventude datar do ano de 1965 quando os Estados-membros assinaram junto à Organização das Nações Unidas (ONU) a “Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos”, somente em 1985 o tema ampliou sua visibilidade com o Ano Internacional da Juventude (SILVA; ANDRADE, 2009)⁵⁰. Contudo no Brasil, essas ações a princípio tiveram poucas repercussões, especificamente em relação ao segmento juventude, uma vez que o país se mobilizava na busca de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Sendo esse segmento associado ao período da adolescência de faixa etária até os 18 anos incompletos, isso acabou gerando controvérsias, pois os jovens maiores de 18 anos estavam fora do alcance dos direitos assegurados pelo ECA (Ibid.).

Um elemento importante para se pensar políticas de juventude é a questão de representação do jovem no imaginário social quanto à possibilidade de risco social. Nesse viés, Sposito e Carrano (2003) identificam que de 1990 a início dos anos 2000 diversos programas foram criados nas áreas de esporte, cultura, trabalho, com objetivo de ocupar o tempo livre dos jovens, especialmente, os da periferia das grandes cidades brasileiras. Se o jovem representa instabilidade, o entendimento é de que esta deveria ser prevenida, controlada a fim de não se tornar um problema maior para a sociedade. Albuquerque e Costa (2016) apontam que a partir de 1995 na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as políticas públicas alcançam debate nacional com a realização do I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, articulado pelo Ministério da Educação, quando esteve em foco a

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre, (1986). De quoi parle-t-on quand on parle du “problème de la jeunesse”? In: PROUST, François (org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l’homme à la question des jeunes*. Vaucresson: CRIV, p. 229-235.

⁵⁰ Movimentos e debates envolvendo a ONU e países-membros ocorreram em diversos momentos, fortalecendo o compromisso pela implantação de uma Política Nacional de Juventude nos países participantes. Maiores detalhes, referência: SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília: Ipea, 2009.

população em vulnerabilidade social, com a perspectiva de diminuição da participação do Estado e parcerias com a sociedade civil. Nesse período, ao mesmo tempo em que ascende o incentivo de investimentos financeiros internacionais em projetos de Organizações Não Governamentais (ONGs) com foco em inclusão social aos jovens, movimentos juvenis contra-hegemônicos contribuem para a emergência do jovem enquanto sujeito social, político e histórico. (ALBUQUERQUE; COSTA, 2016)

O debate sobre juventude e políticas públicas está presente mais continuamente desde 2000, especialmente por estar relacionado ao crescimento populacional juvenil. Conforme publicado naquele ano pelo IBGE, havia 34 milhões de jovens no Brasil entre a faixa etária de 15 a 24 anos.⁵¹ Somado a isso havia a necessidade de se pensar no contexto de desigualdades, privação de direitos e vulnerabilidades a que essa população estava sujeita. Ao investigarem os processos de inserção das questões dos jovens na agenda pública brasileira ao longo de três gestões governamentais – antes do governo Luiz Inácio Lula da Silva, durante o seu governo e no início do governo Dilma Rousseff – Almeida e Nascimento (2011) identificaram avanços e limites nas ações de governo para jovens.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) havia alguns programas, porém ainda tímidos na expansão de políticas para essa população. O quadro passa a mudar na gestão de Lula, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), cujo objetivo foi executar um programa específico para juventude, o Programa Nacional de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM). Também diversas mobilizações de movimentos e organizações ocorreram à época, por meio da criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e de fóruns como a I Conferência Nacional de Juventude, em 2008 (ALMEIDA; NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 101). As ações realizadas na gestão de FHC (1995-2002) contabilizaram 33 programas e ações no segmento juvenil, porém essa totalidade não era homogênea, não havia consenso da necessidade de execução de políticas públicas para esse segmento (SPOSITO; CARRANO, *op. cit.*); sendo assim, o objetivo principal era resolver a demanda considerada “problema” para a sociedade.

Reivindicações de setores juvenis organizados tiveram papel proeminente no início da gestão Lula. Logo em 2004, criou-se o Grupo Interministerial da Juventude, composto por 19 Ministérios, Secretarias e Órgãos Técnicos especializados, com foco em pensar parâmetros

⁵¹ Essa faixa é considerada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura e OIT (Organização Internacional do Trabalho), porém o Brasil adota, desde 2005, a faixa etária de 15 a 29 anos, como referência para discussão de juventude e políticas públicas. (ALMEIDA e NASCIMENTO, 2011)

para uma Política Nacional de Juventude, através do mapeamento de ações já em andamento e dos jovens com menor escolaridade e desempregados, sendo posteriormente criados os já mencionados SNJ, CONJUVE E PROJOVEM⁵² (BRASIL, 2008⁵³ citado por ALMEIDA; NASCIMENTO, op. cit.). A avaliação que se tem desse período, conforme Castro, Abromovay e De Leon, 2007⁵⁴ (citados por *ibid.*) e CONJUVE⁵⁵ é a escassez de avaliações sobre os projetos e reflexão mais profunda acerca da eficácia e impactos dos programas. Apesar disso, durante todo o governo Lula pautas sobre juventude e políticas públicas estiveram incluídas na agenda política, inclusive por meio do projeto de lei nº 4.530/04 de tramitação na Câmara dos Deputados sobre o Plano Nacional da Juventude.

Na gestão de Dilma Rousseff, houve a extinção do Programa PROJOVEM Integrado, também o deslocamento do Projovem Adolescente ao Projovem Urbano, e este que antes era executado pela SNJ foi deslocado ao Ministério da Educação - MEC. O Projovem Trabalhador passa a ser integrado ao PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (lançado em 2011), com objetivo de promover inclusão de jovens do ensino médio e trabalhadores que precisam de qualificação por meio da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, ampliação de vagas no sistema S, cursos à distância, criação da modalidade Ensino Técnico no Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES). A principal crítica que se faz do deslocamento da execução do Projovem Urbano ao MEC é de que a demanda é pauta para as demais políticas intersetoriais e não apenas das educacionais, dada a forma desigual como a juventude se apresenta, considerando “fatores socioeconômicos como origem social, má distribuição de renda, preconceito de gênero, sexo e de raça” (*Ibid.*, p. 118).

⁵² O PROJOVEM foi programa de referência na gestão Lula, que contou com parceria entre o governo federal e governos municipais. O objetivo do programa era promover elevação no nível de escolaridade e qualificação profissional, visando estimular inclusão produtiva e cidadã. A duração do programa era de 12 meses, os jovens com participação efetiva recebiam auxílio mensal de R\$100,00, sendo participantes jovens que tivessem concluído a 4ª série do Ensino Fundamental, sem vínculos formais de trabalho. Em 2008, o governo federal criou um programa unificado de juventude como forma de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e formação profissional, sendo assim integrou programas já existentes como Agente Jovem, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, portanto, o PROJOVEM foi subdividido em Projovem Urbano, Projovem Adolescente, Projovem Campo e Projovem Trabalhador. (ALMEIDA E NASCIMENTO, 2011, p. 108/110).

⁵³ BRASIL. Ministério da Educação (2008). Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre o Projeto pedagógico Integrado do Projovem Urbano. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb018_08.pdf

⁵⁴ CASTRO, M. G.; ABROMOVAY, M. e DE LEON, A. Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas públicas. São Paulo: Grupo de institutos, Fundações e Empresas, 2007.

⁵⁵ CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVE (2010). Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal.

A reflexão de Almeida e Nascimento (2011) acerca desses três momentos de gestão é de que houve continuidade das ações na gestão Dilma, ainda que com fragilidade no debate da temática de juventude no âmbito das políticas públicas, sobretudo pela extinção de alguns programas (Projovem Integrado) e deslocamento de outros (Projovem Urbano).

Ademais é de se considerar que o Estatuto da Juventude, Projeto de Lei nº4.524 que tramitava na Câmara dos Deputados desde 2004, foi aprovado em 2013 também no governo Dilma, além de Conferências Nacionais de Juventude que prosseguiram nos anos de 2011 e 2015, denotando importante participação de jovens e organizações no movimento por melhores ações para a juventude.

e. Considerações acerca da juventude e o atravessamento da desigualdade social

A violência como expressão da desigualdade social assola a vida de milhares de jovens que atravessam a luta por sobreviver frente às condições postas por sua classe, raça ou gênero. Dados publicados pelo último Atlas da Violência, de 2019, registrou um aumento do número de mortes prematuras de jovens (15 a 29 anos) nos últimos 10 anos. Em 2017, o Ministério da Saúde registrou a soma de 65.602 homicídios no Brasil, valor histórico de letalidade para os últimos 10 anos, desse total 59,1% são jovens homens entre 15 a 19 anos sendo óbitos ocasionados por homicídio. A pesquisa associou tal fenômeno à baixa perspectiva de oportunidades, como estudo e trabalho, sobretudo violência contra públicos específicos: negros, LGBTI, mulheres. (IPEA, 2019)

Ainda segundo o Atlas, especificamente em 2017, houve um aumento de 37,5% de assassinatos de jovens desde a última década. Isso significa que em 2007 a taxa de homicídios que era de 50,8 por grupo de 100 mil jovens passou para 69,9 por 100 mil em 2017; em números, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil em 2017⁵⁶, sendo essa a principal causa de mortes entre jovens brasileiros. (IPEA, 2019). Embora reconheçamos avanços na conquista dos direitos na esfera infanto-juvenil, é urgente admitir a necessidade de se buscar dispositivos outros que alcancem a diversidade de tantas vidas juvenis marcadas por violações e desigualdades.

⁵⁶ Em 2017, os estados com as menores taxas de homicídios entre jovens foram São Paulo (18,5), Santa Catarina (30,2) e Piauí (38,9). Já as três taxas mais elevadas foram as dos estados de Rio Grande do Norte (152,3), Ceará (140,2) e Pernambuco (133,0). (IPEA, 2019)

No tocante à desigualdade social, dois pontos são importantes para análise. O primeiro é como a expressão da desigualdade se evidencia nas relações sociais e vida cotidiana, apresentando-se como elemento no campo afetivo do indivíduo, e isso se dá pela presença de aspectos ideológicos nos diversos espaços sociais, repercutindo significados no plano subjetivo, de modo que pensamentos, ideias, ações são tidos como produtos naturais do indivíduo, desarticulados com constitutivos históricos da realidade social. O segundo ponto acerca da desigualdade condiz com ideia de inexorabilidade do fenômeno, quase justificando uma posição omissa do Estado e a ausência de políticas públicas, atribuindo essa falta como aspecto inerente ao Estado, “nada pode ser feito”, sustentando, com isso, a naturalização da desigualdade.

A desigualdade social é fenômeno que se articula com os elementos constitutivos do movimento histórico e acompanha, sobretudo, o processo de modernização no Brasil, atendendo aos interesses liberais dos países desenvolvidos com os quais o Brasil estabelece relação de dependência. No movimento histórico, a ênfase no indivíduo, reconhecida pela modernidade, confere valores ideológicos que passam a ser internalizados e tidos como naturais, o que dá espaço, por exemplo, para a dimensão da meritocracia. Ao igualar indivíduos no mesmo patamar de condições e alcance na realização de determinado objetivo, responsabilizam o indivíduo por seu fracasso ou sucesso, refletindo uma face da desigualdade social.

Diversos são os efeitos para os indivíduos que vivem sob a égide de valores pautados nos ideais dominantes, individualistas, de meritocracia, estruturados historicamente por relações de opressão referentes ao patriarcalismo e racismo. Que produção isso tem para os (as) jovens periféricos (as), negros (as), vítimas de violência intrafamiliar, vítimas de violência do Estado, LGBTI’s?

É imprescindível recuperar a historicidade da juventude, na perspectiva de desnaturalização do fenômeno da desigualdade social, como dimensão que ultrapassa a estrutura econômica. É preciso o debate atualizando os padrões de opressão, domínio e exclusão, produtos da colonização e patriarcalismo no país e de como eles se articulam com o contexto da juventude. Contextos de crise revelam ainda mais a desigualdade social, não somente do ponto de vista econômico, mas também social e cultural.

Vivemos tempos difíceis no atual governo de Bolsonaro. A luta pela permanência dos direitos até então conquistados obriga esforços e mobilizações para que sejam mantidos, e mais ainda, ampliados. O ano de 2019 esteve marcado por uma avalanche de medidas e ações

do governo contra os direitos de segmentos da população como comunidade LGBTI, indígenas, mulheres, jovens, negros⁵⁷. Quanto à juventude periférica, constantemente tem sido alvo de ataques brutais pela corporação policial cujas ações violentas são legitimadas pelo atual governo sob o pretexto de segurança e contenção do crime. Um exemplo máximo disso são as mortes ocasionadas por ações da polícia militar em bailes funk na periferia (em Paraisópolis, Guarulhos, Guaianases, Heliópolis etc.), onde a violência é justificada visando ao controle e segurança do local e contenção do tráfico de drogas⁵⁸.

Tais fatores apontam um cenário bastante crítico e complexo envolvendo as políticas sociais. Se num dado momento histórico tivemos a presença de um Estado autoritário, inibidor do desenvolvimento social e humano, hoje, reconhecemos que desde a democratização do país, muitos direitos foram conquistados, apesar de movimentos contrarreformistas, em que o principal foco é a destruição do sistema de proteção social (BOSCHETTI, op. cit.). Diante do caos, a possível saída que temos é continuar na luta, nas mobilizações, provocando encontros e reflexões que possibilitem mudanças e espaços de debate, participação popular e construção de políticas públicas.

⁵⁷ Logo no início da gestão, as políticas pelos direitos da população LGBTI foram retiradas do Conselho Nacional de Combate à Discriminação que compunha o Ministério dos Direitos Humanos e passaram a pertencer à Secretaria Nacional da Família e à Secretaria Nacional de Proteção Global pasta que foi anunciada e retirada. Quanto aos indígenas, o governo tenta submeter o assunto sob poder do Ministério de Agricultura, buscando esforços para retirar a função de demarcação de terras indígenas da FUNAI visando o seu enfraquecimento e favorecimento ao agronegócio e exploração ambiental das terras (Medida Provisória está em trâmite na Câmara dos Deputados e Senado – dez 2019).

⁵⁸ Referência: <https://brasil.elpais.com/politica/2019-12-04/repressao-a-bailes-funk-em-sao-paulo-tem-tiro-no-olho-e-1275-presos-so-neste-ano.html/> <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-02/doria-e-delegado-isentam-pms-por-mortes-em-paraisopolis-em-baile-funk.html>

IV

SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA

Compreendendo que o fenômeno “desacolhimento por maioria” está imerso em um turbilhão de sentidos e significados que o constituem, caracterizamos alguns conceitos fundantes por meio da sua história, entendendo como operam as políticas sociais e as políticas para a juventude, como estão atravessadas por concepções de adolescência(s), como se deu a conquista dos direitos da infância e adolescência no Brasil, como se estrutura a política de assistência social. Tais elementos compõem o cotidiano daqueles que têm relação direta com a política de atendimento a criança e adolescente, quer sejam profissionais ou cidadãos. Enquanto cidadãs(os), todos nos afetamos, de forma direta ou indireta, pelas políticas sociais; ou seja, em alguma medida, a forma como são atendidos (ou não...) os direitos básicos (como moradia, alimentação de qualidade, acesso à saúde, educação) exerce influência na nossa vida, na nossa constituição enquanto sujeitos. Isso evidencia que a forma como vamos nos constituindo enquanto sujeito tem inter-relação da nossa história individual com a história social, cultural, política, econômica do meio em que vivemos.

Conforme abordado no primeiro capítulo, a psicologia sócio-histórica, enquanto base epistemológica para esta pesquisa, direcionou até aqui noções fundamentais para compreensão do fenômeno – objeto dessa pesquisa. A partir das categorias historicidade e totalidade pudemos analisar alguns elementos históricos e sociais que compõem o fenômeno “desacolhimento por maioria”. O método na dimensão histórico-dialética busca “decifrar os fatos” (KOSIK, 2002, p. 54 citado por AGUIAR et al., 2015 p. 58) por meio da aproximação com as determinações sociais e históricas do objeto, buscando superar o que está posto. Da perspectiva da psicologia social, isso permite investigar as significações constituídas pelo sujeito frente à realidade (AGUIAR et al., 2015), tomando a realidade nas suas múltiplas determinações. Para tanto as categorias historicidade, totalidade, contradição e mediação orientam a apreensão dos sentidos e significados, de modo a dar visibilidade a essa realidade. O uso delas permite ir além do imediato, das aparências, permite compreender a complexidade constitutiva do objeto bem como seu movimento.

A proposta metodológica da perspectiva histórico-dialética, a partir das categorias, propõe se apropriar das significações do sujeito frente à realidade, para além do visível, do empírico, do imediato; não só é necessário “*apreender sua unilateralidade, mas suas*

relações, qualidades, contradições, isto é, as mediações sociais e históricas que as configuram como unidades dialéticas da fala e do pensamento” (Ibid., p. 61). Seguindo Aguiar et al. (2015), o processo de apreensão parte da aparência das palavras, isto é, dos significados, em direção à sua dimensão concreta, os sentidos (p. 61). Sendo assim, a palavra significada é o ponto de partida para a análise do fenômeno.

A palavra significada situa-se no contexto social e histórico de quem fala, representando uma totalidade parcial, ou seja, uma parte do todo, que se constitui na dialética da totalidade em que o sujeito está inserido. As mediações enquanto categorias de análise expressam as multideterminações da totalidade parcial e se ligam entre si num “complexo dinâmico parcial” em que há mudanças o tempo todo (MÉSZAROS, 2013, p. 58 citado por Ibid., p. 65). Assim, a análise permite situar o sujeito enquanto sujeito histórico e social, e, portanto, não isolado em si. Citando Marx (1978), Aguiar et al. (2015) destacam que ao apreender as mediações constitutivas da realidade

a intenção do método histórico-dialético é evidenciar, por meio do processo de análise e síntese do sujeito em foco, as particularidades históricas e sociais que configuram a articulação de sua singularidade e genericidade, isto é, a contraditória existência dos aspectos idiossincráticos, históricos e sociais e como, nessa contraditória existência, se produzem mutuamente. (p. 65)

Mais adiante discutem a singularidade e genericidade em uma relação dialética tratadas em sua historicidade e materialidade, as quais permitem avançar na “teorização do sujeito” como ser que se “objetiva pela mediação da história da qual ativamente participa e se apropria” (Ibid., p. 65). A utilização de categorias, como historicidade, totalidade, contradição conceituadas no primeiro capítulo, faz parte do movimento em direção à apreensão dos sentidos do sujeito. A historicidade possibilita olhar para a realidade e buscar a gênese e processo de transformação dos objetos, no movimento em que eles aparecem, portanto nunca estáticos, “como surgiu, como se movimentou e se transformou” o objeto? (AGUIAR E OZELLA, 2013, p. 303).

A partir das categorias metodológicas, nesse movimento de apreensão da realidade, acrescentamos aqui as categorias teóricas da psicologia sócio-histórica, *pensamento, linguagem, sentidos, significados e dimensão subjetiva* (discutida no primeiro capítulo).

Ao abordar a perspectiva da gênese social do individual, Aguiar e Ozella (2013) defendem a constituição do homem como dialética, ou seja, “*o plano individual não constitui mera transposição do social. O indivíduo modifica o social; transforma o social em psicológico e assim cria a possibilidade do novo*” (p. 303). Através de Vigotski (2001), os

autores discutem que a apreensão do homem se dá pela compreensão de como essa singularidade, ao mesmo tempo em que se constrói na universalidade, a universalidade se concretiza na singularidade, contendo nessa relação, a mediação como particularidade. Portanto, nessa relação, um constitui o outro (universal e singular). (Ibid., p. 302). Nesse sentido, a linguagem assume papel fundamental no processo de constituição do homem.

Assim, os signos, instrumentos psicológicos, são constitutivos do pensamento não só para comunicação, mas como meio de atividade interna. A palavra, signo por excelência, representa o objeto na consciência. Podemos, desse modo, afirmar que os signos representam uma forma privilegiada de apreensão do ser, pensar e agir do sujeito. (Ibid., p. 303)

Mais adiante, os autores discutem a compreensão do pensamento por meio da análise de seu processo, o qual se expressa na palavra com significado e, a partir disso, a possibilidade de apreensão do movimento do pensamento. Dessa forma, a relação pensamento/linguagem também se constitui como mediação entre indivíduo e sociedade. São categorias que não podem ser apreendidas separadamente uma da outra; ao mesmo tempo, não se confundem entre si e se constituem dialeticamente.

Apreender a subjetividade por meio da fala é um dos maiores desafios de acesso ao sentido subjetivo. É por meio da palavra que o sujeito expressa sua singularidade, as relações sociais, a ideologia, a historicidade social (Ibid.). O processo de articulação do pensamento com a palavra (linguagem) pode ser percebido por meio de duas outras categorias “significado” e “sentido”, as quais também não podem vir isoladas uma da outra; procura-se discuti-las separadamente para fim didático.

Os significados expressos pela fala carregam produções históricas e sociais, são conteúdos ideológicos, compartilhados e apropriados pelo sujeito a partir de sua própria subjetividade (AGUIAR et al., op. cit.; AGUIAR E OZELLA, op. cit.). São unidades que constituem a contradição entre pensamento e linguagem, e ao mesmo tempo, é um fenômeno de discurso e intelectual (VIGOTSKI, 2001, p. 398 citado por AGUIAR et al., op. cit., p. 61). Justamente por conter mais do que aparenta, a palavra significada passa a ser “desvendada” por meio do uso das categorias metodológicas.

O sentido é algo mais amplo que o significado e busca subvertê-lo, pois não se submete a uma lógica racional externa (GONZÁLEZ-REY, 2003 citado por ibid.), aproximando-se mais da subjetividade. Expressa o sujeito nos processos cognitivos, afetivos e

biológicos. Porém a construção dos sentidos e significados é constituída num processo dialético entre indivíduo e sociedade, ou seja, o sujeito constrói a realidade social a partir das suas experiências, relações, sentimentos, afetos, ao mesmo tempo em que as expressa em sua realidade material objetiva; “é uma realidade na qual a subjetividade ganha objetividade e a objetividade se subjetiva”. (GONÇALVES E FURTADO, 2016, p. 37). Para González-Rey (2005) a discussão da comunicação é vista como princípio epistemológico e central para acessar grande parte dos problemas sociais e humanos, permitindo conhecer como as variadas condições objetivas da vida social afetam o homem, sua subjetividade (p. 13).

Visando apreender a palavra significada e o seu sentido, no bojo de apreensão do fenômeno – objeto dessa pesquisa – apresenta-se como procedimento metodológico a utilização de “sistemas conversacionais” (abordado um pouco mais abaixo), os quais serão conduzidos junto a adolescentes/jovens que vivenciam o processo de desacolhimento, ou a adolescentes/jovens que já vivenciaram esse processo. Ninguém melhor que o (a) adolescente para dar voz aos significados e sentidos produzidos nessa vivência.

Busca-se, portanto, compreender como a dimensão subjetiva do processo de desacolhimento por maioria se constitui na dialética entre a sociedade e o indivíduo (no caso, o/a adolescente). Para isso, optou-se por analisar três conjuntos de informações: **a)** partindo do viés de historicidade e totalidade, análise e discussão da concepção de adolescência, políticas sociais de atendimento à criança e adolescente, bem como políticas públicas para juventude; **b)** dados estatísticos do público adolescente que completou a maioria no serviço no SAICA (nos últimos dois anos), que podem fornecer elementos gerais de compreensão do perfil desse grupo, bem como de aspectos gerais da organização do atendimento; **c)** informações sobre a experiência vivida, por meio de sistemas de conversação com uma adolescente nesse contexto.

a. A postura do(a) pesquisador(a) alinhada ao método e procedimento metodológico

Gostaríamos de destacar a postura que o pesquisador assume na relação dialética com o participante da pesquisa. Considerando-os como sujeitos não neutros na pesquisa, ambos estão implicados na questão a ser pesquisada, a partir dos interesses, desejos e contradições de cada um (GONZÁLEZ-REY, 2005). É importante fazer esta reflexão, a fim de explicitar aspectos que contribuem para concretizar os pressupostos de método apresentados anteriormente. Para isso, recorreremos às contribuições de González-Rey.

Nesse ponto de vista, a pesquisa enquanto processo de construção do conhecimento visa ao processo de construção da comunicação com a emergência tanto do pesquisador quanto do sujeito participante onde se pretende facilitar a expressão autêntica deste último (Ibid.). Significa dizer que a produção de pesquisa passa pela reflexão do pesquisador como sujeito, implicando-o às reflexões constantes das informações que emergem durante o processo.

O pesquisador como sujeito não se expressa somente no campo cognitivo, sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo marcado por sua história, crenças, representações, valores, enfim de todos os aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva. A legitimação do pesquisador como sujeito de produção de pensamento, bem como a do pensamento como via de produção de modelos de inteligibilidade são partes consubstanciais do caráter teórico da pesquisa. (GONZÁLEZ-REY, op. cit., p. 36)

A construção do conhecimento vai se moldando no curso da pesquisa, na confrontação entre teoria e realidade, não de forma apriorística em que essa construção teórica seja “encaixada” à realidade pesquisada, como se houvesse a necessidade de comprovação empírica a partir da teoria. Embora o pesquisador seja teórico e carregue consigo representações e sentidos subjetivos que denotem uma “memória teórica”, González-Rey orienta não confundir os níveis de produção de conhecimento, devendo o pesquisador estar consciente do campo que se abre em toda pesquisa, da riqueza de informações e ideias que emergem, muito mais que qualquer teoria (ibid., p. 35). Essa proposta permite superar o que o autor chama de “Epistemologia da Resposta” cuja premissa é de que a informação a ser coletada só tem valor se baseada no caráter do instrumento aplicado, considerando como legítimas somente informações provindas de instrumentos. O pesquisador se portaria como mero “operacional” subordinado a um “ritual instrumental” (Ibid., p. 38) de base comportamental e empírica, omitindo as significações e sentidos do objeto estudado e anulando toda capacidade criativa, crítica e reflexiva que a relação com o fenômeno possibilita.

Essa perspectiva instrumental, com independência do marco teórico com que se autodefine, se mantém em uma psicologia comportamental, já que suas categorias sempre têm como referência comportamentos concretos da pessoa, os quais são considerados abstraídos de suas dimensões de sentido subjetivo e de significado. Os resultados dos instrumentos são assumidos acriticamente e são naturalizados como verdadeiros. As vias dessa naturalização sempre são códigos a priori que, de forma

pontual e concreta, significam as expressões de um sujeito ante um instrumento.
(Ibid., p. 39)

A partir desses apontamentos e, considerando os fundamentos da psicologia sócio-histórica, o instrumento para coleta de informações adotado aqui tem inspiração no conceito de “sistema conversacional” delineado por González-Rey (2005). Esse procedimento metodológico permite um deslocamento do pesquisador do lugar central das perguntas para integrar-se à dinâmica de uma conversa tomando forma para a produção de informações. (Ibid., p. 45). A conversação tem caráter processual na relação pesquisador e sujeito participante, ela não é dada e nem acabada, pois os participantes vão direcionando e construindo o próprio curso do processo, de forma espontânea e reflexiva, construindo o momento da conversação.

As conversações geram uma corresponsabilidade devido a cada um dos participantes se sentirem sujeitos do processo, facilitando a expressão de cada um por meio de suas necessidades e interesses. Cada participante atua nas conversações de forma reflexiva, ouvindo e elaborando hipóteses por intermédio de posições assumidas por ele sobre o tema de que se ocupa. Nesse processo, tanto os sujeitos pesquisados como o pesquisador integram experiências, suas dúvidas e suas tensões, em um processo que facilita o emergir de sentidos subjetivos no curso das conversações. A conversação vai tomando formas distintas, nas quais a riqueza da informação se define por meio de argumentações, emoções fortes e expressões extraverbais, numa infinita quantidade de formas diferentes, que vão se organizando em representações teóricas pelo pesquisador. (GONZÁLEZ-REY, op. cit., p. 45-46)

A construção da informação expressa na conversação foi analisada por meio dos núcleos de significação, conforme proposta por Aguiar et al. (2015). Entendemos que a produção de informação em um processo dialógico e dinâmico, inspirado nas discussões de González Rey e a posterior análise das significações presentes na fala produzida, revelando a articulação entre significados e sentidos, permitem acessar elementos fundamentais de constituição subjetiva, na dialética individual e social, subjetividade e objetividade.

O primeiro passo da análise para a identificação de núcleos de significação se dá no levantamento de pré-indicadores, a partir da identificação de “palavras”, que apontarão caminhos na forma de “pensar, sentir e agir” do sujeito, expressões que carregam consigo as significações da materialidade histórica. O segundo passo é evidenciar indicadores, com possíveis articulações dos pré-indicadores, utilizando-se para isso os critérios de “similaridade”, “complementaridade” e/ou contraposição e realizando uma síntese dos

elementos abstraídos da análise (AGUIAR et al., 2015, p. 62). Na terceira etapa busca-se sistematizar os núcleos de significação, alcançando as “zonas de sentido”, como apontam Aguiar, Soares e Machado (2015)

o que se pretende é a sistematização dos núcleos de significação, resultado de um processo em que os indicadores são articulados de modo a revelarem de forma mais profunda a realidade estudada. Por articular e sintetizar todos os possíveis conteúdos resultantes do processo de análise empreendido desde o levantamento dos pré-indicadores, esta é a que mais se distancia do empírico e se aproxima da realidade concreta, isto é, dos sentidos que o sujeito constitui para a realidade na qual atua (p. 62)

Ainda nessa linha de compreensão, destacamos aqui a intersecção dos núcleos de significação (AGUIAR et al., op. cit.) com a noção de *sentido subjetivo* discutido por González-Rey (2005), o qual aborda os indicadores como *organizador do discurso do sujeito* de acordo com os núcleos de sentido subjetivo subjacentes à fala do sujeito participante. O *sentido subjetivo* não está manifesto na fala, ou seja, não é expresso de forma intencional pelo sujeito, é algo que está implícito e talvez não presente na representação consciente do sujeito. O uso de indicadores contribui para o desenvolvimento de hipóteses as quais depois darão lugar ao modelo teórico. Acompanhando González-Rey (2005):

A dimensão de sentido subjetivo facilita-nos acessar os espaços de produção subjetiva que representam complexas sínteses de momentos culturais e históricos impossíveis de serem captados pela razão dominante, centrada na aparência, na proximidade e no conscientemente significado. O histórico e o cultural têm infinitos canais de expressão presentes por meio de sua constituição subjetiva em um sujeito concreto. A subjetividade é um sistema complexo e, como tal, suas diferentes formas de expressão no sujeito e nos diferentes espaços sociais são sempre portadoras de sentidos subjetivos gerais do sistema que estão além do evento vivido, o do contexto em que se centra a representação consciente do sujeito em suas ações concretas. (p. 126)

Nessa mesma perspectiva, Aguiar e Ozella (2013) ao discutirem como se dá apreensão da relação pensamento/linguagem a partir da compreensão das categorias significado e sentido, como categorias de mediação desse processo, concordam com González Rey de que o pensamento enquanto processo psicológico não se constitui só em seu caráter cognitivo, mas por ser *sentido subjetivo*, pelas significações e emoções que este sentido articula. (p. 305)

Subjetividade é aqui entendida como uma possibilidade humana de organizar experiências convertidas em sentidos. É uma dimensão da realidade que podemos denominar dimensão subjetiva da realidade objetiva. Temos assim a possibilidade de um processo específico, marcado por uma dinâmica em que os sentidos “constituem-se a partir de complexas reorganizações e arranjos, em que a vivência afetiva e cognitiva do sujeito, totalmente imbricadas [...], é acionada e mobilizada” (AGUIAR et al., 2009⁵⁹, p. 63, citados por AGUIAR E OZELLA, 2013, p. 305).

O trabalho com as significações é, então, o foco da análise proposta. A conversação permitirá capturar essa relação entre significados e sentidos, produções subjetivas e vivências objetivas, respeitando-se, na análise, as referências teórico-metodológicas já apresentadas. Da mesma forma, a análise dos dados estatísticos do serviço procura destacar suas características gerais, bem como o perfil do grupo atendido e a organização do atendimento. Em todo esse contexto será possível, também, observar a expressão de significações que indicam aspectos de dimensão subjetiva do desacolhimento.

Caminhando, pretendemos a seguir apresentar de forma breve a caracterização do Serviço de Acolhimento – SAICA em Guarulhos.

b. Sobre o SAICA em Guarulhos

O Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente deve estar de acordo com a Tipificação dos Serviços do SUAS e com as diretrizes pautadas nas Orientações Técnicas (2009). Dessa forma, a capacidade compreende 20 crianças e adolescente por casa, devendo “ser evitadas especializações e atendimentos exclusivos - tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS” (Orientações Técnicas, 2009, p. 63).

Conforme as Orientações Técnicas (2009), o SAICA deve estar localizado em

áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. Fachada e aspectos gerais da construção. Deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser evitadas nomenclaturas que remetam à aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários. (p. 64)

⁵⁹ AGUIAR, W. M. J. et al. Reflexões sobre sentido e significado. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (Orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009.

Em Guarulhos, o Serviço é executado por duas Organizações da Sociedade Civil a partir do funcionamento de sete Casas, com capacidade total, portanto, para 140 crianças e adolescentes. As casas são divididas em quatro bairros distintos, sendo quatro bairros mais centrais e outro mais periférico. Dessa forma, seis casas estão mais próximas do centro e outra casa está em região afastada do centro. Prevendo a manutenção adequada da infra-estrutura e de recursos humanos, um setor específico da Secretaria de Assistência Social realiza acompanhamento de monitoramento, a fim de assegurar o disposto na legislação.

A pesquisa foi realizada no contexto de trabalho profissional da pesquisadora, que conforme mencionado no início do trabalho, tem função de acompanhar os serviços de acolhimento, na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social em Guarulhos, oferecendo suporte às equipes técnicas em relação às crianças e adolescentes acolhidos, e suas famílias. As ações de apoio serão discutidas e aprofundadas no próximo capítulo.

V

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RECORTE ESTATÍSTICO ENVOLVENDO ADOLESCENTES QUE ATINGEM A MAIORIDADE NOS SAICAS EM GUARULHOS

a. Apresentação dos dados estatísticos nos últimos dois anos

Neste tópico procuramos apresentar e discutir os dados estatísticos referentes ao cenário envolvendo o público adolescente que passou no SAICA/Guarulhos durante os últimos dois anos, 2018 e 2019. O monitoramento e controle dos dados são realizados durante o ano e sistematizados e analisados em relatório informativo anual apresentado à gestão de assistência social.

Os dados servem de instrumento para gestão pública, no tocante ao aperfeiçoamento das ações estratégicas junto à rede socioassistencial/ intersetorial e qualidade do serviço prestado pelos Serviços de Acolhimento. Essas ações estratégicas estão divididas em cinco eixos, os quais foram desenvolvidos a partir da descrição sobre as atribuições mínimas do órgão gestor, discutidas nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p.39). Sendo assim, os eixos são:

Eixo 1 – Supervisão e apoio técnico aos Serviços de Acolhimento, mediante discussões de casos com a equipe técnica dos serviços; acompanhamento mensal da construção e execução do Plano Individual de Atendimento⁶⁰ (PIA), para cada caso específico, bem como visitas técnicas aos SAICA's;

Eixo 2 – Fortalecimento da rede socioassistencial e intersetorial, promovendo articulações e reuniões de discussão de casos, bem como seu monitoramento junto aos serviços (exemplo: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), regiões de saúde, Unidade Básica de Saúde, hospitais, Centro de Atenção Psicossocial etc.);

⁶⁰ “O PIA é um instrumento de planejamento que orienta e sistematiza o trabalho a ser desenvolvido com cada criança e adolescente acolhido e sua família pelo serviço de acolhimento, em articulação com os demais serviços, projetos e programas da rede local, durante o período de acolhimento e após o desligamento da criança ou adolescente do serviço”. (BRASIL, Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. 2018).

Eixo 3 – Mapeamento da rede socioassistencial e intersetorial visando promover parcerias com perspectiva de assegurar o direito e inclusão da criança e adolescente acolhido nos diversos serviços das políticas públicas (ex. secretaria da educação, cultura, esporte e lazer; saúde; seções da sec. de assistência social etc.);

Eixo 4 – Captação de parceiros que contribuam para o desenvolvimento de ações junto às crianças e adolescentes, principalmente auxiliando-os na motivação, autoestima, segurança, incentivos etc.;

Eixo 5 – Oferta de capacitação, eventos, seminários e encontros temáticos aos profissionais dos SAICA's, incentivando a formação continuada na área.

Na apresentação a seguir, os dados se referem aos dois últimos anos, sendo 2018 e 2019, e foram coletados a partir de informações descritas nos PIA's e relatórios elaborados pelas equipes técnicas dos serviços. Considerando que o objeto de discussão se refere a adolescentes desacolhidos (as) por maioria, fizemos um recorte a partir do cenário geral de adolescentes acolhidos nesse intervalo. Dessa forma, os dados mencionados farão referência, primeiramente ao cenário geral de adolescentes atendidos, e depois ao cenário específico de adolescentes que completaram a maioria.

Em 2018, 277 crianças e adolescentes tiveram registro de acolhimento no SAICA. Deste total, 140 representa a parcela de adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos, enquanto 137, entre 0 e 11 anos.

Já em 2019, 302 crianças e adolescentes passaram pelo SAICA, sendo 124 o número representando a faixa etária entre 12 e 18 anos, e 178 na faixa de 0 a 11 anos. Portanto, diferentemente do ano anterior (2018), em que a maior representatividade se fez pelo público adolescente (140), em 2019, o maior público acolhido foi de crianças na faixa de 0 a 11 anos (178).

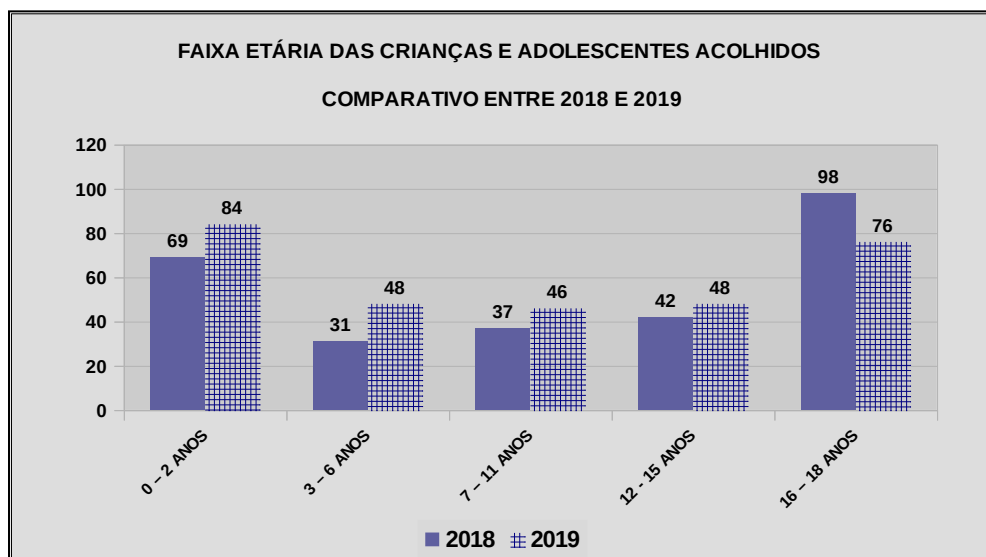


Gráfico 1

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Guarulhos

No tocante ao público que atingiu a maioria no serviço, em 2018, observamos o número de 18 adolescentes nesse contexto. Já em 2019, o número aumentou para 27 adolescentes. Sendo assim, o gráfico 2 abaixo representa o número de adolescentes que completou a maioria no acolhimento considerando a idade de sua entrada no serviço.

Em 2018, 1 adolescente possuía 11 anos quando entrou no Serviço; 1, entrou com 14 anos; 1, com 15 anos; 3, com 16 anos de idade e 12, com 17 anos.

Em 2019, a maior parcela de adolescentes que completou a maioria entrou no serviço com 17 anos (12); 16 anos (10 adolescentes); 15 anos (2 adolescentes); 14 anos (2 adolescentes) e 13 anos (1 adolescente). Comparando os dois últimos anos, a entrada de adolescentes que completaram a maioria, se deu, em sua maior parte, aos 17 anos, seguido dos 16 anos, porém chama a atenção a relação da idade com o tempo de permanência, conforme pode ser observado.

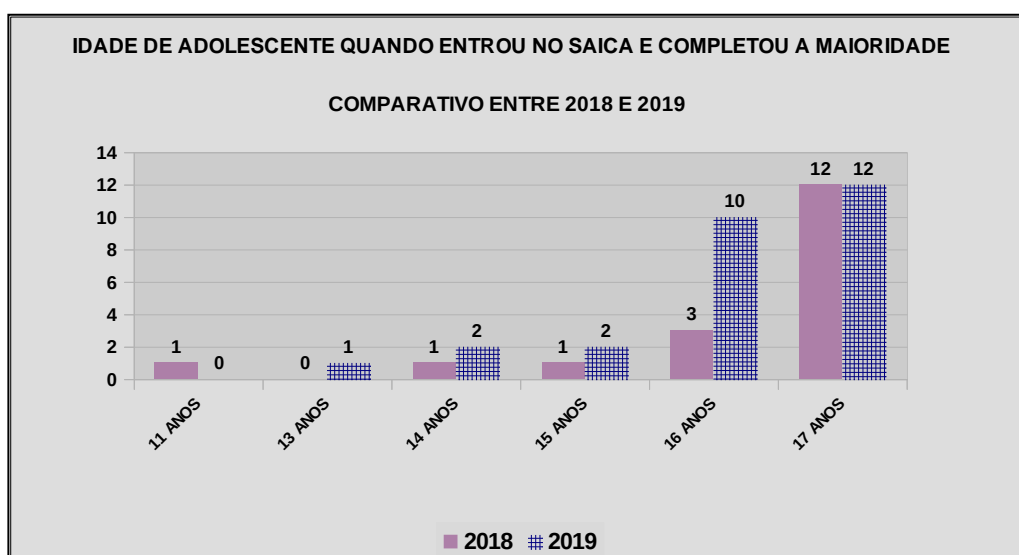


Gráfico 2

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Os gráficos 3 e 4 a seguir representam o quantitativo de adolescentes, no geral, acolhidos nos dois últimos anos. Em sua maioria, tanto em 2018, como em 2019, o gênero masculino prevaleceu.

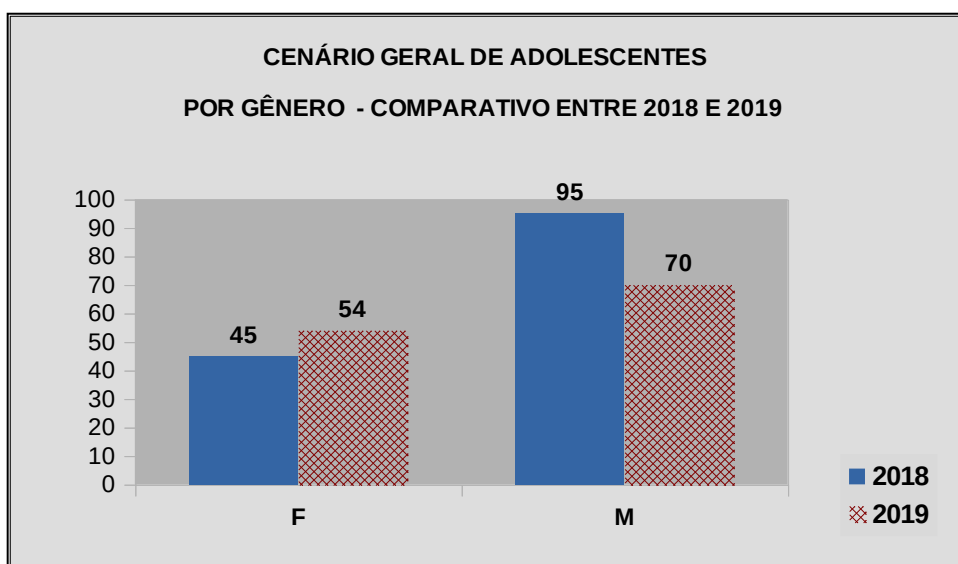


Gráfico 3

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Especificamente em relação aos adolescentes que completaram dezoito anos no serviço, esse cenário também permanece nos últimos dois anos.

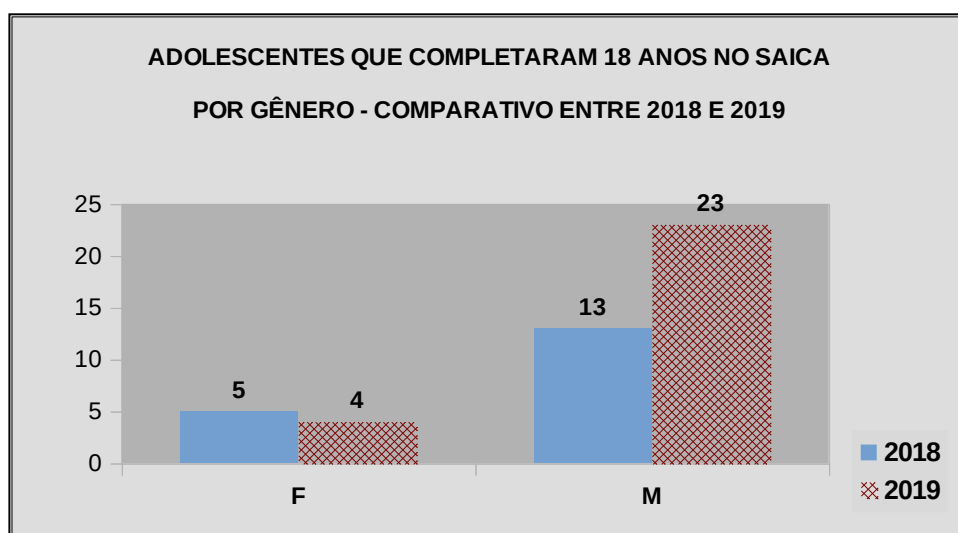


Gráfico 4

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

As motivações que acarretaram a situação de acolhimento, em relação a adolescentes no geral, estão apresentadas no gráfico 5 a seguir. Importante reforçar aqui que os fatores descritos como motivadores para o acolhimento são mencionados nos PIA's e relatórios elaborados pela equipe técnica do serviço⁶¹.

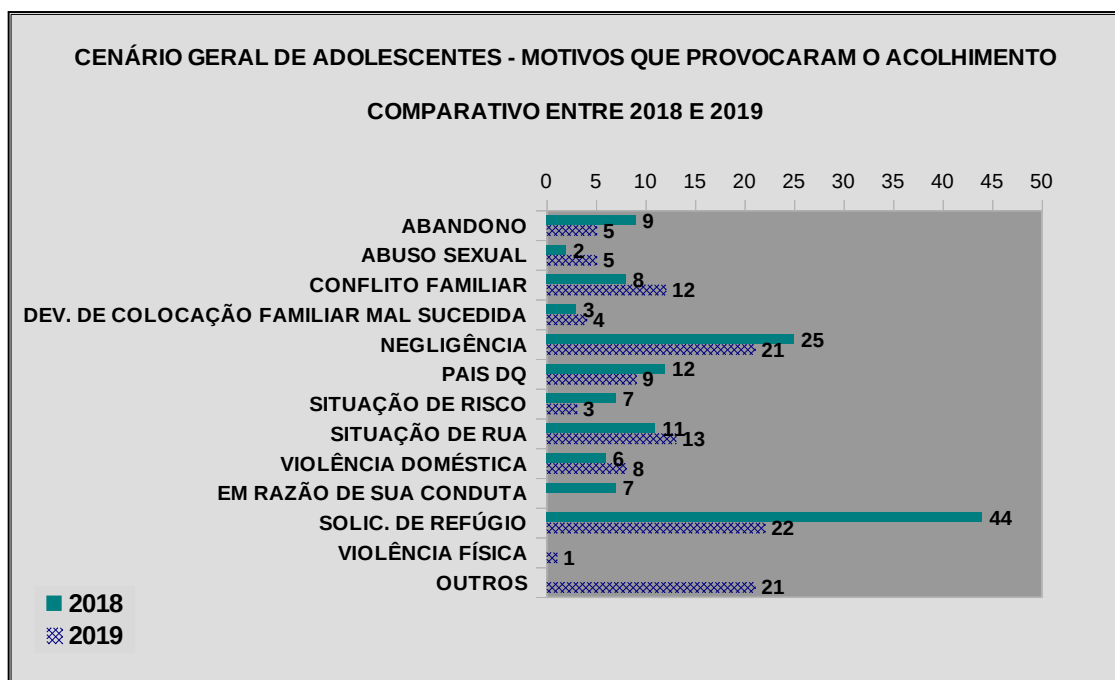


Gráfico 5

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Em 2018, o principal motivo para acolhimento de adolescentes foi o fator “solicitação de refúgio” (44), mantido, se comparado com 2019, quando o número foi de 22. Enquanto em 2018, a segunda maior motivação para novos acolhimentos foi “negligência” (25), em 2019, este fator também representou o segundo maior índice com 21 casos, porém se dividindo com “outros motivos” (21), referindo-se às seguintes situações: solicitação da genitora em função do adolescente fazer uso de drogas (1), solicitação própria do adolescente por situação de ameaça e risco iminente pela polícia (1), suposto autor de abuso sexual dos irmãos e mãe recusa a permanecer com adolescente (1), tráfico de pessoas (1), situação de ameaça e risco

⁶¹ Um dos maiores desafios postos que compõe o cenário dos SAICA's refere-se aos descritores que nomeiam a causa do acolhimento. É possível notar através da leitura dos PIA's e relatórios do SAICA, documentos produzidos pelo Conselho Tutelar e outros documentos emitidos pela Vara da Infância e Juventude, como por exemplo, a Guia de Acolhimento (documento previsto no ECA, e expedido pela VIJ sempre quando houver o acolhimento – Art. 101- parágrafo 3º), que não há uma consonância nas informações relativas à motivação do acolhimento. Por exemplo, em um mesmo caso, é possível observar diferentes motivos de acolhimento, tanto no PIA, quanto na Guia de Acolhimento emitida pela VIJ. Sendo assim, parece não existir consenso na descrição dos motivos que acarretam o acolhimento, submetendo essa informação à análise subjetiva de quem preenche o instrumental. Esse aspecto será melhor discutido adiante.

iminente pelo tráfico (1), inserção via PPCAAM “Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte” (2), encaminhamento após ato infracional e não contar com respaldo familiar/medida socioeducativa em meio aberto (1), transferência da Fundação Casa por não contar com respaldo familiar (4), devolução de adoção (1), em função de estar em situação de trabalho desprotegido em oficina de costura clandestina (4), entrega voluntária para adoção (1), reordenamento de outra comarca (2), transferência de outra comarca por estar em situação de risco (1).

Em 2018, a terceira posição representa a presença de pais ou responsáveis com questões de uso abusivo de substâncias psicoativas ou “dependência química” (12). Se comparado com 2019, o terceiro motivador para acolhimentos foi o fator “situação de rua”, com 13 casos. Em 2018, “situação de rua”, com 11 casos, está em quarto lugar; já em 2019, “conflito familiar” ocupou essa posição, com 12 novos casos.

Em seguida, em 2018, os demais fatores que levaram ao acolhimento de adolescentes foram: abandono (9), conflito familiar (8), em razão da sua conduta (7), por estar em situação de risco (7), violência doméstica (6), devolução de colocação familiar malsucedida, quando ocorre o retorno, em casos de adoção ao SAICA (3) e abuso sexual (2).

Já em 2019, as demais motivações foram: pais ou responsáveis com questões de uso abusivo de substância psicoativas ou “dependência química” (9), violência doméstica (8), abandono (5), abuso sexual (5), devolução por colocação familiar malsucedida (4), situação de risco (3), violência física (1).

Quanto ao fator “solicitação de refúgio”, apresentamos abaixo gráfico 6 constando o comparativo entre 2018 e 2019, por nacionalidade. A Índia aparece em primeiro lugar na posição, sendo 40 casos em 2018 e 16 casos em 2019. Nepal aparece em segundo lugar, sendo 1 caso em 2018 e 3 casos em 2019. Em 2018, Gana, República do Congo e República dos Camarões empataram com 1 caso cada; já 2019, apareceu 1 adolescente de Bangladesh, 1 do Paquistão e 1 da Somália com 3 casos.

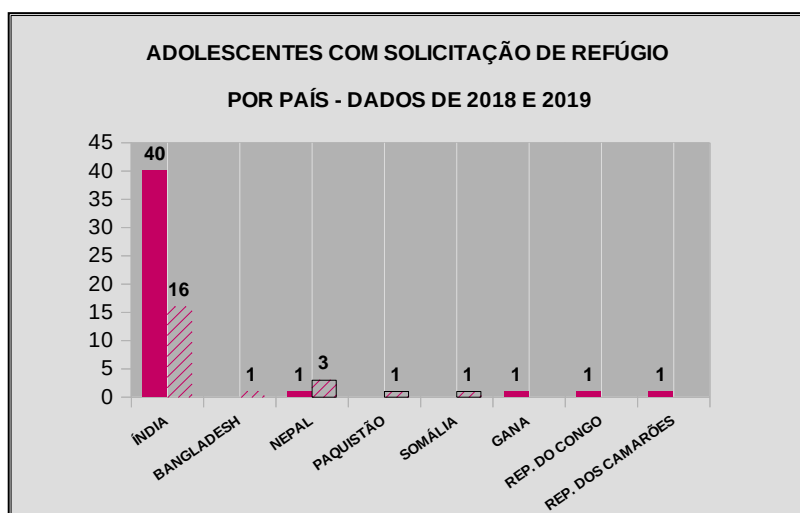


Gráfico 6

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

As solicitações de refúgio constituem um grande desafio para Guarulhos, tendo em vista a presença do aeroporto internacional no município. Os adolescentes abordados sozinhos no aeroporto são direcionados pela Polícia Federal ao Conselho Tutelar e posteriormente ao serviço de acolhimento. Muitos relatam viver situação de conflito político e/ou religioso no país de origem, forçando seu deslocamento. Alguns chegam com indicação de pessoa e destino certo, aqui no Brasil, outros, ao realizar conexão entre voos, são abordados e encaminhados ao serviço de acolhimento, no mesmo fluxo mencionado.

Dando continuidade às motivações que levaram ao acolhimento do público adolescente, o gráfico 7 abaixo representa esse quantitativo referente àqueles (as) que completaram a maioria no serviço.

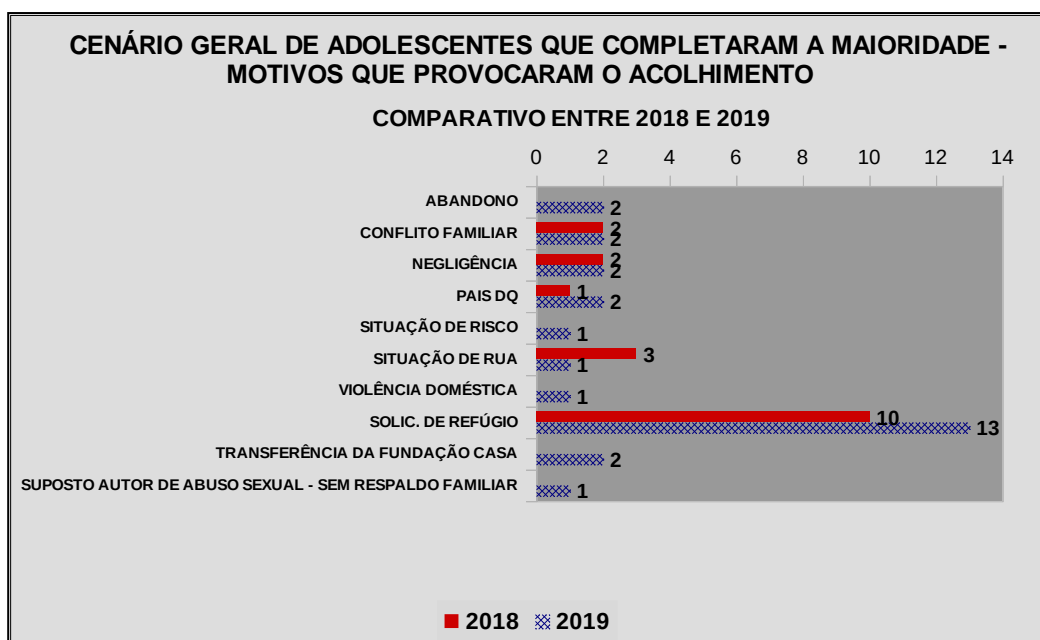


Gráfico 7

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

Como pode ser observado, o fator “solicitação de refúgio” permanece como o maior indicativo de acolhimento, em 2018 com o total de 10 casos; e 2019, com 13 casos.

Em 2018, adolescentes que completaram dezoito anos no serviço, têm como segunda causa de motivação de acolhimento o fator situação de rua (3), seguido de negligência (2 casos), conflito familiar (2), pais ou responsáveis que fazem algum tipo de uso abusivo de drogas (1).

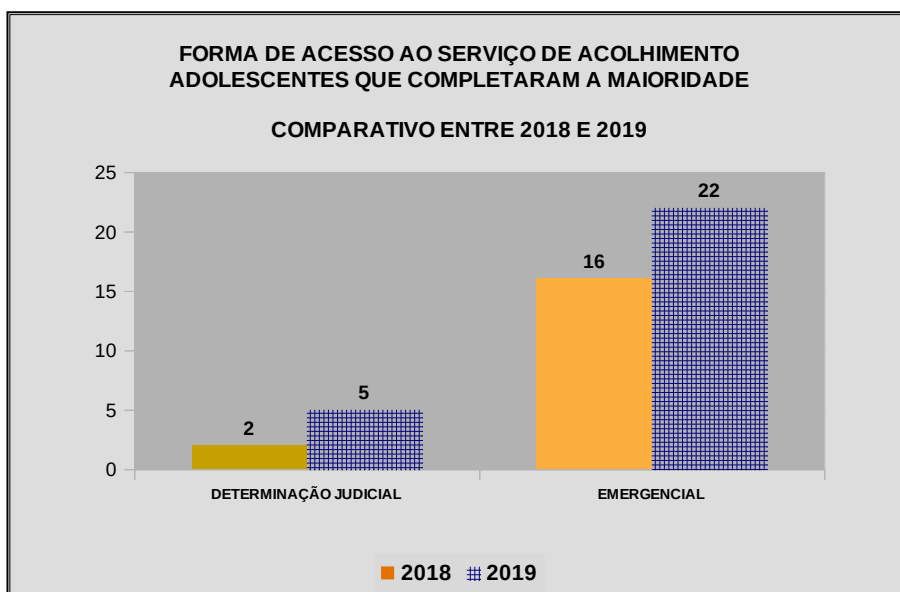
Em 2019, a segunda maior causa de acolhimento esteve equilibrada nos fatores de abandono (2), conflito familiar (2), negligência (2), pais ou responsáveis que fazem algum

tipo de uso abusivo de drogas (2), transferência da Fundação Casa e por não contar com respaldo familiar (2). As demais foram: situação de risco (1), situação de rua (1), violência doméstica (1) e suposto autor de abuso sexual dos irmãos e mãe recusa a permanecer com adolescente (1).

Quanto ao fator “solicitação de refúgio”, em 2018, 9 adolescentes que completaram a maioria vieram da Índia e 1 veio da República dos Camarões. Em 2019, 11 adolescentes são da Índia, 1 do Nepal e 1 do Paquistão. Conforme já mencionado, muitos adolescentes se deslocam, de maneira forçada, de seus países de origem em função de conflitos políticos, religiosos e culturais. Como são abordados sozinhos no aeroporto, sem a companhia de responsável, são direcionados à Polícia Federal que realiza o procedimento da documentação para o refúgio no Brasil e posteriormente são encaminhados ao Conselho Tutelar e SAICA. A equipe técnica do SAICA procura respeitar os aspectos culturais deste adolescente, inserindo-o em atividades que condizem com seu repertório cultural e religioso. Para tanto, buscam articulação com instituições que contribuam para essa inserção, como por exemplo, a Cáritas Arquidiocesana, organização da sociedade civil, ligada à Igreja Católica, que presta atendimento ao refugiado no Brasil; e o Instituição Adus, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), em São Paulo, atuando também com refugiados e estrangeiros vítimas de migrações forçadas.

Dando continuidade, o gráfico 8 abaixo representa a forma de acesso de adolescentes que completaram a maioria no serviço de acolhimento, considerando comparativo entre 2018 e 2019.

Gráfico 8



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

A forma de acesso regular se dá por determinação judicial ou, excepcionalmente, em caráter emergencial. O acesso por determinação judicial compreende o prévio acompanhamento pela rede socioassistencial. Ambas as formas de acesso utilizam o estudo diagnóstico, o qual tem como objetivo subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar. Esse estudo é realizado sob supervisão e estreita articulação com Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e equipe de referência do órgão gestor da Assistência Social.

A forma por determinação judicial é realizada pela Vara da Infância e Juventude, e acontece geralmente quando o caso já é acompanhado pela rede socioassistencial e intersetorial. Após esgotados todos os recursos para manter a criança ou adolescente na família, e perdurando a situação de violação do direito, é solicitado pelo juiz, acolhimento como medida de proteção. A forma de acesso via emergencial acontece em articulação com os Conselhos Tutelares. Ocorre quando a criança ou adolescente é flagrado em situação de violação do direito, ou em alguns casos, a pedido do pai/responsável pela criança ou adolescente ou a pedido do próprio adolescente. Nessa situação, o Conselho Tutelar possui autonomia para realizar o acolhimento, e posteriormente comunicar ao Ministério Público e Juiz da Infância e da Juventude, em até 24 horas, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 136 (parágrafo único).

Os dados apresentados no gráfico mostram que tanto em 2018, como em 2019, o maior acesso se deu de forma emergencial, o que traz um alerta e certa preocupação, pois levanta questionamentos, tais como: até que ponto esse público está sendo atendido antes de ser acolhido, até que se esgotem as possibilidades de permanência na família? Discutiremos esse aspecto mais adiante.

Outro dado que merece destaque na apresentação do cenário em tela refere-se ao tempo de permanência de adolescentes no acolhimento, sendo demonstrado abaixo no gráfico.

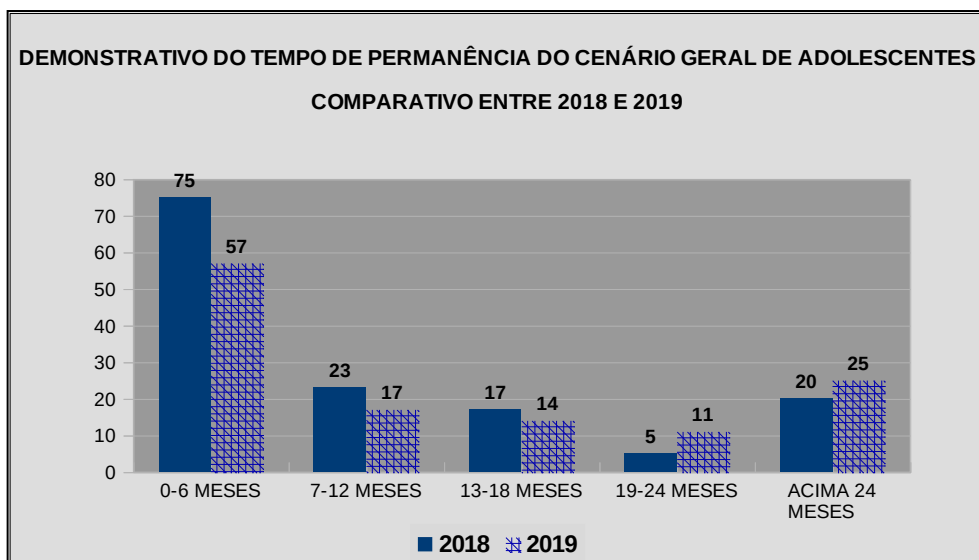


Gráfico 9

Fonte:
Secretaria
de
Desenvolvi
mento e
Assistência
Social

Nos dois últimos anos, a maior parcela de adolescentes permaneceu acolhida por no máximo 18 meses.

Em 2018, 75 adolescentes permaneceram por no máximo 06 meses; 23, entre 07 a 12 meses; 17, entre 13 e 18 meses; 5, entre 19 a 24 meses e 20 acima de 24 meses. Já em 2019, essa proporção se equilibrou, contando com a permanência de 57 adolescentes no período de até 06 meses, seguido de 17 entre 07 a 12 meses; 14, entre 13 a 18 meses; 11, entre 19 a 24 meses e 25 acima de 24 meses. Embora a maioria dos casos esteve abaixo dos 18 meses, conforme referência compreendida no ECA (1990)⁶², ainda vemos uma parcela permanecendo por período superior a esse prazo.

Se compararmos o cenário geral com o público que estamos estudando, vemos no gráfico abaixo que adolescentes que completam a maioridade no serviço, em sua maioria, também permanecem pelo período máximo de seis meses, embora uma parcela fique acima do tempo de referência do ECA. Em 2018, 15 adolescentes permaneceram até 18 meses acolhidos, enquanto 3 estiveram acima de 24 meses; já em 2019, 18 permaneceram no serviço até 18 meses, e 9, acima de 18 meses.

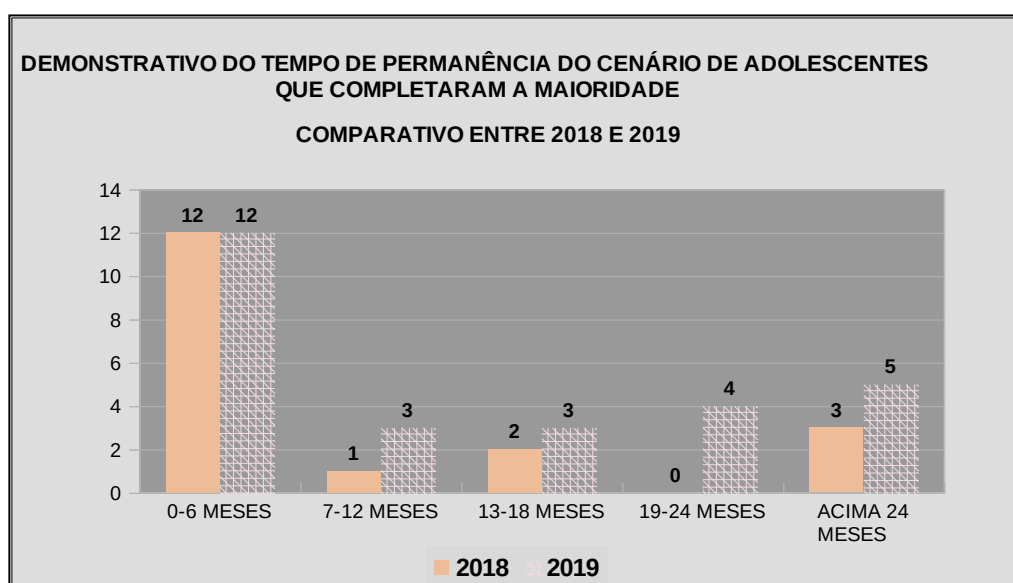


Gráfico 10

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

⁶² Art. 19 § A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

Especificamente, se ampliarmos a lente para esses casos, veremos que em 2018, desses que permaneceram acima de 24 meses, 1 esteve acolhido por 25 meses; 1, por 41 meses e outro por 83 meses (quase 4 anos). Em 2019, dessa parcela, temos 1 adolescente no período de 26 meses; 1 por 40 meses; 1 por 45 meses e 1 por 55 meses.

Esse dado acaba sendo ainda mais alarmante ao considerar público adolescente que continua acolhido. Em 2019, por exemplo, encontramos um adolescente em acolhimento pelo período de 207 meses, ou seja, aproximadamente 8 anos e meio.

Quanto ao público desligado do serviço, em 2018, de 277 crianças e adolescentes que passaram no SAICA, 158 foram desligados do serviço (dentre crianças e adolescente); deste total, 76 representam o público na faixa etária entre 12 a 18 anos, e especificamente, 18 deles(as) completaram a maioridade.

Já em 2019, das 302 crianças e adolescentes acolhidas, 184 foram desligados, deste total, 80 estão na faixa etária entre 12 a 18 anos, e 27 completaram a maioridade.

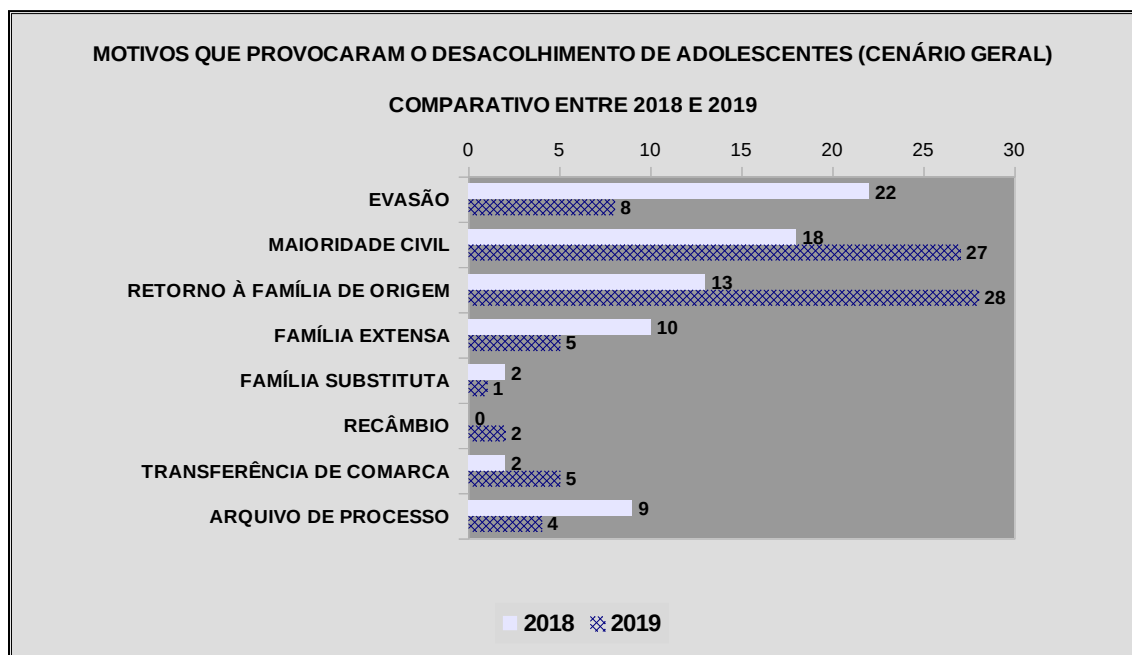


Gráfico 11

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

O gráfico 11 acima revela que em 2018, o principal motivo para desacolhimento de adolescentes foi “evasão” (22). Essa situação ocorre quando o adolescente evade do serviço de acolhimento; em alguns casos há dificuldade em sua localização, ou quando é possível localizar, o adolescente se nega a retornar ao serviço. Outros adolescentes “evadem” para as residências “de origem”, dos pais, de tios, tias, avós, o que pode ser compreendido como uma

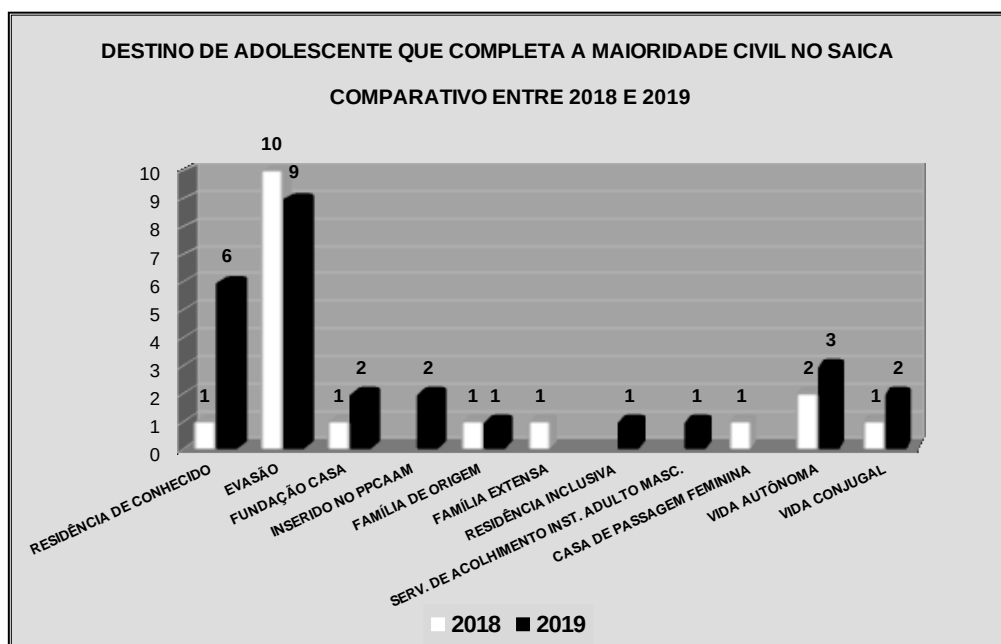
enorme contradição. Quando há evasão, o serviço de acolhimento comunica à autoridade judiciária por meio de relatório. Dependendo do caso, é expedido pela VIJ ofício à rede socioassistencial para ação conjunta de localização do adolescente, ou Guia de Desacolhimento⁶³, formalizando a extinção da medida de proteção. Esse aspecto será melhor discutido adiante.

O segundo motivo é o fator maioridade civil (18), seguido de arquivo de processo (9)⁶⁴; retorno à família de origem (13); família extensa (10); família substituta (2) e transferência de comarca (2).

Em 2019, o principal motivo para desacolher foi o retorno à família de origem (28), seguido da maioridade civil (27), e depois, evasão (8); família extensa (5); transferência de comarca (5); arquivo de processo (4) e recâmbio (2).

Apresentamos a seguir o cenário de desacolhimento por maioridade nos dois últimos anos, especificamente o destino do (a) adolescente que completa dezoito anos.

Gráfico 12



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

⁶³ De acordo com o Art. 101, parágrafo 2º, do ECA (1990), o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária (sendo provocada pelo Ministério Público ou quem tenha legítimo interesse). Nesse sentido, a Vara da Infância e Juventude é responsável em “legitimar” a medida de proteção de acolhimento por meio da Guia de Acolhimento Institucional, fazendo valer, portanto, a execução do acolhimento. Quando ocorre o desacolhimento, a VIJ emite a Guia de Desacolhimento, formalizando que aquela medida de acolhimento se encerrou, e com isso, o processo é extinto e arquivado.

⁶⁴ É possível observar essa nomenclatura produzida em documento sistematizado pelo SAICA e refere-se a adolescentes em situação de evasão.

O destino de maior frequência encontrado para adolescentes que completaram a maioridade, tanto em 2018, como 2019, está registrado como “evasão”, evento que ocorreu antes da maioridade⁶⁵.

Em 2018, a maior parte estava em situação de evasão (10), 2 adolescentes seguiram vida autônoma (alugaram casa, foram trabalhar etc.); 1 foi morar com conhecidos; outro, foi internado na Fundação Casa; outro retornou à família de origem; outro foi para família extensa; 1 adolescente permaneceu acolhida institucionalmente, mas em Serviço de Acolhimento Adulto – Casa de Passagem Feminina e outro estabeleceu vida conjugal.

Em 2019, de 27 adolescentes que completaram 18 anos, a maior parte estava em situação de evasão (9). 6 adolescentes, após completarem 18 anos, foram residir com conhecidos, sendo 4 para casa de amigo que estabeleceu residência no Brasil (nesse caso adolescente em situação de refúgio), 1 foi para casa do pai das irmãs, 1 para casa do sogro. 5 estabeleceram vida autônoma, sendo 3 vivendo sozinho (um, o irmão alugou casa; outro, não revelou onde moraria; outro, residindo sozinho); outros 2 vivendo com companheiro(a); 2 foram internados na Fundação Casa; 2 inseridos no PPCAAM; 1 retornou à família de origem; 2 permaneceram acolhidos institucionalmente, sendo uma na Residência Inclusiva, por possuir deficiência e outro no Serviço de Acolhimento Adulto Masculino.

b. Perfil geral de adolescente nos SAICA em Guarulhos nos últimos dois anos

A partir dos dados estatísticos, observamos que o perfil de adolescentes registrado nos últimos dois anos no Serviço de Acolhimento Institucional apresenta como características, ser do sexo masculino, com principal motivação para o acolhimento, solicitação de refúgio no Brasil, e como segunda maior causa, negligência, (ambas causas observadas tanto em 2018 como em 2019), com tempo máximo de permanência seis meses no serviço, com a maior parte dos desacolhimentos por motivo de evasão seguido de maioridade civil, em 2018; já em 2019, a maior parte dos desacolhimentos se deu para família de origem, e a segunda maior causa se deu por atingirem a maioridade civil no serviço. Dessa forma, observa-se que nos últimos dois anos, a segunda maior causa de desacolhimento relacionado a adolescentes ocorre em razão da maioridade civil.

⁶⁵ O tópico referente à situação de evasão será analisado um pouco mais abaixo.

c. Perfil de adolescentes que atingiram a maioria no SAICA em Guarulhos nos últimos dois anos

Observa-se que, nos dois últimos anos, a maior parte de adolescentes que adentraram ao Serviço de Acolhimento Institucional e completaram 18 anos no serviço possuía entre 14 a 17 anos de idade. A maior parte pertence ao sexo masculino (em 2018 e 2019), tendo como principais motivos para o acolhimento a solicitação de refúgio no país, tanto em 2018 como em 2019, seguido de situação de rua (2018) e abandono (2019). O acesso desse público, em grande parte, se deu de modo emergencial (em ambos os anos), permanecendo por no máximo seis meses. O principal destino após completar a maioria é desconhecido, devido à situação de evasão, em ambos os anos; alguns adquiriram vida autônoma, sendo esse o segundo principal destino em 2018, já em 2019 o segundo principal destino para alguns foi residir com conhecidos.

d. Considerações sobre dimensões não abordadas no levantamento estatístico

Observa-se no cenário estatístico apresentado a ausência de dois elementos importantes para constituição do perfil analisado, a saber, raça e classe. Todos os dados foram retirados dos Planos Individuais de Atendimento e relatórios produzidos pelo SAICA, porém nem todos eles apresentavam esse recorte. A partir de 2020, esse instrumental passou por revisão pela equipe técnica do serviço e passou a englobar informações como raça, renda per capita, inserção em programas sociais etc.

O contexto de acolhimento institucional remete a histórias de vidas marcadas por graves violações de direito e desigualdade social. Não há como traçar um perfil de adolescentes no SAICA desconsiderando o recorte de raça e classe, cujos valores estão fortemente enraizados na estrutura do nosso país. A invisibilidade desse dado em um levantamento estatístico nos diz algo que pode estar refletido no modo como a sociedade expressa essas dimensões, ou seja, indica como as significações em torno da questão racial e de classe carregam valores sociais construídos historicamente. Neste caso, de invisibilização e negação da questão.

Segundo o Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento, em 2013, 36.929 crianças e adolescentes encontravam-se acolhidos nos SAICA's pelo Brasil. Desse total, 41,1% representam crianças e adolescentes da raça branca,

18,9% negra, 38,7% parda, 0,3% amarela e 0,4% indígena. Esse Levantamento ainda indicou a predominância de crianças da raça negra ou parda acolhidas a partir dos dois anos, com o aumento progressivo do número até o final da adolescência. Dos 09 aos 17 anos há supremacia de acolhidos negros ou pardos, com variação entre 50% e 60% do total, comparando aos brancos (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 166). Outro dado importante diz respeito à correspondência entre adolescentes com “trajetória de rua” e a cor da pele, pois 65,3% das crianças e adolescentes com trajetória de rua são negras e pardas, com aumento progressivo da trajetória de rua com o avanço da idade.

Esses dados encontram similaridade com recente diagnóstico publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca dos dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) coletados entre outubro de 2019 e maio de 2020, também considerando a última versão publicada em maio de 2015. No âmbito nacional, das 32.791 crianças e adolescentes acolhidos em SAICA, a maioria corresponde a pardos (48,8%), 34,4% são brancas, 15,5% pretas, 0,8% indígenas e 0,4% amarelas. Entre as regiões do Brasil, a região Norte tem destaque com o maior número de crianças e adolescentes pardas (79%), negras representam 9%, brancas somam 10%. Em segundo, região Nordeste, com 74% pardas, 13% negras e 12% brancas. A região Sudeste aparece com maior número de acolhidos negros (19%), 51% pardas e 29% brancas. (CNJ, 2020, p. 43)

Nesse mesmo diagnóstico, entre o público adolescente que completou a maioridade no serviço (66,1%), 58% eram pardos, 17% negros e 24% brancos. A região Nordeste tem a maior parte dos casos de adolescentes pardos (81%), 11% negros e 9% brancos. Sudeste aparece em segundo lugar com 59% pardos e 19% negros, 21% brancos. (CNJ, 2020, p. 51)

Não é por acaso que no cenário de adolescentes acolhidos a maioria pertença à população negra. A trajetória histórica do nosso país carrega marcas profundas da desigualdade social, sobretudo no enfrentamento da questão racial. Os valores e crenças sociais produzidas ao longo do processo de formação do povo brasileiro estão assentados em bases patriarcais e racistas, e se atualizam em padrões de inclusão e exclusão social de determinada parcela da população. Nesse sentido, torna-se imprescindível, o debate em torno da dimensão étnico-racial no âmbito da Psicologia e das políticas públicas, não somente para compreender o processo de democratização do país, mas sobretudo discutir concepções de cidadania e ampliação do acesso aos direitos sociais e políticos. (SCHUCMAN; MARTINS, 2017)

No horizonte de análise da dimensão subjetiva da realidade, é importante desvendar os constitutivos da questão racial e de como ela se produz na relação dialética com a desigualdade social e como se expressa no fenômeno de acolhimento, objeto deste estudo. Para tanto, apresentamos uma breve discussão dos conceitos de “raça” e “cor” e posteriormente uma revisão histórica e bibliográfica trabalhada pelos autores Lia Schucman e Hildeberto Martins (2017) acerca da temática racial brasileira na interface com a Psicologia Social.

No Brasil, as noções de raça e cor se misturam, porém ambas devem ser compreendidas a partir de um significado sociológico relacionado à identidade social. Segundo Guimarães (1999), “raças” são construtos sociais, *“formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios.”* (GUIMARÃES, 1999, p. 153). A ideia de “cor” está relacionada a certa hierarquização social, a um *status* e classe social, assim, “raça” e “cor” estão intimamente ligados a essas duas características. Esse mesmo autor discute o sistema de hierarquização social como *“gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal”* (GUIMARÃES, 1995), a qual obedece à lógica histórica construída no racismo colonial, inaugurado na noção de pureza do sangue do colonizador português, e depois da Independência do país, na ideia de nação mestiça. Nesse sentido, a cidadania (mestiça) depende mais do lugar de nascimento (ou seja, da naturalidade), do que da ancestralidade⁶⁶.

O autor segue discutindo a ideia de “cor” afetada pela estrutura de classe que se funda sobre uma noção particular de “raça”, a saber, a raça branca. Diferente dos Estados Unidos e povos europeus, o Brasil passou por um processo de “embranquecimento”, formado pela miscigenação racial.

“Embranquecimento” passou, portanto, a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização europeia, onde uma nova raça emergia) para absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer implicitamente a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. “Embranquecimento” e “democracia racial” são, pois, conceitos de um novo discurso racista. O núcleo racista desses conceitos reside na ideia, às vezes totalmente implícita, de que foram três as “raças” fundadoras da nacionalidade, as quais aportaram diferentes contribuições, segundo os seus potenciais culturais qualitativamente diferentes. A cor das pessoas assim como seus

⁶⁶ Essa noção de ancestralidade encontra raízes norte-americanas na compreensão de relações raciais. O modelo norte-americano baseava-se em regras de filiação grupal, em dados biológicos para definir as “raças”, cujo padrão obedecia a relações de violência, segregação, conflito. Inicialmente (final do século XIX), o Brasil ao se inspirar nesse modelo acaba invisibilizando o caráter racista das distinções de cor, e seu caráter construído social e culturalmente. (GUIMARÃES, 1995)

costumes são, portanto, índices do valor positivo ou negativo dessas "raças". (Ibid., p. 39)

Sendo assim, os privilégios do branco europeu são assimilados nos diversos graus de mestiçagem, tanto com relação à cor quanto à cultura, de acordo com seu grau de “brancura”. Esse valor “positivo” conferido ao branco penetra a sociedade brasileira, de modo alcançar as relações sociais, “*na totalidade dos estereótipos, dos papéis sociais, das oportunidades de emprego, dos estilos de vida e, o que é mais importante, serve como pedra de toque para a sempre observada 'etiqueta' das relações raciais no Brasil*” (DZIDZIENYO, 1971, p. 3⁶⁷, citada por *ibid.*, p. 36).

Schucman e Martins (2017) discutem a questão racial em três fases. A primeira, data do final do século XIX e início do século XX, nos anos de 1890-1920. No Brasil, ideais marcantes na concepção médico-psicológica, com Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), inauguraram estudos em torno da questão racial como constructo biológico, posteriormente continuados com seus discípulos Arthur Ramos e Afrânio Peixoto. A ideia central compreendia o conceito de “degeneração de raça” da população negra, africana ou afro-brasileira, consolidando, assim, um modelo psicofísico, cujas descrições nomeavam o negro como influência negativa para sociedade brasileira. Nesse período, o negro é capturado como “objeto da ciência”, como elemento passível de ser estudado por carregar determinadas características patologizantes. Nesse viés, o racismo é naturalizado. O discurso de Nina Rodrigues definia a ideia de um padrão de normalização da sociedade, pela manutenção da sociedade em hierarquias. Tal modelo racial passa a ser atualizado na segunda passagem, com o modelo culturalista, projeto iniciado por Arthur Ramos e emprestada ao campo da antropologia. (SCHUCMAN; MARTINS, 2017)

Na segunda fase, compreendida entre o período de 1930 a 1960, com o autor Gilberto Freyre (1933-2000), a questão racial aparece como determinante cultural e passa a compreender o racismo pela falsa ideia de hierarquias culturais. Nesse período, o Brasil passava por mudanças que engendravam um projeto político-social moderno, nomeado Estado Novo. O novo olhar para miscigenação racial apresentava uma aparência mais “positiva” em torno da questão racial. No tocante à ciência *psi*, esse período marcou o início de produção da Psicologia como disciplina independente no ensino superior e a incipiência da Psicologia Social. Pesquisas no âmbito racial, na década de 1950, promovidas pela Organização das

⁶⁷ Dzidzienyo, Anani. *The position of blacks in Brazilian society*. Londres, 1971.

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), fomentaram o debate crítico acerca da democracia racial brasileira, para além do paradigma cultural freyriano. O debate ganhava contornos associados à relação entre a desigualdade social e desigualdade racial, sendo a primeira, promotora de preconceito racial. Autores como Florestan Fernandes, Virgínia Leone Bicudo (1915-2003), Aniela Meyer Ginsberg (1902-1986) e Otto Klineberg (1899-1992) contribuíram para expandir mudanças para além do paradigma cultural de raça. (Ibid.)

A partir da década de 1970, a terceira fase inaugura um novo olhar para questão racial, agora associada à construção social. Nem biológico, nem cultural, as relações raciais e de racismo no país são produções sociais constituídas na história. Nessa perspectiva, estudos do sociólogo Hasenbalg (1979) ganharam destaque na mudança de paradigma, apontando o racismo para além da função de estrutura e privilégios de classe. Para o autor a democracia racial é uma falácia, pois a desigualdade racial, além de ser produto do sistema escravocrata, é produzida também na sociedade racista e discriminatória.

[...] a exploração de classe e a opressão racial se articularam como mecanismos de exploração do povo negro, e este processo resulta nas desigualdades de bens materiais e simbólicos da população negra [...] negros nascidos na mesma condição social que brancos tem menores possibilidades de ascensão social, além de sofrerem uma desvantagem competitiva em todas as fases da sequência de transmissão de status. (SCHUCMAN; MARTINS, op. cit., p. 178)

A opressão racial dada por mecanismos racistas em uma sociedade de privilégios da população branca acirra processos de desigualdade, influenciando o sentimento e constituição da identidade dos indivíduos, tais como honra, status, dignidade e direito à autodeterminação (HASENBALG⁶⁸, 1979 citado por ibid.).

Nessa perspectiva, o “giro” analítico para a compreensão do racismo como produtor ideológico do embranquecimento produz efeitos significativos na construção da subjetividade do negro. “*Através de análises minuciosas o racismo é compreendido como uma violência no corpo e na subjetividade negra, já que nossa sociedade construiu a noção de belo, harmônico, e por fim de humano a partir dos parâmetros brancos*”. (Ibid., p. 178)

Nesse terreno profícuo acerca do debate da raça enquanto categoria social, a Psicologia Social passa a pensar o fenômeno do racismo como produto psicossocial, e não

⁶⁸ HASENBALG, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.

psicologizante. A partir de 1980, diversas pesquisas no âmbito da Psicologia alimentam debates denunciando a desigualdade racial e racismo como promotores de sofrimento psíquico e constituição dos modos de subjetivação da população negra. É importante destacar que todo o movimento por mudanças ético-políticas em torno da dimensão racial foi construído (e continua sendo) por militância de movimentos sociais negros, ativistas e intelectuais.

Destaca-se o debate racial e de classe enquanto categorias que reforçam o compromisso para a superação do racismo e da desigualdade social no país. O fenômeno do acolhimento institucional e da violência contra juventude negra e pobre são expressões de uma sociedade construída historicamente nas relações de poder estruturadas no modo de exploração e dominação. Nesse sentido, no contexto do SAICA, tornar visível dados raciais e de classe, a saber, característica racial do adolescente que adentra ao serviço, renda per capita da família, região de moradia, família inserida ou não em programas de transferência de renda, escolaridade do adolescente, são aspectos reveladores que possibilitam a construção de políticas públicas engajadas na realidade social da população, garantindo assim, o acesso justo e igualitário de adolescentes e jovens no campo de direitos sociais. Evidenciar dados também é uma forma de combater o racismo e desigualdades.

O desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual dessas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública (como a polícia e os sistemas judiciário e correcional); através das instituições educacionais e de saúde pública. Só assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira. (GUIMARÃES, 1995, p. 43)

e. Discussão do perfil de adolescentes que atingiram a maioridade no SAICA em Guarulhos nos últimos dois anos

Gostaríamos de iniciar indicando os três tópicos que norteiam a análise do perfil de adolescentes que atingiram a maioridade no serviço de acolhimento que são a) os motivos que levam ao acolhimento, b) as formas de acesso ao serviço e c) o destino quando se desacolhe em razão da maioridade civil.

a) Os motivos para o acolhimento institucional

Definir os motivos que levam adolescentes (e crianças) ao serviço de acolhimento é um aspecto importante a ser debatido, uma vez que parece não haver consenso quanto à denominação da violação do direito. Como definir se a violação pela qual o adolescente ou a adolescente passou é situação de rua, se, por exemplo, o que motivou a situação de rua foi um desentendimento ou conflito na família?

Como já mencionado, as nomenclaturas utilizadas no levantamento estatístico deste trabalho foram retiradas dos Planos Individuais de Atendimento e relatórios produzidos pelas equipas técnicas do SAICA. No entanto, pode-se observar que nem sempre a nomenclatura registrada nesse instrumental condiz com a Guia de Acolhimento emitida pela VIJ ou documento do Conselho Tutelar, levando à compreensão de que esse dado está relacionado ao carácter subjetivo de quem preenche o instrumental, qualquer que seja a instituição. De certo modo, expressa as significações do fenómeno presentes na maneira como as pessoas compreendem o acolhimento de crianças e adolescentes. Pode-se ainda inferir que essas significações acerca das nomenclaturas carregam consigo aspectos ideológicos atravessados por valores construídos na sociedade, dificultando quase sempre uma discussão mais ampla e crítica a respeito dos constitutivos que levam ao fenómeno de acolhimento. A negligência, por exemplo, é utilizada para se referir a ausência de cuidados básicos de pais ou responsáveis. Porém, ao contextualizá-la a partir da história singular de cada membro da família nota-se diversos elementos inter-relacionados, uma vez que essa história não está isolada do contexto social, cultural, político, religioso etc.

A seguir reunimos as nomenclaturas mencionadas nos gráficos acerca da motivação para o acolhimento de adolescentes que completaram a maioridade, dividindo-as em três grandes categorias, as quais constituem o eixo de análise para este tópico. A primeira está relacionada à categoria **Família**, cujas motivações descritas foram *conflito familiar, pais ou responsáveis que fazem algum tipo de uso abusivo de drogas, abandono, negligência, transferência da Fundação Casa (adolescente não conta com respaldo familiar) e violência doméstica*. A segunda categoria consiste em aspectos relacionados ao **Adolescente**, envolvendo *situação de risco, situação de rua, suposta autoria de abuso sexual dos irmãos mãe recusa a permanecer com adolescente*. A terceira categoria refere-se aos **Solicitantes de Refúgio**, a principal causa para acolhimento institucional nos últimos dois anos.

Família e a violação de direito enquanto fenômeno social de motivação para o acolhimento

No âmbito de análise da Psicologia Sócio-histórica, a partir da categoria dimensão subjetiva da realidade, discutiremos aqui o primeiro eixo de análise pautado nas significações expressas nas motivações para o acolhimento, as quais se debruçam na dimensão de família: *conflito familiar, uso abusivo de drogas por pais ou responsáveis, abandono, negligência, transferência da Fundação Casa (adolescente não conta com respaldo familiar) e violência doméstica.*

Um caminho para apreensão dos sentidos que estão presentes nas significações expressas nas motivações de acolhimento é incidir na análise da construção histórica dos direitos sociais, sobretudo considerando a concepção hegemônica de família ideal concebida historicamente. Algumas concepções se expressam reduzindo a família a um ideal de cuidado, e com isso, contribuem para a reprodução de discursos que terminam por incapacitar o seu exercício de proteção à infância ou adolescência.

Ao longo de séculos a família desvalida foi alvo de intervenção pelo Estado, servindo de referência para a construção das políticas sociais. O valor ideológico acerca da incapacidade de famílias pobres no cuidado dos filhos data, não menos, do período de exploração colonial, atingindo o seu maior ápice na década de 1920 com a Doutrina de Situação Irregular. Apesar dos avanços advindos do ECA e outros em torno dos direitos sociais, nota-se limites entre o prescrito em lei e sua aplicabilidade, reduzindo a família a características que a incapacitam no exercício de proteção. Tal mecanismo se expressa em processo contraditório na realidade social, pois ao mesmo tempo que a política pública afirma a família como potente para o cuidado, essa lógica não se realiza, já que está atravessada por valores ideológicos os quais a mantém na condição de incapaz, ao naturalizá-la com certas características dadas (construídas historicamente) baseadas na condição de classe, raça e gênero.

A ideia hegemônica de família moderna e burguesa, influenciada pelo liberalismo, favorece a manutenção ideológica da família pobre como incapaz. De certa forma, oculta o debate ao nomeá-la como “em situação de vulnerabilidade social” (BRAMBILLA, 2019). No atual contexto histórico, a noção de família burguesa carrega valores neoliberais calcados de maneira mais acentuada em princípios individualistas que a responsabilizam pelo

desenvolvimento pessoal e coletivo de seus membros. Ao mesmo tempo, o Estado, ao responsabilizar a família pela garantia de sobrevivência e cuidado de seus membros (familismo) favorece a manutenção da lógica de dominação e exploração de gênero, raça e classe. Conforme Brambilla (2019), entre os 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cadastradas no CadÚnico, 90% dos responsáveis familiares são mulheres, e 75% delas, são mulheres negras⁶⁹. Significa, portanto, que o Estado ao centralizar o cuidado na família nomeada como “vulnerável”, responsabiliza sobretudo a mulher por toda proteção social, até mesmo sucesso e insucesso dos filhos e casamento. (Ibid., p. 141)

Outro importante fator refere-se às atribuições das mulheres determinadas pela política social, que naturaliza o trabalho doméstico sem remuneração das mulheres, naturaliza a maternidade e a própria noção de cuidados da família. Essa tendência, ao invés de potencializar a vida familiar, torna-a impraticável, à medida que recai sobre as mulheres a responsabilidade de cuidar dos membros familiares dependentes, tornando incompatível a inserção profissional e a vida familiar para as mulheres. (Ibid., p. 141)

Nessa perspectiva, uma análise individualizante da violação de direitos como dimensão natural da família, contribui para (re)produzir relações de opressão, violência e desigualdade social, ao reduzi-la a certas características que escapam das referências de família ideal, como se estas fossem inerentes à família⁷⁰. Na mesma direção, a busca para a superação da violação também remete ao plano individual, a partir do reconhecimento do esforço pessoal de cada membro da família, a saber, quando o desacolhimento está relacionado à “evolução” (psíquica, social, cognitiva) do (a) responsável pela criança ou adolescente.

Em uma sociedade neoliberal capitalista, esse contexto se expressa no movimento contraditório da realidade objetiva, pois além do Estado projetar na família a busca da solução para a violação do direito, como valor meritocrático (melhorar a si mesmo para reaver a guarda do filho ou da filha), a efetividade da oferta e garantia dos direitos básicos e fundamentais, pelas políticas públicas, não se materializa. Outrossim, soma-se a esse processo, o fato de a desigualdade social ser imanente ao capitalismo. Significa, portanto, dizer que o modo de sociedade organizada pelo capitalismo, dividida em classes, reflete a

⁶⁹ Segundo relatório publicado em 2018 “Mulheres no SUAS”, pelo Departamento de Gestão do SUAS/SNAS. (citado por BRAMBILLA, 2019, p. 140).

⁷⁰ Nota-se o uso de algumas características para legitimar a incapacidade da família (e naturalizar) atribuindo a aspectos de vulnerabilidade social, desordens psicológicas, sociais, emocionais, sobretudo sob respaldo do saber *psi*.

desigualdade e, com ela, contextos de violência (negligência, violência doméstica, abandono), racismo, preconceito, discriminação etc.

Por outro lado, a partir dessa compreensão, ressaltamos que o sujeito não está submetido ao contexto social, como mero “receptáculo” de tudo que se passa à sua volta, pois ele se constitui na relação dialética com a materialidade, ou seja, se desenvolve como protagonista da sua história, produzindo sentidos a partir da sua realidade objetiva, sendo esta atravessada por formas de ideologia e múltiplas mediações. As expressões de sentido do sujeito são produzidas na dialética com tais determinações da realidade objetiva, em um movimento de transformação, enquanto o sujeito transforma a sociedade, transforma a si mesmo. Em outras palavras, o sujeito atua na realidade, produz representações sobre suas experiências, imprimindo subjetividade à objetividade, sendo assim, não existe um sujeito pronto e acabado, pois ele está em constante transformação. (BOCK; GONÇALVES, 2009)

No bojo da discussão da psicologia sócio-histórica, reforça-se a compreensão da violação do direito por meio da análise do processo histórico e social, trazendo à luz seus múltiplos elementos, considerando aspectos amplos de sociedade em que vivemos, evitando, assim, análises reducionistas em torno do fenômeno. Isso significa que nomear a necessidade de acolhimento demanda avaliação, reflexão, análise, considerando como os aspectos sociais, culturais, econômicos (e outras determinações) influenciam, ou influenciaram, a história de vida de cada membro da família. Como cada família produz sentido a partir da realidade que vive? Quais recursos de acesso ao direito a família tem? Ela tem consciência do direito a ter direitos, por exemplo, ou que direitos precisam ser garantidos para que o acolhimento seja evitado ou seja de fato a última opção a ser realizada?

Outro elemento importante a ser problematizado concerne à prática instrumental de profissionais da Psicologia nos diversos campos de atuação, cuja denominação refere-se à “avaliação psicológica” ou “parecer psicossocial”. Tais atividades são caracterizadas como privativas desses profissionais, e especificamente na função do psicólogo. Conforme o “Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas” (CFP, 2003), a avaliação psicológica:

é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas - métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que

operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica. (CFP, 2003)

Já no tocante à finalidade do documento acerca dessa avaliação, isto é, o laudo psicológico, é apresentar descritivamente *situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica*, visando subsidiar encaminhamentos a diversas demandas, entre elas, a petição judicial. A análise desse processo de avaliação

deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológica) têm determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, sendo as mesmas, elementos constitutivos no processo de subjetivação. O DOCUMENTO, portanto, deve considerar a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do seu objeto de estudo (CFP, 2003)

Sendo assim, refletir sobre o lugar do saber *psi* no contexto do judiciário e social é essencial no exercício da desmistificação da concepção de sujeito abarcado pela própria Psicologia. A partir da leitura crítica acerca do acúmulo histórico que engendrou a ciência *psi* busca-se apontar o movimento contraditório na superação da dicotomia subjetividade/objetividade, dessa forma, problematizar seu lugar normativo na prática.

O discurso hegemônico em torno dos valores de família “adequada” acompanha a história da psicologia, a qual incorporando a ciência moderna buscou compreender o homem de modo objetivo, experimental e empírico, separando indivíduo e sociedade, mundo interno e mundo externo, em que a compreensão de um sobre o outro é causal. Assim, busca-se entender a causa do acolhimento através de duas formas, no plano individual ou da família, exacerbando questões pessoais como impeditivo para permanecer com a criança ou adolescente, ou no plano objetivo/social quando o acolhimento está dado pelas condições sociais em que a família está inserida, sendo o Estado colocado como principal agente responsável pelo fenômeno (ausência de políticas públicas).

É frequente a observação de laudos psicológicos subsidiando avaliações cuja defesa se dá pela manutenção da continuidade do acolhimento exclusivamente pelo viés subjetivo do indivíduo, associando ao histórico de passagem da família no judiciário. Essa característica se observa com mais frequência nos casos de adoção de bebês, quando a mãe biológica passou pelo judiciário no passado e perdeu o poder familiar de outros filhos, sendo estes entregues à

adoção. Com isso, caminha-se na consolidação de um sujeito a-histórico, cristalizado no tempo, condição que contribui para produção de desigualdade.

Refutando o caráter hegemônico de indivíduo dado pela Psicologia tradicional, destaca-se considerações de González Rey (1995 citado por FURTADO, 2007) acerca da personalidade como fenômeno que se desenvolve na relação com determinantes externos ao campo do sujeito concreto, o qual interage em distintos níveis de complexidade e de hierarquia, **atualizando sua condição social permanentemente**. “Assim, a personalidade se expressa como uma categoria psicológica caracterizada mais por seu caráter configuracional do que por seu caráter operacional, como até então tratara a Psicologia tradicional”⁷¹ (GONZÁLEZ REY, 1995, p. 52)⁷²

Dessa forma, o indivíduo não está pronto e acabado. Remetê-lo a certas características dominantes que o estigmatizam a determinada condição de existência humana contribui também para expressões da desigualdade social, reforçando, sobretudo, as relações assimétricas (de poder) entre indivíduos, legitimadas pelo saber científico, quer seja Psicologia, Serviço Social, Direito.

O exercício proposto é refletir na relação dialética entre objetividade-subjetividade, ou seja, na relação do sujeito com a sociedade, como ele constrói sentidos e representações na realidade objetiva na qual está inserido. A subjetividade carrega elementos da objetividade ao mesmo tempo que a realidade objetiva se “subjetiva”. Desnaturalizar significa refletir sobre a história da família, na construção subjetiva de cada membro, entendendo a relação dialética entre o individual e o social.

Ao contrário do que ocorre no mundo animal, em que as gerações se sucedem, submetidas ao mesmo programa genético, no mundo humano cada geração se vê confrontada com o enorme desafio de receber do passado a sua herança cultural, transformá-la e projetá-la no futuro, levando adiante o processo civilizatório. Desse modo, como a cultura não é um dado da natureza, mas uma construção social, essa tarefa geracional está atravessada tanto pela tradição, a transmissão do passado, quanto pela criação, os desafios do presente, e a projeção, as expectativas do

⁷¹ O caráter configuracional definido por González Rey refere-se à compreensão de que a subjetividade está organizada “por processos e configurações que se interpenetram permanentemente e que estão em constante desenvolvimento e vinculados à inserção simultânea do sujeito em outro sistema igualmente complexo, que é a sociedade (González Rey, op. cit., p. 107). Portanto, a subjetividade se constitui em processos e estados específicos do sujeito em cada momento da ação social, inseparáveis do sentido subjetivo. “A subjetividade se expressa no plano social como constituinte da vida social – momento designado como subjetividade social (que não se diferencia da individual por sua origem, mas por sua constituição). [...] A subjetividade tem base objetiva, se desenvolve na unidade dialética entre o sujeito e seu contexto atual, ao mesmo tempo, esse contexto camufla em uma nova unidade complexa, apresentando uma configuração subjetiva e uma configuração objetiva. [...] Assim como o social se subjetiva para converter-se em algo relevante para o desenvolvimento do indivíduo, o subjetivo permanentemente se objetiva ao converter-se em parte da realidade social, com o qual se redefine constantemente como processo cultural” (González Rey, op. cit., citado por Furtado, op. cit., p. 89).

⁷² GONZALEZ REY, F. *Comunicación, personalidad y desarrollo*. Havana, Pueblo y Educación, 1995.

futuro. Essa polaridade entre o que foi e deve ser mantido, para que o fio do tempo não se rompa, e o que ainda não é, mas deve ser proposto, para que a cultura não caia na estagnação, instala o conflito doloroso e inevitável que podemos designar como história. Assim, ao contrário do que ocorre em outras espécies, nas quais prevalecem a adaptação ao meio e a homogeneidade dos indivíduos, no caso da humanidade cada geração e cada indivíduo que a compõe deve se confrontar com a história. E é justamente a lenta e difícil inscrição da consciência histórica no indivíduo biológico que caracteriza o processo de subjetivação (DRAWIN⁷³, 2011, p. 11, citado por NETA; KAHHALE, 2019, p. 216/217).

Nesse viés, ao desnaturalizar o lugar da família, afirmamos que ela não é a causa do fenômeno social (acolhimento), nem o efeito dele (produto da ausência das políticas públicas, por exemplo). Reconhecemos o seu lugar em um processo contraditório e dialético traçado no percurso histórico, repletos de ações e transformações. A família situada em sua própria história, se entrelaça com elementos da cultura, da estrutura social, do trabalho, comunidade etc. que contemplam a totalidade na qual está inserida. Sendo assim, ela é capaz de produzir e construir sentidos a partir da realidade social.

Os movimentos sociais e toda luta em prol dos direitos da infância e adolescência trouxeram uma visão próxima ao reconhecimento de diversidade de famílias, perspectiva abarcada pelas legislações e políticas públicas. Neta e Kahhale (2019) abordam que os progressos em torno de novas configurações familiares que primam pelo protagonismo da família, podem nos levar a supor que houve uma substituição de modelos antigos por novos, quando na realidade, o que houve foi a existência conjunta desses diferentes modelos. Isso significa que a concepção de família, ao mesmo tempo que disputa outro lugar, ainda é perpassada pelo viés imaginário ideal e/ou patologizante quando a referência está posta em um modelo de família estruturada, saudável, funcional etc.

As autoras seguem discutindo se há a necessidade de nomear uma família, quando o que parece ser mais prevalente é a qualidade das relações entre os membros, se estes auxiliam a pessoa no processo de subjetivação, proporcionando seu protagonismo, ou se não auxiliam, impedindo ou destruindo seu protagonismo. Mencionam famílias construtivas e famílias destrutivas, porém, as famílias podem viver dialeticamente ambas as relações, construtivas como destrutivas, dependendo de cada situação. Por exemplo, uma pode ser construtiva pelo apoio ao cuidado em saúde, mas destrutiva no suporte para buscar trabalho e se inserir na vida profissional (NETA; KAHHALE, op. cit., p. 214). É nesse processo contraditório e complexo que a família se constitui, do nascimento à morte, dividindo e construindo referências de

⁷³ DRAWIN, C. R. Prefácio. In: REY, F. G, *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo: Cortez, 2011.

afeto, valores, comportamentos públicos e privados, vida social, profissional, cuidados em saúde e doença, vida amorosa (p. 215). A partir do conceito de *práxis* (Marx), as autoras identificam a diversidade de famílias por meio de sua constituição na *práxis*. A *práxis* se refere “à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, reproduz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica do homem que o torna basicamente diferente de todos os outros seres” (ALVES⁷⁴, 2010, p. 7 citado por NETA; KAHHALE, 2019, p. 2015). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o homem transforma o social, ele transforma a si próprio.

É inegável que a conquista de direitos sociais, materializada pela luta de participação popular, tenha um grau de importância no percurso histórico do país. O acúmulo de documentos produzidos ao longo do processo democrático do Brasil, como legislações em torno do direito da infância e adolescência⁷⁵, reforça um avanço pelo reconhecimento dos direitos sociais. No entanto, não se pode perder de vista elementos contraditórios que se combinam nesse processo.

Nesse sentido, apesar de reconhecer esforços legais e políticos de consolidação dos direitos sociais, no sistema de Proteção Social, a Política de Assistência Social apresenta contradições em seu processo constitutivo, conforme abordado em recente pesquisa sobre a desigualdade social no viés da dimensão subjetiva na Política de Assistência Social. Brambilla (2019) discute como as relações de dominação-exploração de raça, gênero e classe, produzidas ao longo da história do país, estão assentadas em processos de exploração, dominação e desigualdade social, e como elas aparecem escamoteadas na própria política, sobretudo mediando a compreensão do fenômeno da desigualdade social e da pobreza, traduzindo essa complexidade em vulnerabilidade social, mistificando as contradições da questão social.

Apreender a dimensão subjetiva das relações de dominação-exploração de gênero, raça e classe significa reconhecer as formas simbólicas que produzem sofrimento ético-político, humilhação social, subalternização, que legitimam as vivências de negação da existência, a produção de sub cidadania de mulher, negras/os e pessoas em situação de pobreza. Reconhecer a dimensão subjetiva do escamoteamento do “nó consubstancial” é demonstrar as implicações objetivas e subjetivas de uma ideologia que naturaliza as desigualdades, que esconde as formas de dominação presentes em nossa realidade. É também assumir como horizonte ético-político um

⁷⁴ ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, 2010.

⁷⁵ Constituição Federal, o Estatuto da Criança e Adolescente, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, entre outros marcos legais que constituem as políticas sociais do SUS e SUAS.

projeto de equidade, de justiça social, que prevê o desenvolvimento de programas de enfrentamento da histórica exploração patriarcal racista e classista. É assumir ações afirmativas de reparação das condições desiguais de vida de pessoas em situação de pobreza, mulheres e pessoas não-brancas. (BRAMBILLA, 2019, p. 145)

Brambilla (2019) sinaliza conquistas importantes da Política de Assistência Social em direção à garantia de direitos e aposta ainda, como possibilidade, trabalhar a dimensão subjetiva da desigualdade social na Política de Assistência Social, realizando o trabalho social com as famílias, oportunizando cuidado, acolhimento como potência frente aos diversos processos de humilhação social. Outrossim, considera de suma importância desatar o “nó” presente nos processos de naturalização da desigualdade social, fazendo uma leitura da conjuntura que vivemos, reafirmando como saída o exercício da democracia no enfrentamento das opressões nela presentes.

De modo geral, os desdobramentos da desigualdade social refletem características coloniais e oligárquicas, presentes ao longo do processo histórico de emancipação do Brasil. Poucas rupturas ocorreram nas condições econômicas e políticas entre as diversas fases pelas quais o país percorreu; estruturas emergentes mantiveram-se acomodadas a estruturas arcaicas anteriores. No liberalismo, se por um lado a produção de teorias e ações contribuiu para organizar uma “nova” sociedade, opondo-se a modelos anteriores, por outro, colocou o país na relação de dependência externa da economia nacional. (OLIVEIRA; VAZQUES, 2010)

A seguir veremos como todas essas complexidades discutidas podem afetar a produção de sentido subjetivo do adolescente implicado na relação dialética com o social.

Adolescência marginalizada: fenômeno social para o acolhimento

Ao nos referirmos aos adolescentes acolhidos em SAICA, de qual adolescentes estamos falando? O perfil indicado nesta pesquisa aponta como principais motivações para acolhimento fatores atrelados, em alguma medida, à família, conforme discutido anteriormente; porém outros fatores reforçam algumas características que seriam implícitas ao adolescente. Nesse sentido, dando sequência à análise das significações constituídas como motivações que levam ao acolhimento, reunimos como segunda categoria aquelas que apresentam alguma relação com a figura do adolescente. No entanto, isso não significa que estão desassociadas da dimensão de família, observa-se uma relação entre elas. Porém, como forma de organização da análise, optamos em discuti-la separadamente.

As motivações mencionadas colocam o adolescente como principal responsável pela necessidade de acolhimento, quer seja por estar em *situação de risco e/ou rua, em situação de ameaça de morte pelo tráfico ou pela polícia, por estar trabalhando em contexto de trabalho desprotegido, por estar na Fundação Casa e não ter com quem contar em sua saída, pela suspeita de cometer abuso sexual, por fazer uso de droga* etc. Todas essas motivações relacionam-se a complexas situações no meio social, as quais afetam a produção de subjetividade e denunciam a desigualdade social como expressão central no fenômeno.

O indivíduo se constitui em um imenso emaranhado formado por valores, crenças, produções acumuladas historicamente e repercutidas na cultura e sociedade. A base material, dada pela inserção de classe, reforça a lógica de dominação do homem pela exploração e dominação, colocando o adolescente ou jovem em diferentes lugares enquanto sujeito social, a depender da posição que ocupa nessa relação.

As multideterminações do fenômeno de acolhimento se sustentam no movimento do processo histórico da sociedade de classes, regida pelo capitalismo. Dentre os vários aspectos decorrentes desse contexto o individualismo, como um dos princípios da sociedade capitalista, contraditoriamente afasta a possibilidade de reconhecimento dos indivíduos como diferentes, na medida em que universaliza a responsabilidade individual como fator determinante da situação vivida. De certo modo, isso se dá pela exacerbação do consumo de massa, que compele o indivíduo, ilusoriamente, a buscar conteúdos para se adaptar à sociedade, sujeitando-o ao controle e autocontrole instituídos pelos valores e crenças sociais das diversas agências socializadoras (família, escola, igreja) e controladoras (aparato repressivo do Estado), as quais são responsáveis pela reprodução e manutenção desses valores e crenças (FURTADO, 2007). Assim, os verdadeiros determinantes dos processos de naturalização dos fenômenos sociais estão mascarados por conteúdos ideológicos e tendem a minimizar a contradição entre individualismo e a massificação.

Essa contradição está consolidada na ordem do capital e percorre todas as esferas de vida social, sobretudo na classe trabalhadora que está sujeitada a processos de exploração da força de trabalho e humilhação social. Segundo Iamamoto⁷⁶ (2011, p. 144-145 citada por BONALUME; JACINTO, 2019), o que se evidencia hoje é uma “fratura” entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais, que se traduz na banalização da vida humana, em violência camuflada no fetiche do dinheiro e da

⁷⁶ IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.

mistificação do capital, transbordando a todos os espaços e esferas da vida social. “Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação” (IAMAMOTO, op. cit.).

Essa lógica se coloca na relação do Estado com a adolescência e juventude periférica, negra e desfavorecida, cabendo ações repressivas como forma de vigilância, controle e repressão à classe marginalizada. Enquanto produtos do processo de exploração capitalista, essas ações fortalecem a ordem estabelecida pelo controle social. A partir de Mészáros⁷⁷ (2002), Bonalume e Jacinto (2019) discutem o controle social como força reguladora que se consolida como mecanismo imprescindível do sistema capitalista, da ordem burguesa, inclusive legitimando o processo de criminalização da pobreza como instância de controle social.

Desse modo, o controle social legitimado por essa via possui como pano de fundo a propagação de um ideário burguês que responsabiliza, sobretudo, a classe trabalhadora, pela precária condição de vida, pela exploração do trabalho e até mesmo pela intensificação da violência, o que justificaria o ostensivo avanço da ampliação indiscriminada da intervenção penal. (BONALUME; JACINTO, 2019, p. 163)

O percurso sócio-histórico da política de assistência à infância, adolescência e juventude indica um processo de luta e resistência frente ao sistema repressivo, disciplinador e normativo pelo Estado, na direção de afirmar direitos e garantir a proteção social. No entanto, pode-se inferir que as violações de direito determinantes para o acolhimento institucional estão atravessadas por questões complexas sob a égide da estrutura capitalista e caminham na contramão do sistema de proteção social integral defendido pelo ECA, colocando em xeque a real garantia de direitos.

A história social da infância evidencia a criminalização da pobreza como diretriz que marca a trajetória percorrida pela classe desfavorecida e marginalizada da sociedade. A violência e desigualdade social sinalizam o cenário com que jovens (negros e periféricos) se relacionam nas diversas situações de risco: de extermínio pela polícia ou pela violência urbana; da submissão da mão de obra “escrava” (considerando o deslocamento forçado de povos refugiados e imigrantes que buscam oportunidade de trabalho para subsistência humana

⁷⁷ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ou sobrevivência); do envolvimento em trabalhos informais ligados ao tráfico e atividade ilícita provocando mais tarde o “encarceramento” na Fundação Casa.

O que queremos trazer à reflexão é a forma como esse processo histórico violento e opressor se oculta em significações que individualizam responsabilidades e posicionamentos. A atribuição de motivação para o acolhimento de adolescentes carrega esse viés ideológico, revelando a contradição entre o cuidado e a proteção social X a responsabilização individual, estigmatização, marginalização. À medida que se desconsidera a produção social das situações vividas pelo adolescente, se contribui para a reprodução dos determinantes que levaram a essas situações, se negam as singularidades e potencialidades dos sujeitos, as quais, entretanto, articulam-se dialeticamente com as condições concretas de vida. Por isso, as características individuais não podem ser consideradas de forma abstrata e descontextualizada.

Se o capitalismo dificulta o reconhecimento dos diversos modos de existir, como avançar na construção dos direitos para crianças e adolescentes que respeite seus modos peculiares de ser? Como produzir o direito protetivo que não seja pela via tutelar, mas que respeite as diferenças (subjetivas) desse público? Tais questionamentos são trabalhados pela pesquisadora M. Cristina Vicentin (2006) ao discutir a dimensão ético-política no sistema de justiça relacionando-a à responsabilização penal juvenil.

A questão ética no direito é identificada na obra foucaultiana como a ideia de um “direito novo”, um direito capaz de se “libertar” da soberania e da normalização, um direito que resista ao poder normalizador e repressivo (VICENTIN, 2006), considerando:

as discussões em torno da ética, da valorização de atitudes que expressam uma forma de resistência dos indivíduos a ser “governados”, na possibilidade de uma “atitude crítica”, entendida como o “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e (interrogar) o poder sobre seus discursos de verdade”, constituindo então uma forma “ética” do direito. Uma ética que não se fundamente em dogmas religiosos, na lei ou nas verdades científicas, mas que permita ao homem realizar uma crítica de si mesmo que explicita uma atitude diante da existência. (p. 173)

Ao mesmo tempo que o sistema de proteção integral reconhece a criança e adolescente como sujeito de direito, em condição peculiar de desenvolvimento, o direito é operacionalizado de modo contraditório, “na medida em que os processos de subjetivação (implicados no direito a ser e conviver, isto é, no direito ao desenvolvimento pessoal e social)

passam a fazer fronteira/intercessões com as práticas jurídicas”, portanto, situam-se na dimensão ético-política (Ibid., p. 151).

A partir de discussão desenvolvida pela autora acerca da psiquiatrização do adolescente em conflito com a lei como um obstáculo à responsabilização pelo ato infracional, observamos um elo dessa questão com os adolescentes acolhidos em razão do uso de álcool ou drogas. No serviço de acolhimento, o caminho buscado pelo direito e pelo saber psijurídico⁷⁸ com relação aos adolescentes que lá chegam e fazem uso (intenso) de drogas é a imediata internação nas chamadas Comunidades Terapêuticas ou clínicas de tratamento, sendo medida avaliada pelo judiciário, equipe técnica do serviço e em alguns casos pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Droga (CAPS AD). Essa possibilidade é ofertada ao adolescente e é voluntária; caso aceite, a internação é custeada pelo SAICA.

Se para o jovem com transtorno mental internado na Fundação Casa, sua desinstitucionalização depende de um laudo psijurídico embasado em uma decisão judicial, para o jovem acolhido institucionalmente não é diferente, pois também fica assujeitado a uma avaliação multiprofissional (psiquiatra, psicólogo, assistente social, enfermeiro) que comprove seu comportamento abstêmio, que esteja “apto, estabilizado e desintoxicado para o convívio social e comunitário”⁷⁹.

O discurso quanto à periculosidade é deslocado para ideia do portador de “risco-perigo”, o qual deve ser tratado conforme previsto no paradigma de proteção integral sobre o direito ao tratamento de saúde mental (VICENTIN, op. cit.). Observa-se nesse ponto os limites da rede de proteção e serviços de acolhimento em ofertar outro lugar à temática da drogadição, encaminhando essa demanda (inexoravelmente) às unidades de tratamento. Semelhante decisão é tomada por setores do sistema socioeducativo:

A temática da saúde mental se erguerá também em função das “dificuldades de gestão institucional das unidades” que recebem os jovens que não “compreendem, não se beneficiam ou resistem subjetivamente ao plano socioeducativo” e que deverão ser inseridos em tratamento construindo uma nova modulação para o que é perigoso: tudo que não está apto a ser sujeito à reabilitação, o que se apresenta como ingovernável e intratável... (Ibid., p. 158-159)

⁷⁸ Vicentin (2006) utiliza o termo “psijurídico” para nomear o campo psi como o “conjunto de saberes e fazeres que se ocupam da temática da subjetividade, fortemente presentes no sistema socioeducativo na função de avaliação ou de assistência (psicólogos, psiquiatras e outros trabalhadores do social que se ocupam em discutir a dimensão “bio-psico-social” do adolescente)”. (p. 153 – nota de rodapé).

⁷⁹ Termos comuns observados em documentos elaborados na alta médica das Comunidades Terapêuticas.

As Comunidades Terapêuticas são previstas na Portaria nº 3.088/2011 do Ministério da Saúde, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Constitui como um dos serviços de atenção à saúde em regime residencial, *“destinado a oferecer cuidados contínuos de saúde, de caráter residencial transitório por até nove meses para adultos com necessidades clínicas estáveis decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas”* (BRASIL, 2011- grifo meu). Além disso, encontra respaldo na Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas⁸⁰. No âmbito da política de saúde mental, esse modelo de cuidado é discutido com uma série de ressalvas e críticas uma vez que se insere numa perspectiva contrária aos princípios da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial.

No Brasil, o movimento chamado antimanicomial eclodiu na década de 1980, com intensos movimentos de resistência ao modelo vigente de segregação e violência às pessoas com transtorno mental, reivindicando a construção de um projeto que agregasse humanização, respeito e dignidade, sobretudo a partir de dispositivos de atenção e cuidado para além dos muros de hospitais psiquiátricos e manicômios. Sendo assim, novas diretrizes para saúde pública foram construídas e emergiram com a Constituição Federal de 1988, posteriormente com o SUS (lei 8.080/1990), e mais tarde com a Lei nº 10.216/2001 que institui a lei da Reforma Psiquiátrica.

O paradigma segregacionista social referente ao cuidado em saúde mental ainda é objeto de discussão e mobilização, uma vez que não está superado, pelo contrário, há o fomento cada vez mais firme pelo poder público através do financiamento de recursos federais na ampliação das comunidades terapêuticas, ao mesmo tempo em que se dificulta sobremaneira o acesso de fiscalização e controle das ações praticadas nesses locais.

⁸⁰ Especificamente no Art. 26-A, incluído pela Lei nº 13.840 de 2019. Art. 26-A. O acolhimento do usuário ou dependente de drogas na comunidade terapêutica acolhedora caracteriza-se por: I - oferta de projetos terapêuticos ao usuário ou dependente de drogas que visam à abstinência; II - adesão e permanência voluntária, formalizadas por escrito, entendida como uma etapa transitória para a reinserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas; III - ambiente residencial, propício à formação de vínculos, com a convivência entre os pares, atividades práticas de valor educativo e a promoção do desenvolvimento pessoal, vocacionada para acolhimento ao usuário ou dependente de drogas em vulnerabilidade social; IV - avaliação médica prévia; V - elaboração de plano individual de atendimento na forma do art. 23-B desta Lei; e VI - vedação de isolamento físico do usuário ou dependente de drogas. § 1º Não são elegíveis para o acolhimento as pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência, caso em que deverão ser encaminhadas à rede de saúde.

Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia em conjunto com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (PFDC/MPF) lançaram um relatório com os resultados encontrados na Inspeção Nacional nas Comunidades Terapêuticas no Brasil. As evidências encontradas identificaram métodos que retomam a lógica de internação, inclusive compulsória, utilizada como primeiro recurso para o suposto tratamento, contrariando absolutamente a legislação vigente. Foram observadas práticas que configuram violações de direitos humanos (CFP, 2018).

No tocante ao público adolescente, o relatório aponta que foram encontrados adolescentes internados junto a adultos, com internações realizadas pela família, poder judiciário e conselhos tutelares, com diversas irregularidades que violam o direito da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral. Irregularidades relacionadas à educação, à liberdade de crença e religião, ao lazer e trabalho foram descritas e ferem os direitos do ECA. Outro ponto observado refere-se à privação de convivência familiar ao restringir as visitas de familiares no período inicial da internação, acontecendo somente por meio do seu agendamento. (CFP, 2018, p. 133-134).

Em que pese a descrição mencionada na Portaria nº 3.088/2011 acerca da internação ser destinada a adultos, não devendo ultrapassar nove meses, no contexto dos serviços de acolhimento, observa-se prática contrária a legislação, pois além de buscar esse modelo como primeiro dispositivo de cuidado, a permanência do adolescente acaba sendo superior a esse período.

Importante salientar que no último ano, tal procedimento tem sido objeto de reformulação pelos próprios profissionais do serviço de acolhimento de Guarulhos, devido a uma denúncia investigada pelo Conselho Regional de Psicologia em uma das unidades de tratamento com a qual o SAICA tinha convênio (2019). A partir de então, iniciou-se processo de busca em algumas cidades do Estado de São Paulo que ofertasse atendimento especializado e exclusivo a adolescentes, porém ainda no viés institucional.

Importante considerar que a política pública sobre drogas no município de Guarulhos carece de investimento público e inovação na qualidade e ampliação dos serviços em saúde mental. O município possui apenas um CAPS AD III e um CAPS infantil, para o contingente

de quase um milhão e trezentos mil habitantes. Conforme previsão populacional por CAPS⁸¹, deveria haver pelo menos quatro CAPS AD, em Guarulhos. A precarização dos serviços de saúde mental, acarretada pela infraestrutura prejudicada e falta de profissionais, expressa limites visíveis a essa demanda na cidade, fato que impulsiona medidas pautadas na lógica institucional como “fórmula” para superação do problema.

A manutenção de um modelo de tratamento para usuários de droga visando à total abstinência, por meio do isolamento da sociedade, é algo que não se sustenta. Afasta-se o indivíduo do foco do uso sem considerar a rede de apoio e de proteção, prescindindo das reais condições de acesso às demais políticas sociais. Verifica-se que adolescentes internados em comunidades terapêuticas ou clínicas especializadas, independente do tempo de permanência no local, facilmente ao retornarem ao serviço de acolhimento, recaem no uso. Essa questão evidencia uma rede de proteção frágil e ainda incapaz de lidar com essa demanda. Determinantes de acolhimento motivados pelo uso de droga, na verdade, têm como pano de fundo um histórico familiar e social atravessado por diversas violações de direitos. Não há como pensar em política sobre drogas sem antes reconsiderar todo o sistema de políticas sociais alinhadas aos direitos mais básicos e fundamentais, o direito a ter uma moradia digna, de se alimentar, de ter acesso a saúde integral e de qualidade, de ter acesso à educação, a oportunidades de trabalho etc.

Em tese, a questão da psiquiatrização na juventude denuncia um problema de valor histórico, ao associá-la ao elemento periculosidade. Assim, o jovem é colocado como problema e demonizado por todo comportamento tido como sinal de desvio, rebeldia e desobediência⁸², e, portanto, passível de ser tratado. Até que ponto, as políticas de atendimento à criança e adolescente superaram a dicotomia sujeito de direito x menor, autonomia x tutela? Observa-se que ela se coloca no movimento contraditório, entre avanços e retrocessos, sobretudo com limites na rede de proteção social.

A seguir daremos continuidade a mais uma categoria em relação à complexa teia de significações e ações no acolhimento institucional.

⁸¹ Art. 1º parágrafo 1º - O CAPS AD III regional será retaguarda para grupo populacional de 200 a 300 mil habitantes. (Portaria nº 130/2012 - Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros).

⁸² A questão do uso de drogas, não seria um desses sinais? O que se denuncia? Seria um ato de reivindicação?

A demanda de adolescentes solicitantes de refúgio no Brasil

Chegamos aqui ao terceiro eixo de análise acerca dos determinantes de acolhimento institucional e como eles são apresentados. A solicitação de refúgio no Brasil apareceu como principal motivador para acolhimento de adolescentes, tanto no perfil geral, como no perfil de adolescentes que completam a maioria no serviço.

Em 2018, do total de acolhimentos emergenciais (16), 10 foram solicitantes de refúgio, 3 por estarem em situação de rua, 2 por questões de conflito familiar, 1 porque os pais/responsáveis fazem uso de droga. Quanto ao desacolhimento do público solicitante de refúgio, todos completaram a maioria evadidos do serviço, exceto uma adolescente, a qual foi encaminhada à Casa de Passagem Feminina.

Em 2019, do total de adolescentes acolhidos de forma emergencial (22), 13 são solicitantes de refúgio, desse total, 09 completaram a maioria evadidos do serviço, 1 foi para casa do irmão aqui no Brasil, 3 foram para casa de amigos.

A questão de adolescentes com demanda de solicitação de refúgio, bem como as evasões do serviço são fatos que chamam a atenção. Segundo o Estatuto dos Refugiados (Lei Nº 9.474/1997), refúgio é a proteção jurídica concedida pelo Brasil, ao indivíduo que

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.
(Artigo 1º - Estatuto dos Refugiados)

Já a denominação “solicitante de refúgio” é um termo utilizado para se referir à condição jurídica transitória daquele que chega de outro país e se identifica na condição de refugiado. A partir do reconhecimento legal como solicitante de refúgio é possível a emissão de documentação que permitirá a circulação e o gozo de direitos no País, como tirar a Carteira de Trabalho, abertura de conta bancária, inscrição do Cadastro de Pessoa Físicas (CPF), entre outras garantias de proteção à pessoa refugiada previstas em lei⁸³.

⁸³ Lei Nº 9.277, de 2018. Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório e Lei Nº 13.445, de 2017, que Institui a Lei de Migração.

Considerando o contingente de adolescentes na condição de refúgio, nos serviços de acolhimento em Guarulhos, e a situação de evasão, nos perguntamos: Qual é o cuidado dado a essa demanda, pelos agentes públicos? Qual é o percurso tomado por esse público quando chega ao Brasil? Como cada caso está sendo conduzido desde o encaminhamento ao serviço de acolhimento? Quando chegam no serviço, há articulação dos órgãos que atendem essa demanda? A pauta de discussão é levada ao âmbito federal, apesar de o aeroporto estar situado em Guarulhos. Qual é a ação das entidades governamentais?

A questão do refúgio vem crescendo nos últimos anos, segundo dados da ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, já que as causas do deslocamento forçado, como guerras e conflitos, estão longe de serem solucionadas, sendo este fenômeno considerado a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial (SOUZA; ALMEIDA, 2019).

Souza e Almeida (2019) ao discutirem essa temática à luz do materialismo histórico dialético destacam a importância em compreender as especificidades da pessoa refugiada, considerando sua singularidade, enquanto sujeito, reconhecendo a importância de conhecer a experiência social, as circunstâncias de vida (condições de vida), modo de vida, ou seja, como esse sujeito constrói e vive sua vida, a partir da sua nacionalidade, língua, condições socioeconômicas, valores, crenças, práticas cotidianas e costumes, possibilitando, com isso, qualificar as formas de atendimento e encaminhamento às políticas públicas básicas de saúde, educação, trabalho. É essencial compreender o sujeito em sua complexidade, a partir das múltiplas determinações de tempo e lugar social (p. 174).

As autoras apontam os principais tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, como Convenção das Nações Unidas (1951), o Estatuto dos Refugiados (1951) e Protocolo de 1967⁸⁴, passando a formular em 1994 a Lei nº 9.474, que define o refugiado como qualquer um que *“devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”* (BRASIL⁸⁵, 1997 citado por SANTOS; ALMEIDA, op. cit., p. 165). No entanto,

⁸⁴ A Convenção das Nações Unidas consolidou o Estatuto dos Refugiados, desde 1951, quando eclodiram discussões no tocante aos refugiados na Europa após a 2ª Guerra Mundial. O Estatuto esclarece direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem. Com o tempo, houve a ampliação do debate dada a emergência de novas situações geradoras de conflitos, provocando, assim, um novo Protocolo submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, ratificado como Protocolo de 1967. Informação disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acesso em julho de 2020.

⁸⁵ BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.474/1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1997.

apesar desses aparatos jurídicos de atendimento à demanda de refúgio no país, o Brasil ignorou por muito tempo essa agenda de discussões. Somente em 2014, iniciou a construção de uma política de migração e refúgio, discutida na 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, culminando posteriormente, em 2017, na Nova Lei de Migrações (PL 2516/2015) substituta do Estatuto de Estrangeiro, criado em 1980. Tal discussão já vinha ocorrendo muito antes da referida Conferência por agentes e entidades civis, religiosas e acadêmicas, no âmbito nacional (Ibid., p. 170). Nesse sentido, as autoras observam certo “descaso” no tocante aos efeitos dessa questão no país, sobretudo na atual gestão do Governo Bolsonaro, quando ocorreu a retirada do país do Pacto Global da ONU sobre Migração, em 2018, sob alegação de ferir a soberania nacional, já que a política de migração está ligada, atualmente, à segurança nacional de fronteiras (esse Pacto deveria ser assinado em dezembro de 2018).

Segundo dados sobre o refúgio no mundo, referente a 2018, divulgado no último relatório *Tendências Globais*, publicado pela ACNUR, 70,8 milhões de pessoas foram forçadas se deslocar no mundo, representando um aumento de 2,3 milhões, se comparado a 2017. Entre elas, estão 25,9 milhões de refugiados, deslocadas em função de conflitos, guerras ou perseguições, sendo metade dessa população composta por menores de 18 anos. Das crianças e adolescentes analisados pelo relatório, 138,6 mil estavam desacompanhados ou haviam sido separados dos seus responsáveis⁸⁶, número alarmante.

O fluxo estabelecido pela Lei de Migração (nº 13.445/2017)⁸⁷ prevê que “*criança e adolescente desacompanhado de responsável legal e sem autorização expressa para viajar desacompanhado, independentemente do documento de viagem que portar*” seja imediatamente encaminhado ao Conselho Tutelar ou, se necessário, a autoridade competente indicará instituição para tal atendimento. Em 2017, um setor ligado à Vara da Infância e da Juventude (VIJ), denominado “Setor Anexo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Solicitantes de Refúgio e Vítimas Estrangeiras de Tráfico Internacional de Pessoas (SANCAST)”, localizado na cidade de São Paulo, no bairro da zona leste, Penha de França, passou a acompanhar as medidas de proteção às crianças e adolescentes solicitantes de refúgio ou refugiados desacompanhados ou separados que estejam acolhidos institucionalmente em SAICA. O serviço é pioneiro em toda América Latina e também atende crianças e

⁸⁶ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-pessoas-deslocadas-no-mundo-chega-a-708-milhoes-diz-acnur/> Acesso em: 23 de maio de 2020.

⁸⁷ BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445/2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017.

adolescentes estrangeiros vítimas de tráfico internacional de pessoas. Conforme noticiado⁸⁸, o ACNUR e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo acompanham todas as audiências concentradas realizadas na Vara da Penha.

Consideramos importante abordar até aqui a questão do refúgio, dado o levantamento estatístico de acolhimento em Guarulhos. Conforme já apresentado, a maior demanda de acolhimento, tanto em 2018, como 2019, foi de adolescentes solicitantes de refúgio, assim como essa demanda representou o maior motivo de desacolhimento por maioria, porém na situação de evasão. Significa que em 2018, dos dez, apenas uma adolescente foi desligada, permanecendo institucionalizada na Casa de Passagem Feminina; em 2019, dos treze acolhidos nessa condição, apenas três foram para casa de amigos no Brasil, o restante permaneceu evadido. Portanto, onde estavam/estão os adolescentes (solicitantes de refúgio) evadidos? A questão do deslocamento forçado de adolescentes de outros países e o pedido de acolhimento institucional aparece no cenário de Guarulhos como indicador urgente de grave questão que requer atenção. Apesar da inauguração do SANCAST, ligado à VIJ da Penha, a articulação ou encaminhamento dos casos acolhidos no município de Guarulhos a essa Vara especializada, é nula, uma vez que o acompanhamento neste setor é restrito para casos da cidade de São Paulo⁸⁹. Tal situação é contraditória considerando que Guarulhos é município vizinho de São Paulo e abriga o maior aeroporto do Brasil e da América Latina⁹⁰.

Sem intenção de desconsiderar o processo histórico de cada país que aparece no levantamento estatístico (Índia, Nepal, República do Congo, Gana, República dos Camarões, Bangladesh, Paquistão e Somália), ressaltamos que a situação de refúgio é expressão da grave violação dos direitos humanos global, evidenciando marcas profundas da desigualdade social em torno de relações de opressão, dominação, exploração, agravadas por ideologia patriarcal, racista, sexista, conservadora. Tais elementos são difíceis de superar, considerando marcas históricas e particulares com que cada país vive desde os primórdios de colonização.

A dificuldade do acesso de adolescentes, vindos de outros países, aos serviços especializados, e o “desinvestimento” em ações e pautas de discussão pelo governo, acirram a

⁸⁸ Notícia veiculada através do site: <https://www.acnur.org/portugues/2017/11/22/setor-de-atendimento-a-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-refugio-e-instalado-em-sao-paulo/>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

⁸⁹ Conforme a nota divulgada: “Os serviços prestados pelo SANCAST, restritos à cidade de São Paulo, são pioneiros em toda a América Latina e materializam, no âmbito do poder judiciário, parte das obrigações assumidas pelo Estado brasileiro na proteção e integração de crianças e adolescentes solicitantes de refúgio e refugiadas”.

⁹⁰ Informação disponível em: <https://www.gru.com.br/pt/institucional/sobre-gru-airport/historico>. Acesso em 03.06.2020.

desigualdade social e todos os seus desdobramentos. Nessa perspectiva, reafirmamos o alerta às autoridades públicas e aos Órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude), entre outros equipamentos da rede socioassistencial, para a necessidade urgente de debate sobre o tema. Outrossim, destaca-se a relevância desse assunto a ser considerado também em futuras pesquisas no meio acadêmico.

b) As formas e acesso ao SAICA

Outro aspecto importante de discussão e que evidencia pontos de contradição, diz respeito à forma de acesso ao serviço de acolhimento. Os números mostram que em 2018, dos 18 adolescentes desacolhidos por maioria, 2 entraram no serviço por determinação judicial, enquanto 16 foram de forma emergencial. Já em 2019, do total (27), 5 se deu por determinação judicial e 22 de modo emergencial. Portanto, em sua maioria os acolhimentos ocorreram emergencialmente, provavelmente mediante solicitação do Conselho Tutelar.

Um dos princípios abordados pelo ECA (1990), e mais tarde, reafirmado pelas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento (2009), é a excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, a partir da aposta no trabalho em rede socioassistencial. A articulação intersetorial como já debatido ao longo desta pesquisa é um dos pilares dos SUAS e se baseia na noção de incompletude institucional, conceito que versa sobre a complementariedade das ações entre os serviços socioassistenciais e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, sem que ocorra sobreposições entre elas. Nesse cenário, o dado levantado estatisticamente indica a necessidade de se atentar ao lugar que está sendo dado à família na inclusão e acesso aos serviços socioassistenciais ou intersetoriais do território. Por exemplo, está sendo tomada alguma medida em rede para se evitar acolhimento?

O fato da maioria dos casos chegar ao Serviço de forma emergencial, dentre outros aspectos, põe em questão a possibilidade e/ou a existência dessa rede de proteção, põe em questão a participação da família, enfim, mostra a necessidade de se atentar para os processos prévios ao acolhimento. De modo geral, esse aspecto tem relação com as significações presentes nas motivações que geram essa medida de proteção, conforme discutido ao longo de todo o capítulo.

c) O destino quando se desacolhe em razão da maioridade civil

Nos dois últimos anos, o principal motivo de desacolhimento por maioridade ocorre por situações de evasão que aconteceram antes da data de aniversário que marca a maioridade civil. Observa-se que a evasão está relacionada a algumas situações de “fuga” do adolescente do serviço de acolhimento, a saber, pular o muro do serviço, sair na companhia de colegas e não voltar mais, permanecer na casa da família de origem ou extensa, se envolver com o consumo de álcool e/ou drogas, permanecendo em situação de rua ou no meio infracional. Em qualquer uma delas, o procedimento adotado pelo serviço de acolhimento é a abertura de boletim de ocorrência e comunicação à VIJ. A autoridade judiciária junto ao Ministério Público solicita ao SAICA, com ou sem amparo da rede socioassistencial e setorial (depende do caso), a tentativa de localização.

Nessa perspectiva, se houver ciência de onde o adolescente possa estar, haverá o contato *in loco* através de sensibilizações para o retorno; porém, se não há conhecimento do paradeiro, com o passar do tempo, as possibilidades de retorno ficam cada vez mais remotas. O adolescente pode se negar a voltar ao SAICA, fato que é comunicado ao judiciário. O tempo passa, e acabam completando a maioridade, mas ainda vinculados ao serviço. Após a maioridade, a Guia de Desacolhimento pela VIJ é emitida e o processo arquivado. Há casos em que o adolescente não retorna e após um tempo emite-se a Guia de Desacolhimento, antes de completar a maioridade. Parece não haver consenso na emissão desse documento.

Compreende-se que o fenômeno da evasão está imbricado com todo o processo da medida de acolhimento, desde as motivações no momento de acolhida na casa. É fundamental a análise das implicações dos profissionais dos serviços de acolhimento e rede de proteção nos processos de trabalho, possibilitando a ressignificação da prática, de modo a evitar padrões automáticos na “resolução” dos casos, os quais podem recair em situações de desproteção e violação. A busca por encaminhamentos precisa caminhar junto aos interesses do adolescente e sua família, bem como as ações devem se dar em conjunto com a rede de serviços públicos integrantes do território.

A evasão enquanto fenômeno social no contexto do SAICA revela limites inerentes à própria política pública, pois caminha na contramão da garantia do direito, na medida em que a proteção social não se efetiva. O jovem em situação de evasão recai em situações de violação de direito e desproteção. No horizonte das políticas sociais, destaca-se o necessário investimento em medidas que antecedam o acolhimento. Ressalta-se aqui a evasão

relacionada aos solicitantes de refúgio, uma vez que, do total de adolescentes que atingiram a maioria no serviço, apenas um foi acolhido por estar em situação de rua, todos os demais, tanto em 2018 como em 2019, tiveram como motivação para o acolhimento a situação do refúgio. Sendo assim, esse aspecto se soma à discussão anterior acerca dos limites da rede de proteção social em ofertar lugar a esse público no país.

Outros contextos desencadeados após a maioria estão atrelados à permanência de adolescentes em acolhimento institucional para adultos ou residência inclusiva, inserção via Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e Fundação Casa. Nessa ordem, destaca-se o acolhimento institucional adulto inadequado aos jovens egressos do SAICA, por abarcar objetivos diversos do acolhimento juvenil, nas chamadas Repúblicas. Apesar de ambos pertencerem à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na lógica do SUAS, o primeiro tem finalidade de acolher pessoas adultas em situação de rua com perspectiva de atendimento amplo para até cinquenta pessoas⁹¹, enquanto nas Repúblicas Jovem o acolhimento é previsto para no máximo 06 membros, permitindo que seus moradores tomem as decisões conjuntas em relação ao funcionamento da casa.

A República Jovem, prevista nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente (BRASIL, 2009), destina-se exclusivamente a jovens egressos do SAICA, que não possuam possibilidade de retorno à família de origem ou adoção, bem como não possuam meios para auto sustentação, podendo permanecer até os 21 anos. Esse serviço é semelhante a uma residência privada; apesar de haver supervisão de equipe técnica, os jovens desenvolvem-se em regime de auto-gestão e independência, sendo responsáveis pelo funcionamento da casa. Os custos da locação do imóvel e outros gastos têm amparo pelo poder público, contudo, gradativamente podem ser assumidas pelos jovens.

Segundo o Censo SUAS⁹² 2018, no Brasil há apenas 30 Repúblicas Jovem. Em Guarulhos não existe esse Serviço; embora tenha sido disponibilizada essa possibilidade no último Chamamento Público (2018), apenas uma Organização Social apresentou proposta de

⁹¹ Os objetivos do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas adultas diferem das Repúblicas. Conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), constitui-se como “Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento” (BRASIL, 2009, p. 45), além disso, os objetivos específicos são: “desenvolver condições para a independência e o autocuidado e promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva”. (p. 46).

⁹² Censo SUAS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em julho de 2020.

trabalho para assumir o serviço, porém, posteriormente declinou devido ao baixo investimento que o município estava disposto a financiar.

Na política pública, a República Jovem é o único dispositivo específico aos jovens que completam a maioria no SAICA. Em que pese ser modalidade prevista desde 2009, ela ainda é incipiente no Brasil, com pouco interesse e investimento do poder público. Infelizmente, jovens egressos do serviço de acolhimento quase não contam com retaguarda do poder público para o desenvolvimento da autonomia, haja vista não existirem programas específicos como moradia ou aluguel social, qualificação profissional, trabalho e renda. Considerando o baixo repertório educacional, as vagas de trabalho como jovem aprendiz priorizam aspectos não oportunizados a esses jovens. No âmbito da assistência social, a única possibilidade é a inclusão no CadÚnico, e disponibilização do Programa de Transferência de Renda, Bolsa- Família.

Em se tratando de adolescentes com algum tipo de deficiência que completa a maioria no SAICA, e não conta com a possibilidade de retornar à família de origem, extensa ou ser inserido em adoção, o único serviço previsto é a Residência Inclusiva. Essa modalidade de acolhimento está tipificada no SUAS (2009) e é destinada a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, e que não dispõem de condições de autosustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência (p. 45). Nesse contexto, observa-se no levantamento estatístico em Guarulhos, uma adolescente incluída na Residência Inclusiva, o que representa um avanço no município, porém pelo fato da capacidade de acolhimento ser prevista para 10 pessoas, seria relevante a ampliação da oferta de vagas.

No bojo de análise dos desacolhimentos por maioria foram identificados dois adolescentes incluídos no PPCAAM, sendo um acolhido no SAICA por situação de negligência e outro encaminhado pela Fundação Casa, por não possuir respaldo familiar. O PPCAAM é previsto desde 2003 pelo Governo Federal, mas instituído oficialmente somente em 2017, pelo Decreto nº 6.231/2007, posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.371 de 2018. Tem a finalidade de proteger, de acordo com o ECA, crianças e adolescentes expostos a grave e iminente ameaça de morte, por meio da prevenção ou repressão da ameaça. Nem todos os Estados brasileiros possuem convênio para execução do PPCAAM. O trabalho consiste em retirar a criança ou adolescente do local de ameaça, encaminhando a espaços de moradia e

convivência social seguros, por meio de acolhimento institucional ou familiar em outras cidades ou aluguel de imóvel (para o deslocamento junto à família).

A letalidade de jovens no Brasil representa mais um fenômeno da desigualdade social expressa na trajetória de vida de adolescentes expostos a diversos contextos de violência e violações de direito. O PPCAAM utiliza como referencial dados publicados no Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), sendo o último publicado em 2017, referente à pesquisa realizada em 2014. Para os 300 municípios com população acima de 100 mil habitantes em 2014, o valor do IHA é 3,65, ou seja, para cada 1.000 adolescentes que completam 12 anos, 3,65 morrem vítimas de homicídio antes de chegar aos 19 anos (MELO; CANO, 2017). Esse estudo apontou que se as circunstâncias prevalentes em 2014 não mudarem, aproximadamente 43.000 adolescentes serão vítimas de homicídio no Brasil, entre 2015 e 2021, nos municípios com mais de 100.000 habitantes. O estudo indica o impacto da relação da letalidade com dimensões de sexo, raça/cor e idade. Adolescentes têm mais risco de serem vítimas de homicídio do que indivíduos de outras faixas etárias; entre eles, negros do sexo masculino são os principais alvos de homicídio por arma de fogo (Ibid.) Esses dados denunciam a urgência de setores públicos firmarem compromisso com o investimento em ações e políticas sociais para juventude.

Seguindo a análise dos desacolhimentos em razão da maioria, gostaríamos de chamar atenção para a perspectiva individualizante que se coloca ao adolescente prestes a completar 18 anos no SAICA. Sob esse viés, o sujeito adolescente passa a ser responsabilizado pelo sucesso ou fracasso em seu destino. A trajetória de vida atravessada por contextos de violência e desigualdade social e a escassez de políticas públicas para juventude nas áreas de moradia, trabalho, saúde, educação, segurança, profissionalização dificultam a transição para vida autônoma. É importante a garantia de inclusão, de escuta, de ofertar espaço onde seja possível produzir outros sentidos de valorização da vida, das potências dadas pela diversidade e respeito a todas elas.

Dando voz a todas as complexidades discutidas até aqui, convidamos uma adolescente para nos contar como está sendo sua experiência no acolhimento e o processo de transição para os seus 18 anos.

VI

SIGNIFICADOS E SENTIDOS DO PROCESSO DE DESACOLHIMENTO POR MAIORIDADE

Antes de adentrar no conteúdo da conversação realizada com a adolescente, gostaríamos de ressaltar alguns pontos do processo de escolha da participante da pesquisa.

Em consideração ao foco da pesquisa, pensou-se como primeira opção convidar adolescentes que já tivessem passado pela maioridade no serviço de acolhimento, a fim de que pudessem relatar além do processo de transição do serviço, também, sua vida fora da instituição. Dessa forma, após articulação com um dos SAICA'S, propusemos à equipe técnica a possibilidade de convidar um adolescente que havia completado a maioridade em uma “clínica de tratamento para pessoas com dependência química”, e que teve a medida de proteção adiada em um mês. A prorrogação do acolhimento institucional após a maioridade acontece em raros casos, a saber, quando há remotas possibilidades de reintegração familiar, adoção ou quando não houve emancipação do jovem para vida autônoma (financeiramente e laboral, por exemplo).

A escolha pelo referido adolescente se deu pensando em sua trajetória pelos serviços de acolhimento e saúde mental (tratamento do uso de drogas), pelos quais passou. Pelo menos seis vezes, o adolescente refere ter passado⁹³, entre idas e vindas; por ocasião de sua última internação demonstrava-se ambivalente entre o desejo de sair por “não aguentar mais ficar internado” e de recair no uso de drogas. A trajetória do acolhimento se deu entre evasões do serviço de acolhimento, situação de rua e posteriormente em internação em “comunidade terapêutica” ou “clínica de recuperação”. Sua história marcada por rupturas familiares, com pouca ou quase nenhuma retaguarda familiar e histórico de violência doméstica vivenciada pela genitora, são alguns dos aspectos levantados, em uma das reuniões em rede, como entraves para a autonomia do jovem.

O caso foi discutido em reunião entre a Secretaria de Assistência Social, Vara da Infância e Juventude, SAICA, sendo pactuadas algumas ações, haja vista que o adolescente demonstrava interesse em dar continuidade no acompanhamento em saúde mental pelo CAPS Álcool e Outras Drogas, bem como interesse em iniciar curso e trabalho (na área de panificação), pelo qual manifestava grande interesse - inclusive no SAICA se dedicava ao

⁹³ Registro em relatórios produzidos pelo SAICA, de que o jovem passou por sete internações para tratamento devido ao uso de drogas.

preparo de pães. No entanto, com o período pandêmico, o acesso às possibilidades de inclusão em cursos ou outras oportunidades a jovens inseridos no contexto de acolhimento inexistia. Uma das possibilidades encontradas foi a oferta de trabalho por meio de programa denominado “Cuidando”, disposto pela Secretaria de Assistência Social, que visa a contratação, via CLT, de pessoas desempregadas, em alta vulnerabilidade e/ou em situação de rua, para trabalhar em atividades de zeladoria e manutenção pelos espaços da cidade, com jornada de seis horas diárias e remuneração de bolsa de aproximadamente R\$ 700,00. Ainda que a área não estivesse no rol de interesse do adolescente, ele acabou aceitando essa oferta. Posteriormente, pediu o desacolhimento e foi morar com sua mãe. Após uma ou duas semanas, a pesquisadora contatou o jovem, através do telefone informado, o qual pertencia à genitora, sendo mencionado por ela que, infelizmente, o filho não estaria mais morando com ela e que havia recaído no uso de drogas; não possuía o contato do filho e desconhecia o seu paradeiro. A pesquisadora contatou a equipe técnica da casa e transmitiu essa informação.

A segunda escolha foi articulada com outro SAICA e se tratava de uma jovem que completou a maioridade no serviço de acolhimento. Havia saído havia poucos dias, junto com a filhinha de um ano e pouco. Estabeleceu vida independente, com ajuda do serviço de acolhimento, alugou uma casa, equipando-a com móveis e utensílios, a partir da arrecadação entre os profissionais do serviço por meio de uma confraternização “chá de cozinha”. A jovem permaneceu acolhida por aproximadamente 5 anos, trabalha como jovem aprendiz, cursa o 3º ano do ensino médio. Em diálogo com a profissional do serviço de acolhimento, fomos entendendo que nesse momento a conversa com a jovem não seria apropriada, uma vez que ela estava passando por um momento delicado, “de fragilidade emocional”, sendo acompanhada pela rede de saúde mental, em virtude de uma tentativa de suicídio. Conversar sobre sua experiência de vida poderia ser algo invasivo.

Aponta-se, nos dois casos, os limites da rede de proteção voltada ao adolescente acolhido e desacolhido. O primeiro cuja temática expressa a questão da drogadição como demanda incapaz de ser absorvida pelos serviços de proteção da rede socioassistencial, de saúde e intersetorial. Questiona-se então, o lugar destinado a adolescentes e jovens em contexto de uso de droga, tendo como primeira referência a inserção em instituições fechadas para o controle do uso e sua abstinência, não havendo eficácia nessa intervenção; e, no caso de jovens acolhidos, a permanência no ciclo de desproteção. Já no tocante ao segundo caso, aparentemente positivo, no sentido do desenvolvimento de autonomia e independência da adolescente, aponta-se uma fragilidade do momento de saída do serviço de acolhimento como

momento de angústia vivida pela adolescente, demandando a necessidade de um cuidado próximo. Nesse sentido, questiona-se, de qual autonomia estamos falando?

Devido à dificuldade de contato com jovens desacolhidos(as) na condição do tema da pesquisa (que já tivessem completado a maioridade), pelo fato de alguns não possuírem telefone, optou-se em convidar uma adolescente acolhida, próximo a completar os 18 anos.

Retomando brevemente a referência de procedimento metodológico na perspectiva da psicologia sócio-histórica, temos que a coleta dos dados se deu por meio de conversação, a qual diferente de entrevista, permite uma dinâmica de interação entre pesquisador e participante, deslocando o primeiro do lugar central das perguntas. A conversa flui de modo processual, não é dada e acabada, o discurso é construído de maneira crítica e reflexiva (GONZÁLEZ-REY, 2005). Sendo assim, após essa conversa, a mesma foi transcrita e analisada por meio da identificação dos núcleos de significação (AGUIAR e OZELLA, 2013), possibilitando acesso aos processos psíquicos, especificamente os sentidos e significados expressos na fala.

O processo de análise envolveu a busca da identificação dos pré-indicadores e indicadores, partindo da “aglutinação” do conteúdo da fala, por similaridade, complementaridade e/ou contraposição, ou seja, em relação ao discurso, após ser selecionado e dividido em temas “afins”, buscou-se captar os indicadores, os quais só possuem significado se articulados com a totalidade dos conteúdos temáticos contidos nas expressões do sujeito (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 309). Por meio da identificação de relações entre os indicadores, buscou-se elaborar e nomear os núcleos de significação, organizando o conteúdo de forma articulada com o contexto histórico e social da adolescente, captando assim, as mediações que a constituem no seu modo de pensar, sentir e agir. Os núcleos de significação devem ser articulados com a totalidade social no movimento dialético com as determinações históricas e sociais (Ibidem, p. 316); portanto, significa que a fala do sujeito não está isolada e nem acabada em si.

O processo de conversação ocorreu por meio de chamada de áudio pelo aplicativo WhatsApp, tendo em vista o momento pandêmico, a fim de resguardar a segurança da pesquisadora e da participante. A adolescente, a qual a chamaremos de Rita, em respeito ao anonimato, preferiu não aparecer em chamada de vídeo, sendo respeitada; conversamos apenas por áudio. Primeiramente foi esclarecido sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, já tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, bem como

pelo Órgão Gestor da Secretaria de Assistência Social de Guarulhos e Organização Social – Núcleo Batuira (Anexo A e B).

A adolescente foi esclarecida sobre a possibilidade de desistir a qualquer momento da conversa ou pesquisa, caso não se sentisse à vontade, como também, se caso não quisesse abordar determinado assunto, isso também seria respeitado. Conversamos sobre os riscos e benefícios da pesquisa, valorizando sua participação como oportunidade de dar visibilidade à temática, avaliando e (re)pensando o lugar das políticas públicas no atendimento do adolescente acolhido e desacolhido em razão da maioria. Por fim, Rita aceitou participar.

Ao final do trabalho, é possível observar um quadro (Anexo C), onde estão organizados os pré-indicadores e indicadores, os quais foram agrupados em cinco núcleos de significação, apresentados e discutidos a seguir.

O primeiro núcleo de significação refere-se aos sentimentos que atravessam o cotidiano de quem está no serviço de acolhimento, com indicadores de desesperança, solidão e insegurança. O segundo núcleo refere-se ao preconceito e discriminação no contexto do SAICA, cujos indicadores são: preconceito e limites de ação da rede socioassistencial e setorial; e preconceito e discriminação a quem está acolhido. O terceiro núcleo discute a chegada da maioria como evidência de contradição entre sentidos de responsabilidade e autonomia. Seus indicadores referem-se à contradição entre responsabilidade x não responsabilidade (alguém sempre fazendo pelo adolescente); responsabilidade e planejamento para a saída; autonomia x relação de dependência do SAICA.

O quarto núcleo trata das significações que envolvem o futuro, ou seja, a perspectiva após a saída do serviço, tendo como principal indicador a instabilidade e insegurança que marca esse período. Por fim, o último núcleo refere-se à contradição do processo de reintegração familiar x adoção. Os indicadores se organizam em torno de aspectos atrelados aos limites de ação da Rede, do judiciário, do SAICA para a reintegração familiar; a convivência familiar tendo como contradição a reintegração na família de origem x adoção; o processo de adoção como garantia de um direito que não se realiza e apadrinhamento afetivo: apoiar x não apoiar.

NÚCLEO 1

(Des)proteção e solidão: sentimentos que atravessam o cotidiano de quem está no serviço de acolhimento

O que você acha que é importante para o adolescente que está no serviço de acolhimento, passando pelo processo de desacolhimento por maioridade? *Não é bom, você se sente insegura, você se sente com medo, você acha que você não vai conseguir fazer nada sozinha. Eu, por exemplo, estou dez anos no abrigo, sempre tive alguém para fazer alguma coisa por mim e agora eu vou ter que fazer tudo por mim, então, é o choque, entendeu?* Rita, 17 anos, acolhida há 10 anos aproximados, e a três meses de completar a maioridade no serviço de acolhimento.

Para cada um, completar 18 anos tem um sentido diferente. Em nossa sociedade, algumas marcas que representam ideologicamente a figura do jovem nesse momento indicam alguém que está preparado para a vida adulta, ou pelo menos deveria estar a partir da necessidade de ingresso no mercado de trabalho, do preparo em algum curso técnico, da necessidade de dar continuidade aos estudos formais. A maioridade significa assumir legalmente a responsabilidade civil. Tais características estão implícitas no meio social e constituem a juventude a partir de necessidades sociais e econômicas, sobretudo por meio de modelos e referências, nas quais a própria Psicologia se embasa para definir “o que é ser jovem” (AGUIAR et al. 2001).

À luz da psicologia sócio-histórica, partimos aqui, da figura do jovem para além de alguém que esteja passando por um momento de crise ou confusão. Entendemos que esse lugar é construído historicamente e socialmente e varia em tempo e lugar. A todo momento o indivíduo está em movimento e transformação com o seu meio, configurando a partir de sua própria subjetividade, a realidade social, ou seja, conteúdos e valores compartilhados social e culturalmente. Portanto, o sujeito expressa o singular e o plural, sendo que o primeiro, expressão das dimensões da totalidade, carrega em si elementos do social (construídos historicamente), é a “singularidade historicamente construída” (AGUIAR; OZELLA, 2013). Dessa forma, dizemos que o sujeito é social, histórico e ativo. Ao mesmo tempo em que é transformado pelo meio, em um processo dialético, atua sobre ele, transformando-o. Sendo assim, cria e produz novos sentidos subjetivos a partir da sua experiência com o meio.

Conforme discutido ao longo de todo este trabalho, tratamos de considerar elementos que atravessam o cotidiano, como a desigualdade social, de raça e de gênero como promotores de violações de direitos e injustiças sociais enraizadas na história da nossa sociedade. Consideramos também que tais elementos se expressam na constituição emocional e existencial do sujeito.

É a partir desse lugar epistemológico que discutiremos os sentidos trazidos por Rita acerca da proximidade dos 18 anos, traduzidos em sentimentos de solidão observados em vários momentos da conversação.

eu não tenho ninguém que possa me escutar e me entender;

[...]

Porque querendo ou não, você tá saindo de um ciclo, sendo que você passou a sua vida inteira, pra agora você se virar sozinha...

só quem tá sentindo tudo isso na pele sou eu, né..? então vou ter que segurar isso sozinha...

É porque eu sempre estive sozinha, no final das contas...

E desesperança.

Eu também acho que eu tô num momento da minha vida que tipo meus hormônios estão mudando, minha cabeça está mudando, eu vou sair da adolescência para ir para ser adulta, tá tudo mudando, meu pensamento, minha visão, tudo tipo, tá tipo uma bolha assim de coisa, de sentimento, de montão de coisa junto e eu tenho que pensar nisso, tem que pensar naquilo, aí meu sentimento e tudo tá mexido...

[...]

É porque, sabe quando você tenta, você já persistiu tanto e chega uma hora que você desiste? Eu sou uma pessoa muito persistente, mas quando eu desisto, eu desisto entendeu?

[...]

Então assim eu não faço mais questão não, amo ele para caramba, mas eu não faço mais questão, assim, sabe? (sobre contato com o irmão)

Nesse recorte, ao articular sua fala com a totalidade, observam-se expressões que remetem às características concebidas na concepção de adolescência natural, isto é, a adolescência reconhecida como uma etapa de desenvolvimento, um momento de crise. *Você tá saindo de um ciclo, sendo que você passou a sua vida inteira, pra agora você se virar sozinha.* A qual ciclo a adolescente está se referindo? Possivelmente, alguém lhe disse que nesse “novo” ciclo ela deverá seguir sozinha, com novas responsabilidades da vida adulta, conforme ratificado na fala *Eu tô num momento da minha vida que tipo meus hormônios estão mudando, minha cabeça está mudando, eu vou sair da adolescência para ir para ser adulta, tá tudo mudando.* Nessa perspectiva, é como se houvesse a espera de uma “virada mágica” na vida, de adolescência para a fase adulta espera-se que tudo vá mudar, com a expectativa de uma vida referenciada ideologicamente em padrões sociais tidos como bem-sucedidos, pautados sobretudo na concepção de jovem “homem-branco-burguês-racional-ocidental” (AGUIAR et al., 2001).

A expressão desse momento de sua vida como um momento de passagem, de precisar dar conta de tantas complexidades que a vida social coloca, é algo que está incutido no imaginário social, especialmente colocado ao adolescente. Essa visão traz para Rita sentimentos de solidão e desesperança, pois se vê sozinha. *É porque eu sempre estive sozinha, no final das contas...*

A medida de proteção social de acolhimento carrega a sua negação, ou seja, se o propósito é garantir o acolhimento, até que ponto este é efetivado pensando no processo de inclusão, de pertencimento, de atenção às diversas expressões da existência humana? Não há como pensar em inclusão, sem considerar os elementos que engendram os processos de exclusão.

Ao discutir sobre a desigualdade social, Sawaia (2001) propõe uma análise a partir da dialética inclusão/exclusão para explicar o fenômeno da exclusão social. A exclusão carrega em si a sua negação, e não existe sem ela, pois no processo de inclusão, o sujeito é excluído (inserção social perversa).

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2001, p. 8)

A autora propõe estudar a exclusão a partir das emoções de quem as vivencia, refletindo sobre o cuidado que o Estado tem com seus cidadãos. Essas emoções indicam um sofrimento ético-político por retratarem a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada momento histórico, principalmente a dor que surge por ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, “inútil” na sociedade. “Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto”. (SAWAIA, op. cit., p. 105)

As emoções, sentimentos, sentidos estão situados em um tempo histórico e social. Portanto, seu significado varia historicamente, de acordo com as mediações nesse processo de exclusão, a citar, classe, gênero, raça, idade. Em outras palavras, o sujeito se constitui nas relações sociais, criando e transformando experiências em significados, os quais desempenham papel importante na mediação entre o sujeito e a sociedade. (VIGOTSKY, 1993 citado por SAWAIA op. cit.).

Nesse sentido, a adolescência é criada historicamente pelo homem, como representação e como fato social e psicológico. Tem significado na cultura e na linguagem que permeia as relações sociais. Ao definir adolescência como concepção do desenvolvimento, estamos atribuindo significações, isto é, interpretações da realidade, com base em “marcas” e realidades sociais, como referências para a constituição dos sujeitos (OZELLA; AGUIAR, 2008). Ainda que se afirme a adolescência com características próprias, nenhum elemento biológico ou fisiológico tem manifestação direta na subjetividade, uma vez que são significadas pelos adultos e sociedade.

Rita traz em seu discurso palavras repletas de emoções e sentimentos que carregam múltiplos sentidos e que precisam ser compreendidos na totalidade na qual está inserida. Portanto, não devem ser vistos de forma isolada, como atributos naturais em si, são produções construídas na articulação com o social. Sua fala evidencia a dimensão subjetiva do fenômeno do desacolhimento por maioria civil como processo que traz à tona um conjunto de aspectos atrelados à desigualdade social e seus efeitos na sociedade, presentes nas relações de dominação, discriminação racial, de classe e gênero, humilhação social e injustiças. Essa lógica está presente em uma das suas falas acerca do preconceito sentido por ela, por fazer parte do contexto de acolhimento:

hoje eu sofro, mas eu consigo lidar com isso, tem gente que não consegue, tem adolescente que entra na depressão por causa disso, tem criança que quer se matar, então, tipo, é algo que tá no nosso cotidiano e a gente tem que mudar isso aí, mudar o pensamento das pessoas, de achar que o abrigo é um lugar de pessoas que são órfãs, que são de pessoas sujas, esse tipo de coisa, a gente tem que mudar esse pensamento...

Sua fala expressa a sociedade em que vivemos, onde é afirmado quem tem valor e quem não (*pessoas sujas*), quem tem direito e quem não tem, quem vive e quem morre (*tem criança que quer se matar*), sendo tal concepção construída e consolidada em valores calcados em relações de poder, dominação, exclusão social e desigualdade. Essa lógica encontra eco nos direitos da infância e adolescência. Apesar de todas as crianças e adolescentes serem resguardados em direitos iguais, não é o que acontece quando há diversidade. Discutiremos a seguir.

NÚCLEO 2

Preconceito e discriminação: a perspectiva menorista não superada na realidade social

Trinta e dois anos se passaram desde a promulgação da Constituição Federal. Há três décadas o Estatuto da Criança e de Adolescente foi instituído nacionalmente. A Roda dos Expostos e as instituições totais foram os principais meios de inserção de crianças e adolescentes em situação de abandono, perdurando por mais de um século e meio desde o Brasil Colônia. Posteriormente, a lógica “menorista”, referenciada na Doutrina de Situação Irregular, serviu como parâmetro para a assistência à infância e adolescência socialmente desprovida. De certo o ECA representa avanços em direção à inclusão social e redução das desigualdades, refletindo transformações no tocante à proteção integral e na concepção de sujeito de direitos, além de princípios que situam os direitos da criança e adolescente com primazia e prioridade. Entretanto, os trinta anos de ECA e CF não foram suficientes para superar a visão dicotômica que se tem entre sujeito de direito x tutelado pelo Estado e adolescente x menor.

Esse aspecto da dimensão subjetiva da realidade se expressa nas seguintes falas de Rita:

deixa eu explicar uma coisa para você, que eu vejo no meu dia a dia, porque assim eu não fico só no abrigo, fico na rua com meus amigos, eu saio...

[...]

vocês sempre olham para gente que vive no abrigo como ruim, como algo ruim, sempre olha pra gente assim, sempre vão olhar...

[...]

todo mundo tem uma visão muito feia do abrigo... a gente deveria mostrar o lado bom assim do abrigo, não, não é legal o abrigo, mas tem que mostrar o que tem de bom lá [...] todo mundo na rua só sabe o ruim...

[...]

sabe várias perguntas que tipo parece ser monstro, sabe, às vezes é algo tipo, sabe eu posso sair, aí fala “aí, você come normal?”, “como normal?”, sabe as pessoas tem uma visão tão pequena... As pessoas acham que todo mundo que vive no abrigo é suja [...] quando eu comento assim que eu sou do abrigo, o povo fala que “você nem parece ser do abrigo, você é tão limpinha”, é algo absurdo e que tá no meu cotidiano...

[...]

a gente tem que mostrar para o mundo que não é mais assim...

[...]

é muito difícil, é algo que já está impenetrado (sic), entendeu, é igual o racismo, já é algo que está impenetrado (sic) na nossa sociedade, a gente tem que lutar contra isso também. Não adianta só eu lutar, e as outras pessoas?

É importante destacar que essas falas se deram dentro de um contexto de discussão iniciado pela pesquisadora a qual utilizou como norte a pergunta acerca de como ela vê o papel da rede socioassistencial, como CREAS, CRAS, saúde, educação, sobre o papel que a rede desempenha com a criança e adolescente em acolhimento, o que é feito e o que falta. A fala inicial é de que “*falta apoio*”, e esse apoio está atrelado ao preconceito dos profissionais que atendem esse público, especificamente da área da saúde, conforme mencionado por Rita.

na questão da saúde, por exemplo, falta muito... tipo, eu já vi muitos casos, tipo eu sou do abrigo, às vezes as pessoas mesmo dentro de um hospital têm preconceito com isso que eu já vi, eu já passei por isso, e tem preconceito só pelo fato de você ser do abrigo, então demora para atender você, aí demora para falar com você, quando fala na ignorância, entendeu, as pessoas não têm empatia...

[...]

Um exemplo, eu fui passar no médico, eu entrei no médico sozinha porque a tia precisava entrar no médico com a criança em outro atendimento, eu tive que entrar sozinha, o médico me tratou super mal, entendeu, ele viu minha pasta, ele sabia que eu era do abrigo e me tratou super mal, eu fiquei abalada, eu fiquei abalada, eu chorei o dia inteiro porque só por uma pequena coisa, tipo ele, ele me abalou, ele me abalou emocionalmente, pelo fato do jeito que ele falou, do jeito que ele me tratou, aí ok, aí depois de um tempo, a tia entrou comigo com esse mesmo médico para falar o resultado tudo certinho, ele me tratou super bem, por que? Por que?

A falta de “apoio”, os questionamentos dos colegas acerca da visão que possuem do acolhimento, a diferenciação de tratamento por profissionais do serviço público, são elementos que expressam significações instituídas de preconceito, visões fragmentadas e estereotipadas. O sentido da fala de Rita explicita o imaginário social a respeito do lugar da criança e adolescente no SAICA (*lugar feio*), destinado ao órfão e sujeito sem valor (*o abrigo é um lugar de pessoas que são órfãs, que são de pessoas sujas*), também referenciado na imagem de instituição total, a FEBEM (*várias perguntas [...] se eu posso sair, aí fala “aí, você come normal?”, “você nem parece ser do abrigo, você é tão limpinha”*). Nesse sentido, a representação social da criança e do adolescente em contexto de acolhimento ainda se volta para a concepção menorista, uma vez que está mascarada por valores morais, de vigilância e controle social dominantes de um tempo na história não superado.

A fala de Rita evidencia um sentimento de exclusão e de desqualificação social. Revela um sofrimento ético-político gerado pela situação social por ser tratada como inferior e sem valor. A exclusão não é um estado adquirido ou de que é possível se livrar, é um “processo complexo, configurado nas confluências entre o pensar, sentir e agir e as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético entre a morte emocional (zero afetivo) e a exaltação revolucionária” (SAWAIA, 2011, p. 111). Cada emoção contém uma multiplicidade de sentidos que, para serem compreendidos, precisam ser inseridos na totalidade psicossocial de cada indivíduo (Ibid., p.110). Dessa

forma, a análise implica conhecer os motivos que originam as emoções observando a dialética com o social.

Dar voz às pessoas que vivenciam processos de exclusão é uma maneira de reconhecer elementos que sustentam a ordem pela manutenção “dos excluídos” e da desigualdade social. Todavia, nesse movimento, também é possível pensar caminhos de transformação social, movimentos de resistência e debate no âmbito público e da sociedade civil, visando ao reconhecimento legítimo desse sofrimento ético-político pelo Estado, ampliando o acesso igualitário às políticas públicas e direitos sociais, possibilitando espaço para que a diversidade se expresse sem opressão.

O grito de socorro deixado por Rita se expressa na seguinte frase:

[...]

“priorize crianças e sua saúde mental” (Você deixaria algum recado para rede e para o serviço de acolhimento?)

NÚCLEO 3

E os 18 anos? “é difícil, mas se a gente foi forte até hoje, porque a gente não pode ser adiante?”: Contradição entre os sentidos de responsabilidade e autonomia

O reconhecimento das contradições sociais e mediações na constituição do fenômeno de desacolhimento por maioria, sobretudo adolescência, tem como possibilidade evidenciar o papel ideológico na manutenção de determinados processos e concepções (a saber, a representação social do adolescente no SAICA como sem valor e a adolescência naturalizada) que cumprem a função de camuflar a realidade social.

Evidenciamos a seguir algumas falas de Rita a respeito de como tem sido sua percepção com a chegada dos 18 anos. A partir delas, identificamos algumas contradições.

Autonomia x relação de dependência no SAICA

eu tive que criar a minha autonomia, porque querendo ou não, eu sabia que eu ia sair daqui com 18 anos [...], eu acho que eu me preparei sozinha [...] foi muito desenvolvimento [...] foi eu criando sozinha minha autonomia;

[...]

se eu precisar de alguma coisa assim, eu vou ter que correr [...] e eu não acho que eu tô preparada para isso;

[...]

Sempre tem alguém para fazer alguma coisa para gente e isso por um lado é bom, mas por outro é muito ruim, porque a gente acaba não criando nossa própria independência, nossas próprias responsabilidades;

[...]

eu poderia ter aprendido a fazer comida com 15 anos, eu poderia ter aprendido a lavar roupa com 15 anos, sabe, e agora que eu tenho que aprender...

[...]

quando eu completei 16 anos, comecei, mas eu acho que foi muito tarde, muito tarde porque eu não sei fazer comida...

[...]

eu não conseguia fazer nada, eu era bem incapaz [...] as tias fazendo tudo por mim;

[...]

*Agora com 17 anos que eu me imponho a fazer comida, eu acho que é algo que todo mundo deveria aprender, desde de 13 anos já deveria aprender a fazer comida, entendeu? Acho que fica muito corrido porque assim, [...] tudo muito em cima, algo que eu poderia ter aprendido há muito tempo;
eu nunca fui preparada para isso, então eu tô tendo que desenvolver tudo agora;*

[...]

a questão eu acho é que sempre tem alguém para fazer tudo para gente, é muito ruim isso [...] cada cuidadora aqui tem sua função, mas, assim, tudo alguém faz;

[...]

hoje em dia eu tenho [...] antigamente eu não tinha (sobre decisões de escolha)

[...]

elas estão tentando me preparar assim [...] a tia fala que eu vou ter apoio de todo mundo [...] eu sei que eu vou ter que me virar sozinha; [...] Converso com as tias sobre isso, tipo elas conversam, elas me apoiam [...] só eu estou sentindo, né, só eu estou passando por isso, então não tem muito o que fazer;

[...]

é muito difícil porque normalmente eu não tenho tempo para falar com ela (com a técnica do SAICA).

Nas falas de Rita observa-se a contradição marcada entre a autonomia e a relação de dependência do adolescente com o cuidador no serviço de acolhimento (educador, psicólogo, assistente social, coordenador). A adolescência enquanto etapa de desenvolvimento para a vida adulta registra características que constituem uma visão pautada em determinados valores esperados socialmente para a vida adulta, ou seja, ter que dar conta de si, o que implica responsabilidade econômica, educacional, social. Na concepção natural, a entrada na vida adulta é vista como algo inevitável, e, portanto, cheia de expectativas. Espera-se que os adolescentes “sejam adultos,” que paguem as contas, que se virem sozinhos, que trabalhem, que definam a área profissional, que ingressem imediatamente na faculdade.

Evidentemente, para o adolescente no contexto do SAICA essas características ampliam sentimentos de medo, insegurança, sobrecarga etc., uma vez que não contam com o respaldo da família. Esse sentido é verbalizado por Rita, pois apesar do apoio dos cuidadores, no final se sente só “*eu sei que eu vou ter que me virar sozinha*”.

A autonomia enquanto marca do indivíduo adulto se constitui por valores calcados no individualismo, representa a ideologia liberal, os interesses do capital, desdobrando-se em vários elementos, um deles a meritocracia (GONÇALVES, 2019). O adolescente é cobrado pelo alcance de “metas” e o sucesso depende dele, assim como o esforço pessoal.

A compreensão de autonomia, de individualidade natural, de liberdade é fundamental por marcar as formas de significar dos adolescentes; sendo tais significações instituídas na sociedade, penetram subjetividades e as constituem (OZELLA; AGUIAR, 2008). “Em vez da individualidade ser considerada fruto de um processo educativo e autoeducativo deliberado, intencional, ela é considerada algo que comanda a vida das pessoas e, em consequência,

comanda as relações entre as pessoas e a sociedade” (DUARTE, 2004, p. 11⁹⁴ citado por Ibid., p. 121). Assim, a autonomia do indivíduo compreendido como sujeito social só pode ser alcançada em processo sociais emancipadores, com redes de sociabilidade solidárias, consideradas a partir de sua gênese e em seu movimento (GONÇALVES, 2019).

A significação de adolescência se estabelece na relação dialética entre objetividade/subjetividade. Os sentidos implícitos no discurso de Rita mostram como as condições objetivas são constitutivas da vivência do desacolhimento em razão da maioridade. Tais condições se sustentam na realidade social e atravessam a subjetividade.

Portanto, a contradição expressa na categoria “autonomia” x “relação de dependência do SAICA” evidencia que a expectativa de alcance de autonomia pelo jovem acolhido está desarticulada da perspectiva de processo emancipatório do sujeito e da realidade social à medida que tomam decisões e realizam escolhas por ele (*hoje em dia eu tenho [...] antigamente eu não tinha*), fazendo tudo por ele (*sempre tem alguém para fazer tudo para gente*) e esperando que ao atingir a maioridade, ideologicamente, alcance o ideal de autonomia a partir de um esforço próprio. Essa noção de indivíduo é trabalhada por Bock (1997) ao discorrer sobre as aventuras do Barão de Münchhausen.

*O homem colocado na visão liberal é pensado de forma descontextualizada, cabendo a ele a responsabilidade por seu crescimento e por sua saúde psicológica. Um homem que “**puxa pelos seus próprios cabelos e sai do pântano por um esforço próprio**”. Um homem que é dotado de capacidades e possibilidades que lhe são inerentes, naturais. Um homem dotado de uma natureza humana que lhe garante, se desenvolvida adequadamente, ricas e variadas possibilidades. A sociedade é apenas o locus de desenvolvimento do homem. E vista como algo que contribui ou impede o desenvolvimento dos aspectos naturais do homem. Cabe a cada um o esforço necessário para que a sociedade seja um espaço de incentivo ao seu desenvolvimento. As condições estão dadas, cabe a cada um aproveitá-las. (Bock, 1997, p. 277 – grifo meu)*

Portanto, parecem acreditar que é possível “puxar a si pelos próprios cabelos”, a partir da naturalização do que é social e histórico. O sujeito é impelido a se resolver nos seus próprios conflitos, denominados assim, como típicos dessa fase, pela concepção naturalizante e ahistórica de adolescência.

⁹⁴ DUARTE, N. O Bezerro de Ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade. In: DUARTE, N. (org.) *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004. p.1-20

Responsabilidade x Independência

Eu fico mais segura, mas ao mesmo tempo eu fico pensando, pô, eu poderia ter aprendido isso há tanto tempo atrás; (sobre aprender a fazer as atividades domésticas)

[...]

Eu entendo que vocês querem que a gente se sinta confortável, que a gente tenha aquilo, que, tipo, vocês querem, assim suprir algumas coisas [...] eu não tive pai e nem mãe, vou dar isso, vou dar aquilo, vou dar assistência, isso e aquilo [...] acaba, tipo, tipo, virando uma acomodação [...] vocês tentam suprir algo que a gente não teve, mas a gente acaba sendo acomodado com isso... a gente é muito acomodado;

[...]

sempre tive alguém para fazer alguma coisa por mim e agora eu vou ter que fazer tudo por mim, então, é o choque, entendeu?

[...]

Vou ter que ir no médico sozinha, vou ter que pagar conta sozinha, eu vou ter que arrumar a casa sozinha, vou ter que lavar roupa sozinha; todos os adolescentes que eu conheço, todos os meus amigos que eu conheço tem pai, tem mãe e sabe que tem 18 anos, tem 20 anos e até hoje estão morando na casa dos pais, então eles não têm essa responsabilidade [...] eu acho que é muita responsabilidade, entendeu, acho muita responsabilidade para gente....

[...]

Agora na pandemia fica bem mais difícil, porque eu fico pressionada né, porque eu penso pô, daqui um tempo, eu vou ter que fazer minha casa, vou ter responsabilidade, daqui um tempo não vou poder curtir, parece até que eu tive um filho...

[...]

eu tenho que estudar, já tá difícil porque aulas online não é fácil, aí eu tenho que trabalhar, aí eu tenho que fazer minha casa aí eu tenho que pensar na minha faculdade e que momento eu posso curtir? [...] final de semana eu vou aprender a fazer comida, né... E aí eu tento ter um tempo para os meus amigos, só que tipo, é um tempo bem vasto, bem pouco, aí às vezes eu não tenho tempo pra isso, é muito desconfortante...

[...]

eu tô numa fase da minha vida de curtir, de estudar, não de pensar em casa e pensar em faculdade, eu não tô nessa idade pra isso, é muita pressão pra gente, [...] a gente tá numa fase que a gente quer beber, a gente quer curtir, a gente quer se divertir, a gente tá nessa idade, só que eu não posso viver isso, porque eu tenho responsabilidades maiores, que eu não deveria ter...

A vida adulta se define em grande medida pelo valor de responsabilidade atribuída às diversas áreas da vida. No entanto, no discurso da adolescente essa responsabilidade está sobrecarregada de incertezas, sofrimento, desprazer, desconforto, preocupação com a vida. Ao viver todas essas responsabilidades, por ter que trabalhar o dia todo, estudar à noite (a pandemia dificultou o processo educacional), aprender a cozinhar, lavar roupas, planejar sua futura casa, muitos sentimentos, angústias emergem desse turbilhão de obrigações. As responsabilidades vêm associadas ao fim das coisas boas e à perda de contextos prazerosos na vida. Nesse sentido, há uma falsa sensação de independência à medida que o senso de responsabilidade se afirma.

A adaptação do indivíduo à realidade social é algo registrado na contemporaneidade capitalista e reforçada na vida adulta com a maioridade civil. Estar adaptado é ter que responder à sociedade de modo padronizado a crenças e valores instituídos. A adaptação do sujeito se relaciona com a noção individualizante colocada ao adolescente ao esperar que ele responda a determinadas expectativas da vida adulta. Responsabiliza-o pela definição do seu destino, desconsiderando as determinações objetivas que o cercam, como contextos de violação de direito, desigualdade social, variáveis de classes sociais, raça, gênero, idade, cultura etc. Portanto, percebe-se que há uma contradição entre a noção de independência e de responsabilidade.

O mundo adulto tomado como referência para o adolescente, impede que responsabilidades e independências sejam reconhecidas como necessárias e possíveis para ele. Na perspectiva “adultocêntrica”, a independência está atrelada às responsabilidades, que, contraditoriamente impedem a liberdade. Essa contradição aparece de maneira invertida, para o adolescente, à medida que ele deveria aproveitar a “liberdade” enquanto aquelas responsabilidades não chegam. Ao mesmo tempo, essa suposta liberdade é limitada pela dependência. Quase de repente, com a chegada da maioridade, é esperado que o adolescente esteja pronto nele. Essa noção é evidenciada nas falas de Rita como “*sempre tive alguém para*

fazer alguma coisa por mim e agora eu vou ter que fazer tudo por mim”, retratando a ambiguidade de fazer por ela, de cuidar, mas sem ensinar; eu fico pressionada né, porque eu penso pô, daqui um tempo, eu vou ter que fazer minha casa, vou ter responsabilidade, daqui um tempo não vou poder curtir, parece até que eu tive um filho... [...] é muita pressão pra gente.

NÚCLEO 4

E depois dos 18? “Eu tenho objetivos para daqui futuramente eu possa conquistar aquilo que eu quero, mas o que vai ser e o que não vai, eu não sei”

E quem é que sabe do futuro? Ao abordar sobre a perspectiva de desacolhimento e futuro, Rita traz em suas falas sentidos que podem demonstrar de imediato certa instabilidade e insegurança, como vemos a seguir.

Antigamente eu conseguia me imaginar, hoje em dia não consigo me imaginar... (Como você se vê daqui a cinco anos?)

[...]

Não pelo fato de eu não me autoconhecer, mas tipo todo momento as coisas mudam...

[...]

Eu quero muito me formar na faculdade, eu quero muito seguir essa minha carreira, mas eu queria fazer isso na Vara da Infância [...] eu queria poder viajar, eu queria ter várias coisas...

[...]

eu tenho um bloqueio assim, sabe, de algumas coisas? [...] é bem difícil, porque quando a gente vive numa casa de acolhimento, porque a gente já passou por várias situações, a gente acaba tendo inseguranças de muitas pessoas, às vezes desnecessariamente entendeu?

[...]

eu acho que é mais a insegurança que não deixa eu pensar daqui 5 anos o que eu vou ser, acho que é muita insegurança [...] tipo insegurança de tudo...

[...]

se eu vou conseguir fazer isso, vou ter que fazer tudo sozinha, será que a pessoa vai me ajudar? Se não vai? São “n” inseguranças, são várias coisas... a gente é inseguro, a gente quer atenção o tempo todo e a gente não vai ter, nunca tem...

A noção de constância, autoconfiança, adaptação são características que marcam uma visão de mundo referenciada em valores liberais, tomando implicitamente como parâmetro aquele que tem sucesso e é capaz. A concepção tradicional de adolescência como etapa de desenvolvimento reforça a ideia de que depois da fase de crise, “própria desse momento”, a “calmaria”, a segurança e estabilidade vêm. Ideologicamente, há expectativa e certeza de que após o turbilhão de conflitos naturais do adolescente nasça um adulto maduro e preparado.

É preciso fazer a crítica no sentido de desnaturalizar concepções de adolescência. Somos indivíduos em movimento desde quando nascemos. Aprendemos e nos desenvolvemos nas diversas mediações com o mundo, nas interações com o meio, constituímos-nos na história e nas relações sociais. A realidade social imprime multideterminações produzidas historicamente que conversam particularmente com cada sujeito, inserido em condições materiais de vida. Nesse sentido estamos o tempo todo em movimento e transformação.

A todo momento as coisas mudam, como afirma Rita. Para ela a dificuldade de se ver daqui a cinco anos, é justificada por um sentimento de insegurança, *insegurança de tudo, nas pessoas e coisas*, justamente por já ter vivido diversas situações em uma casa de acolhimento, conforme ela menciona. Por outro lado, ela reconhece o desejo em cursar uma faculdade como serviço social, *trabalhar na Vara da Infância, poder viajar e ter várias coisas*.

Compreende-se que o sentido de insegurança de Rita tem mais a ver com algo produzido como inerente à adolescência, do que propriamente com as incertezas que fazem parte do movimento da vida, quando ela diz *“Eu tenho objetivos para daqui futuramente eu possa conquistar aquilo que eu quero, mas o que vai ser e o que não vai, eu não sei”*. Em nenhum momento da vida temos certeza do que será no futuro. Por outro lado, contraditoriamente, a insegurança de Rita também pode ser pensada como algo produzido na materialidade que constitui o contexto de violação de direitos e do SAICA.

Aqui podemos relacionar o sentimento de insegurança a características dadas pela condição de raça, classe, gênero, idade que determinam o lugar do sujeito. O adolescente em contexto de acolhimento está submetido a certos estereótipos, preconceitos e discriminação determinados por sua condição social.

A insegurança de Rita também pode ter fundamento na ausência do Estado quanto às garantias de direito e oportunidades de acesso aos direitos fundamentais, sobretudo quando o desacolhimento em razão da maioridade é obrigatório. Se ver sozinha nesse novo cenário lhe traz angústia, medo, insegurança, “*a gente quer atenção o tempo todo e a gente não vai ter, nunca tem...*”. Nesse sentido, retoma-se a menção da República Jovem como um caminho possível para uma transição segura e acolhedora em respeito a esse momento vivenciado por jovens desacolhidos aos 18 anos. Poucas são as Repúblicas no país (apenas 30); ainda que este seja o único dispositivo na política pública, é preciso ampliar as discussões acerca da temática do jovem egresso do acolhimento.

Uma referência nessa temática é a experiência da Argentina, como primeiro país na América Latina a sancionar uma lei, em 2017, que garante auxílio ao jovem por meio de apoio emocional através de um adulto de referência, formado e qualificado, que o acompanhará até os 21 anos, além de contar com apoio financeiro para desenvolver projetos de vida (benefício que corresponde a 80% do salário mínimo).⁹⁵ Esse modelo de atenção destinado ao jovem egresso do SAICA é bem interessante por possibilitar o desenvolvimento de vida para além da instituição (República, por exemplo), justamente porque o jovem está amparado por suporte financeiro e emocional.

Os sentimentos de incerteza e insegurança expressos por Rita evidenciam a necessidade de fortalecer o debate, amplitude de ações e políticas públicas respaldando o público egresso do serviço de acolhimento. Tais sentimentos conversam com os dois casos de adolescentes, possíveis sujeitos da pesquisa, discutidos no início desse capítulo. Para estes três, embora a motivação do desacolhimento seja uma, a maioridade, há evidências de que esse processo esteja marcado por características de desproteção e fragilidade do Estado em garantir respaldo após o desacolhimento, quer seja pela questão de drogadição ou manter a autonomia (morar sozinho, por exemplo), situações que podem recair em futuros reacolhimentos em serviços voltados para pessoa adulta, tanto no nível da assistência social como na saúde mental, como pôde ser discutido no capítulo anterior, quanto aos adolescentes

⁹⁵ Informação disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2017/12/1/ifh-participa-de-congresso-na-bolvia-que-debate-caminhos-para-a-autonomia-de-adolescentes-acolhidos>. Acesso em Out. 2020.

desacolhidos por maioria e encaminhados para serviço de acolhimento adulto para pessoa em situação de rua.

NÚCLEO 5

A contradição do processo de reintegração familiar x adoção: a garantia do direito à convivência familiar que não se realiza

“Estou dez anos no abrigo”, separada do irmão mais novo, Rita refere ter passado por um processo de adoção, em meio a ambiguidades entre o desejo e não desejo em ser adotada; o irmão gostava de determinada família, ela não, e vice-versa. Dessa forma ela e o irmão “decidiram” se separar, mas quem decidiu mesmo foi o juiz.

Na maioria das vezes o que que acontecia eu gostava de um casal, meu irmão não, meu irmão gostava e eu não [...] agora que a gente cresceu e a gente tem uma noção um pouco melhor, a gente decidiu [...] mais ou menos, né, quem decidiu isso na verdade foi o juiz [...] a gente decidiu assim se separar, cada um viver sua vida. Eu preferi ficar no abrigo e ele preferiu viver com uma família, entendeu?

Rita ainda refere que teve muitas oportunidades de ser adotada, mas também afirma que pelo fato de ser quem é, em sua visão, esse processo seria difícil “*Eu sempre soube que eu nunca ia ser adotada simplesmente pelo fato de eu ser quem eu sou*”. No mesmo processo de adoção em que o irmão foi adotado, ela entende não ter dado certo por algo de sua responsabilidade:

[...] eu era bem doidinha da vida e aí eu era uma pessoa muito rebelde, eu não queria que as pessoas ficassem mandando em mim, eu não queria ser controlada entendeu [...] o pai do meu irmão não me aceita muito bem, ele finge me aceitar e ele não aceita [...] a gente tava entrando em conflito ...

Os dispositivos legais que versam sobre o direito à convivência familiar são diversos, a começar pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como principal documento que norteia a promoção e defesa dos direitos na esfera infanto-juvenil. Além do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento. Apesar dos princípios defenderem a

excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, por meio da preservação dos vínculos familiares e estratégias de apoio e fortalecimento de ações da rede socioassistencial junto às famílias e suas crianças ou adolescentes, a provisoriedade do afastamento familiar está longe de acontecer. O previsto no ECA (Art. 19 – parágrafo 2º), é de que o acolhimento não se prolongue por mais de 18 meses, porém segundo dados divulgados pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA (CNJ, 2020), no Brasil, o tempo médio em que crianças e adolescente encontram-se em acolhimento institucional é de aproximadamente 24 meses (Ibid., p. 47).

O direito à convivência familiar deve ser realizado quer seja pela via de retorno à família natural ou extensa, quer seja por meio do processo de adoção; é assim o estabelecido em lei, mas, o não realizado no dia a dia. O referido levantamento feito pelo SNA, aponta que em 2020 (até maio), 5.026 crianças e adolescentes estavam disponíveis para adoção, sendo que desse total, 3.458 crianças e adolescentes (69%) encontravam-se vinculados a algum pretendente à adoção e 1.548 (31%) ainda não haviam encontrado pretendentes habilitados, talvez porque 93% do total de crianças/adolescentes não vinculadas possuíssem 7 anos ou mais e a maioria de pretendentes não vinculados às crianças e adolescentes disponíveis para adoção desejassem crianças de até 4 anos; apenas 0,3% desejam adotar adolescentes. A conta não fecha. O número de crianças com idade não correspondente à idade ideal de adoção é superior ao número de pretendentes. A maioria deseja crianças menores de 4 anos.

Do total de adotados, ou seja, 10.120 crianças e adolescentes, apenas 649 (6%) foram de adolescente, maiores de 12 anos. Sendo assim, o número de adotados diminui à medida que a idade aumenta. Significa assim que a adoção tardia no Brasil representa um grande desafio e se situa em um emaranhado de complexidades e contradições, um deles posto pela morosidade no processo, que pode acarretar maior tempo de permanência da criança no serviço de acolhimento e conseqüentemente a dificuldade de futura adoção, caso o processo em curso não dê certo. A adoção de crianças pode levar até 10,5 meses para se concretizar, conforme aponta o Levantamento (Ibid., p. 20). Segundo ECA (Art. 47), o prazo máximo para a conclusão de processo de adoção é de 120 dias, prorrogável uma única vez, por igual período. Logo, esse trâmite está muito acima do esperado.

Em uma perspectiva crítica, apesar de a adoção constituir-se meio de se garantir a convivência familiar, também expressa os limites da rede de proteção social no que compete à função protetiva do Estado em garantir os direitos básicos e fundamentais à família natural. De certo modo, a adoção pode ser compreendida como um “efeito” consolidado

historicamente por desdobramentos advindos de processos de exclusão e desigualdade nas relações sociais, cuja trajetória remonta o percurso histórico da infância abandonada no Brasil, desde a era colonial. Dessa forma, cabe o esforço em desnaturalizar a adoção como via “ideal” de inclusão familiar. Quem são as famílias cujos filhos são destituídos? Em qual contexto estão inseridas? Não nos cabe julgar a adoção como algo bom ou ruim, mas compreender como esse processo incide na produção de subjetividade de quem o vivencia, bem como o que pode ser feito para atenuar os efeitos de uma adoção mal sucedida, por exemplo.

A adoção se expressa em um processo contraditório, pois ao mesmo tempo em que representa o avanço histórico do direito à convivência familiar também representa, de certo modo, o fracasso posto pela ineficiência das políticas públicas no acesso aos direitos básicos às classes populares, sobretudo diante do cenário social desigual que compõe o país, consoante a estrutura social consolidada em divisões de classe, raça e gênero. Portanto, a discussão acerca do tema “adoção” deve estar situada na totalidade em que se expressa, a partir do contexto multideterminado por aspectos históricos e sociais.

A fala da jovem evidencia limites e contradições na ação da rede, do judiciário e do SAICA no tocante à perspectiva de reintegração familiar ou adoção. Esses limites se colocam a partir da dicotomia entre a representação social de família ideal (processo de adoção) e família “real” (a família natural da criança ou adolescente). Essa dimensão representa a contradição do direito à convivência familiar como algo que não se realiza, nem por uma via, nem por outra.

Os efeitos desse processo estão encarnados no cotidiano de Rita, expressando-se nos diversos sentidos discutidos no primeiro núcleo, acerca dos sentimentos que perpassam a vida de quem está acolhido – medo, solidão, insegurança, desproteção etc.

no final de tudo isso quem sofre são as crianças, não é nem a famílias, são as crianças, porque as crianças não têm culpa do fato dos pais não terem estudado para conseguir um emprego melhor, não tem culpa, é algo que a criança tem levado o fardo disso...

O não retorno à família de origem e a não possibilidade de adoção são fardos com que crianças e adolescentes convivem diariamente pelos efeitos de um sistema de proteção social falho, sobretudo, acirrado pelo desinvestimento em políticas públicas e intervenção mínima de ações em proteção social pelo Estado. Para Rita, a adoção é sentida como a única possibilidade em ser acolhida. Sim, a adoção é uma possibilidade para a complexidade que

afeta o social, e deve ser garantida. No entanto, para a adolescente, a rede de proteção e o judiciário têm como ideal a reintegração familiar, e falham em persistirem em algo que não dá certo.

eles sempre preferem, o que, que a criança fique com o pai e com a mãe (VIJ); já tentaram uma vez e não deu certo, vai ficar persistindo num erro que não vai dar certo? [...] uma criança está crescendo num abrigo, e eles querem que a criança fique com a família [...] não funciona (VIJ);

[...]

Tem crianças que foram três vezes para o acolhimento, e nas três vezes os pais pegaram [...] os pais não têm condição nenhuma, mas o juiz pensa que não, não, eles têm que ficar com a família;

[...]

Eu sei que tem que priorizar a família; pensam que o melhor para criança é ficar com a mãe e com o pai, não, não necessariamente; eles esperam as crianças crescerem em um abrigo para tomar providências (VIJ) [...] precisa pensar na criança;

o que eu vejo muito, às vezes as pessoas têm oportunidade sim, mas elas não sabem aproveitá-la, não adianta, por exemplo, você querer auxiliar uma família que não quer ajuda, você vai ficar persistindo, persistindo, persistindo, então assim eu acho que às vezes a gente tem que deixar um pouco, eu sei que vocês têm que ir até o fundo, até onde vocês podem, só que às vezes vocês foram além, entendeu, vocês foram demais, entendeu, e vocês às vezes não reconhecem isso, porque tá tão impenetrado (sic) na cabeça de vocês eu acho, que a criança tem que ficar com a família, que às vezes esse pensamento de vocês faz com que tenha mais conflitos, que a criança volte novamente para abrigo, entendeu, que ela passa por todo esse tormento novamente, entendeu, pelo pensamento de vocês que não, a criança tem que ficar família, ela tem que ficar com a família...

Ficar com a família natural ou extensa passa a ser um trauma, entre idas e vindas “*não funciona*”. Assim, como a adoção também pode não dar certo, como a própria adolescente relata em sua história de vida. Mas, o que realmente falha no processo?

Reconhece-se que esse processo não é de hoje, é complexo e se soma aos diversos elementos construídos ao longo da história dos direitos sociais. Dessa forma, esse aspecto da convivência familiar, sob o viés da dimensão subjetiva da realidade, evidencia que apesar de esse direito ter sido uma conquista com o ECA, comparado à lógica da situação irregular à qual crianças e adolescentes já estiveram submetidos, ainda apresenta contradições postas por valores ideológicos que perpassam a sociedade, os quais estavam presentes já no período de Doutrina de Situação Irregular. Tais valores estão calcados no referencial de família burguesa, e qualquer configuração familiar que escape a ela, é tida como inadequado, incapaz ou vulnerável.

Soma-se a essa conjuntura, a fragilidade do sistema de proteção social às famílias e indivíduos (nesse caso, evidentemente, à família natural ou família extensa), pois tal sistema social está enviesado sob a lógica individualista em que a responsabilidade – fracasso ou sucesso – do exercício parental recai no indivíduo, o que sustenta avaliações de cunho moralista aos membros da família.

O acompanhamento pós-desacolhimento também representa um grande desafio. De acordo com a legislação, o acompanhamento deve ser feito pelo serviço de acolhimento e outros órgãos do Sistema de Garantia de Direito e da rede socioassistencial, pelo prazo de seis meses após o desacolhimento da criança ou adolescente. No entanto, a fragilidade da rede de proteção à família permanece após o desacolhimento, conforme posto na fala da adolescente Rita – *Tem crianças que foram três vezes para o acolhimento, e nas três vezes os pais pegaram*. Portanto, até que ponto a política de atendimento na modalidade de acolhimento amplia o alcance dos direitos sociais às famílias, crianças e adolescentes? A precarização dos direitos sociais e o agravamento das políticas públicas tendem a atingir de certa forma as famílias, acarretando um certo “aprisionamento” no ciclo de violência e todas as expressões produzidas pela desigualdade social. Essa dimensão produz um efeito diverso em cada indivíduo em seu modo de ser, agir e pensar. Para a adolescente Rita, diversos sentimentos são provocados pela perspectiva em tela; desproteção, solidão, desamparo são alguns deles frente à maioria.

A adoção tardia, conforme discutida anteriormente, é tema importante a ser considerado em trabalhos futuros, assim como o aprofundamento dos elementos que acompanham esses processos de adoção, como se dá o acompanhamento pós-desacolhimento nesses casos, haja vista o retorno de crianças e adolescentes ao sistema de acolhimento.

Outra alternativa de convivência familiar para crianças e adolescentes mais velhos cujas possibilidades de adoção ou retorno familiar são remotas é o Programa de Apadrinhamento Afetivo. Desde 2015, a Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, por meio do provimento CG nº40/2015, instituiu o programa nas diversas comarcas do Estado de São Paulo das Varas da Infância e Juventude. Seu objetivo é a formação de vínculo entre o voluntário padrinho ou madrinha e a criança/ adolescente acolhido, possibilitando o desenvolvimento de referência externa e familiar. Os interessados nesse programa passam por um processo de habilitação com capacitação, avaliação psicológica e social pela equipe técnica da VIJ.

Rita refere estar inserida nesse programa, porém demonstra que este não é suficiente para as complexidades vivenciadas no momento. Entende que as madrinhas serão uma referência ao sair do serviço de acolhimento, porém se vê sozinha nesse processo.

eu tenho minhas madrinhas aqui, tipo elas têm os problemas delas, elas têm a vida delas, entendeu [...] às vezes elas não estão disponíveis pra mim, eu acho que isso me dói um pouco sabia?

[...]

eu amo elas para caramba, só que elas são distantes de mim, entendeu, eu acho que madrinha é tipo se seu pai e sua mãe morresse e ela ficasse responsável... Eu acho que elas me fazem tipo de décima opção...

O apadrinhamento afetivo é uma das possibilidades de convivência familiar e comunitária que se realiza, mas pode se mostrar insuficiente se não for acompanhado de perto, uma vez que pode contribuir ou não no desenvolvimento da autoestima, da segurança, da referência de acolhida.

Ainda sobre a temática familiar, cabe ainda destacar a separação entre irmãos no processo de adoção como aspecto a ser cuidado, pois consiste em mais uma ruptura do vínculo, acarretando processo de sofrimento e perdas para os envolvidos, especialmente quem permanece no serviço de acolhimento.

Eu acho uma coisa muito feia, porque assim, no momento em que você separa um irmão, você separa um vínculo, e você ainda quer distanciar eles... sabe... isso é irreal, não deveria acontecer isso [...] era só eu e meu irmão, a gente conseguiria se virar [...] meu irmão é meu irmão, se ele precisa de sangue, quem vai ter que dar, vai ser eu, não vai ser o pai dele que adotou ele...

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO SUBJETIVA DO PROCESSO DE DESACOLHIMENTO POR MAIORIDADE

O processo de construção do conhecimento ao longo da pesquisa caminhou junto à minha implicação como trabalhadora do SUAS, possibilitando ampliar reflexões, discussões e significações sobre o tema. A implicação de pesquisadora se entrelaça com a de sujeito profissional que de forma dialética vai se fazendo na realidade social. Nesse sentido, como parte do processo, e, portanto, refutando o princípio de neutralidade, a pesquisa e profissão assumem um compromisso com a transformação social.

Para além de conclusões encerradas, aponta-se a seguir algumas considerações importantes acerca da dimensão subjetiva do desacolhimento por maioria, considerando esse fenômeno social situado no movimento dialético e contínuo, no tempo e lugar, portanto, não acabado em si.

A dimensão subjetiva da realidade se sustenta na busca pela identificação da gênese que constitui os fenômenos sociais. A perspectiva é de superar a dicotomia que separa indivíduo e sociedade, pois há a compreensão de que estes fenômenos estão constituídos na relação dialética entre as múltiplas determinações, sendo elas de base objetiva e subjetiva. Significa, portanto, que o indivíduo se expressa dialeticamente na relação com a realidade social, por meio das mediações. Nesse âmbito, há um esforço em desnaturalizar e superar explicações dicotômicas e ahistóricas.

Ao longo do trabalho, chegamos à compreensão de que as contradições que permeiam o conjunto histórico da construção dos direitos sociais, das políticas sociais de atendimento à infância e adolescência, políticas públicas para juventude e concepções de adolescência sustentam a manutenção ideológica de determinada concepção de homem, e se expressam, portanto, na constituição de subjetividades.

As políticas sociais da infância e adolescência se afirmam em processo contraditório na realidade social, à medida que representam avanços na conquista de direitos sociais, quer seja no âmbito da família, da criança e adolescente como sujeitos de direito e, ao mesmo tempo, permanecem atravessadas por valores ideológicos produzindo formas de opressão.

No âmbito da família, essa lógica ocorre na compreensão da família moderna, burguesa e branca como referência no ideal de cuidado, logo, características baseadas na condição de classe, raça e gênero são aspectos que influenciam a avaliação do que é uma família potente ou não para o cuidado dos seus filhos. Os valores neoliberais que sustentam

princípios individualistas, através da responsabilização do indivíduo, pelo desenvolvimento pessoal e coletivo de seus membros, dentro da família, favorecem a manutenção da lógica de dominação e exploração de gênero, raça e classe. Essa lógica individualizante se expressa na análise da família, como aquela produtora da violação do direito, ou como aquela responsável em superar a violação e condição social que ocupa. Isso se mostra, quando, por exemplo, o Estado espera da família a auto superação da violação, sem que haja a efetividade da oferta e garantia das políticas públicas, sobretudo quando ocorre a naturalização de relações de opressão, desigualdade social e violência como inerentes ao indivíduo/família.

No âmbito do adolescente, tanto o acolhimento institucional como o desacolhimento por maioria, justificados por características individuais, podem mascarar conteúdos ideológicos, naturalizando o fenômeno. O percurso sócio-histórico da política de assistência à infância, adolescência e juventude indica um processo de luta e resistência frente ao sistema repressivo, disciplinador e normativo pelo Estado. Violações de direito produzidas ao longo do tempo possuem relação com a desigualdade social, racial e processos de exploração e dominação de outrora, atualizadas no tempo de hoje. O aprofundamento na dimensão subjetiva do desacolhimento por maioria revela diversas facetas do quanto o passado se faz presente, produzindo marcas na constituição dos sujeitos.

A adolescente Rita traz à tona vivências e sentimentos frente à maioria, como desproteção, solidão, medo, desesperança, exclusão social, humilhação que carregam características produzidas historicamente, sendo elas atreladas à concepção hegemônica de adolescência, a valores morais, de controle social calcados na doutrina “menorista”, a normas que tomam o mundo adulto como referencial, requerendo do adolescente respostas rápidas e prontas para adaptação em sociedade, após deixar o acolhimento.

A medida de proteção de acolhimento carrega em si a contradição de não inclusão e de não proteção, uma vez que as relações e condições sociais são assimétricas, hierárquicas e produzem desigualdade. São relações inerentes ao “circuito reprodutivo das atividades econômicas” (SAWAIA, 2001), sendo condição da ordem social desigual; portanto, a sociedade exclui para incluir, refletindo no sujeito o sofrimento ético-político. O sentimento é de inferioridade, subalternidade, sem valor (... *a gente tem que mudar isso aí, mudar o pensamento das pessoas, de achar que o abrigo é um lugar de pessoas que são órfãs, que são de pessoas sujas, esse tipo de coisa, a gente tem que mudar esse pensamento...* - Rita).

Dessa mesma forma, a contradição aparece na garantia do direito à convivência familiar, a qual não se efetiva na vida de Rita, nem por meio da adoção, nem por reintegração

familiar – ela permaneceu 10 anos no acolhimento. Há muitas lacunas no sistema judiciário que merecem atenção, a respeito do processo de adoção tardia, garantia da não separação entre irmãos, da superação da dicotomia entre família ideal (burguesa) e família real (família natural ou extensa). Os efeitos de não ter podido estar no seio familiar mostram significados de dor, sofrimento e abandono (... *no final de tudo isso quem sofre são as crianças, não é nem a famílias* – Rita).

A contradição entre autonomia/independência e responsabilidade frente à iminência da maioridade está relacionada a três valores ideológicos discutidos ao longo do capítulo VI, mas em diálogo com os demais pontos discutidos ao longo do trabalho, os quais estão calcados em concepções forjadas na Psicologia, e articulados ao Neoliberalismo. O primeiro refere-se à adolescência como marco no desenvolvimento humano, fase de conflito e turbulência, estabelecida em padrões universais, que situam o sujeito adolescente descontextualizado do contexto social, político, cultural e histórico. O segundo refere-se ao individualismo como valor meritocrático para o alcance de meta, tendo relação com o conceito de adolescência universal, cuja expectativa é de se lograr sucesso na “fase adulta”. E por fim, o terceiro, articulado aos demais, estabelece a noção adultocêntrica como parâmetro de responsabilidade e independência, a qual se põe de maneira invertida para o adolescente, isto é, enquanto estiver na fase da adolescência deve desfrutar da liberdade, enquanto não assume as responsabilidades, porém essa liberdade limita-se à relação de dependência com o adulto.

A Psicologia Sócio-histórica enquanto perspectiva crítica pauta a adolescência como construção histórica, em relação dialética entre indivíduo e sociedade, inserindo-a na totalidade na qual foi produzida e à qual pertence. E enquanto construção social, suas significações se expressam nas subjetividades.

De modo geral, o esforço ao longo do trabalho foi de reconhecer as complexidades inerentes ao fenômeno do desacolhimento, buscando através da Psicologia Sócio-histórica, desvendar processos contraditórios escamoteados na política de assistência à infância e juventude, sobretudo utilizando as categorias historicidade, totalidade e mediação como pilares para desnaturalização do fenômeno, muitas vezes representado na lógica do indivíduo ou da sociedade. Nesse desafio, destaca-se a necessidade de se manter a leitura dialética entre singular, individual e o plural (social).

Reforça-se o compromisso social que a Psicologia assume frente às políticas públicas e à realidade social e sua transformação. A investigação crítica do fenômeno social permite superar visões parciais e estreitas da realidade, ampliando para uma visão da totalidade;

permite ainda a imersão da nossa consciência no contexto em que vivemos, consciência essa, histórica e política (FREIRE, 2019). Sendo assim, o tensionamento entre as contradições e ideologias conservadoras possibilita reflexões, diálogo e direcionamento.

É essencial repensarmos o lugar que ocupamos na sociedade, não só como profissionais, mas como cidadãos. Em direção a uma profissão libertadora e crítica, compartilhamos com a pedagogia de libertação proposta pelo professor Paulo Freire, em que o caminho para se libertar da condição de oprimido só é possível ao tomarmos consciência do lugar que ocupamos numa sociedade de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. Em: FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p.

AGUIAR, W. M. J., BOCK, A. M. B., OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In A. M. B. BOCK, M. G. M. GONÇALVES, O. FURTADO (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 163-178). São Paulo: Cortez, 2001.

AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 56-75, 2015.

AGUIAR W.M.J. e OZELLA S. - Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.94, n.236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

ALBUQUERQUE, J. T.; COSTA, M. R. Jovem como agente estratégico de desenvolvimento: entre discursos e políticas. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 100 - 108, jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/40394>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

ALMEIDA, R. O.; NASCIMENTO, N. I. M. Políticas públicas de juventude: dilemas entre avanços e discontinuidades. *Perspectivas em Políticas Públicas*. Belo Horizonte. Vol. IV, nº 7, p. 99-126, jan-jun, 2011.

ANDERY, M.A.P.A.; SÉRIO, T.M.A.P. A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1883). In: ANDERY, Maria Amália Pie Abid et al (Org.) *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 14. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004. p. 395-420.

ARIÈS. P. *História social da criança e da família*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento*. São Paulo: Hucitec, 2013.

BENETTI, D. S.; BRINO, R. F. Análise do processo de desligamento institucional. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, p. 150-154, 2016.

BOCK, A. M. B. *As aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC-SP, 1997.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. P.15-36. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, Abril 2004.

BOCK, A. M. B.; AGUIAR, W. M. J. A dimensão subjetiva: um recurso teórico para a Psicologia da educação. Em: Aguiar W.M.J. e Bock A.M. (orgs). *A Dimensão Subjetiva do Processo Educacional- uma leitura sócio histórica*. ED. Cortez, 2016.

BOECHAT, F. M. *A heterogeneidade epistemológica da Psicologia Social*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BONALUME, B. C.; JACINTO, A. G. Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 160-170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p160>. Acesso em julho 2020.

BRAMBILLA, B. B. *Um nó escamoteado: a dimensão subjetiva da desigualdade social e seus desdobramentos na política de assistência social*. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRASIL. *Constituição Federal*, de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente* e dá outras providências.

BRASIL. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006. Aprova o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS*. Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com

necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF; 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento*. Brasília: MDS, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2020.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n.2, maio/ago, 2013, p. 63-84.

CHAGAS, R. P. Florestan, a “revolução burguesa” e a transformação capitalista do Brasil. *Lutas Sociais*, [S.l.], v. 17, n. 30, p. 30-43, jun. 2013.

FERREIRA, J. A.; MOREIRA, M. I.C. O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: múltiplos sentidos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 256-273, jan. 2017.

FIGUEIRÓ, M. E. S. S; CAMPOS, H. R. Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 31, n. 72, p. 113-125, jan./mar. 2013.

FILHO, A. R. A crítica ao idealismo: política e ideologia. In: NETTO, J. P. N. (org.) – *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. . B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica, uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 75-94.

GADOTTI, M. (1941). *Pedagogia da práxis*. 2ª. Ed.- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.

GONÇALVES, M. G. M. Fundamentos metodológicos da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs.) – *Psicologia sócio-histórica – uma perspectiva crítica em psicologia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, M. G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. A perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a Psicologia e para a Educação. In: AGUIAR, W.M.J.; BOCK, A.M.B. (orgs.) – *A dimensão subjetiva do processo educacional – uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2016.

GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. (2009). A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: _____ (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.

GONÇALVES, M. G. M. Ressonância: Identidade e alteridade – breve análise à luz da contraposição igualdade e desigualdade. In: VICENTIN, M. C. G.; GONÇALVES, M. G. M.; MIRANDA, S. C. [et al.]. *Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica*. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2019.

GONZÁLEZ REY, F. L. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GROSSMAN E. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. *Adolesc Saúde*. 2010;7(3):47-51.

GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 58-67, 2014.

GUIMARÃES, A. S. A. (1995). Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, (43), 26-44.

_____. (1999). Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, (54), 147-156.

IPEA. Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

KAHHALE, E. M. S. P.; ROSA, E. Z. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.) *A dimensão subjetiva da realidade*. São Paulo: Cortez, 2009, pp. 19-53.

KAHHALE, E. M. S. P., PEIXOTO, M. G., & GONÇALVES, M. G. M. A produção do conhecimento nas revoluções burguesas: aspectos relacionados à questão metodológica. In: E. M. S. P. KAHHALE (Org.). *A diversidade na Psicologia: uma construção teórica* (pp. 17-74). São Paulo: Cortez, 2002.

KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. Em: FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p.

MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 100-111, mar. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 jun. 2020.

MARCILIO, M. L. *História social da criança abandonada*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2019.

MELO, D. L. B.; CANO, I. (orgs.). *Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2014*. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro, 2017.

MIRANDA, H. S. A Febem, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho” (Pernambuco, 1964-1985). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 55, maio 2016. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/25316>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

NETA, M. I. F. L.; KAHHALE, E. M. P. Uma reflexão sobre relações familiares da perspectiva da psicologia sócio-histórica. In: *Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis*. [Ebook]/ Organizadores: Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Divino de Jesus da Silva Rodrigues. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. In: *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro* (19). Rio de Janeiro: revista em Pauta, 2007.

OLIVEIRA, G. C.; VAZQUES, D. A. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 137-160, 2010.

OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15. n. 4, out. 1999.

OLIVEIRA, A. P. G. & MILNITSKY-SAPIRO, C. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. *Psicologia Ciência e Profissão* 2007, 27(4): 622-635.

OLIVEIRA, C.S.R. (org.). *Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo*. São Paulo : AASPTJ – SP, 2007.

OZELLA, S.; AGUIAR, W. M. J. Desmistificando a concepção de adolescência. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 97-125, 2008.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H. & BARROS, M. N. S. (orgs.). *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Brasília. Conselho Federal de Psicologia, 2002, pp. 16-24.

Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017 / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasília DF: CFP, 2018.

RIZZINI, I. e RIZZINI, I. *A Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, N. I. S.; BOUCINHA, I. A. A experiência de morar em abrigos. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Juiz de fora, v. 4, n. 1, p. 36-49, jun. 2011.

SANTOS, E.P.S. (Des)construindo a 'menoridade': uma análise crítica sobre o papel da psicologia na produção da categoria 'menor'. In: H.S. GONÇALVES, E.P. BRANDÃO (Orgs.). *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp.205-248). Rio de Janeiro: NAU, 2004.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703130002017>. Acesso em Jul. de 2020.

SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília: Ipea, 2009.

SIQUEIRA, A. C. et al. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estud. psicol.*, Natal, v. 15, n. 1, p. 7-15, Apr. 2010.

SOUZA, F. B.; ALMEIDA, L. P. Condição de Refugiado: Estudos sobre refúgio e suas implicações para o sujeito social. In: *Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis*. [Ebook]/ Organizadores: Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Divino de Jesus da Silva Rodrigues. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan. 2011.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 24, p. 16-39, set-dez, 2003.

TOMIO, N. A. O.; FACCI, M. G. D. Adolescência: uma análise a partir da Psicologia Sócio-Histórica. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v.12, n.1, p. 89-99, jan./abr. 2009.

VICENTIN, M. C. G. (2006). “A questão da responsabilidade penal juvenil: notas para uma perspectiva ético-política”. In: Abmp, Ilanud & Secretaria Especial de Direitos Humanos (orgs.). *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, Ilanud, pp. 151-173.

ANEXOS

ANEXO A

À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARULHOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Esta pesquisa é sobre a **dimensão subjetiva do fenômeno de desacolhimento por maioria no contexto de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA)** e tem como objetivo analisar como o adolescente vivencia o processo de desacolhimento quando completa os 18 anos no SAICA. Nesse sentido, uma das etapas do estudo é a coleta de dados estatísticos junto à Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Guarulhos (SDAS), acerca do cenário envolvendo esse público, nos últimos dois anos (2018 e 2019), exemplo: qual a motivação do acolhimento, tempo de permanência acolhido no serviço, destino do desacolhimento (família de origem, família extensa, vida autônoma, entre outros, se houver). A segunda etapa consiste em entrevistar um (ou mais) adolescente que está passando ou passou pelo processo de desacolhimento. A proposta é identificar a produção de sentidos do(a) adolescente, permitindo problematizar as contradições do fenômeno desacolhimento por maioria relacionando-o com as políticas públicas. Pretende-se também contribuir para dar visibilidade do assunto ao poder público e profissionais atuantes na área, despertando reflexões sobre a prática de trabalho.

Dessa forma, como é de conhecimento da gestão da SDAS Guarulhos sobre a minha inserção no Mestrado em Psicologia Social, gostaria de solicitar autorização no fornecimento dos dados supramencionados para análise, bem como considerando possibilidade de entrevistar público adolescente, considerando que este é de responsabilidade do Município, conforme art. 92, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, encaminhamos este Termo para ciência e autorização para o nosso contato com a Organização da Sociedade Civil – Núcleo Bатуíra (SAICA).

Importante ainda mencionar que a participação do (a) adolescente é totalmente voluntária, ficando à vontade caso queira desistir. Será entregue Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao(à) adolescente. Ao final, todos (as) os (as) participantes terão acesso à versão final desse trabalho.

Qualquer dúvida sobre a presente pesquisa, fico à disposição, assim como minha orientadora. Eu, Camila Silveira Almendro, no telefone (11) 97023-9708, e-mail: camilaalmendro@gmail.com; ou minha orientadora, Prof.^a Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves, e-mail: grajota@uol.com.br.

Além disso, se houver dúvidas quanto à ética da pesquisa, por favor, entre em contato também com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que está localizado na Sede Campus Monte Alegre, na Rua Ministro de Godoi, 969 – Perdizes, andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, no prédio novo, sala 63-C, CEP: 05015-001. Telefone: (11) 3670-8466 ou e-mail: cometica@pucsp.br.

Sem mais, considerando que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, dos procedimentos decorrentes deste estudo, declaro estar ciente da participação de adolescentes em situação de acolhimento institucional, bem como sobre a voluntariedade da participação dele (a) ou sua desistência. Estou ciente também de que os dados obtidos na investigação serão utilizados unicamente para fins científicos (divulgação em eventos e publicações) e de que, nesse caso, a identidade dos participantes será preservada.

Ciente das informações, ACEITO que os (as) adolescentes participem da pesquisa, assim como ESTOU DE ACORDO com o fornecimento dos dados estatísticos sobre o cenário envolvendo adolescentes nos SAICAS em Guarulhos.⁹⁶

Guarulhos, ____ de _____ 2020.

Assinatura de representante da
Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Guarulhos

Assinatura da pesquisadora: Camila Silveira Almendo

⁹⁶ Documento assinado em duas vias, sendo uma entregue à pesquisadora e a outra ao (a) representante da SDAS Guarulhos.

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Olá, eu me chamo Camila. Estou estudando mestrado em Psicologia Social. O mestrado é um curso em que podemos escolher um assunto e se aprofundar nele, dessa forma, o tema escolhido por mim é sobre o serviço de acolhimento institucional e desacolhimento por maioria. O título da pesquisa é **A dimensão subjetiva do fenômeno de desacolhimento por maioria no contexto de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA)**. O objetivo é poder entender como o (a) adolescente vivencia o processo de desacolhimento quando completa os 18 anos no SAICA.

No decorrer dessa explicação, pode haver palavras ou pontos que você queira entender melhor ou que expliquemos melhor, não tem problema interromper, ok?

Esse estudo prevê algumas etapas, a primeira é coletar dados junto à Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Guarulhos sobre como se deu o desacolhimento por maioria nos últimos dois anos (2018 e 2019). Essa Secretaria junto com o SAICA, faz um registro do número de crianças e adolescentes acolhidas, quanto tempo de permanência no serviço, qual o motivo que levou o acolhimento, para onde foi quando foi desacolhido/a etc., esses dados são importantes para garantir a qualidade do serviço e pensar políticas públicas para a criança e adolescente.

A segunda etapa consiste em entrevistar um (ou mais) adolescente que está passando ou já passou pelo processo de desacolhimento. Discutimos essa pesquisa com os responsáveis pelo serviço e eles estão de acordo com a sua participação, desde que você também aceite. Você é livre para aceitar ou discordar, caso não tenha interesse em participar. Se você quiser discutir algum ponto desse termo com o responsável de sua confiança, fique à vontade. Não precisa decidir agora.

Abaixo, listamos alguns pontos.

Objetivos

Analisar a dimensão subjetiva do fenômeno de desacolhimento por maioria no SAICA.

Escolha dos participantes

Convidar adolescentes que estão passando ou já passaram pelo processo de desacolhimento por maioria no SAICA.

Voluntariedade de participação e direito de recusa ou retirada do assentimento informado

A participação nessa pesquisa é totalmente voluntária. Você pode ou não participar. Caso não tenha interesse, você não precisa participar. Você decide, ok? Caso tenha interesse em

participar, se durante o processo você queira desistir, também não tem problema. Não há nenhuma penalização ou ganho em caso de desistência, além de prejuízos à pesquisa.

Desconfortos

Caso você aceite participar, será proposto um espaço de conversa sobre sua história, alguns pontos que você considere importante dizer desse momento que está vivendo no SAICA, ou viveu no SAICA. Se você se sentir desconfortável com alguma pergunta ou não queria abordar determinado assunto, estarei atenta em respeitar esse momento. Você não será obrigado(a) a dizer nada que se sinta desconfortável.

Benefícios

Essa pesquisa não trará benefícios diretos a você, porém você poderá contribuir com sua fala e perspectiva sobre o processo que vivencia. Valorizamos o seu lugar de fala e poder dar visibilidade a isso é muito importante para nos aprofundarmos em reflexões sobre as práticas que podem ser aperfeiçoadas e construídas para a garantia do direito do adolescente, da família etc.

Confidencialidade

As informações que serão trazidas nas nossas conversas serão utilizadas somente para fins da pesquisa, ou seja, não será compartilhada com ninguém que não seja participante da pesquisa. Além disso, será mantido o anonimato, caso sejam utilizados trechos da nossa conversa na pesquisa.

Divulgação dos dados

Você terá acesso a versão final do trabalho.

Contato

Caso necessite tirar dúvidas ou saber sobre qualquer etapa da pesquisa, você pode contatar as pesquisadoras responsáveis. Eu, Camila Silveira Almendro, telefone (11) 97023-9708, e-mail: camilaalmendro@gmail.com; ou a minha orientadora, Prof.^a Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves, e-mail: grajota@uol.com.br. Você também pode nos encontrar no Departamento de Psicologia Social, na Pontifícia Universidade Católica – PUC Monte Alegre situada na Rua Ministro de Godoi, 969 – Perdizes – SP, 4º andar.

Além disso, se houver dúvidas quanto à ética da pesquisa, por favor, você pode entrar em contato também com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que está localizado na Sede Campus Monte Alegre, na Rua Ministro de Godoi, 969 – Perdizes, andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, no prédio novo, sala 63-C, CEP: 05015-001. Telefone: (11) 3670-8466 ou e-mail: cometica@pucsp.br.

Sem mais, considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro estar ciente que fui informado(a) sobre estar livre em participar ou não da pesquisa, também, entendi que se eu aceitar, mas quiser desistir depois, não haverá problema algum, serei respeitado(a) nessa decisão, não acarretando qualquer prejuízo ou benefício a mim.

Fui comunicado(a) que o que for discutido nas nossas conversas será utilizado para fins da pesquisa, não sendo divulgado a quem não esteja participando dela, também, meu nome não será publicado, será mantido meu anonimato.

A Camila me informou sobre a possibilidade de contatá-la ou sua orientadora, caso eu tenha ficado com alguma dúvida, ou caso surjam dúvidas no decorrer da pesquisa. Estou ciente que terei acesso a versão final do trabalho. Sendo assim, ACEITO participar da pesquisa, e para isso, minha assinatura constará em duas vias, sendo uma entregue à pesquisadora, e a outra, ficará comigo.

Guarulhos, ____ de _____ 2020.

Assinatura de representante da
Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Guarulhos

Assinatura de representante do SAICA

Assinatura do (a) adolescente

Assinatura da pesquisadora: Camila Silveira Almendro

ANEXO C

NÚCLEO 1 - (Des)proteção e solidão: sentimentos que atravessam o cotidiano de quem está no serviço de acolhimento	
PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<p>Eu também acho que eu tô num momento da minha vida que tipo meus hormônios estão mudando, minha cabeça está mudando, eu vou sair da adolescência para ir para ser adulta, tá tudo mudando, meu pensamento, minha visão, tudo tipo, tá tipo uma bolha assim de coisa, de sentimento, de montão de coisa junto e eu tenho que pensar nisso, tem que pensar naquilo, aí meu sentimento e tudo tá mexido...</p> <p>É porque, sabe quando você tenta, você já persistiu tanto e chega uma hora que você desiste? Eu sou uma pessoa muito persistentes, mas quando eu desisto, eu desisto entendeu?</p> <p>Então assim eu não faço mais questão não, amo ele para caramba, mas eu não faço mais questão, assim, sabe? (sobre contato com o irmão)</p>	<p>DESESPERANÇA</p>
<p>eu não tenho ninguém que possa me escutar e me entender;</p> <p>Porque querendo ou não, você tá saindo de um ciclo, sendo que você passou a sua vida inteira, pra agora você se virar sozinha...</p> <p>só quem tá sentindo tudo isso na pele sou eu, né..? então vou ter que segurar isso sozinha...</p> <p>É porque eu sempre estive sozinha, no final das contas...</p>	<p>SOLIDÃO</p>
<p>não é bom; (sobre o acolhimento aos 18 anos) você se sente insegura, você se sente com medo, você acha que você não vai conseguir fazer nada sozinha; eu tô tão choque de saber que eu vou embora daqui;</p> <p>hoje eu sofro, mas eu consigo lidar com isso, tem gente que não consegue, tem adolescente que entra na depressão por causa disso, tem criança que quer se matar, então, tipo, é algo que tá no nosso cotidiano e a gente tem que mudar isso aí, mudar o pensamento das pessoas, de achar que o abrigo é um lugar de pessoas que são órfãs, que são de pessoas sujas, esse tipo de coisa, a gente tem que mudar esse pensamento...</p>	<p>INSEGURANÇA</p>

NÚCLEO 2 - Preconceito e discriminação: a perspectiva minorista não superada na realidade social	
PRÉ INDICADORES	INDICADORES
<p>na questão da saúde, por exemplo, falta muito tipo, eu já vi muitos casos, tipo eu sou do abrigo, às vezes as pessoas mesmo dentro de um hospital têm preconceito com isso que eu já vi, eu já passei por isso, e tem preconceito só pelo fato de você ser do abrigo, então demora para atender você, aí demora para falar com você, quando fala na ignorância, entendeu, as pessoas não tem empatia...</p> <p>Um exemplo, eu fui passar no médico, eu entrei no médico sozinha porque a tia precisava entrar no médico com a criança em outro atendimento, eu tive que entrar sozinha, o médico me tratou super mal, entendeu, ele viu minha pasta, ele sabia que eu era do abrigo e me tratou super mal, eu fiquei abalada, eu fiquei abalada, eu chorei o dia inteiro [...] ele me abalou emocionalmente, pelo fato do jeito que ele falou [...] a tia falou que na próxima vez não era para eu entrar sozinha [...] eu penso que você é médico, acho que você preza pela saúde das pessoas, seja ela física, seja mental...</p> <p>acho que falta mais apoio (da rede socioassistencial, relacionado a ao preconceito pelo qual a adolescente refere)</p> <p>“priorize crianças e sua saúde mental” (Você deixaria algum recado para rede e para o serviço de acolhimento?)</p>	<p>PRECONCEITO E LIMITES DE AÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E SETORIAL</p>
<p>eu não fico só no abrigo, fico na rua com meus amigos, eu saio...</p> <p>vocês sempre olham para gente que vive no abrigo como ruim, como algo ruim, que sempre olha pra gente assim, sempre vão olhar...</p> <p>todo mundo tem uma visão muito feia do abrigo...</p> <p>a gente deveria mostrar o lado bom assim do abrigo, não, não é legal o abrigo, mas tem que mostrar o que tem de bom lá [...] todo mundo na rua só sabe o ruim...</p> <p>sabe várias perguntas que tipo parece ser monstro, sabe, às vezes é algo tipo, sabe eu posso sair, aí fala “aí você come normal?”, “como normal”, sabe as pessoas tem uma visão tão pequena...</p> <p>As pessoas acham que todo mundo que vive no abrigo é suja [...] quando eu comento assim que eu sou do abrigo, o povo fala que “você nem parece ser do abrigo, você é tão limpinha”, é algo absurdo e que tá no meu cotidiano...</p> <p>a gente tem que mostrar para o mundo que não é mais assim...</p>	<p>PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO A QUEM ESTÁ ACOLHIDO</p>

<p>é muito difícil, é algo que já está impenetrado, entendeu, é igual o racismo, já é algo que está impenetrado na nossa sociedade, a gente tem que lutar contra isso também. Não adianta só eu lutar, e as outras pessoas....</p>	
--	--

<p>NÚCLEO 3 - E os 18 anos? “é difícil, mas se a gente foi forte até hoje, porque a gente não pode ser adiante?”: Contradição entre os sentidos de responsabilidade e autonomia</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<p>Eu fico mais segura, mas ao mesmo tempo eu fico pensando, pô, eu poderia ter aprendido isso há tanto tempo atrás; (sobre aprender a fazer as atividades domésticas)</p> <p>eu poderia ter aprendido a fazer comida com 15 anos, eu poderia ter aprendido a lavar roupa com 15 anos, sabe, e agora que eu tenho que aprender...</p> <p>Eu entendo que vocês querem que a gente se sinta confortável, que a gente tenha aquilo, que, tipo, vocês querem, assim suprir algumas coisas [...] eu não tive pai e nem mãe, vou dar isso, vou dar aquilo, vou dar assistência, isso e aquilo [...] acaba, tipo, tipo, virando uma acomodação [...] vocês tentam suprir algo que a gente não teve, mas a gente acaba sendo acomodado com isso...</p> <p>a gente é muito acomodado;</p> <p>“é difícil, mas se a gente foi forte até hoje, porque a gente não pode ser adiante?” (Que recado você deixaria para quem tá passando por esse processo de desligamento?)</p> <p>sempre tive alguém para fazer alguma coisa por mim e agora eu vou ter que fazer tudo por mim, então, é o choque, entendeu?;</p> <p>Vou ter que ir no médico sozinha, vou ter que pagar conta sozinha, eu vou ter que arrumar a casa sozinha, vou ter que lavar roupa sozinha;</p> <p>todos os adolescentes que eu conheço, todos os meus amigos que eu conheço tem pai, tem mãe e sabe que tem 18 anos, tem 20 anos e até hoje estão morando na casa dos pais, então eles não têm essa responsabilidade [...] eu acho que é muita responsabilidade, entendeu, acho muita responsabilidade para gente....</p> <p>Agora na pandemia fica bem mais difícil, porque eu fico pressionada né, porque eu penso pô, daqui um tempo, eu vou ter que fazer minha casa, vou ter responsabilidade, daqui um tempo não vou poder curtir, parece até que eu tive um filho...</p> <p>eu tenho que estudar, já tá difícil porque aulas online não é fácil, aí</p>	<p style="text-align: center;"> CONTRADIÇÃO: RESPONSABILIDADE X NÃO RESPONSABILIDADE (ALGUÉM SEMPRE FAZENDO PELO ADOLESCENTE) </p>

<p>eu tenho que trabalhar, aí eu tenho que fazer minha casa aí eu tenho que pensar na minha faculdade e que momento eu posso curtir?;</p> <p>final de semana eu vou aprender a fazer comida, né... E aí eu tento ter um tempo para os meus amigos, só que tipo, é um tempo bem vasto, bem pouco, aí às vezes eu não tenho tempo pra isso, é muito desconfortante...</p>	
<p>o meu planejamento, é assim é fazer minha casa e o próximo ano começar minha faculdade;</p> <p>eu pretendo fazer faculdade de assistente social, então eu não quero continuar onde eu tô; (no atual trabalho)</p> <p>eu tenho que pensar nisso, tenho que guardar dinheiro para minha casa, que eu nem teria que tá pensando nisso, entendeu?</p> <p>eu tô primeiro planejando comprar as coisas, para depois alugar a casa, entendeu, só que assim, tipo eu não sei o que fazer, tipo bem doida;</p>	<p>RESPONSABILIDADE E PLANEJAMENTO PARA A SAÍDA</p>
<p>hoje em dia eu consigo fazer tudo sozinha;</p> <p>eu tive que criar a minha autonomia, porque querendo ou não, eu sabia que eu ia sair daqui com 18 anos;</p> <p>eu acho que eu me preparei sozinha;</p> <p>foi muito desenvolvimento;</p> <p>foi eu criando sozinha minha autonomia;</p> <p>se eu precisar de alguma coisa assim, eu vou ter que correr [...] e eu não acho que eu tô preparada para isso;</p> <p>eu tô numa fase da minha vida de curtir, de estudar, não de pensar em casa e pensar em faculdade, eu não tô nessa idade pra isso, é muita pressão pra gente, [...] a gente tá numa fase que a gente quer beber, a gente quer curtir, a gente quer se divertir, a gente tá nessa idade, só que eu não posso viver isso, porque eu tenho responsabilidades maiores, que eu não deveria ter...</p> <p>Sempre tem alguém para fazer alguma coisa para gente e isso por um lado é bom, mas por outro é muito ruim, porque a gente acaba não criando nossa própria independência, nossas próprias responsabilidades;</p>	<p>AUTONOMIA X RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA NO SAICA</p>

<p>quando eu completei 16 anos, comecei, mas eu acho que foi muito tarde, muito tarde porque eu não sei fazer comida...</p> <p>eu não conseguia fazer nada, eu era bem incapaz [...] as tias fazendo tudo por mim;</p> <p>Agora com 17 anos que eu me imponho a fazer comida, eu acho que é algo que todo mundo deveria aprender, desde de 13 anos já deveria aprender a fazer comida, entendeu?</p> <p>Acho que fica muito corrido porque assim, [...] tudo muito em cima, algo que eu poderia ter aprendido há muito tempo;</p> <p>eu nunca fui preparada para isso, então eu tô tendo que desenvolver tudo agora;</p> <p>a questão eu acho é que sempre tem alguém para fazer tudo para gente, é muito ruim isso;</p> <p>cada cuidadora aqui tem sua função, mas, assim, tudo alguém faz;</p> <p>hoje em dia eu tenho [...] antigamente eu não tinha (sobre decisões de escolha)</p> <p>eles estão tentando me preparar assim;</p> <p>[...]a tia fala que eu vou ter apoio de todo mundo [...] eu sei que eu vou ter que me virar sozinha;</p> <p>Converso com as tias sobre isso, tipo eles conversam, elas me apoiam [...] só eu estou sentindo né, só eu estou passando por isso, então não tem muito o que fazer;</p> <p>é muito difícil porque normalmente eu não tenho tempo para falar com ela (com a técnica do SAICA)</p>	<p style="text-align: center;">LIMITE NAS AÇÕES TOMADAS PELO SAICA FRENTE À IMINÊNCIA DA MAIORIDADE</p>
---	--

<p>NÚCLEO 4 - E depois dos 18? “Eu tenho objetivos para daqui futuramente eu possa conquistar aquilo que eu quero, mas o que vai ser e o que não vai, eu não sei”</p>	
<p style="text-align: center;">PRÉ-INDICADORES</p> <p>Antigamente eu conseguia me imaginar, hoje em dia não consigo me imaginar... (Como você se vê daqui a cinco anos?)</p> <p>Não pelo fato de eu não me autoconhecer, mas tipo todo momento as coisas mudam...</p> <p>Eu tenho objetivos para daqui futuramente eu possa conquistar aquilo que eu quero, mas o que vai ser e o que não vai, eu não sei;</p> <p>Eu quero muito me formar na faculdade, eu quero muito seguir</p>	<p style="text-align: center;">INDICADORES</p> <p style="text-align: center;">INSTABILIDADE E INSEGURANÇA</p>

<p>essa minha carreira, mas eu queria fazer isso na Vara da Infância [...] eu queria poder viajar, eu queria ter várias coisas...</p> <p>eu tenho um bloqueio assim, sabe, de algumas coisas? [...] é bem difícil, porque quando a gente vive numa casa de acolhimento, porque a gente já passou por várias situações, a gente acaba tendo inseguranças de muitas pessoas, às vezes desnecessariamente entendeu?</p> <p>eu acho que é mais a insegurança que não deixa eu pensar daqui 5 anos o que eu vou ser, acho que é muita insegurança [...] tipo insegurança de tudo...</p> <p>se eu vou conseguir fazer isso, vou ter que fazer tudo sozinha, será que a pessoa vai me ajudar? Se não vai? São “n” inseguranças, são várias coisas... a gente é inseguro, a gente quer atenção o tempo todo e a gente não vai ter, nunca tem...</p>	
---	--

NÚCLEO 5 - A contradição do processo de reintegração familiar x adoção: a garantia do direito à convivência familiar que não se realiza	
--	--

PRÉ INDICADORES	INDICADORES
<p>eles sempre preferem, o que, que a criança fique com o pai e com a mãe (VIJ);</p> <p>já tentaram uma vez e não deu certo, vai ficar persistindo num erro que não vai dar certo?;</p> <p>Uma criança está crescendo num abrigo, e eles querem que a criança fique com a família [...] não funciona (VIJ);</p> <p>Tem crianças que foram três vezes para o acolhimento, e nas três vezes os pais pegaram [...] os pais não tem condição nenhuma, mas o juiz pensa que não, não, eles têm que ficar com a família;</p> <p>Eu sei que tem que priorizar a família; pensam que o melhor para criança é ficar com a mãe e com o pai, não, não necessariamente;</p> <p>os pais também ir visitar e explicar para criança que é a melhor coisa pra ela [...] porque a criança ama muito o pai e mãe, mas ela não tem noção que o pai e mãe dela não tem condições; (sobre um possível encaminhamento para criança ser inserida em adoção, sugere que a família natural converse com a família adotiva)</p> <p>eles esperam as crianças crescerem em um abrigo para tomar providências (VIJ); precisa pensar na criança;</p>	<p>OS LIMITES DE AÇÃO DA REDE, DO JUDICIÁRIO, DO SAICA PARA REINTEGRAÇÃO FAMILIAR</p>

<p>estou dez anos no abrigo;</p> <p>no final de tudo isso quem sofre são as crianças, não é nem a famílias, são as crianças, porque as crianças não têm culpa do fato dos pais não terem estudado para conseguir um emprego melhor, não tem culpa, é algo que a criança tem levado o fardo disso...</p> <p>o que eu vejo muito, às vezes as pessoas tem oportunidade sim, mas elas não sabem aproveitá-la, não adianta, por exemplo, você querer auxiliar uma família que não quer ajuda, você vai ficar persistindo, persistindo, persistindo, então assim eu acho que às vezes a gente tem que deixar um pouco, eu sei que vocês tem que ir até o fundo, até onde vocês podem, só que às vezes vocês foram além, entendeu, vocês foram demais, entendeu, e vocês às vezes não reconhecem isso, porque tá tão impenetrado na cabeça de vocês eu acho, que a criança tem que ficar com a família, que às vezes esse pensamento de vocês faz com que tenha mais conflitos, que a criança volte novamente para abrigo, entendeu, que ela passa por todo esse tormento novamente, entendeu, pelo pensamento de vocês que não, a criança tem que ficar família, ela tem que ficar com a família, entendeu...</p>	<p style="text-align: center;">CONVIVÊNCIA FAMILIAR: REINTEGRAÇÃO FAMILIAR X ADOÇÃO</p>
<p>antes de a família adotiva conhecer a criança, eu acho que ela deveria conhecer a família da criança [...] serve para criança mais grandinha que tem uma noção;</p> <p>Por que quem criou eles foi a família deles, né?</p> <p>Não adianta adotar sem conhecer a criança, sem conhecer nada da criança, só conhecer pelo papel;</p> <p>“não, essa pessoa é boa, essa pessoa vai te fazer bem” a criança vai se abrir bem melhor (sobre processo de adoção... pela fala da adolescente significa que se pode confiar mais na família natural do que na técnica da VIJ, o que é uma contradição, pois ao mesmo tempo em que a família natural não é a melhor indicada para o retorno da criança, é ela quem a criança pode confiar)</p> <p>eu sempre soube que eu nunca ia ser adotada simplesmente pelo fato de eu ser quem eu sou;</p> <p>eu tive muitas oportunidades (de ser adotada);</p> <p>maioria das vezes o que que acontecia eu gostava de um casal, meu irmão não, meu irmão gostava e eu não [...] agora que a gente cresceu e a gente tem uma noção um pouco melhor, a gente decidiu [...] mais ou menos, né, quem decidiu isso na verdade foi o juiz [...] a gente decidiu assim se separar, cada um viver sua vida.</p>	<p style="text-align: center;">A CONTRADIÇÃO DO PROCESSO DE ADOÇÃO COMO GARANTIA DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR QUE NÃO SE REALIZA</p>

<p>eu preferi ficar no abrigo e ele preferiu viver com uma família, entendeu?</p> <p>é muito difícil (o contato) [...] o pai do meu irmão ele não me aceita um pouco [...] eu era bem doidinha da vida e aí eu era uma pessoa muito rebelde, eu não queria que as pessoas ficassem mandando em mim, eu não queria ser controlada entendeu [...] o pai do meu irmão não me aceita muito bem, ele finge me aceitar e ele não aceita [...] a gente tava entrando em conflito [...] às vezes eu sinto que ele impede meu irmão de me ver;</p> <p>Eu acho uma coisa muito feia, porque assim, no momento em que você separa um irmão, você separa um vínculo, e você ainda quer distanciar eles... sabe... isso é irreal, não deveria acontecer isso [...] era só eu e meu irmão, a gente conseguiria se virar [...] meu irmão é meu irmão, se ele precisa de sangue, quem vai ter que dar, vai ser eu, não vai ser o pai dele que adotou ele... (sobre separar irmãos);</p> <p>agora 5 irmãos para ser adotado, nunca isso ia acontece [...] o juiz prefere é devolver pra família... uma coisa que eu acho super ridículo. Porque quando é para separar irmãos ele não separa...</p>	
<p>eu tenho minhas madrinhas aqui, tipo elas têm os problemas delas, elas têm a vida delas, entendeu [...] às vezes elas não estão disponíveis pra mim, eu acho que isso me dói um pouco sabia?</p> <p>eu amo elas para caramba, só que elas são distantes de mim, entendeu, eu acho que madrinha é tipo se seu pai e sua mãe morresse e ela ficasse responsável...</p> <p>Eu acho que elas me fazem tipo de décima opção...</p>	<p style="text-align: center;">APADRINHAMENTO AFETIVO: APOIAR X NÃO APOIAR</p>